

# Diário do Legislativo de 06/05/2000

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adata - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

## SUMÁRIO

### 1 - DELIBERAÇÃO DA MESA

#### 2 - ATAS

2.1 - 134ª Reunião Ordinária

2.2 - Reunião de Debates

2.3 - 69ª Reunião Especial - II Encontro Nacional das Frentes Parlamentares do Cooperativismo

2.4 - 70ª Reunião Especial - Prosseguimento do II Encontro Nacional das Frentes Parlamentares do Cooperativismo

2.5 - 126ª Reunião Ordinária - Encerramento do II Encontro Nacional das Frentes Parlamentares do Cooperativismo

### 3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Reuniões de Comissões

### 4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

### 5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 6 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

### 7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## DELIBERAÇÃO DA MESA

### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.876/2000

Dispõe sobre a criação da Medalha Especial Brasil 500 anos.

A Mesa da Assembléia, no uso de suas atribuições, delibera:

Art. 1º - Fica criada, em caráter excepcional, dentro do projeto Repensando o Brasil 500 Anos Depois, a Medalha Especial Brasil 500 anos, destinada a galardoar as pessoas físicas ou jurídicas que prestaram ou prestam relevantes serviços à sociedade mineira.

Art. 2º - Serão agraciadas com a medalha as seguintes personalidades:

I - autoridades civis, militares, políticas e religiosas indicadas pela Mesa da Assembléia;

II - pessoas físicas ou jurídicas indicadas pelas comissões permanentes da Assembléia, num total de dez por comissão.

Parágrafo único - As indicações deverão ser feitas até o dia 15 de maio de 2000.

Art. 3º - Caberá ao Presidente da Assembléia conceder a medalha.

Art. 4º - Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 2 de maio de 2000.

Anderson Aduino, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

## ATAS

ATA DA 134ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 4/5/2000

Presidência dos Deputados Anderson Aduino e José Braga

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 999 a 1.003/2000 - Requerimentos nºs 1.349 e 1.355/2000 - Requerimentos dos Deputados Márcio Cunha e outros (2), Wanderley Ávila e outros e Miguel Martini - Proposição Não Recebida: Requerimento do Deputado Márcio Cunha e outros - Comunicação: Comunicação do Deputado Marco Régis - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Doutor Viana, Márcio Cunha, João Leite, Maria Tereza Lara, Bené Guedes e Marco Régis - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Márcio Cunha e outros (2) e Wanderley Ávila e outros; deferimento - Votação de Requerimentos: Requerimento do Deputado Miguel Martini; aprovação - 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimentos dos Deputados Márcio Kangussu e Hely Tarquínio; aprovação - Chamada para verificação de "quorum"; inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduino - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelino de Carvalho - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dimis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Elmo Braz - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmo Aloise - Rogério Correia - Sávio Souza Cruz - Wanderley Ávila.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduino) - Às 14h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

#### Ata

- O Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

#### Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

#### Projeto de Lei nº 999/2000

Dispõe sobre a concessão de autorização especial a servidor do quadro do magistério para freqüentar curso de licenciatura plena e dá outras providências.

Art. 1º - O Estado de Minas Gerais concederá, a servidor do Quadro do Magistério Público do Estado que possua apenas o curso de magistério em nível médio, autorização especial para freqüentar curso de licenciatura plena.

Art. 2º - A autorização será concedida desde que o curso pretendido preencha os seguintes requisitos:

I - seja relacionado ao cargo que o solicitante exerce em caráter efetivo;

II - atenda à necessidade e à conveniência do Sistema Estadual de Ensino;

III - seja autorizado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE - ou pelo Conselho Estadual de Educação - CEE.

Art. 3º - A solicitação de autorização especial deverá ser feita pelo próprio servidor ao Secretário de Estado da Educação e protocolada na Secretaria de Estado da Educação - SEE -, quando lotado na Capital, e na Superintendência Regional de Ensino - SRE -, quando do interior, até os dias 15 de dezembro e 30 de julho de cada ano, devendo constar no processo:

I - requerimento em formulário próprio;

II - parecer conclusivo quanto à conveniência da participação no curso, fornecido pelo Diretor da SRE;

IV - declaração de efetivo exercício na função específica do cargo, fornecida pelo órgão de lotação do servidor;

V - documentação da instituição responsável pelo curso, comprovando:

- a) aceitação do solicitante como aluno ou comprovante de matrícula;
- b) informação sobre a situação legal do curso junto ao CNE ou ao CEE;

VI - proposta de contraprestação de serviços, conveniente e adaptável à atual política educacional.

Art. 4º - A Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Humanos - SRH -, por intermédio da Diretoria de Seleção e Acompanhamento - DISA -, publicará anualmente no "Minas Gerais" o número de vagas destinadas à autorização especial.

Art. 5º - A SEE constituirá comissão especial, que se responsabilizará pela seleção dos candidatos e pelo acompanhamento dos cursistas, tendo em vista os critérios estabelecidos nesta lei.

Parágrafo único - A comissão especial terá o prazo de 30 dias para emissão do parecer conclusivo.

Art. 6º - Ao término do curso, o servidor encaminhará à DISA-SRH-SEE comprovante de conclusão.

Art. 7º - O servidor deverá prestar serviços ao Sistema Estadual de Ensino pelo tempo equivalente ao do afastamento concedido para frequentar o curso.

Parágrafo único - A contraprestação de serviços deverá ser iniciada no prazo máximo de 30 dias após o término do curso e será cumprida pelo servidor na escola onde é lotado.

Art. 8º - O não-cumprimento da contraprestação de serviços assumida pelo servidor implicará ressarcimento, aos cofres públicos, da importância equivalente ao somatório da remuneração percebida durante o período do afastamento.

Parágrafo único - A SEE, por intermédio da DISA-SRH, acompanhará o cumprimento do termo de compromisso acordado e se responsabilizará pela adoção de medidas que se fizerem necessárias.

Art. 9º - Para efeito de contraprestação de serviço, não se computará como efetivo exercício o tempo de licença de saúde, férias-prêmio e licença pelos arts. 176 e 186 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952.

Art. 10 - O egresso do curso, no decorrer do período de contraprestação de serviços, não terá direito à licença pelo art. 179 da Lei nº 869, de 1952, à adjunção e à disposição, com ou sem ônus para o Estado.

Art. 11 - A revogação da autorização especial de interesse do servidor dar-se-á mediante solicitação dirigida ao Secretário de Estado da Educação, contendo:

I - nome completo, número do MASP, habilitação profissional;

II - período concedido e data da publicação do ato de concessão;

III - justificativa da necessidade de revogação;

IV - atestado de frequência do período cursado, fornecido pela instituição que ministrar o curso.

Art. 12 - Somente será concedida autorização especial ao servidor que possa cumprir a contraprestação estabelecida no art. 9º desta lei, antes do implemento do tempo máximo exigido para sua aposentadoria.

Art. 13 - O servidor deverá aguardar a publicação do ato da concessão em exercício, de acordo com o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 9.938, de 26 de julho de 1989.

Art. 14 - A inobservância ao disposto nesta lei poderá acarretar, a qualquer tempo, a revogação da concessão.

Art. 15 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 27 de abril de 2000.

Edson Rezende

Justificação: Pretende este projeto criar condições efetivas para o cumprimento do disposto no art. 87, IV, § 4º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece que até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

Além disso, o projeto visa, ainda, atender à demanda da capacitação dos docentes das séries iniciais da Educação Básica, que conduzem o dia-a-dia da educação. Tais profissionais precisam ser valorizados, em reconhecimento ao importante papel social que ocupam.

Valorizar a carreira e os profissionais do magistério é o maior investimento que o Estado pode fazer para garantir uma educação pública de qualidade para todos.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Educação e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Dispõe sobre a criação do Programa Saúde na Escola, no âmbito da rede estadual de ensino de Minas Gerais, e dá outras providências.

Art. 1º - Fica criado, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, o Programa Saúde na Escola, destinado a proteger a saúde, diagnosticar e analisar os principais problemas manifestados pelos alunos matriculados em sua rede.

Art. 2º - São objetivos do Programa instituído por esta lei:

I - garantir educação sanitária básica ao educando e possibilitar que ele receba informações básicas a respeito de métodos preventivos nas áreas médica, odontológica, ambiental, de saneamento, de doenças transmissíveis e outras;

II - elaboração de programas, projetos e atividades que contribuam para a solução dos problemas diagnosticados, adequados à realidade de cada escola e da comunidade na qual está inserida;

III - execução dos projetos que forem programados, buscando a participação da comunidade escolar;

IV - avaliação e reorientação das ações planejadas.

Art. 3º - O Programa Saúde na Escola compreende os seguintes conteúdos disciplinares:

I - Higiene e Saúde: noções de higiene corporal, dos alimentos, dos ambientes escolar, domiciliar, profissional e outros;

II - Saúde Bucal: garantia ao educando de odontologia sanitária;

III - Nutrição e Segurança Alimentar: acompanhamento pondero-estrutural dos alunos, detecção de casos de desnutrição, educação alimentar e outros;

IV - Saúde Mental: detectar e encaminhar, quando necessário, os casos de distúrbios afetivo-comportamentais;

V - Fonoaudiologia: detectar problemas relativos à fala, dislalia, troca de letras e outros, que possam interferir no processo de aprendizagem, assegurando avaliações nos casos suspeitos;

VI - Sexualidade e DSTs: implantação e dinamização do Programa Afetivo-Sexual, em desenvolvimento em algumas superintendências regionais de ensino e diretorias regionais de saúde;

VII - Oftalmologia: desenvolver nas escolas o diagnóstico precoce de deficiências visuais e encaminhar para atendimento pelo Programa de Oftalmologia Social da Secretaria de Estado da Saúde.

VIII - Meio Ambiente e Saneamento: noções de saneamento básico, qualidade da água, cuidados com o lixo, prevenção ambiental e outros;

IX - Vigilância Epidemiológica: acompanhar a incidência de doenças infecto-contagiosas, de notificação compulsória, estabelecendo mecanismos integrados dos órgãos da educação e saúde, para prevenção, tratamento e ações sanitárias necessárias ao controle de endemias e epidemias e à melhoria da qualidade de vida;

X - Alcoolismo e Drogas: realizar campanhas preventivas, esclarecer sobre o efeito nocivo à saúde do uso de drogas e álcool e do tabagismo;

XI - Relações de Consumo: medicamentos, produtos industrializados, manipulados e alternativos, alimentos naturais e artificiais e outros;

XII - Gestão do Sistema de Saúde: informações sobre organização, comunicação, consumo, relação paciente-médico e outros.

Art. 4º - Fica criada a função de Agente de Saúde para a execução do Programa, a qual deverá ser exercida por servidor do Quadro de Pessoal do Magistério, lotado na escola.

§ 1º - O servidor em exercício da função de Agente de Saúde ficará sujeito ao regime de trabalho disposto no Título VI da Lei nº 7.109, de 13 de outubro de 1977.

§ 2º - A Secretaria de Estado da Educação, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde, definirá os meios necessários ao acompanhamento do Programa e à capacitação permanente dos Agentes de Saúde.

Art. 5º - A Secretaria de Estado da Educação estabelecerá parcerias com outros órgãos governamentais, com organizações da sociedade civil e instituições de ensino superior, com vistas a subsidiar a execução das ações previstas no Programa.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 27 de abril de 2000.

Edson Rezende

Justificação: Consideramos, ao propor este projeto de lei, que toda educação e toda saúde são determinadas na sociedade pelas condições de vida e de trabalho e pela forma como é organizada a produção da vida material.

Saúde e educação estão intimamente relacionadas, assim como a falta de saúde está ligada às carências crônicas da educação que condenam principalmente a população mais pobre aos males da desnutrição, da falta de saneamento básico, das doenças já controladas.

Priorizar a educação, como necessária à saúde, significa uma nova maneira de ver a saúde, privilegiando a prevenção e a formação consciente e crítica de cidadãos capazes do cuidado essencial com o próprio corpo, com o ambiente que o circunda e com o necessário respeito ao outro.

Cuidar da saúde implica, como dito na bela formulação do teólogo Leonardo Boff, "cuidar da vida que o anima, cuidar do conjunto das relações com a realidade circundante, relações essas que passam pela higiene, pela alimentação, pelo ar que respiramos, pela maneira como organizamos nossa casa e nos situamos dentro de um determinado espaço ecológico". (In "Saber Cuidar: a Ética do Humano". Editora Vozes, 1999.)

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Educação e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### Projeto de Lei Nº 1.001/2000

Estabelece critérios para criação, fusão e desmembramento de serviços notariais e de registro no Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Para cada grupo de 50 mil habitantes, ou fração que a este número exceder, no município ou na comarca, consideradas para o cálculo as serventias existentes na data de publicação desta lei, será criada uma serventia do foro extrajudicial dos Ofícios de Registro de Imóveis e de Tabelionatos de Protestos de Títulos no Estado.

Art. 2º - Os critérios populacionais, socioeconômicos e estatísticos para criação, fusão e desmembramento de serviços notariais e de registro do foro extrajudicial não mencionados no "caput" deste artigo são os fixados pela Lei nº 12.920, de 29 de junho de 1998.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 2000.

Mauri Torres

Justificação: Há necessidade premente de se criarem no Estado de Minas Gerais serventias dos Tabelionatos de Protestos e dos Registros de Imóveis, especialmente nos municípios ou nas comarcas com população acima de 50 mil habitantes.

A medida que ora propomos atenderá, com certeza, aos anseios da população, que muito tem reclamado da qualidade dos serviços prestados pelos cartórios, tanto os de protesto quanto os de registro de imóveis.

Por outro lado, é de observar que há mais de 30 anos não se altera o número de cartórios em nosso Estado. Municípios como Betim e Contagem, por exemplo, quintuplicaram a sua população da década de 60 (quando ocorreu a última reforma do sistema) para os dias de hoje, sem que se alterasse o número de serventias neles existentes.

Ao se criarem outras serventias, que serão preenchidas pela via do concurso público, estar-se-á proporcionando maior chance para a participação de bacharéis em direito, que concorrerão às novas vagas, o que ensejará uma democratização da exploração dessa atividade, que é exercida em caráter privado por força da Constituição Federal.

Por tais considerações, esperamos contar com o apoio dos demais pares desta Casa à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 1.002/2000

Dispõe sobre o período de cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - A cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - obedecerá à escala prevista nesta lei e ao que dispuser a sua regulamentação.

Parágrafo único - Os veículos com placas de final 1 (um), 2 (dois) e 3 (três) pagarão o imposto no mês de março; os com placa de final 4 (quatro), 5 (cinco) e 6 (seis), no mês de abril; os com placa de final 7 (sete), 8 (oito), 9 (nove) e 0 (zero), no mês de maio.

Art. 2º - A cobrança de que trata esta lei, na forma prevista no parágrafo único do seu art. 1º, dar-se-á a partir do ano seguinte ao da data de sua publicação, observado o que dispuser seu regulamento.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 2000.

Ermano Batista

Justificação: A cobrança do IPVA escalonada nos moldes propostos se faz necessária. Administrativamente, medida semelhante tem sido adotada ao longo dos anos, gerando expectativa no contribuinte quanto à permanência, ou não, da regra.

Por outro lado, observa-se que há períodos, como o início de ano, em que os gastos dos pais de família são acentuados com matrícula escolar, material didático e IPTU, entre outros. As despesas com o IPVA acarretam acumulação desses gastos e dificultam o seu pagamento.

É necessário estabelecer regras claras, que não venham a sofrer alterações a cada momento quanto à época de recolhimento de tributos e que não gerem dificuldades para o contribuinte, o que se pretende por via deste projeto de lei.

Assim, contamos com o apoio dos pares à aprovação desta justa proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Declara de utilidade pública a Aliança Brasileira de Assistência Social e Educacional - ABASE -, com sede no Município de Campanha.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Aliança Brasileira de Assistência Social e Educacional - ABASE -, com sede no Município de Campanha.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões, 2 de maio de 2000.

Dilzon Melo

Justificação: A Aliança Brasileira de Assistência Social e Educacional - ABASE -, é uma sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos, filantrópica, com duração por prazo indeterminado. Tem por finalidade estatutária criar, coordenar, dirigir e manter instituições voltadas para o ensino, a educação cristã e a assistência na formação de crianças e adolescentes.

A referida instituição funciona regularmente e tem uma diretoria composta por pessoas idôneas e que não recebem qualquer remuneração pelo exercício de seus cargos.

Reconhecê-la como de utilidade pública estadual irá proporcionar-lhe melhores condições para a dinamização de suas atividades e a concretização de seus objetivos.

Em razão do exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares desta Casa para a aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### REQUERIMENTOS

Nº 1.349/2000, do Deputado Alberto Bejani, solicitando seja encaminhado ao Secretário de Administração pedido de informações, contendo os itens que especifica, sobre a extensão do benefício do adicional de atividade específica à categoria dos Defensores Públicos. (- À Mesa da Assembléia.)

Nº 1.350/2000, do Deputado Márcio Cunha, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com a Fundação Clóvis Salgado pela passagem de seus 30 anos de existência.

Nº 1.351/2000, da Comissão de Educação, solicitando seja formulado apelo ao Secretário da Educação com vistas a que sejam mantidas as gratificações por função e de incentivo à docência ("pó-de-giz") recebidas pelos Vice-Diretores de escolas estaduais e cortadas de seus contra-cheques em abril do corrente. (- À Comissão de Educação.)

Nº 1.352/2000, da Comissão de Educação, solicitando seja formulado apelo ao Presidente da BHTrans com vistas a que se instale sinal de pedestres na Av. Getúlio Vargas, em frente às Escolas Estaduais Bueno Brandão e Barão do Rio Branco. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 1.353/2000, da Comissão de Educação, solicitando seja encaminhado ao Secretário da Educação pedido de informações sobre a atual situação do recurso apresentado pela Profa. Denise Amormino Silva, conforme correspondência anexa. (- À Mesa da Assembléia.)

Nº 1.354/2000, do Deputado Durval Ângelo, solicitando seja transcrita nos anais da Casa a matéria "Me engana que eu gosto ou vale a pena ler de novo", publicada no jornal "Correio de Araxá".

Nº 1.355/2000, do Deputado Durval Ângelo, solicitando seja transcrita nos anais da Casa a matéria "Bem feito! Quem mandou "votá" no "home"", publicada pelo jornal "O Tempo", do Município de Araxá. (- Distribuídos à Mesa da Assembléia.)

Requerimento do Deputado Márcio Cunha e outros, em que solicitam seja realizada reunião especial para homenagear a Fundação Clóvis Salgado.

- Idêntica proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

- São também encaminhados à Mesa requerimentos dos Deputados Márcio Cunha e outros (2), Wanderley Ávila e outros e Miguel Martini.

#### Proposição Não Recebida

- A Mesa deixa de receber, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, a seguinte proposição:

#### Comunicação

- É também encaminhada à Mesa comunicação do Deputado Marco Régis.

#### Oradores Inscritos

- Os Deputados Doutor Viana, Márcio Cunha, João Leite, Maria Tereza Lara, Bené Guedes e Marco Régis proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Esgotado o prazo destinado a esta fase, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### Despacho de Requerimentos

- A seguir, o Sr. Presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, deixando para fixar a data em outra oportunidade, requerimentos dos Deputados Márcio Cunha e outros (2), em que solicitam sejam realizadas reuniões especiais para homenagear o Colégio Marista Dom Silvério, por seus 50 anos de fundação; e a CEMIG, por atingir a marca de 5 milhões de ligações; e Wanderley Ávila e outros, em que solicitam seja realizada reunião especial para homenagear o 3º Batalhão de Polícia Militar, com sede em Diamantina, por seus 110 anos de fundação.

#### Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado Miguel Martini, em que solicita, na forma regimental, seja o Secretário de Administração convidado a comparecer ao Plenário para esclarecer dúvidas acerca dos índices de aumento salarial do funcionalismo público estadual e para apresentar os estudos feitos pela Secretaria sobre a questão salarial no Estado. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

#### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada a esta fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação de proposições.

#### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião o Projeto de Lei nº 786/2000, em virtude de sua apreciação na reunião extraordinária realizada hoje, pela manhã.

#### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Márcio Kangussu, em que solicita a inversão da pauta desta reunião de modo que o Projeto de Lei nº 29/99 seja apreciado em primeiro lugar entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Vem à Mesa requerimento do Deputado Hely Tarquínio, em que solicita a inversão da pauta desta reunião de modo que o Projeto de Lei nº 40/99 seja apreciado logo após o Projeto de Lei nº 29/99. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Secretário que proceda à chamada dos Deputados, para verificação de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Wanderley Ávila) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 17 Deputados. Não há número regimental para a continuação dos trabalhos.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião de debates de amanhã, dia 5, às 9 horas. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA REUNIÃO DE DEBATES EM 5/5/2000

##### Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento - Falta de "quorum".

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Braga - Antônio Júlio - Dalmo Ribeiro Silva - João Leite - João Paulo - Marco Régis.

#### Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Às 9h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 8, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

#### ATA DA 69ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 3/4/2000

##### Presidência dos Deputados José Braga, Paulo Piau e Ivo José

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Composição da Mesa - Registro de presenças - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Sr. Roberto Rodrigues - Palavras do Sr. Marcos Arruda - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Assinatura de termo de doação - Palavras do Sr. Alfeu Silva Mendes - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Braga - Durval Ângelo - Agostinho Patrús - Ailton Vilela - Antônio Genaro - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Dinis Pinheiro - Eduardo Hermeto - Fábio

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Às 14h45min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, a Sra. 2ª-Secretária, para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

#### Atas

- A Deputada Maria Olívia, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Senador Francelino Pereira, relator da Lei do Cooperativismo; Senador José de Alencar; Deputado Paulo Piau, Presidente da FRENCOOP MG; Roberto Rodrigues, Presidente da Aliança Cooperativa Internacional; Marcos Arruda, membro do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul; Alfeu Silva Mendes, Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais; Deputado Federal Nário Rodrigues, Vice-Presidente da FRENCOOP Nacional; Jaime D'Bastiani, Presidente da FRENCOOP Municipal de Passo Fundo; Deputado Miguel Martini, Presidente da UNALE; e Deputado Ivo José, Coordenador da FRENCOOP MG.

#### Registro de Presenças

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, dos Deputados Estaduais Alexandre Postal e Giovanni Cherini, da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul; Antônio Camilo de Andrade, da Assembléia Legislativa de Goiás; Antônio Duarte Nogueira Júnior, da Assembléia Legislativa de São Paulo; Antônio Roberto Rodrigues da Silva, da Assembléia Legislativa do Amapá; Edimar Pireneus, da Câmara Legislativa do Distrito Federal; Elma Maria Santos da Paixão, da Assembléia Legislativa de Sergipe; Elza Abussasi Miranda, da Assembléia Legislativa do Pará; Gustavo Conde Medeiros e Wilson Nunes Martins, da Assembléia Legislativa do Piauí; José Carlos Dourado das Virgens, da Assembléia Legislativa da Bahia; Joarez Ponticelli e Odete de Jesus Prestes do Nascimento, da Assembléia Legislativa de Santa Catarina; Loester Nunes de Oliveira, da Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul; Magaly Miranda Machado, da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro; da Assembléia Legislativa de Pernambuco, Paulo Rubens Santiago, Vice-Presidente da FRENCOOP, e Roberto de Oliveira Liberato; Ronald Polenco Ribeiro, da Assembléia Legislativa do Acre; Sandra Maria de Escócia Rosado, da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte; Pio X Sampaio Leite, Deputado à Assembléia Legislativa do Pará; Erivaldo de Jesus Araújo, Presidente da OCEPA e SESCOOP do Pará; Agostinho dos Santos, da Organização das Cooperativas do Estado da Paraíba; Rubens Otôni Gomide, da Assembléia Legislativa de Goiás; e Henrique Pacheco, da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo; e dos Srs. Giovanni de F. Badu, Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Universidade Federal da Paraíba; e Raimundo Mariano, Presidente do BANCOOB.

#### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à abertura do II Encontro Nacional das Frentes Parlamentares do Cooperativismo, que tem por objetivo discutir a legislação cooperativista e fomentar a criação de frentes parlamentares do cooperativismo em Estados e municípios.

#### Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo musicista Daniel Godoy.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### Palavras do Sr. Presidente

A atual Constituição do Estado foi promulgada no ano de 1989, quando o processo de redemocratização já era irreversível em nosso País.

Nesta Casa se desenvolveu, então, um intenso trabalho, procurando dotar Minas e os mineiros de uma lei maior à altura de suas aspirações. De lá para cá, a realidade socioeconômica mutante e mutável, tão característica dos tempos modernos, fez com que várias das normas constitucionais fossem emendadas. Um dos preceitos da Carta, no entanto, não se modificou quanto à atualidade e relevância: aquele definido no art. 233, fazendo coro com a Constituição Federal, de estímulo e apoio ao associativismo e à organização da atividade econômica em cooperativas.

O tema, antes circunscrito pela legislação preexistente quase que só à agropecuária, encontrou respaldo na norma constitucional para desenvolver-se. Hoje, também temos no Brasil cooperativas de crédito, de trabalho, de saúde, de educação e de serviços.

É evidente que o Poder Legislativo, trabalhando pelo povo e em nome do povo, não poderia ficar alheio a esse panorama de notório interesse popular. Daí surgiu a Frente Nacional Parlamentar do Cooperativismo, que frutificou organizações congêneres nos âmbitos estadual e municipal. E foi nesse contexto que a Assembléia mineira, devidamente sensibilizada pela Organização das Cooperativas do Estado, criou a Frente Parlamentar do Cooperativismo em Minas Gerais.

O encontro que estamos abrindo - em âmbito nacional e com a participação de Assembléias Estaduais, Câmaras de Vereadores, municipalidades, entidades cooperativistas e simpatizantes do movimento - tem duplo objetivo: discutir a legislação pertinente e fomentar a criação de FRENCOOPS nos Estados e municípios.

Com efeito, se a norma constitucional básica continua atual, é preciso implementar a legislação complementar específica. Tramitam hoje no Congresso Nacional inúmeras proposições sobre a matéria, ainda não transformadas em norma jurídica. Há que se fortalecer a vontade política para que cheguemos à lei, e aqui estamos para fazê-lo, ao analisar e encaminhar propostas objetivas.

Quanto à criação de frentes parlamentares de cooperativismo, o cenário é auspicioso: além das organizações já existentes, temos conhecimento de que - no âmbito estadual - as Assembléias da Bahia, Espírito Santo, Paraná e São Paulo estão-se preparando para instituir suas FRENCOOPS. Isso sem mencionar aqueles municípios de todo o Brasil igualmente interessados, que se fazem representar neste simpósio.

O movimento cooperativista pode ser considerado, atualmente, a maior organização não governamental existente no mundo. É um dos aspectos da globalização, da qual o Brasil não se pode omitir e para a qual deve preparar-se. Portanto, vamos trabalhar no assunto com entusiasmo e motivação, levando em conta o lema da FRENCOOP: "Se todos cooperarem, o Brasil acha a saída".

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que tem a honra de ser sede do encontro, apresentamos a mensagem de boas-vindas e votos de bom trabalho a todos os participantes. Aos ilustres expositores que teremos oportunidade de ouvir, os agradecimentos do Legislativo mineiro". Muito obrigado.

Antes de passar a palavra ao orador que fará a abertura, a Presidência vai anunciar a presença dos Deputados Wilson Nunes Mendes, Presidente da FRENCOOP do Piauí; Antoninho



#### Palavras do Sr. Roberto Rodrigues

Ilustre Deputado José Braga, Presidente dos trabalhos desta tarde, ilustre Senador Francelino Pereira, permitam-me saudar, na pessoa de V. Exas., as autoridades que compõem a Mesa, pois o meu tempo é de apenas 30 minutos. Se tivesse que saudar a todos, seguramente teria que falar das honras que cada um merece e perderia a chance de contar as minhas tristezas para este Plenário maravilhoso. Cumprimento, nas pessoas do Dr. Francelino e do Deputado José Braga, a todos os meus amigos cooperativistas de Minas Gerais e de todo o Brasil que aqui estão. Gostaria de agradecer ao meu amigo Deputado Paulo Piau e à FRESCOOP de Minas Gerais a oportunidade de participar de um evento tão importante, que se coloca como missão desses dois dias de reunião aqui em Belo Horizonte. Quero agradecer, também, a oportunidade de encontrar aqui tantos amigos queridos de Minas Gerais e de outros Estados para, com a sua contribuição, enriquecer o trabalho das FRESCOOPs do Brasil inteiro.

O tema que me cabe é o cooperativismo no mundo. Vou dividi-lo em duas partes. Primeiro, vou contar o que é a Aliança Cooperativa Internacional - ACI -, para que os senhores tenham uma dimensão do que isso significa. Depois, passarei ao tema propriamente dito.

A ACI é um órgão criado em 1895, na Europa, portanto tem 105 anos de idade. Congrega organizações nacionais ou setoriais de cooperativas do mundo inteiro. São 250 organizações de 101 países que se filiam à ACI. E os membros individuais das cooperativas nucleadas por essas organizações nacionais ou setoriais somam 800 milhões de pessoas do mundo inteiro. Com suas famílias e funcionários agregados, esses 800 milhões de pessoas representam 3 bilhões de pessoas no mundo inteiro ligadas ao cooperativismo, ou seja, metade da população do planeta tem alguma vinculação com o cooperativismo.

Quando se comparam esses dados com os números do cooperativismo brasileiro - temos 160 milhões de habitantes e pouco mais de 15 milhões de pessoas agregadas ao sistema -, podemos verificar como ainda estamos engatinhando no processo associativo e cooperativista em nosso País. São 800 milhões de pessoas sócias individuais e 3 bilhões de pessoas envolvidas, razão pela qual, em alguns países - e mesmo aqui alguns companheiros da FRESCOOP, e o amigo Nárccio Rodrigues se refere de alguma forma, em algumas ocasiões, a esse fato -, as pessoas chamam o Presidente da ACI de "o papa do cooperativismo", porque nem a Igreja Católica tem tantos membros pelo mundo afora como a ACI. E faço questão de recusar essa denominação, porque o Papa é celibatário, e essa é uma coisa que não interessa muito ao Presidente da ACI.

O que faz a ACI? Ela tem três obrigações fundamentais. A primeira é preservar e difundir a doutrina cooperativista e seus princípios, que são universais e que, portanto, demandam a compreensão de cooperativistas do mundo inteiro para a necessidade da integração do sistema de uma forma única. É como se fossem princípios doutrinários de uma única religião. Não se pode admitir mais de uma igreja para os mesmos princípios. A igreja do cooperativismo tem de ser uma, porque os princípios são unos e universalmente reconhecidos.

Segundo, dentro dos países, lutamos com governos, com parlamentos do mundo inteiro, quando somos chamados para isso, para que eles tenham legislações que não excluam o sistema cooperativista. O cooperativismo tem crescido muito no mundo ultimamente, e, em razão desse fato, há uma grande oposição de setores econômicos a esse crescimento. Essa oposição se traduz, muitas vezes, por "lobbies" que inibem legislações positivas, pró-ativas em favor do cooperativismo. E, mais do que isso, muitas vezes, por "lobbies" que levam a legislações excludentes, que excluem o sistema cooperativista. A ACI tem a função de ir a esses países lutar por novas e mais complexas legislações que permitam não a exclusão, mas a inclusão do sistema cooperativista no modelo econômico dos diversos países.

A terceira função da ACI é promover reuniões, congressos, eventos e seminários envolvendo todos os setores cooperativistas dos diversos países do mundo, para que intercambiem opiniões, impressões, informações, modelos gerenciais e, sobretudo agora, para que possam permitir às cooperativas intercâmbios comerciais em benefício dos associados.

Para isso, a ACI está organizada em dois grandes modelos descentralizados. O primeiro modelo são os Conselhos Continentais. Cada continente tem um conselho que agrupa todos os modelos cooperativistas existentes naquele continente. Temos, então, quatro Presidentes de Conselhos Continentais, um em cada continente, que são, naturalmente, Vice-Presidentes da ACI. Temos 14 setores mundiais por ramo cooperativista: agrícola, de trabalho, de crédito, de consumo, de seguro e assim por diante, cujos Presidentes ou fazem parte do Conselho Mundial da ACI ou são representados por algum líder daquele segmento nesse Conselho Mundial da ACI. Temos, então, um conselho com 22 pessoas, sendo 14 representantes dos diversos segmentos, 4 dos diversos continentes e mais 4 eleitos para representantes da academia ou de setores mais harmoniosos do cooperativismo mundial. Esse "board" mundial se reúne duas vezes por ano para traçar a política de ação da ACI, que é executada por escritórios continentais.

Na América, temos um escritório na Costa Rica; na Europa, em Genebra. Na Ásia, temos dois escritórios; um em Nova Délí, na Índia, e outro em Cingapura. Na África, pelas complicações que o continente tem, temos um escritório em Nairóbi, no Quênia; um em Burkina Faso, na cidade de Ouagadougou, e outro escritório no Cairo, no Egito. Os Diretores Regionais de escritórios se reúnem sistematicamente, buscando uma interação na linha de defesa e de ação que a ACI tem em sua meta de trabalho.

Isso demonstra aos senhores ligeiramente o que é a ACI, qual a sua expressão mundial e qual a sua tarefa. Vamos agora ao tema propriamente dito, o cooperativismo no mundo. Começarei contando a história de um casamento. Parece-me muito interessante, numa segunda-feira, falar de casamento. No dia em que caiu o Muro de Berlim, houve um casamento trágico para a humanidade. Casaram-se dois veteranos conhecidos do mundo inteiro. Uma senhora muito conhecida, chamada globalidade econômica, e um senhor igualmente conhecido e também pouco amado, chamado liberalismo comercial.

Quando a globalidade econômica se casou com o liberalismo comercial, a terra tremeu. E todos rezaram para que não tivessem filhos, porque, quando seres velhos como eles têm filhos, não é muito bom, porque não sabem educar, não têm paciência, esse negócio não funciona direito. Mas teimaram e tiveram duas filhas gêmeas, univitelinas, que estão arrebatando o planeta. Uma se chama concentração empresarial, e a outra, exclusão social, que andam juntas, galopando, brida solta pelo mundo afora, destruindo patrimônios e construindo riquezas da noite para o dia, sem a menor cerimônia, desconsiderando tradições, raízes, história, criando um terror econômico pelo mundo afora.

Todos conhecem essa realidade mundial da concentração econômica, da concentração empresarial e da exclusão social. Estamos vendo, todos os dias, nos jornais, Banco que compra Banco, seguradora que compra seguradora, supermercado que compra supermercado, empresa de "agribusiness" que compra empresa de "agribusiness". Está todo o mundo se juntando, e, quanto mais se juntam, em nome de uma pretensa economia geral e de um pretense benefício à sociedade, mais exclusão social, desemprego, falta de horizonte e de expectativa em relação ao futuro.

É nesse cenário de um mundo mutante, onde a única coisa que não muda é que tudo muda, que está inserido o cooperativismo mundial. E é um modelo de cooperativismo que tem uma definição clássica muito interessante. É o modelo central de democracia econômica, em que a participação de cada membro independe do seu tamanho ou da sua capacidade empresarial. Essa democracia econômica, que é a beleza do sistema cooperativista, está também criando problemas para o cooperativismo no mundo afora. Por quê? Basicamente porque essa democracia econômica faz com que a liderança cooperativista no mundo afora sempre procure consultar os membros da sua base para tomar decisões em relação a ações que têm de ser implementadas pela cooperativa. O mundo globalizado que temos hoje, ágil, de comunicação em tempo real a qualquer momento, impede que isso continue a acontecer, ou seja, não há mais espaço para o velho líder cooperativista, cuja característica fundamental era consultar e interpretar os anseios da base e tomar decisões a partir da interpretação. Não há mais tempo para isso, porque, se ele for consultar, quando a consulta terminar, o cavalo já passou arreado, alguém já montou nele lá na frente, e a cooperativa perdeu a oportunidade do negócio. Não há mais espaço para isso.

Como conciliar a absolutamente imprescindível democracia do cooperativismo com a agilidade que o mundo moderno impõe? Só há um jeito. Precisamos de um novo líder, não mais aquele que exclusivamente consulta ou interpreta, mas aquele que, além de ter seus valores pessoais claros - que são valores definidos pelo cooperativismo, de honestidade, democracia, liberdade -, tem visão, projeto. Quando elegemos uma pessoa, não o fazemos porque é um bom sujeito, honesto, sério, um bom pai de família, apenas. Tudo isso é fundamental, mas ele, mais do que isso, tem de ter um projeto de tal forma, que, se eleito, está eleito o seu projeto, o seu programa de trabalho, razão pela qual ele não tem mais que tomar decisões pendentes de consultas à sua base. Ele pode seguir o seu trabalho, obviamente assumindo os riscos que as decisões implicam.

Levamos em consideração um aspecto fundamental. Jamais ele pode ser um ditador; tem de ser um condutor, um programador, aquele que tem a visão do projeto, convence a sua base e recebe dela o mandato para cumprir o seu projeto. Caso contrário, é ditadura. E nada pior em cooperativa que a ditadura.

Mas esse novo líder, que tem de ser visionário e ter capacidade de convencer, tem de ter também coragem pessoal. Essa é uma coisa que aparentemente contradiz a doutrina cooperativista. Por que um líder cooperativista tem de ter coragem? Para colocar para fora da cooperativa o mau cooperado, o mau funcionário, o mau dirigente; colocar para fora do

sistema a má cooperativa. Hoje o mundo está cheio de cooperativas que usam o radical cooperativismo - porque as legislações nacionais ficaram obsoletas, porque não existem sistemas claros ou por qualquer outra razão - em benefício de uma ou duas pessoas. É preciso acabar com esse tipo de coisa por via de legislações nacionais mais modernas, mais consistentes e mais conseqüentes com relação à realidade que vivemos hoje. Então, é preciso ter coragem pessoal, além de ter visão.

Mas não basta. O novo líder cooperativista e o novo modelo cooperativista têm de ter também capacidade de fazer fusões e incorporações, reduzindo o número de cooperativas. Esse é um assunto com o qual me venho batendo há muitos anos, e o Alfeu, o Flodoaldo, o Agostinho, o Ronaldo e tantos amigos que hoje estão aqui são testemunhas disso e sabem dessa luta de anos. Não dá mais para ter uma cooperativa em cada município, não é preciso. Precisamos reduzir custos, porque o que está havendo hoje é concorrência e competição entre cooperativas, quando a doutrina exige cooperação entre cooperativas. Os países desenvolvidos têm hoje, na sua Folha de Ação Cooperativista, no nº 1, fusão, incorporação, redução do número de cooperativas, em benefício do coletivo.

Isso pode parecer uma contradição. Se afirmarmos que, daquelas duas irmãs gêmeas, a concentração implica exclusão, como defender a fusão de cooperativas, que é também um modelo concentrador? Por uma razão muito simples, e não há aí nenhuma contradição, nenhum paradoxo. As cooperativas são o único setor que deve se concentrar, e jamais excluirão. Ao contrário, à medida que se concentram e aumentam o seu poder de fogo no mercado, garantem ao seu cooperado não apenas o acesso ao mercado local, que já têm, pela cooperativa, mas também o acesso a mercados internacionais, que só a grande empresa cooperativa pode ter. Esse é hoje o modelo seguido pelo mundo inteiro e que, no Brasil, ainda rezinga, em razão de vaidades pessoais, ciúmes, vantagens e de pequenos poderes que são distribuídos pelas cooperativas pelo País afora. As cooperativas têm de buscar novas alianças estratégicas, precisam cuidar da sua imagem, fazer investimentos maciços em recursos humanos e trabalhar suas relações com o Estado, particularmente em busca de novas legislações, que não excluam o sistema cooperativista.

Todo esse projeto de nova liderança, de profissionalização, de aliança estratégica, de fusões e incorporações, de recursos humanos está inserido numa vertente muito mais séria do que uma descrição de ação da cooperativa. Por trás disso tudo, há uma filosofia importante. Quando as cooperativas surgiram na Europa, em meados do século XIX, como uma reação à Revolução Industrial, que também provocava exclusão social, elas foram tratadas - e isso durou até a queda do Muro de Berlim - como a terceira via para o desenvolvimento econômico e social, entre o capitalismo e o socialismo. Por aí fluía o caudal cooperativista, para uma terceira via.

Hoje, já não se pode dizer que existe socialismo nem capitalismo. Ambos os modelos, de certa forma, cada um a sua maneira, fracassaram num passado recente. Então, já não existem as duas margens do capitalismo e do socialismo no mundo moderno. As cooperativas têm que construir um novo caudal, e é nisso que a ACI está empenhada, visceralmente. Esse novo caudal tem outras margens. De um lado, é o mercado, que está aí, queiramos ou não. As cooperativas devem ser empresas competitivas, eficientes, profissionais, competindo no mercado e ganhando, prestando serviços a seus cooperados de maneira a garantir-lhes agregação ao seu valor, ao valor do seu serviço, ao seu produto.

A outra margem é a felicidade das pessoas, o bem-estar das pessoas, porque cooperativa é uma questão de gente, não é uma questão de capital. Então, o novo fluxo do cooperativismo já não é o caudal entre o capitalismo e o socialismo, que era a definição até então, que chamo de a primeira onda da história cooperativista. Na segunda onda, a cooperativa é uma ponte, e não o fluxo, é uma ponte entre o mercado e a felicidade das pessoas. Temos que construir a nova realidade cooperativista segundo esse modelo de modernização, etc. Nessa realidade do desemprego - talvez a mais feia face da exclusão social, mas não a única -, é preciso citar dois ou três, digamos, fantasmas que estão assombrando a humanidade, simplesmente pelo fato de serem desconhecidos, pelo fato de serem o novo. Sempre temos medo do novo, daquilo que não conhecemos. Há dois universos circulando pelo mundo afora hoje, que são, para as cooperativas, uma oportunidade e uma ameaça. Um deles é a Internet, e o outro é a biotecnologia. São dois gigantes fantásticos que vieram para ficar - sabemos como começou, mas não sabemos como vai acabar. Estive, em janeiro, no World Economic Forum, na Suíça, um evento extraordinário, do qual participaram economistas, políticos, empresários do mundo inteiro, em uma semana de trabalho contínuo e estafante, em que se realizaram 322 painéis. Desses 322 painéis, nenhum falou sobre agricultura, nenhum tratou de agricultura, e 91 cuidaram da Internet, ou seja, 1/3 dos painéis, direta ou indiretamente, trataram da Internet.

Voltei preocupado com esse assunto, pelas duas razões, seja porque a agricultura não foi considerada, seja porque a Internet foi excessivamente tratada, e me convenci de duas coisas. Primeiro, a agricultura não é um assunto que interessa para rico. Rico não quer falar sobre agricultura. Não é país rico, é pessoa rica. Gente rica não quer falar sobre agricultura, por uma razão óbvia. O que ele gasta para comer é um pedaço muito pequeno do seu orçamento, ele gasta mesmo é em ações, em investimentos. Então, é isso o que importa conversar para um indivíduo rico, seja mulher, seja homem. Então, falar de agricultura para gente rica é um assunto chato, ou seja, falar de esterco de vaca, graxa de trator, cheiro de herbicida, adubo, poeira, sujeira, isso é coisa de pobre. Rico não quer falar de agricultura.

Então, o que o rico fala para o seu governo, que também é rico? Fala o seguinte: eu não quero tratar de agricultura. Comida, roupa e essas coisas, alguém vai produzir para nós, de uma forma ou de outra. Você, governo, resolva esse problema para mim, pagando o que tiver que pagar. Eu pago, porque sou rico. Esse é um conceito que deve entrar na cabeça da gente. Eu pago, porque eu sou rico. Eu posso pagar. E os governos ricos ficam felizes com isso, porque recolhem impostos pagos pelos ricos e subsidiam seus agricultores, em detrimento dos países pobres, como é o caso do Brasil, que não pode subsidiar os seus produtores ou acha que não pode, porque essa não é uma opção política do Governo brasileiro.

Então, temos que ter claramente esse conceito. Não tenhamos ilusões de que o protecionismo dos países ricos vai acabar ou diminuir em curto prazo, porque as pessoas que compõem esse países querem ficar livres dessa discussão, não querem ter esse problema para conversar e pagam para que os seus governos subsidiem os agricultores. Então, isso é muito importante para nós, porque vamos falar sobre isso daqui a pouco, sobre o papel das cooperativas agrícolas nesse novo projeto.

O segundo assunto é a Internet. Vinha falando bastante sobre isso, agora, há pouco, com o Alfeu, que está preocupadíssimo com isso. Quando eu vinha trazendo o milho, ele estava voltando com a farinha, já com um projeto interessante, que a OCEMG está montando em Minas Gerais. Mas é o seguinte: para que eu preciso da minha cooperativa? Eu sento na minha fazenda, no meu computador e compro adubo em Vancouver, compro semente em Rosário, compro máquina na República Tcheca. Não preciso sair da minha casa. Vendo a minha soja em Chicago, sem sair da minha fazenda. Para que eu preciso da minha cooperativa? Para que eu preciso da minha cooperativa de crédito se faço operação de crédito pelo computador? Então, as cooperativas precisam olhar esse novo universo da Internet com muita seriedade. Acho que se abre para a cooperativa uma oportunidade fantástica com a Internet. Ela será a agente de logística, porque comprar adubo em Vancouver é fácil. Mas o adubo chegar na minha fazenda, na hora certa, empacotado do jeito que eu quero é o pepino. A cooperativa, sem dívida, tem, na área financeira, na área do crédito, do seguro, do transporte, da armazenagem, da distribuição, da logística, enfim, o grande papel moderno por via da Internet. Há uma série de variáveis que poderíamos levar em consideração sobre isso, mas não vou tomar muito o tempo, porque, senão, não conseguiremos terminar o raciocínio sobre esse assunto, mas é um mundo novo que assusta. Preocupo-me, Senador Francelino Pereira, até com o aspecto relacionado à Internet. Estou na minha fazenda, cada um está na sua casa, e compramos desde passagem de avião até automóvel pela Internet. Já não é necessário sair de casa para fazer as coisas. Hoje, fala-se que não vai sobrar nenhuma agência de viagens daqui a um ano. Todos vão comprar passagem direto pela Internet.

Estive, há poucos dias, na França, na Itália, e disseram-me o seguinte: o parlamento europeu já não representa o eleitorado europeu. Perguntei quantas pessoas votaram no parlamento europeu: 23% dos eleitores. Então, a pergunta é: não representa porque só 23% votaram ou 23% votaram porque não representavam? Onde está o ovo e onde está a galinha? Embora não consigamos descobrir esse fato, há uma consequência clara nesse processo: 23% não representa mesmo. Quem representa quem, então? Quem vai representar quem, se posso fazer tudo com o meu computador, isoladamente, sozinho? Quem terá legitimidade? Não haverá, nesse caso, um risco para as instituições públicas e privadas? Com a informática, com a comunicação em tempo real, só sobreviverá a instituição, seja governo, seja iniciativa privada, que agregar valor ao seu mutuário, ao seu cliente. Quem não fizer isso vai desaparecer na poeira do tempo, como empresas gigantes estão desaparecendo agora, em razão das duas irmãs que estão galopando pelo mundo afora.

Estou fazendo uma afirmação um pouco metafísica, para provocar o debate e criar, na cabeça de todos nós, uma expectativa que deve ser detalhada e observada com rigor. Eu me preocupo com o cooperativismo, no primeiro momento, em relação à Internet, ou seja, nós, cooperativistas, temos que usar esse instrumento, e não, fugir dele. Se fugirmos, seremos isolados. Daqui a cinco anos, quem não tiver um computador será como uma pessoa que hoje não tem carta de motorista. A Internet pode ser um amplificador do capital social pelo mundo afora. Aí está um papel novo, que as cooperativas têm que assumir. Isso me leva a uma outra consideração.

Imagino que já esteja com o tempo terminando. Sr. Presidente, o senhor me avise quando estiver terminando o tempo, porque, senão, vou até depois de amanhã, ainda por cima com um violão, não saímos nunca mais do microfone.

Qual é o grande problema dos governos sérios do mundo inteiro, hoje? O grande problema é a exclusão social, representada, de maneira geral, pelo desemprego. Outro problema terrível que os governos enfrentam hoje é a preservação dos recursos naturais. Outro problema é a distribuição da renda. Mas, de todos eles, sem dúvida, o mais agressivo, do ponto de vista de credibilidade de sustentação governamental, é o desemprego.

Um aspecto terrível do desemprego hoje é a ameaça que ele faz à estabilidade dos governos. Vejam vocês: a Grande São Paulo tem hoje, segundo dados oficiais, 1.500.000 desempregados. É algo em torno disso. Imaginem se 1.300.000 pessoas se organizassem sob um comando único: que governo agüenta uma coisa dessas? Isso é mais do que o

Exército brasileiro sediado no Estado de São Paulo. É uma força militar que aniquila qualquer condição de sustentação governamental. O desemprego, no mundo, está se transformando em uma ameaça brutal a governos e, mais do que isso, a democracias. A OIT fala hoje em cerca de 2 bilhões de pessoas, no mundo, subempregadas ou desempregadas. Isso já não é uma minoria. Isso já é a maioria da população economicamente ativa no planeta. Então, a ameaça que essas duas irmãs, a concentração e a exclusão, provocam à democracia é, sem dúvida, a mais grave já sofrida pela democracia na história universal.

Onde entra o cooperativismo nisso? O cooperativismo é hoje um agente que vai exatamente responder às questões colocadas antes, gera empregos. O cooperativismo de trabalho está explodindo no mundo inteiro. Poderia dar centenas de exemplos, que são observados pelo mundo afora, mas há um exemplo que faço questão de dar. Na Itália, na Espanha, nos países nórdicos e em alguns países asiáticos, está surgindo um trabalho novo, que é o seguinte: milhares de pessoas, médicos, paramédicos, psicólogos, enfermeiras, que se formam nas universidades não encontram emprego na área pública nem na área privada. Eles estão se organizando em cooperativas de serviços sociais de trabalho, prestando serviços a pessoas enfermas, a velhos, a crianças, a pessoas com determinadas carências físicas ou mentais, na relação entre pessoas, criando hospitais e modelos de clínicas. Eles estão crescendo, desobrigando os Estados que já não conseguem atender a essa demanda gigantesca. Aliás, o crescimento da faixa etária, no mundo, está causando essa demanda. Hoje, todos temos uma expectativa de vida muito maior do que há dez anos. Então, está aumentando a demanda desse tipo de serviço. Então, esses jovens se encontram em cooperativas, gerando emprego e trabalho, com extraordinária repercussão pelo mundo afora.

Há poucos meses, estive na Dinamarca, que tem um problema crucial. O serviço social de seguridade social que dá o seguro-desemprego a trabalhadores está começando a virar o disco. Jovens saem da universidade, não têm emprego, filiam-se à seguridade social e recebem um salário de US\$1.500,00 por mês, que é um pequeno salário comparado com a renda "per capita" do cidadão dinamarquês comum. Ele se casa com uma outra jovem, associa-se a uma outra jovem colega que também se filia e tem mais US\$1.500,00. Então, é um caszinho com US\$3.000,00 de renda "per capita" por mês, e vive-se perfeitamente bem na Dinamarca. Compram uma bicicleta e vão passear pela Dinamarca, pela Suécia, pela Finlândia, pela Noruega. Isso é uma beleza. Resultado: está crescendo uma geração jovem sem compromisso com o país, com a história, com a realidade. A sociedade está começando a reagir a isso, querendo reduzir esses salários, ao que se opõem os pais desses jovens, porque, se reduzirem os salários, eles é que terão que bancá-los. Então, há uma contradição nesse aspecto que as cooperativas estão resolvendo, gerando emprego e trabalho para todas as profissões do mundo inteiro. Então, o que significa isso? As cooperativas estão dando resposta a governos e gerando empregos. Segundo, as cooperativas são, evidentemente, entidades que procuram distribuir a renda, combater as injustiças sociais e têm um papel fundamental na democracia econômica dos diversos países. As cooperativas defendem o meio ambiente. Está nos princípios cooperativistas a defesa do meio ambiente.

Esse é um dos itens da preocupação com a comunidade e defesa do meio ambiente. Então, é preciso que o cooperativismo se transforme hoje em parceiro ideal para governos democráticos sérios, porque está defendendo as mesmas coisas que eles. É preciso que os países todos tenham legislações que permitam ao cooperativismo exercer o papel de parceiro, e não ser combatido, como, por exemplo, é combatido, no Brasil inteiro, por certos setores do poder público, por falta de legislação adequada. É preciso cuidar da legislação que permita às cooperativas serem parceiras de governos sérios, para defender a democracia, que é a melhor forma de regime de governo, é preciso cuidar de legislações que permitam às cooperativas exercer essa parceria em defesa da democracia e, mais que isso, defendendo a democracia estamos defendendo a paz, que está colocada em risco no mundo inteiro.

Amanhã, estou indo para Bogotá para uma reunião importante para a qual fui convidado, em busca de soluções cooperativistas para a paz na Colômbia. De lá vou para Israel, onde, sexta-feira, participarei de uma discussão em busca de acordos entre facções rivais em Israel. De lá, vou para a França, para uma discussão no UNICEF, exatamente em busca de caminhos novos para órgãos sociais privados, para diminuir o desemprego, para diminuir as desigualdades sociais.

Assim, as cooperativas têm um papel relevante no mundo inteiro em defesa da democracia, em defesa da paz. Cada país tem que buscar mecanismos legais que permitam às cooperativas exercer esse papel relevante, novo, que transcende o papel social de empresas ligadas à economia social. Isso, evidentemente, tem que ser colocado levando em consideração as contradições intrínsecas do sistema cooperativista. As contradições são inúmeras; não temos tempo de falar de todas, mas vamos falar de duas sobre as quais vale a pena tecer alguns comentários.

A primeira é o seguinte: o que é cooperativismo? Qual é a definição clássica de cooperativismo? Vou falar numa mesa em que há vários professores dessa área. Cooperativismo é uma doutrina que visa corrigir o social através do econômico. Portanto, é uma doutrina fantástica, e cabe sob medida em países que têm grandes diferenças sociais, como é o caso do Brasil, da Bolívia, dos países africanos, dos países da América Central e do Caribe. No entanto, o lugar em que o cooperativismo é mais forte não é o Brasil nem a Bolívia nem os países africanos ou a América Central. Ele é mais forte na Alemanha, no Japão, nos Estados Unidos, no Canadá, na Suíça, na França, e por quê? Se são modelos para melhorar o social através do econômico, por que são eficientes onde o social está resolvido? É porque nesses países existe cultura associativa, e não diploma de cooperativismo apenas. É cultura comportamental que nos falta, mas essa é uma contradição do cooperativismo. Sem formação de recursos humanos, sem treinamento, sem imagem defendendo a diferença cooperativista, não vamos ter nunca uma cultura que nos permita avançar nos números que o mundo moderno tem hoje, dentro do cooperativismo.

A segunda contradição dentro desse modelo de defesa da paz e da democracia: é fundamental que consideremos que o cooperativismo não é um instrumento de mudanças de regime, ele visa a corrigir o social através do econômico, distribuindo rendas, cuidando do meio ambiente, gerando empregos, criando cidadãos muito mais conscientes de sua cidadania do que numa relação pura e simples entre empregados e empregadores.

Mas o cooperativismo é uma reação às conseqüências que agridem, concentram e excluem. Muitos pensam que cooperativismo é uma reação ao capitalismo, mas não é; ele tem que se servir dos mesmos instrumentos do sistema, para prestar serviços que agreguem valor ao seu associado. Os socialistas falam que vão fazer cooperativas para criar um modelo capitalista; isso é errado. As cooperativas do Leste europeu, quando se transformaram em agências de liberalismo econômico, transformaram-se em fontes de corrupção, inclusive, para os governos. O cooperativismo da Polônia foi execrado porque eram agências de corrupção. Ele tem que se servir dos mesmos instrumentos do modelo socialista para repetir o sistema e dar vantagens aos cooperados dentro do sistema. Então, isso é um dado relevante. Cooperativa não é um elemento de mudança de regime é um elemento de mitigação dos defeitos do regime; tem que se servir dos mesmos elementos para dar vantagens aos cooperados.

Basicamente meus senhores, essa era a mensagem que eu queria trazer para os senhores. As cooperativas vivem hoje nesse mundo cambiante, em que a Internet se apresenta como um fantasma e a biotecnologia como outro. Aliás, nem falei de biotecnologia, para não criar assombração neste brilhante e belíssimo Plenário. Mas vou falar uma coisa, outro dia, falaram-me que na EMBRAPA identificaram uma proteína que confere resistência à teia de aranha - é muito resistente a teia de aranha, aquela rede fininha pega insetos enormes, até pássaros. Pois bem, conseguiram isolar, através da biotecnologia, uma proteína que confere resistência à teia de aranha. Inocularam essa proteína nas glândulas mamárias de cabras, tiraram o leite dessas cabras e, desse leite, texturizaram a proteína, criando uma fibra dez vezes mais resistente que o aço, que está sendo usada no Canadá em porta-aviões, impedir que o avião, ao descer, caia do outro lado do porta-aviões. Imaginem isso, teia de aranha em teta de cabra, onde vai parar esse negócio? Onde vai parar a ação do homem "vis-à-vis" à ação de Deus? Não sabemos qual o limite disso, mas temos que ser agentes desse processo. Não podemos fingir que a Internet não existe; que não existe biotecnologia. Temos de assumir responsabilidades em relação a isso e criar mecanismos fundamentais para a defesa da paz e da democracia. Essa é a nova tarefa do cooperativismo no Brasil e no mundo, e para isso precisamos de uma lei moderna que una o sistema cooperativista. E aqui, Senador, como disse, o senhor tem um papel na história do Brasil muito maior que o que a maioria dos brasileiros podem imaginar. O senhor tem a responsabilidade de escrever o documento que vai permitir ao movimento cooperativista brasileiro trabalhar para a paz e a democracia em nosso País. É enorme a responsabilidade, e o senhor me dê licença para pedir uma coisa. A unicidade do sistema tem que ser preservada porque é uma doutrina, são princípios universais. Se eu tiver duas ou três OCBs, vou ter duas ou três igrejas quando a religião é uma; não podemos imaginar mais de uma organização cooperativista em cada país. No mundo inteiro, hoje, é o que se busca, e o que o adversário do cooperativismo quer, às vezes sem perceber, ao propor a não-unicidade, é o cisma, como houve o cisma na Igreja Católica. É preciso ter união e integração dentro do sistema cooperativista, caso contrário, teremos várias facções, que é o que interessa a quem quer destruir o sistema.

Então, peço-lhe que, por favor, considere essa hipótese da unicidade da representação, e pode haver também uma contradição. Eu defendo a pluralidade sindical, porque não há doutrina por trás disso, mas cooperativismo tem doutrina, tem religião, dogmas fundamentais para nossa sobrevivência. Por favor, considere essa hipótese. Estou às suas ordens para tratar desse assunto.

Feito isso, Presidente Paulo Piau, muito obrigado pelo convite, quero cumprimentá-lo. Já o conheço há muitos anos, apesar de sua juventude exuberante e de minha veteranice de avô, mas costumo dizer sempre nas minhas palestras que é uma delícia ser avô. Para dar uma impressão mais alegre, quando meu primeiro neto nasceu, meu pai me falou: "Meu filho, você não sabe como é gostoso ser avô, é uma coisa maravilhosa, mas o duro é dormir com a avó". Eu discordo, não acho ruim dormir com a avó, não, o ruim é acordar com ela, sempre a mesma avó. Mas não é tão ruim assim, não. O problema de ser avô, grave mesmo, é um animal chamado genro. Esse é um problema dramático; se a gente fosse avô só a partir de nora, seria uma delícia, todas são celestiais, invenções de Deus, angelicais, maravilhosas. Genros são invenções demoníacas, mas temos de ter genros, é a única coisa triste de ser avô. O genro está sempre tomando o uísque que guardei para você e para os Senadores Francelino Pereira e José de Alencar. Quero convidá-los para tomarem um uísque especial lá em casa, mas o genro vai lá, toma o seu uísque sem a sua autorização. É assim que funciona essa desgraça: quando vai almoçar lá em casa, senta na minha cadeira, liga a televisão e torce para o Corinthians. Pode ter um animal mais desprezível que genro? Não tem jeito, não.

Meus amigos, o cooperativismo, no mundo inteiro, está hoje assumindo uma posição de relevo na geração de emprego, na distribuição de renda e na melhoria da concepção de defesa

do social. A doutrina cooperativista está se transformando cada vez mais numa arma poderosa na defesa da democracia e da paz. O Brasil não pode ficar fora desse processo. É preciso que façamos a lição de casa, a legislação. Temos de ter coragem de excluir quem não presta e vamos construir um modelo que vai nos levar para o terceiro milênio nas asas da democracia. Muito obrigado. (- Palmas.)

Palavras do Sr. Marcos Arruda

Boa tarde para todos e para todas. Estou muito honrado de estar aqui neste espaço e agradeço o convite ao deputado Ivo José. Gostaria de saudar o Senador que está presidindo o processo de redação da nova lei do cooperativismo e todos os outros representantes que estão aqui na Mesa.

Gostaria de iniciar minhas palavras com uma história que já traz um pouco do espírito desse cooperativismo que procuramos, num mundo tão antiooperativo como o mundo em que vivemos. É o prazer da abelha coletar o mel da flor, mas também é prazer da flor ceder seu mel à abelha, pois, para a abelha, uma flor é fonte de vida; para a flor, a abelha é uma mensageira do amor; e, para as duas, abelha e flor, o dar e o receber são uma necessidade e um êxtase. Isso é do Gibran Khalil, autor de "O Profeta". Aqui está colocado um dos elementos fundamentais do cooperativismo, que me parece ter o poder de transformar este mundo; o poder de ir muito além de simplesmente mitigar os problemas com que convivemos e que vivemos no mundo atual. Parece-me que o cooperativismo tem um potencial que vai além da mitigação. Aqui estão dois seres diferentes; aqui está a diversidade. Cada um exerce uma função em relação ao outro; nessa diferença, complementam-se e, ao se complementarem, realizam-se - um, o sentido do outro; cada um permite que o outro se realize porque o um existe. Assim, dessa diversidade, nasce uma unidade que não destrói a diversidade. Essa convivência de opostos - diversidade e unidade - é o grande desafio de nosso mundo, hoje. Se há uma causa fundamental para as guerras e para os conflitos mais violentos, ela tem a ver com a falta de tolerância para com a diversidade - a tentativa de anular e unificar aquilo que é diverso - ou com o caos que é o reinado do diverso, sem nenhuma busca de unificação e de harmonização. O grande desafio, até da própria política, é combinar essas duas dimensões - respeitar profundamente a diversidade e, ao mesmo tempo, sobretudo no espaço humano, de seres conscientes e reflexivos, construir unanimidade, espíritos em comum, projetos em comum. Nossa tarefa é fazer tudo isso, respeitando a diversidade. Mas nossa humanidade ainda não encontrou formas institucionais, e mesmo legais, de realizar isso, na prática - daí as guerras e os confrontos. Daí, também, uma economia fundada na competição, e não na cooperação. Há, aí, um problema de incompatibilidade. Se a lógica dominante de um sistema é a competição, a tendência é que ele leve à adversidade, ao confronto e à guerra; não há paz nem cooperação. Por mais bem-intencionados que sejam os que falam em cooperação, no mundo da competição a prática sempre termina em guerras e conflitos definitivos, em que alguém ganha às custas da derrota do outro.

De modo que me parece que está na raiz do projeto cooperativo uma outra sociedade, que não pode ter como valor central a competição. E aqui, nessa história do Gibran Kalil, está outro valor que pode dar sentido ao diverso: o valor da complementaridade. O fato de serem diversos a mulher e o homem, no casal, já revela que não são iguais - se fossem, não seriam um casal. E é justamente o fato de ser diferente que se explica por ser complementar. Se projetarmos isso para a sociedade, podemos sonhar em construir uma sociedade fundada na valorização da diversidade e na complementaridade como modo de relação do diverso, como aquela ponte que une os seres que são diferentes, que têm capacidades, competências e recursos diferentes.

Bem, eu trouxe algumas projeções, mas estou temendo que não sejam acessíveis a todo o Plenário, a começar pelo fato de que a Mesa fica incapaz de ver a tela. Tínhamos tentado projetar pelo computador, mas pode haver uma pane e não dar certo. Então, estou pensando em abandonar a projeção. Não sei... Vamos tentar? Porque são poucas e, talvez, sejam ilustrativas. Se pudermos colocar aqui o mapa...

Bem, este é o mapa-múndi, e vou relatar para a Mesa, em duas palavras, o sentido dessa primeira projeção. Se vocês olharem com atenção essa geografia, não reconhecerão os continentes com os quais estamos habituados. Por quê? O título dessa projeção é "A Geografia do Dinheiro". Ai estão colocados, por área, por superfície, os países que têm dinheiro. Os que não têm, têm pouco ou têm menos caem fora. O resultado é um mapa completamente distorcido, como vemos aí. Na América Latina, só temos dois países: o Brasil e a Argentina. Na África, só dois países, com um prolongamento no Oriente Médio, que é a Arábia Saudita; a Nigéria e a África do Sul. Em compensação, no Hemisfério Norte, alguns países que, no mapa comum, quase não vemos, no mapa do dinheiro são enormes. Por exemplo, a Suíça e a França, que cabem 12 vezes dentro do Brasil, tornam-se gigantes. Os Estados Unidos estão ocupando grande parte das Américas. O Japão transformou-se em China, que, por sua vez, reduziu-se a um tamanho um pouco maior que o da Suíça. Isso é uma ilustração do que disse o Dr. Roberto acerca da concentração de recursos, de renda, de dinheiro.

Para trazer nossa realidade para cá, gostaria apenas de citar alguns números do momento atual. Há uma semana foi publicado que, no ano de 1999, os Bancos estrangeiros operando no Brasil tiveram um aumento de lucro de 852%; no mesmo ano, os Bancos brasileiros tiveram um aumento de lucro de 55%; enquanto isso, o salário mínimo aumentou 5,08%. Quer dizer, isso é um mundo de concentração de riquezas e de crescente desigualdade. É importante que constataremos, todos juntos, que essas duas irmãs estão destruindo a humanidade, aliadas a algumas outras irmãs, como a crise ambiental. Mas ainda mais importante é mergulharmos um pouco mais fundo e nos perguntarmos a razão de existir uma crescente concentração. De onde vem ela? Quais são os fatores que geram essa crescente desigualdade, essa crescente exclusão? E esse maciço e crescente desemprego, o subemprego, a precariedade e desvalorização do trabalho humano, que é um dos instrumentos fundamentais de afirmação da existência do ser humano? Negar o direito ao trabalho é negar ao ser humano o direito de ser. E o emprego não é a resposta definitiva, porque coloca o ser humano na condição de subordinado. O cooperativismo entra justamente com um projeto transformador, porque, em vez de subordinado, o sócio da cooperativa se torna proprietário e gestor de seu empreendimento. Ele já não é um subordinado, mas um sujeito. Ele tem respeitado o direito humano fundamental, que é o direito econômico; ele se torna um cidadão ativo da sua economia, do seu desenvolvimento. Ora, esse é um projeto diferente, que vai à raiz do problema da exclusão, que, entre outras coisas, está no trabalho subordinado - e o trabalho assalariado é um trabalho subordinado. A cooperativa elimina o salário e, em seu lugar, cria uma remuneração fundada no trabalho, e não no capital que cada um controle. Essa é uma outra lógica, um outro valor, que coloca como centro o trabalho humano, o ser humano, e não o capital. E ao colocar o trabalho humano no centro, redefine a economia como um meio, não mais como um fim. Ai podemos resgatar o sentido original de economia. Em grego, economia quer dizer: "eco", de "oikos", casa; "nómos", administração, gestão, cuidado. Trata-se da gestão da casa. Mas casa de quem? O que é importante: a casa, o edifício, ou quem mora nele? O sistema econômico em que vivemos esqueceu-se completamente do habitante da casa; ou melhor, só valem alguns habitantes. É como se, em uma família de 10 filhos, apenas 2 contassem, e os outros pudessem sobreviver do nada. Que pais seriam esses? Que administração doméstica, em termos humanos e sociais, profundamente injusta e destruidora! Projetando a mesma lógica para os âmbitos nacional e global, temos um País extremamente deformado e mal administrado, em que seu sujeito principal, que são os 162 milhões de habitantes, não contam; só contam 20 ou 30 milhões.

Então, é preciso fazer algo muito mais profundo para transformar essa realidade. E concordo plenamente com a visão de que o cooperativismo e o associativismo, que nasceram juntos, têm o potencial de construir, de baixo para cima, uma nova economia, cujos princípios já praticam uma realidade diferente daquela que predomina hoje. Por exemplo, não posso acreditar que só exista um comércio, que é aquele da plena e total competição e guerra entre os que vendem e os que compram. Acho que é possível um comércio cooperativo; é possível um mercado solidário. E esses valores da cooperação e da solidariedade são parte do mundo do cooperativismo.

Mas de que jeito? É preciso que nos façamos uma pergunta fundamental para explicar todo o drama do mundo em que vivemos: quem somos nós? Quem é o ser humano? Para que estamos nesta terra? Alguns têm respondido com muita convicção: estamos aqui para lutar pelo nosso; cada um por si, e Deus por mim. O homem, quer dizer, o ser humano, geralmente reduzido ao homem, é um ser competitivo por natureza, e está aí para se confrontar com os outros homens e ou come ou é comido. Naquela frase histórica do Hobbes, "o homem é o lobo do homem" - ele não conhecia nem a natureza cooperativa dos lobos quando disse isso.

Pois sugiro a vocês uma outra compreensão do ser humano. Essa compreensão coloca o indivíduo no lugar central e absoluto. Mas trata-se do indivíduo abstrato; daí, essa distorção chamada individualismo. É a idéia de que existimos no espaço e, por isso, temos todos os direitos, enquanto indivíduos. Daí, durante muitos anos, só trabalhamos com a carta dos direitos individuais do ser humano. Foram necessárias algumas décadas para que se introduzissem nos debates da ONU os direitos sociais, os direitos políticos, o direito econômico do ser humano e, finalmente, o direito ao desenvolvimento - um direito dos povos e não apenas dos indivíduos. Então, retomando o indivíduo nessa abstração, eu sou sozinho no mundo, e tudo que fizer é legítimo, se for para meu bem; e, ainda, se cada outro fizer o mesmo, o mundo estará em ordem - este é o fundamento desse liberalismo, que é um dos cônjuges do casal que o Dr. Roberto nos apresentou. O resultado disso é que olhamos cada outro, cada outra pessoa, não como um ser semelhante, como um próximo a quem posso amar e com quem posso compartilhar, mas como um inimigo, uma ameaça, um adversário. Essa é a lógica fundamental.

Esse é o conceito básico que predomina no mundo em que vivemos, principalmente pelo fato de que, depois, ele é projetado a cada outro espaço e nível da realidade. Temos aí a projeção do ser abstrato lá em cima, absoluto, isolado, sem contexto e, portanto, sempre em guerra com os outros seres humanos. Quando projetamos isso em nível coletivo, concluímos que cada empresa tem que ser inimiga de cada empresa, cada etnia tem que ser inimiga das outras e cada país-nação tem que ser inimigo dos outros. E, quando chegamos à ficção científica, vemos que cada país tem que ser inimigo dos outros. E só conseguimos conceber outros planetas que vêm para invadir, ocupar, explorar, destruir a nossa Terra. Jamais pensamos que eles poderiam vir para fazer amizade, fazer uma ponte ou criar complementaridade.

Então, no pé da página, está o outro conceito de ser humano. É o ser humano concreto, e não abstrato. É o ser humano - relação; é o ser humano - interconexão; é o ser humano que está existindo desde que começou a existir e desde que nasceu, em relação aos outros, à natureza e a toda essa cadeia misteriosa de vida que nos gerou e, depois, vai nos receber, para continuar, mais adiante, a cadeia da nossa existência terrena individual. Nesse ser concreto, interação não pode existir em um ambiente de confrontação, de briga, de guerra. E eu

diria, então, uma frase que parece muito estranha na boca de um economista: nós somos, não só por razões de fé, mas por razões científicas, seres essencialmente cooperativos e amorosos. E a nossa verdadeira natureza cooperativa e amorosa está distorcida por 10 mil anos de disputa pela propriedade, pelo controle de bens materiais. Não descobrimos, até hoje, que, compartilhando, todos estarão melhor. Mesmo que eu tenha menos, vou estar melhor porque a quantidade não é equitativa à qualidade.

E a História está aí para provar isso. Estamos diante de um desafio magnífico. A globalização, que é o marido daquele casal, carrega em si terríveis ameaças, terríveis sofrimentos, como descreveu o Dr. Roberto. E nós conhecemos isso em nosso dia-a-dia. Estou falando com toda a humildade de quem não trabalha no nível global do Dr. Roberto. Estou trazendo o testemunho do Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro. É um Fórum que busca valorizar e promover os valores originais do cooperativismo na prática cotidiana das cooperativas e associações. Entre esses valores, sublinha-se o valor ou a doutrina da livre organização de associados em cooperativas. Portanto, esse direito à livre associação estende-se também ao espaço associativo e cooperativo.

Hesitamos em achar que a unicidade construída de cima para baixo seja o melhor caminho. Ainda mais quando essa unicidade nasceu durante a ditadura militar e não recebeu as transformações adequadas ao longo dos últimos 15 anos de governos civis. Por isso, estamos de acordo com ele em que há necessidade urgente de promover uma transformação legislativa muito profunda em relação ao cooperativismo e ao associativismo em nosso País. Mas acreditamos que é fundamental a defesa do direito à livre associação, tanto para os indivíduos quanto para as cooperativas e associações, como tal. E, quando houver a construção de entidades representativas amplas - e é fundamental que elas existam -, que ela se faça ou se refaça de baixo para cima. Isso não é difícil. Acho que é possível a existência de um processo desses, conservando as organizações já existentes. Mas é fundamental que isso exista como mira, como meta, para que o processo se torne realidade e não fique apenas como intenção.

Além disso, eu traria um testemunho a mais a respeito desse projeto cooperativo. Queríamos complementar a reflexão sobre a globalização dizendo que ela tem esse eixo da competição e da competitividade, que vicia o seu desdobramento na realidade dos povos e das nações. O resultado é que potenciais, principalmente no campo da tecnologia, da informática, da biotecnologia, da robótica, da telecomunicação e da telemática são enormes. Esses imensos potenciais e benefícios para toda a humanidade ficam viciados por uma razão central. É que seguem o seu desenvolvimento, a sua pesquisa em desenvolvimento. A sua implementação em processos produtivos, distributivos e de fluxos financeiros ocorre segundo aquela lógica do ser humano abstrato, indivíduo absoluto. Cada um estaria disputando o espaço para si.

A idéia de se lançarem produtos transgênicos no mercado sem a pesquisa suficiente de longo prazo, para ver os seus efeitos sobre a saúde humana em médio e longo prazos, é perigosa. Pode acontecer um fato semelhante ao que aconteceu com jornalistas que eu conheci nos Estados Unidos. Eles estiveram expostos às radiações da bomba atômica quando ela ainda estava sendo testada no deserto do Novo México, no Sul daquele país; 30 anos depois, morreram dezenas de pessoas de câncer no pulmão. E um dos meus amigos que morreu porque foi jornalista na época e acompanhou os testes, visitou a região antes de morrer e fez a sua última reportagem em vídeo. Praticamente toda a população que conviveu com aqueles testes nucleares já havia desaparecido de câncer. Então, estamos criando bombas-relógio que não precisavam ser acionadas se a lógica não fossem os rendimentos e lucros imediatos, rápidos, em curto prazo.

O cooperativismo ainda traz uma outra mensagem. Para ele, o valor central não é o ganho imediato e o maior possível. É o ser humano. É ele que conta, o seu bem-estar, a sua felicidade. Se, para isso, for preciso colocar freio no crescimento econômico, que o coloquemos. Na verdade, quem está pedindo freio é a própria natureza, que nos está acenando com os seus limites. Há 30 anos, temos lido pesquisadores que têm analisado e democratizado a informação sobre os limites da natureza. Mas continuamos adiando as medidas radicais, urgentes e necessárias para salvar a mãe-terra de um desastre construído pelo ser humano. Por quê? Por causa da lógica de ganhar em curto prazo e imediatamente, seja como indivíduo, seja como empresa, seja como nação. Tudo é disputa. Tudo é guerra.

A outra lógica entra para dizer o seguinte: será que é tão indispensável crescer indefinidamente, para um país que precisa de bens e serviços em abundância, onde há grande carência deles? O Brasil e o México, países chamados de emergentes, estão nesse rol também, e não apenas as Nicarágua, as Bolívia ou as Uganda. Temos que crescer para nos desenvolver. Mas alguns países do hemisfério Norte, que já têm superabundância de bens e serviços, continuam espalhando-se pelo mundo para arrebatar ainda mais bens e serviços, que serão consumidos mais e mais, naquele hemisfério. E eles estão provocando um desastre social e ambiental que não tem comparação com o que a história humana já viu. Precisamos convidar os nossos irmãos e irmãs do hemisfério Norte a compartilhar conosco essa preocupação com um desenvolvimento efetivamente sustentável. Isso significa colocar freio no crescimento. A natureza nos ensina isso em nosso corpo. Crescemos apenas até os 18 ou 20 anos. Depois disso, paramos de crescer, mas continuamos a nos desenvolver. Em que termos? Não mais em termos quantitativos, mas qualitativos. Precisamos da economia do suficiente, que seja também a economia da qualidade, eleve o bem-estar e a satisfação de todo e cada cidadão e cidadã do nosso planeta e, mais ainda, do nosso País.

Para isso, temos que democratizar a economia. E democratizar a economia não pode ser assistir à depredação do sistema financeiro sobre o produtivo. Temos que mudar as políticas para que o setor produtivo seja o que irá receber os investimentos e o que financiará e realizará a produção de bens e serviços necessários para responder pelas necessidades de toda a nossa população. Precisamos criar uma lógica de comércio intercooperativa para depender cada vez menos de comercializar apenas no mercado dominado pelas leis da oferta e da procura, ou, mais realisticamente, pelos grandes donos de empresas e de grupos econômicos.

Em minha experiência internacional de diálogo com a UNCTAD (?) e com empresários transnacionais, nunca ouvi nenhum deles citar um bem ou serviço que seja comercializado no mundo de maneira realmente livre. Não há o que citar, uma vez que todos eles são manipulados. Todos são controlados por algum agente que tem um poder monopólico ou oligopólico sobre o bem ou o serviço. Temos que criar uma alternativa, um caminho alternativo para o comércio, que permita que uma relação comercial seja, antes de tudo, uma relação humana, entre seres humanos e, portanto, entre irmãos e irmãs. Temos que querer o bem do outro, assim como queremos o nosso. É isso que, em teoria de jogos, chama-se jogo ganha-ganha. É um jogo em que ganho porque vendo, e o outro ganha porque compra.

Quando morei na Suíça, em meu tempo de exílio, em Genebra, fiz uma pesquisa sobre composição e formação de preços. Descobri, entre os vários artigos que pesquisei, uma agulha de vitrola - nos anos 70, não era CD, era vitrola - que vinha da Inglaterra e chegava ao Balexer, grande supermercado de Genebra, pelo custo de produção. O Balexer gastava 2,5 francos suíços para comprar e ter nas prateleiras aquela agulha de vitrola, e a vendia por 90 francos suíços. A margem de lucro do supermercado era de 3.000%.

Por que os consumidores compravam assim mesmo? Porque não conheciam o custo de produção. Aliás, o consumidor nunca o conhece - esse é um segredo do capitalismo; isso não se revela, porque está aí a possibilidade de se ganhar o máximo, e não apenas o suficiente, o que, com certeza, beneficiaria o comprador.

Ganhar apenas o suficiente e beneficiar o comprador é a lógica da cooperativa, é a lógica do mercado solidário, e não a do capitalismo. O capitalismo tira o máximo do comprador, que é livre para comprar ou não. Mas que liberdade é essa, se ele não tem informação? Se eu soubesse que estava dando 3.000% de lucro para o Balexer, certamente não teria comprado a agulha.

Precisamos de transparência que leve a economia e o mercado a funcionarem de maneira tal, que todo o mundo tenha a informação necessária para fazer livres escolhas. Essa é a verdadeira liberdade.

O cooperativismo, que, numa visão mais ampla, chamamos de socioeconomia de solidariedade, permite outra maneira de fazer negócios, em que o ser humano passa a ser contado.

Nessa projeção, temos os vários atores da socioeconomia solidária: a pessoa humana, as comunidades, os municípios e todas as unidades de organização da sociedade até chegar ao globo terrestre, à humanidade, como sociedade ocupando o planeta.

O projeto cooperativo, o projeto de colocar o ser humano como centro da economia - economia essa a serviço do social e do humano, e não a serviço de uma automultiplicação da riqueza, que destrói, cada vez mais, as maiorias - pode ser, além de um projeto econômico e social, um projeto político e cultural.

A dimensão cultural que o Dr. Roberto mencionou é fundamental. Trata-se de ajudar trabalhadores e trabalhadoras a aprenderem a ser sujeitos do seu empreendimento, a ser autogestionários e co-gestionários, a tomar decisões coletivamente, a gerir coletivamente o seu espaço de trabalho, a compartilhar dramas, dúvidas, preocupações, necessidades, acertos, vitórias, logros, ganhos, enfim, a compartilhar, ou seja, a partilhar com o outro, como se fosse parte dele mesmo. A verdade é que o outro é parte de nós mesmos. Estando melhor o outro, eu estou melhor. Essa é a lógica de uma família digna, sã, e por que não seria também a lógica da economia?

Uma economia solidária e cooperativa permite que nos realizemos muito além da dimensão material. Permite que nos realizemos como seres humanos, com o potencial de sermos

afetivos, irmãos, cooperativos, solidários e complementares na nossa adversidade.

Vou terminar com uma pequena história, exatamente como iniciei minha exposição, que, outra vez, ilumina essa mensagem que quis compartilhar com vocês: há alguns anos, aconteceram as olimpíadas especiais de Seattle, aquela mesma Seattle onde a OMC reuniu-se, e as grandes organizações sociais questionaram a globalização do livre comércio à custa da maioria.

Nove participantes dessas olimpíadas, todos com deficiência mental ou física, alinham-se para a largada da corrida dos 100 metros rasos. Ao sinal, todos partiram, não exatamente em disparada, mas com vontade de dar o melhor de si, terminar a corrida e ganhar. Todos, à exceção de um garoto que tropeçou no asfalto, caiu rolando e começou a chorar. Os outros oito ouviram o choro, diminuíram o passo e olharam para trás. Viraram-se e voltaram. Todos eles. Uma das meninas com síndrome de Down ajoelhou-se, deu um beijo no garoto e disse: "Pronto, agora vai sarar". Então, os nove competidores deram os braços e andaram juntos até a linha de chegada. (- Palmas.)

#### Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente (Deputado Paulo Piau) - Vamos passar, agora, à fase dos debates. Lembrou-nos o Deputado Giovanni Cherini, do Rio Grande do Sul, que valeria a pena mencionar que o primeiro encontro das FRENCOOPs estaduais foi realizado no ano passado, por iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, sendo este o segundo encontro. Aproveitamos a oportunidade para pedir aos Deputados que já comecem a pensar onde realizaremos o terceiro encontro, no próximo ano.

Iniciando os debates, a Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente. Para que possamos agilizar o debate, os participantes que desejarem fazer uso do microfone devem se inscrever previamente e se identificar. Cada participante disporá de até 3 minutos para sua intervenção. Solicitamos-lhes que sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais, e que não extrapolem o tempo estipulado, pois só dispomos de 2 horas para o debate.

#### Debates

O Sr. Presidente - O Dr. Roberto Rodrigues estará viajando para o exterior amanhã, razão pela qual precisa ausentar-se mais cedo. Portanto, pedimos que as perguntas iniciais sejam dirigidas a ele. Posteriormente, nos dirigiremos ao Dr. Marcos Arruda. Temos aqui um prato cheio, porque as duas exposições foram complementares. De um lado, tivemos a exposição realista do Dr. Roberto Rodrigues, e, do outro, a exposição do Dr. Marcos Arruda, dizendo do ideal de convivência do ser humano. A cooperativa está aí nesse meio, como alternativa para fazermos as coisas acontecerem na produção de bens e serviços, empregarmos o nosso povo e fazermos nossa comunidade mais feliz.

O Senador José Alencar - Sr. Presidente, Deputado Paulo Piau; ilustres conferencistas, Dr. Roberto Rodrigues e Dr. Marcos Arruda; Srs. Deputados; autoridades presentes, meus senhores e minhas senhoras, ouvi com a maior atenção possível parte das palestras do Dr. Roberto Rodrigues e do Dr. Marcos Arruda.

Pude aprender muito, porque vi que determinados princípios defendidos pela cooperativa são exatamente aquilo de que mais necessitamos no Brasil.

Com o Dr. Roberto Rodrigues, aprendemos que o cooperativismo vai resolver questões de concentração e exclusão, por meio da geração de empregos. As cooperativas são entidades que distribuem a renda, defendem o meio ambiente, são parcerias ideais para o governo-sede, e, segundo Dr. Roberto Rodrigues, ilustre Presidente da Aliança Cooperativa Internacional, o cooperativismo é uma doutrina que corrige o social por intermédio do econômico.

Recebemos aqui a informação completa sobre a doutrina do cooperativismo, para a qual todos temos que atentar.

Sempre fui apologista do cooperativismo. Tive oportunidade, certa ocasião, de, a convite, visitar a COCAMAR, Cooperativa de Maringá, no Paraná, que tinha 28 mil associados. Naquele tempo, o Presidente era mineiro, nosso amigo.

Ao visitar, aquele verdadeiro complexo de transformação de produtos agrícolas que dá total apoio logístico aos 28 mil associados, fiquei fascinado com o cooperativismo. Confesso que nem sei se ela obedece aos princípios que aprendi hoje na palestra do Dr. Roberto, mas sei que ali ouvi uma história que me encantou: numa determinada assembleia da cooperativa, um produtor associado perguntou se não podia desenvolver a produção do bicho-da-seda. Como era preciso haver mercado para o bicho-da-seda, a direção da cooperativa, valendo-se de um convênio com o Ministério da Agricultura do Japão, imediatamente designou dois técnicos para irem àquele país, onde aprenderam não só a técnica do cultivo da amoreira e do bicho-da-seda, como também a técnica de produzir o fio de seda pura. E mais: trouxeram informações de que o mercado para essa produção estaria assegurado por empresas japonesas.

Depois de me contar a história, levaram-me para conhecer a fiação de seda que foi instalada pela cooperativa e o desenvolvimento da produção do bicho-da-seda no Paraná. As exportações das meadas eram feitas de tal modo que não ficava 1kg sequer no Brasil. Todas elas eram enviadas ao Japão ao preço de US\$20,00 o quilo.

Essa atividade jamais teria sido desenvolvida se não houvesse o associativismo, se não houvesse a orientação técnica e a logística de escala que a cooperativa oferece na parte de insumos e orientação tecnológica e na força que possui para a comercialização dos produtos.

A cooperativa pode resolver até mesmo a reforma agrária do Brasil. Não acredito no tipo de reforma agrária que se está realizando no País. A razão é muito simples: um cidadão que está desempregado na cidade, dormindo ao relento, ingressa na coluna dos sem-terra que passa pela cidade. Para ele, aquilo é um alento. Recebe agasalho, comida, enfim, está bem. Passa por uma cidade, é homenageado pelo Prefeito com festa e tudo. Mas a verdade é que ele está liquidado, se, isolado, ganhar um pedaço de terra, sem nenhum apoio para levar alguma coisa adiante. Ele fica frustrado, e a reforma agrária de que tanto o País precisa fica totalmente relegada. (- Palmas.)

Outra coisa que me encantou aqui foi ouvir que cooperativas também não guardam nenhuma ligação com a política ideológica de direita ou de esquerda. Isso é imagem do passado.

Assistimos à experiência socialista de 75 anos da ex-União Soviética que fracassou. E por que fracassou? Porque não obedeceu aos princípios de que nos falou o Dr. Roberto Rodrigues, cujo nome vou repetir sempre como o grande conhecedor do assunto.

É claro que o ideal é que fôssemos iguais, mas não somos. Somos apenas semelhantes. E por que somos semelhantes? Porque somos do reino animal e da espécie humana, só por isso.

Não somos iguais. Cada um tem a sua vocação, aptidão, dedicação ao que faz e grau de responsabilidade com aquilo que assume. A vida é assim, e as cooperativas também - e nesse ponto peço licença e me permito discordar um pouco do eminente conferencista Dr. Marcos Arruda. Não podemos, de forma alguma, deixar de apoiar e aplaudir o crescimento da economia, porque, como nos ensina Roberto Rodrigues, o cooperativismo é a doutrina que corrige o social através do econômico. Por quê? Por uma razão muito simples: o que representa a economia? As atividades dos setores primário, secundário e terciário. A própria infra-estrutura é a economia de um país. A economia de um país não é fim, é meio para que se alcancem os objetivos sociais. É preciso que a economia seja próspera, forte, independente, para que haja recursos para financiar a educação, a saúde, enfim, o desenvolvimento social, o bem comum, que é o fim.

Não posso deixar de aplaudir o crescimento, o desenvolvimento. Os transgênicos trazem problemas polêmicos. Mas é do contraditório que advém o entendimento. Se estiver errado um dia, dou a mão à palmatória. Sou nascido na roça, prefiro o frango caipira ao frango de granja, prefiro a couve que a minha mãe plantava, irrigava com o regador e adubava com adubo orgânico. Prefiro todo alimento sem nenhum defensivo agrícola, sem nenhum adubo químico. Mas se não fosse o adubo químico e se não fosse o defensivo agrícola, provavelmente não estaríamos produzindo em quantidade suficiente para atender à demanda de quase 6 bilhões de pessoas do planeta Terra. Temos de compreender, talvez os transgênicos sejam alguma coisa semelhante ao adubo químico e ao defensivo agrícola. Hoje mesmo, comendo um morango, disse à minha mulher: esse morango tem gosto de

querosene, porque o defensivo agrícola não foi bem retirado. O ideal seria o morango sem defensivo agrícola, mas quem milita no campo sabe que seria muito difícil produzir em quantidade e qualidade suficientes para atender toda a demanda internacional. O crescimento é indispensável.

É óbvio que temos de respeitar os valores maiores. Nesse ponto, quero cumprimentar o eminente Dr. Marcos Arruda, por respeitar os valores humanos, o próximo, a natureza. Não podemos agredir a natureza, devemos respeitar a vida. As indústrias, por exemplo, não podem lançar nos cursos de água efluentes industriais gasosos, líquidos ou sólidos sem tratamento. Isso é muito importante.

Não poderia deixar de trazer a minha contribuição. O eminente colega Senador Francelino Pereira se incumbirá de transformar em lei alguma coisa que tenha sido objeto de seu encontro com o Presidente. Solicito ao Senador que coopere, para que do Congresso Nacional saia uma lei capaz de regulamentar e abrir espaço para que as cooperativas e o sentimento cooperativista cresçam no Brasil. Para isso precisamos receber a orientação dos senhores, que conhecem os detalhes do espírito dessa lei.

Quero terminar apresentando meus parabéns, congratulando-me com o eminente Deputado Paulo Piau, que preside este seminário, e com a Assembléia Legislativa, que abre este majestoso Plenário para a realização deste trabalho, de valor inestimável para o futuro das gerações brasileiras, que precisamos amparar.

O Deputado Giovanni Cherini - Quero dizer da minha satisfação de estar aqui, juntamente com o Deputado Alexandre Postal, do Rio Grande do Sul; um grupo de Vereadores do Município de Passo Fundo: Jaime D'Bastiani, Edson Nunes e Luiz Miguel; representantes de algumas cooperativas do Rio Grande do Sul; José Sheifer; o Assessor de Imprensa Jair Lazaroto; Josenir, de Passo Fundo, e Miguel Roe.

Sempre digo, Dr. Roberto Rodrigues, que o cooperativista tem de mostrar, através de sua vida, que tem uma filosofia calcada no cooperativismo. Por isso sou seu admirador e acredito muito em suas idéias.

Penso que um exemplo vale muito mais que mil palavras, por isso sou sócio de quatro cooperativas e criamos, no Rio Grande do Sul, uma cooperativa educacional para preparar jovens.

Estamos agora preparando, dentro da filosofia cooperativa, uma turma de 150 jovens.

Tenho preocupações e quero colocá-las para os palestrantes, registrando que o primeiro encontro, em Porto Alegre, teve participação de Pernambuco e Minas Gerais, com nossos companheiros Paulo Piau e nosso Presidente e o Liberato, de Pernambuco. Tivemos bons frutos, e o sinal está aqui, no segundo encontro.

O cooperativismo é isso: vai-se plantando, e poderemos, quem sabe, colher ótimos resultados se espalharmos essa idéia para as Câmaras de Vereadores. Temos bons Vereadores, mas não chegamos perto deles, não damos aquele apoio de que precisam, acabamos tratando os políticos como se fossem todos iguais, como se não trabalhassem e não tivessem idéias cooperativas. Temos já 11 FRENCOOPs municipais criadas.

Quero colocar três questões para os palestrantes. Uma é sobre a preocupação em relação aos jovens e que apresento ao Roberto Rodrigues e ao Arruda: vejo que não há um trabalho para renovação nas cooperativas do trabalho dos jovens. Trabalhei em cooperativas há uns 15 anos; por 6 anos trabalhei em cooperativas junto à Federação das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul e vou para as reuniões dos cooperativistas, onde encontro, ainda, 80% daqueles que ali estavam quando deixei de ser funcionário de uma cooperativa. Então, percebo que é um processo de pouca renovação. Acho que o cooperativismo tem de ser formador de liderança, de Vereadores, Deputados e Governadores. Precisamos ser uma escola política, de formação de líderes.

Outra questão é sobre a criação de um Tribunal de Contas para as cooperativas, quero trazer a idéia para cá. Como nós, Deputados, tivemos a coragem de criar um Tribunal de Contas que trabalha, ou ao menos deveria trabalhar em conjunto com as Assembléias, penso que, para o cooperativismo, está na hora de criar um órgão que fiscalize o próprio cooperativismo, para que se tenha credibilidade. A maior moeda que podemos ter hoje é a credibilidade.

Outra coisa, Roberto Rodrigues, é que o cooperativista tem de ser bastante utópico, até porque os pioneiros de paradigma são só 5%. Segundo pesquisa que fizemos, 75% são conservadores, 25% sobem e descem, são um pouco conservadores, um pouco pioneiros, mas o cooperativista tem de ser pioneiro de paradigma, tem de estar entre os 5%. Por isso somos utópicos.

Sou um daqueles que acredita que nem com o socialismo nem com o capitalismo poderemos um dia construir uma nova realidade. Será com o cooperativismo. Isso é uma utopia agora, mas amanhã poderá ser realidade construir um sistema de Governo. Acredito que o cooperativismo possa colaborar com o sistema capitalista excludente, bandido, que mata, que deixa as pessoas na miséria, na fome, na desilusão. Por isso, quero continuar com essa minha utopia, de um dia imaginar o meu País com um sistema verdadeiramente cooperativo. Gostaria que nossos palestrantes comentassem sobre isso. Obrigada.

O Sr. Roberto Rodrigues - Colocarei quatro pontos. Primeiro, um comentário sobre a excelente palestra do Dr. Marcos Arruda, com quem concordo em 95% das questões colocadas. Acho que temos algumas diferenças semânticas, mas a tese está centrada. A única diferença verdadeira que temos é a honestidade dos temas de representação no sistema, que é questão de entendimento. Acho que precisamos conversar sobre isso. Um ponto que me parece relevante na sua manifestação é sobre essa questão: tem de vir da base. Defendo a tese da honestidade, vindo da base. Acredito que possamos, resolvida essa questão, acabar com essa única diferença que temos de entendimento do sistema. Feito isso, Marcos, parabéns por sua exposição, pelo seu idealismo, e conte conosco também.

São três perguntas: uma do Fabrício Ribeiro: "Qual é a participação no faturamento das cooperativas no Brasil e no mundo?". No Brasil, 7% do PIB; no mundo, não existe dado consistente sobre o assunto, mas sabemos que os Bancos cooperativos têm participação em torno de 15% do sistema financeiro do mundo inteiro. O cooperativismo agrícola está na faixa de 35% do faturamento do cooperativismo do mundo inteiro. O setor agrícola é poderoso no sistema financeiro, mas não temos dados consistentes sobre isso.

Pergunta de Eugênia Pacelli: "Qual o percentual de representatividade da ACI na Câmara e no Senado Federal?" Na ACI não tem. A ACI é um órgão internacional, não tem representatividade na Câmara Federal nem no Senado da República. Na verdade, no cooperativismo brasileiro tem, sim, da mesma forma que o Deputado Paulo Piau comanda a FRENCOOP, em Minas Gerais, uma frente parlamentar de cooperativismo em nível nacional. Está aqui o Deputado Nârcio Rodrigues, que participa dessa Frente, hoje coordenada pelo Deputado mineiro Silas Brasileiro, com cerca de 150 Deputados Federais compondo essa Frente, que nos anima muito em relação à legislação cooperativista que vem.

A última pergunta é do Deputado Duarte Nogueira, meu patrício de São Paulo, grande amigo e companheiro: "Sobre essa questão de desemprego etc., onde entra o sistema cooperativista e como pode ser a legislação em relação a esse assunto?".

Parece-me essencial a questão colocada pelo Deputado Duarte Nogueira. O cooperativismo precisa ter uma legislação, sobretudo na área de cooperativismo de trabalho, que dê clareza ao processo de relação. O Dr. Marcos Arruda deixou muito sublinhado um aspecto que parece também essencial. A cooperativa de trabalho permite ao cooperado ser dono da sua força de trabalho. Ele não tem uma relação de emprego com o empregador. Ele não é empregado do empregador. A cooperativa é que é contratada para realizar serviços. Então, o que precisamos é de uma legislação trabalhista que acerte essas questões, que dê segurança ao empregador de que uma cooperativa de trabalho realiza todo o serviço de que ele necessita, sem que isso implique, amanhã, em problemas que possam ser debatidos na Justiça do Trabalho, marcando claramente qual a função da cooperativa de trabalho numa relação de emprego com um determinado empregador. Com isso, liquidamos os problemas que hoje existem de interpretação nessa área sobretudo pelo Poder Judiciário no Brasil. O Brasil tem um papel extraordinário nesse capítulo de geração de empregos e de construção de uma sociedade muito mais justa e muito mais cidadã do que a que temos hoje.

Queria fazer um comentário sobre o que o Deputado Cherini falou. Deixa-me a bola na marca do pênalti, e não há goleiro no gol, é só chutar. Ele tem sido um incansável batalhador pelo trabalho na formação de jovens cooperativistas no Rio Grande do Sul e no Brasil todo, tem sido um artista nesse processo, tirando leite de pedra, fazendo recursos surgirem do nada. Ele me falou agora há pouco que está formando 300 jovens cooperativistas no Rio Grande do Sul neste ano. É um exemplo de dedicação na formação de jovens, tão essencial, que na reforma dos princípios cooperativistas realizada pela ACI, em 1995, em Manchester, o princípio que trata de informação e formação explícita prioritariamente a formação e informação para jovens no cooperativismo. E mais, jovens homens e mulheres, para dar clareza na democracia desse processo. Quanto a essa questão, estou de pleno acordo.

Outro dia, estive em um congresso no Canadá, destinado a discutir o cooperativismo no terceiro milênio, ou seja, discutir o futuro. Havia, mais ou menos, umas 600 pessoas. Olhei a platéia e falei: estamos aqui discutindo o futuro, quantas pessoas aqui têm menos de 35 anos? Levantem o braço. Havia 3 ou 4 pessoas. Como é que estamos aqui discutindo o futuro se o futuro não está presente?

Concordo plenamente com o Deputado Cherini. Se não houver formação de recursos humanos na juventude para assumir o bastão daqueles que, como eu, já estão chegando ao fim da linha, não vamos ter continuidade, o Brasil sofrerá muito.

O segundo ponto colocado é sobre um Tribunal de Contas. Estou de pleno acordo, é a autogestão do sistema cooperativista. Por isso a legislação tem de ser alterada rapidamente, conferindo, como diz a Constituição, a autogestão ao próprio cooperativismo. É um Tribunal de Contas o mecanismo de medição e fiscalização cabível nesse novo projeto, a partir do próximo sistema cooperativista. Quem mais se interessa pela cooperativa correta é o cooperativista, ninguém mais. Então, compete a nós cuidar desse assunto.

A terceira questão, sobre a utopia, eu compartilho inteiramente do seu ponto de vista, tanto que estou pregando aqui que o cooperativismo é hoje o instrumento mais importante da democracia e da paz. Ora, quer coisa mais utópica do que a paz universal? Pois é com essa paz, com esse projeto que estamos comprometidos dentro do cooperativismo mundial.

O Deputado Paulo Rubens Santiago - Boa-tarde. Sou Vice-Presidente da Frente Parlamentar Cooperativista; nosso Presidente, Deputado Roberto Liberato, está aqui; integro também, nas comissões permanentes, a área de finanças, orçamento e tributação e sou Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura. Gostaria de me dirigir ao Dr. Roberto Rodrigues e ao economista Marcos Arruda expressando uma preocupação fundamental. Todos temos a convicção de que a expansão, o fortalecimento e a consolidação do cooperativismo são metas que demandam uma série de exigências. Particularmente na área da educação, a escolarização, a profissionalização, a formação própria para o cooperativismo, a participação das cooperativas junto com as políticas de infra-estrutura, notadamente transporte, energia, telecomunicações, abastecimento de água, saneamento e acesso às novas tecnologias, a questão do crédito e a relação das cooperativas com a gestão das políticas governamentais.

Imagino que a expansão do cooperativismo nos municípios brasileiros e nos Estados, especialmente, passa necessariamente por uma interação direta com algumas decisões de governos municipais e estaduais que são anualmente decididas nas leis orçamentárias, no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais. Não imagino a expansão do cooperativismo em municípios, em Estados onde o cooperativismo tenta avançar demandando políticas de infra-estrutura, como educação e informação, e nossos Prefeitos e Governadores vão exatamente para o lado oposto, sem que se assegure, nos orçamentos públicos, a participação do crédito e do fundo público para fomentar o cooperativismo.

Diante dessas demandas, gostaria de ouvir o Dr. Roberto Rodrigues e o economista Marcos Arruda, que têm circulado não só por nosso país, nosso continente, mas também pelo mundo inteiro, sobre a seguinte questão: estamos, há algum tempo, sendo bastante bombardeados por questões vinculadas a ajustes fiscais, combate a déficit público, políticas de desregulamentação, de flexibilização e um conjunto de intervenções macroeconômicas submetidas, quase sempre, por instituições internacionais, como o Banco Mundial, o FMI, etc. Algumas dessas intervenções implicam em cortes de gastos, extinção de programas sociais, restrição de crédito, aumento das taxas de juros. O jornal "Folha de S. Paulo" de hoje expressa, na primeira página, uma das conseqüências da política macroeconômica.

Gostaria de ouvir do Dr. Roberto, do ponto de vista do cenário internacional, como o cooperativismo internacional está enfrentando essas políticas de ajustes fiscais, de combate a déficit público, de desregulamentação, de ajustes macroeconômicos, que, quase sempre, levam a uma redução dos gastos, a uma redução do crédito, a um aumento das taxas de juros, ao corte elevado em políticas sociais essenciais, até para que o cooperativismo possa expandir-se, possa qualificar-se e se consolidar em países em desenvolvimento.

Queria também que o Dr. Marcos Arruda abordasse um pouco mais essas conseqüências dos programas de ajustes fiscais, como o combate ao déficit, a desregulamentação, o contingenciamento de orçamento na possibilidade de o movimento cooperativista ser um parceiro de políticas de desenvolvimento, mas que também são sujeitos ativos da mudança desses parâmetros de ajustes que têm causado tantos prejuízos ao nosso País e a diversas outras nações. Muito obrigado.

O Sr. Roberto Rodrigues - Deputado Paulo Rubens, em primeiro lugar, obrigado pelas perguntas e parabéns pela juventude e pela inteligência. Quando vemos brasileiros jovens assumindo posições importantes na vida pública brasileira, temos esperança de que o País vai melhorar.

Em relação à sua pergunta, o cooperativismo mundial e a ACI, particularmente, estão sempre preocupados com pessoas e comunidades nas quais as pessoas estão inseridas. Então, todo e qualquer ajuste, mesmo o que obedecem ditames internacionais, do FMI ou do Banco Mundial, etc., que prejudiquem pessoas são antagonizados pelo sistema cooperativista. Estamos sempre trabalhando politicamente, buscando a redução dos riscos que a pessoa corre em função desses fatores. Mas não apenas nessa direção, porque esse é um discurso político, estamos trabalhando na prática cooperativa que funciona nessa direção. Por exemplo, os Bancos Cooperativos do mundo procuram trabalhar reduzindo taxas de juros. Vou lhe contar um fato real acontecido há alguns anos, quando ainda era Presidente da OCB e consegui que a Comunidade Econômica Européia financiasse uma viagem de 30 líderes cooperativistas brasileiros à Europa para conhecer a realidade cooperativista daqueles países europeus. Está aqui o Paulo Bernardes, que esteve nessa viagem. Visitamos uma cooperativa de crédito nos arredores de Bonn, na Alemanha. Havia todo um ensaio para que esse assunto fosse considerado. Tudo foi programado antes da nossa visita. Fomos à cooperativa e houve uma exposição de como tudo funcionava. Logo se perguntou ao dirigente da cooperativa qual era a taxa de juros que se cobrava para o crédito rural. E a resposta foi: "x". "E se o sujeito for não cooperado, vocês operam com ele?" "Sim". "E que juros vocês cobram do não cooperado?" "O mesmo juro". Logo, surgiu uma discussão entre os brasileiros de que isso não era cooperativismo. O sujeito é cooperado, põe o seu capital na cooperativa, e o outro não é cooperado, não põe o seu capital, e paga a mesma taxa de juros? Há uma injustiça. Alguém está sustentando alguém. Discutíamos isso quando entrou um gerente de um Banco comercial normal e perguntamos a ele qual a taxa de juros que o Banco cobrava. Ele disse: "x", também, igualzinho ao da cooperativa. Daí, a discussão cresceu muito. Disseram que isso não era cooperativismo, e sim coisa do capitalismo alemão. Para terminar a conversa, perguntou-se a um grupo de velhos cooperados dessa cooperativa que vantagens eles tinham em ser sócios da cooperativa e pagar o seu capital para terem um empréstimo e uma taxa de juros iguais aos do Banco do outro lado da rua. Eles responderam que a vantagem era que, antes da cooperativa de crédito, os juros eram de 2x; depois da cooperativa, ou os Bancos baixaram os juros para "x", para se igualarem à cooperativa, ou quebraram por ineficiência. Então, a cooperativa abalou os valores da taxa de juros. "Por isso, não saímos da cooperativa e mantemos o nosso capital aqui", disseram eles. "No dia em que fomos embora, a cooperativa fecha, e tudo volta a 2x novamente". Ou seja, as cooperativas têm trabalhado dentro daquilo que o Deputado citou, que é cultura cooperativa. Aqui no Brasil o sujeito fala: "Se a cooperativa tem a mesma taxa de juros do Banco, então vou trabalhar com o Banco, que é maior". Não temos a cultura associativa e de vivência cooperativista. Estamos trabalhando, enquanto organização, sempre balizando a redução da taxa de juros, a melhoria dos financiamentos para pessoas físicas ou jurídicas e sempre buscando a oferta de melhor qualidade de vida para as pessoas que nos são caras. Tanto é verdade, que o sétimo princípio resolvido pela ACI, em 1995, diz que é preciso preocupar-se com a comunidade, e não apenas com os sócios das cooperativas. Espero ter respondido a sua pergunta.

O Deputado Neodi Saretta - Deputado, não vou fazer o Dr. Roberto perder o avião, mas fiz questão que a pergunta fosse formulada muito mais para manifestar a minha preocupação e, obviamente, para ver a sua manifestação. Mas, se não der tempo de respondê-la, gostaria que ficasse como reflexão. É sobre as fusões. Hoje, as fusões estão em voga no mundo inteiro, inclusive no Brasil temos o exemplo da AMBEV, e V. Exa. defendeu a fusão das cooperativas. Queria levantar a seguinte preocupação: a fusão das cooperativas não vai ser mais um instrumento de exclusão das pequenas cooperativas, principalmente em benefício das grandes cooperativas que crescem, hoje, em determinadas regiões do País? Santa Catarina é um exemplo disso, porque possui grandes cooperativas agropecuárias. Essa fusão não vai excluir as pequenas cooperativas?

O Sr. Roberto Rodrigues - Deputado, muito obrigado pela sua pergunta. Ela é muito importante. E preciso dizer ao Deputado, com uma certa dose de vergonha, que a minha preocupação não é com a cooperativa grande ou pequena, é com o cooperado, é com as pessoas que são servidas pela cooperativa. A minha convicção é que a concentração de cooperativas, sejam elas feitas a partir das grandes ou das pequenas, somem em seu conjunto para beneficiar o cooperado, porque ele será inserido numa condição melhor de mercado. Defendo a tese das fusões não para beneficiar essa ou aquela cooperativa, mas para beneficiar o universo dos cooperados. Esse é o caminho que temos que perseguir. Obviamente, temos que cuidar para que as fusões não sejam feitas para beneficiar grupos dirigentes de cooperativas ou essa ou aquela cooperativa. O benefício deve ser sempre da pessoa que forma as cooperativas. Muito obrigado pela pergunta e pelas colocações que foram feitas.

Deputado Paulo Piau, quero cumprimentá-lo pelo seu esforço. Somos testemunhas de sua preocupação e seu carinho para com o cooperativismo em Minas Gerais e no Brasil. Quero agradecer muito a oportunidade de estar aqui presente neste brilhante trabalho e quero pedir desculpas, porque avião, quando atrasa, é uma tragédia, mas, quando somos nós que atrasamos, a tragédia é maior ainda. Contem comigo sempre. Enquanto a luz estiver acesa estarei defendendo o cooperativismo. E, na hora em que ela se apagar, espero ir para o céu fazer companhia a grandes amigos que lá já estão. Muito obrigado.

O Sr. Marcos Arruda - O primeiro comentário vai diretamente para a pergunta do Deputado Cherini, que tocou no ponto nevrálgico de nossa visão de uma socioeconomia solidária, que é a dimensão do jovem. Parece-me que o cooperativismo e todos nós que trabalhamos para a construção de uma economia baseada na cooperação e na solidariedade temos sido



tímidos demais no trabalho com a juventude e até com a infância. Vivi uma experiência na Nicarágua, como educador, trabalhando com Paulo Freire, a qual marcou todo o meu trabalho profissional. Tenho a convicção de que toda população precisa de uma alfabetização econômica. Isto é, desde criança podemos estudar economia, desde criança podemos praticar a economia. É uma questão de introduzir isso nos currículos como uma questão essencial em nossa vida. Precisamos ensinar as crianças a se autogerir, porque elas podem, desde pequenas, assumir o controle de sua própria economia, enquanto indivíduos, enquanto família e enquanto grupos de jovens e crianças na própria escola. No interior do Rio Grande do Sul existe uma escola que forma jovens na área rural, e os próprios estudantes têm uma parte da gestão da escola. Eles recebem controle sobre uma parte do orçamento que tem a ver com as suas áreas de trabalho. E eles fazem todo o planejamento, aprendem a gerir aquela economia a partir da época em que são estudantes. Temos um imenso campo no sistema escolar brasileiro para introduzir essa questão e iniciar os jovens na prática do cooperativismo e dos valores que estão implícitos nessa prática, como a solidariedade, a complementaridade, a partilha e a autogestão. Mas é claro que isso implica também na questão política. Estamos num espaço onde temos vários parlamentares, e as frentes parlamentares poderiam fazer um grande serviço, como retocar a legislação da educação, tanto nos Estados como no País, para que isso passasse a ser uma dimensão fundamental da legislação sobre educação no País e nos Estados.

Um segundo aspecto tem a ver com a questão da mudança de legislação. Outros participantes mencionaram o tema do crédito. Esse é um dos temas mais dramáticos da legislação atual. Na nossa opinião, o sistema de crédito cooperativo está emasculado dos seus potenciais pelo excessivo centralismo do Banco Central e da legislação que rege as cooperativas de crédito. Na verdade, os cooperativistas não têm o direito ou a liberdade de controlar as suas próprias finanças, criando cooperativas e ampliando suas cooperativas de crédito até para alcançar outros setores das comunidades onde as cooperativas atuam. Essas limitações precisam ser superadas, e precisamos de uma legislação sobre crédito cooperativo que descentralize e reconheça o direito da população de controlar, cada vez mais, suas próprias finanças, mesmo que seguindo a regulamentação de âmbito nacional. Podemos ser liberal em relação ao capital financeiro privado e ser centralista e intervencionista em relação ao capital cooperativo e social? Há uma incoerência que temos que superar. Ao amigo de Pernambuco que levantou o tema Capital dos Ajustes, gostaria de simplesmente mencionar que, por trás dos problemas dos ajustes, dos cortes orçamentários, temos um problema-chave em duas dimensões: é o problema da dívida externa e da dívida interna brasileira e também os problemas das dívidas estaduais e municipais. O que existe por trás desses problemas tem um nome um pouco complicado, mas é compreensível: sobreendividamento. Ninguém que tenha alguma noção de economia vai questionar essa entidade chamada endividamento. Endividar-se é normal, e procurar recursos de quem tem poupança para aplicar e reproduzir esses recursos e depois pagar por eles é justo e adequado. O problema é o sobreendividamento. Estamos vivendo, pelo menos, 30 anos sobreendividados. O Brasil e todo o exterior estão endividados. O país mais forte do mundo é o mais endividado e é o que tem o maior passivo financeiro do mundo.

Se o Japão, de um dia para o outro, resolver cobrar dos Estados Unidos tudo o que tem investido lá, só no que diz respeito aos bens financeiros de capital, os Estados Unidos balançarão, e, talvez, o seu sistema financeiro caia. Então, temos de trabalhar sério em uma reforma profunda do sistema financeiro brasileiro e internacional. No caso do Brasil, apenas no Governo do Fernando Henrique Cardoso, o dado é o seguinte. Com relação à dívida externa, em 1994, quando tomou posse, ela era de US\$148.000.000.000,00. Em 1998, que é o único dado disponível do Banco Central, depois de quatro anos de mandato, essa dívida era de US\$243.000.000.000,00.

Portanto, isso equivale a um aumento de quase US\$100.000.000.000,00, em quatro anos. Nesse período, o Brasil pagou um total de US\$192.500.000.000,00 aos credores. Quanto mais pagamos, mais devemos. Essa lógica tem de ser interrompida. Por isso, há a campanha pelo jubileu da dívida externa e das dívidas, que várias entidades sociais mais a CNBB, o (...) e as entidades sindicais e populares estão levando adiante, procurando forçar uma redefinição do problema da dívida externa e uma renegociação, radicalmente diferente, com os credores. Com relação à dívida interna, há os seguintes dados. No início do Governo Fernando Henrique, a dívida interna era de R\$60.000.000.000,00. Em dezembro de 1999, a dívida interna era de R\$517.000.000.000,00, ou seja, 8,6 vezes maior. Essa dívida interna é feita em conexão com a dívida externa. Não dará tempo para avaliarmos sobre qual seria essa ligação.

O resultado é que, em um ano, acabamos varrendo uma grande parte do orçamento federal para servir ao sistema financeiro nacional e internacional. O resultado disso está em um número que nos deixa abismados. Em agosto de 1999, o orçamento federal dedicava 64% de recursos disponíveis da arrecadação para os serviços das dívidas internas e externas. Isso explica o rigor do FMI quando vem aqui e impõe-nos uma série de medidas de ajustes, de privatizações e tudo o mais, com uma lógica dominante: continuar pagando fielmente os agentes financeiros. Se essa é a prioridade da nossa população, que tal colocarmos isso em um plebiscito, por exemplo? Essa é a proposta que o Jubileu 2000 está fazendo para o Brasil.

Faremos um plebiscito entre os dias 2 e 7 de setembro deste ano, perguntando à população: "Devemos continuar pagando as dívidas internas e externas, mesmo que seja à custa de recursos essenciais para investir na sobrevivência dos brasileiros e no reerguimento da economia brasileira?". Essa pergunta tem uma resposta muito forte. Temos de interromper esse círculo vicioso de sobreendividamento. Para isso, talvez seja necessário propagar a idéia de conter um acordo do FMI e construir um outro, centrado nas prioridades do País, e não na dos Bancos internacionais.

Gostaria de tocar no tema da fusão das cooperativas, que é muito delicado, mas enormemente importante. A pergunta é a seguinte: "Fundir para quê? Por que aumentar o tamanho das cooperativas ainda mais?". Trago-lhes uma experiência realizada na Espanha, que possui duas vertentes de cooperativismo. Quem conhece a Espanha deve certamente saber que lá existe uma fantástica corporação cooperativa, que é uma coleção grande de cooperativas em uma só corporação, chamada Mondragon, no País Basco. Essa é uma opção.

A Espanha construiu um sistema segundo o qual ela própria ia produzindo novas cooperativas, complementares umas às outras, até que se formasse uma enorme corporação e não houvesse competição, mas colaboração e complementaridade entre as diversas cooperativas daquele sistema. Fora dele poderia haver competição aberta e total. Essa corporação tornou-se transnacional e atualmente atua em vários países. Possui até um escritório em Brasília.

Nas Astúrias, um pouco perto do País Basco, há uma outra tendência cooperativa: eles optaram por não existirem enormes cooperativas. Sempre que for preciso crescer, usam o fundo cooperativo para subsidiar o nascimento de novas cooperativas, se possível, complementares e na mesma região de desenvolvimento, de modo que a reflexão tem como referência o desenvolvimento de uma região inteira. Ali, então, é preciso se planejar o aparecimento de cooperativas de diferentes setores, que se complementarão e, ao mesmo tempo, comercializarão umas com as outras. Assim, a economia inteira se satisfaria de forma cooperativa, e não mais puramente no mercado competitivo. Gostaria de deixar isso para a consideração de vocês. Se a razão da fusão é a continuação da competição no mercado da oferta e da procura, que é cada vez mais concentrado e, portanto, cada vez mais livre, mais vale não nos concentrarmos, para não seguirmos os caminhos dos grandes grupos econômicos privados, que acabam sendo monopolistas e oligopolistas, e irmos cortando a possibilidade de qualquer empresa ou cooperativa entrar no espaço daquele mercado. Então, isso fica para a reflexão de vocês.

O Sr. Presidente (Deputado Ivo José) - Pergunta do Prof. Antônio Carlos dos Santos, da Universidade Federal de Lavras, ao Dr. Roberto ou ao Dr. Marcos: "Concordo plenamente com a posição de vocês quanto à necessidade de se definirem as regras do jogo, da legislação, e promover a valorização das pessoas. Como fazer isso em um país onde as pessoas que são incumbidas de fazer com que isso aconteça não têm capacidade, competência e coerência em seus julgamentos? A questão do Judiciário, por exemplo".

O Sr. Marcos Arruda - A legislação precisa ser mudada, mas os legisladores são, em grande parte, aqueles que não querem essa mudança. O nosso papel, enquanto sociedade civil, é de construir, cada vez mais, um movimento de pressão, até para dar argumentos e elementos àqueles que são simpáticos a uma transformação legislativa adequada, a fim de que tenham força para executar isso no espaço de decisões do Legislativo. É essencial a descentralização da própria legislação cooperativa, isto é, dar mais poder para os Estados e os municípios legislarem sobre a economia, sobre a cooperativa e sobre as associações. Já foi dito aqui que a mudança cultural é fundamental.

A frente de luta por novos valores, novas atitudes, novos comportamentos e novos modos de relação é fundamental. Se não compreendermos que essa luta tem de acontecer não apenas nas instituições, mas também no interior de cada um de nós, nada mudará de fato. Trata-se de fazer uma luta para combater todo um universo de corrupção que atravessa as instituições do Brasil, pois estamos em um país de alta impunidade. Há documentos que estão sendo produzidos na ONU sobre a impunidade que nunca deixa de colocar o Brasil como um dos baluartes da corrupção no mundo. Algo tem de ser feito para que isso mude. Não vejo outra opção senão partir da sociedade um movimento pela ética, ou seja, de moralização das instituições e de reformas profundas, que transformem o poder público em um serviço, em uma responsabilidade, para que deixe de ser um mero privilégio, um meio de enriquecimento individual.

Apenas uma sociedade organizada e consciente pode arrancar isso das instituições de poder político. Nós, que lutamos por isso, temos de procurar ocupar espaços nos setores das instituições de poder e temos de apoiar os nossos Deputados, Vereadores, Senadores e governantes, que têm essa mesma lógica e que têm de nadar contra o sistema, contrariando, em seu cotidiano, a lógica dominante. É preciso que sintam que têm o apoio da sociedade para atuar dissonantemente em relação à cultura de corrupção que prevalece.

O Deputado Renato Rainha - Boa tarde a todos. Sou Deputado Distrital da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Estou representando essa Casa de lei, juntamente com o Dr. Roberto Marazi, que é da Organização das Cooperativas do Distrito Federal. Amanhã teremos a oportunidade de falar da experiência do cooperativismo no Distrito Federal, mas gostaria de ressaltar uma que é muito importante e que talvez seja uma iniciativa pioneira. A OCEDF, em convênio com a UnB, está promovendo o primeiro curso de pós-graduação em cooperativismo, que será um marco importante na formação cooperativista do nosso País como um todo.

Tinha duas perguntas a fazer no tocante à fusão, mas uma já foi respondida. A segunda pergunta seria dirigida aos dois palestristas, mas, infelizmente, o Dr. Roberto Rodrigues teve que se retirar. Mas se refere à unicidade do sistema. Perguntaria ao Dr. Roberto Rodrigues quais os pontos negativos da não-unicidade do sistema. E ao senhor pergunto quais são os pontos negativos que vê na unicidade do sistema.

O Dr. Marcos Arruda - Tenho muita alegria em saber desse novo curso. É muito importante que esteja se difundindo em vários Estados. E saber do Distrito Federal é muito importante. Se o Dr. Roberto respondesse argumentaria em favor do fortalecimento do movimento cooperativo, objetivo que compartilho plenamente com ele e com todos aqueles com quem trabalho. Todos trabalhamos com a finalidade de reforçar o movimento cooperativo. O problema é só o meio de se fazer isso.

No meu entendimento, os pontos negativos da unicidade atual estão no fato de a OCB e todo esse sistema ter sido construído nos anos 70, justamente quando reinava no Brasil uma ditadura militar, centralista e autoritária. Reproduziu esse modelo ainda na estrutura do cooperativismo, criando um sistema de extrema centralidade. A crítica fundamental é essa. Não queremos criticar os dirigentes da OCB, da OCERJ, do Rio, da OCEMG, daqui, da OCERGS, do Rio Grande do Sul. O objetivo não é esse; o objetivo é falar da estrutura do sistema e propor uma reconstrução de baixo para cima, na qual todo o universo das cooperativas seja primeiro reconhecido.

Reparem que coisa importante: cooperativas que escolhem não se filiar à OCERJ ou a qualquer OCE estadual não são reconhecidas como cooperativas. Isso é violar um dos princípios fundamentais do cooperativismo, que é o direito à livre organização de cidadãos e cidadãs em cooperativas. Não pode haver uma instituição que subordine impositivamente todas as outras, senão não é reconhecida. Isso contraria um princípio fundamental do cooperativismo de Rochdale, no século XIX - a livre adesão. Argumentamos que isso deve ser reconhecido pela legislação brasileira - estadual e federal.

Quando se reconstrói uma organização cooperativa brasileira, nacional, nessa perspectiva, temos a obrigação, lá no topo de Brasília, de reconhecer esse direito de não se filiar a qualquer cooperativa que apareça pelo Brasil. Se estiver deformando e traído os princípios e os objetivos do cooperativismo, temos que fazer uma luta política, de persuasão, de interação, e não por imposição ou por decreto. Anulamos a existência dela, que é de novo reproduzir o sistema autoritário que nós, como cooperativistas, recusamos. Esse é o grande ponto fraco desse sistema que hoje predomina.

A mudança da legislação vai ser fundamental. Se abrir reconhecendo esse direito para todos os cidadãos do País, teremos a possibilidade de reconstruir o sistema de organizações cooperativas de baixo para cima, inclusive reconhecendo a OCB como uma organização nacional, mas não a única e definitiva, fora da qual ninguém mais existe. É uma questão de coerência com a democracia. A essa resposta, só acrescento um detalhe fundamental. Retomando a fala do Dr. Roberto, a valorização das pessoas é um objetivo fundamental. Estava vendo isso como argumento até para defender as fusões das cooperativas.

Acho que as fusões tendem a riscar a valorização das pessoas. Ao criar megainstituições, as pessoas ficam tão distantes do sistema de decisões que pouco podem participar e acabam sendo atropeladas por decisões supercentralizadas. Sobretudo se as cooperativas aceitarem o jogo do mercado competitivo e entrarem nesse ritmo louco em que todas as decisões devem ser centralizadas, porque se trata de uma guerra. Se o cooperativismo é contra a guerra e é pela paz não pode continuar a aceitar o jogo da livre e total competição entre os mais fortes. É preciso criar uma outra regra do jogo, que só pode vir a acontecer no espaço intercooperativo. Por isso é tão importante reforçar a possibilidade de trocas e intercâmbios cada vez mais sólidos e amplos no interior do movimento cooperativo. E não só para fora, como é atualmente.

O Sr. Presidente (Deputado Paulo Piau) - Há uma questão para os Deputados Federais presentes: "Foi promulgada, em novembro de 1999, a Lei nº 9.876, que obriga o cliente das cooperativas de trabalho a recolher 15% do valor, fruto da nota fiscal ou fator referente a serviços prestados, por cooperados, a título de contribuição social. Essa nova contribuição irá inviabilizar as cooperativas de trabalho no Brasil. Efetivamente, o que as FRENCOOPS estaduais e a FRENCOOP nacional farão a respeito, para que as cooperativas de trabalho não se extingam?". É de Denise Figueiredo, advogada.

Fica aqui a grande pergunta ao lado da FRENCOOP estadual. Evidentemente, trata-se de lei federal. Amanhã, durante o pronunciamento da FRENCOOP nacional, quem se pronunciar em nome dela vai transmitir essa questão. Nós, particularmente, juntamente com a OCEMG, fizemos uma manifestação a todas as instâncias, inclusive ao Presidente da República, para que acuda. Na verdade, S. Exa. está igualando a cooperativa a qualquer empresa. Isso não incentiva a união cooperativista. Portanto, é uma boa questão para ser respondida pelos Deputados Federais amanhã.

O Sr. Benedito Anselmo Martins de Oliveira - Boa tarde a todos. Sou Benedito Anselmo, da Universidade de São João del-Rei, coordenador do núcleo no qual trabalho e também da incubadora tecnológica de cooperativas populares da mesma Universidade. Acredito que seja interessante prestar alguns esclarecimentos maiores ao Plenário com relação à questão da unicidade. Sabemos que no Congresso Nacional, quando a lei for discutida, haverá um embate entre essas duas vertentes de pensamento. Ou seja, como se deve dar a organização nacional do movimento cooperativista.

Gostaria de uma melhor explicitação de cada um dos dois expositores - embora um já tenha se retirado - de como entendem essa unicidade. A exposição foi um pouco rápida, e essa questão é fundamental para a organização e o fortalecimento do cooperativismo nacional.

O Sr. Marcos Arruda - Com o máximo espírito de justiça, quero dizer ao companheiro Benedito que a noção de unicidade tem a ver com a idéia de haver apenas uma estrutura organizativa cooperativa, que é legal, reconhecida e vigente no País. Todas as cooperativas que passem a existir no espaço do território nacional devem, por lei, fazer parte dessa estrutura. Não há possibilidade de se organizar outra. No mundo sindical, houve o tempo da unicidade sindical, da luta pela unicidade, quando só uma central sindical era tolerada. Assim também se propõe que continue sendo o que foi criado pela legislação de 1971, que haja somente uma estrutura de OCEs até o nível nacional. Essa é a definição de unicidade que entendo foi dada pelo Dr. Roberto e é conhecida e dialogada entre nós com as OCES de cada Estado.

Gostaria de chamar a atenção dos senhores para a apresentação de amanhã, do Dr. Virgílio Perius, perito em legislação, que discutirá com muito mais cancha do que eu, que não sou advogado, a questão do ponto de vista legal. Mas essa questão tem a dimensão política da democracia, do direito original do cooperativismo, da livre adesão. Portanto, da filiação não forçada a nenhum tipo de instituição representativa maior. Essa é a questão de fundo político de discussão da nova legislação.

Não posso resistir a fazer um pequeno comentário sobre a questão da Lei nº 9.876, de 1999. Quero dizer que recai na pergunta sobre o tema do ajuste econômico, da presença do FMI no Brasil. Estamos vivendo uma febre de reestruturação de política fiscal, de uma tremenda brutalidade para com a sociedade civil. É mais uma medida. Assim como hoje temos uma estrutura fiscal em que 85% da arrecadação é tirada das pessoas físicas e apenas 15% de corporações, também o Governo está buscando outras formas de arrancar de quem puder mais alguns tostões para reforçar sua capacidade de continuar pagando dívidas ao sistema financeiro.

Por isso, temos que nos opor fortemente a essa legislação, fazendo o máximo de pleitos aos nossos representantes aqui presentes. Que levem as nossas palavras aos espaços de decisão, para que essa lei seja urgentemente abolida e substituída por outra que não mais injustamente assemelhe empresas de fins lucrativos a cooperativas, que não têm a mesma finalidade, mas uma finalidade social e humana.

O Sr. Jaime D'Bastiani - Agradeço o Deputado Paulo Piau pela primeira oportunidade de participar da discussão, representando, de alguma maneira, as FRENCOOPS municipais. Saudando V. Exa. quero saudar todos os componentes da Mesa e citando os nomes dos meus queridos amigos Deputados do Rio Grande do Sul, Giovanni Cherini e Postátaro, quero saudar também todos os Deputados e companheiros da região de Passo Fundo que se fazem presentes.

Dr. Marcos, nasci dentro do sistema. Comecei a trabalhar aos 17 anos, numa cooperativa agrícola. Lá se tinha a visão de que deveríamos crescer a ponto de trabalhar o produto do seu nascedouro até a ponta. Ou seja, a mesma cooperativa agrícola faria o incentivo ao plantio, a coleta, o transporte, a venda, trabalhando o produto, transformando-o em óleo ou outro produto até o consumidor final.

Isso transformou as cooperativas do Rio Grande do Sul em especiais e as da minha região, em supercooperativas. Tivemos alguns dissabores muito grandes. Posso dizer que na região muitas cooperativas faliram. Entendemos que pelo seu gigantismo - queria ouvir de V. Sa., doutor no assunto, como interpreta isso. Vamos produzir e consumir de ponta a ponta, ou vamos segmentar o sistema para melhor gerenciá-lo?

O Sr. Marcos Arruda - Alegria-me muito essa pergunta, porque faz parte da minha prática e da minha pesquisa ao longo de anos essa preocupação com a maneira de repensar a economia de uma forma mais viável, mais inteligente e, ao mesmo tempo, mais humana, enfim, satisfatória e geradora de mais felicidade. A minha resposta é enfática: após todos os anos de pesquisa e experiência prática no cooperativismo; estou convencido de que o caminho é aquele que falei no início da minha apresentação - aumentar e valorizar cada vez mais a diversidade e, daí, estimular a segmentação, sem que isso signifique fragmentar e isolar, mas articular tudo isso em sistemas organicamente interligados.

Por que digo isso? Porque esse é o único caminho para preservarmos a escolha de cada um e de cada comunidade a respeito dos caminhos a seguir. Quanto mais centralizadas forem as estruturas, menor a participação, menor a ação cidadã consciente e ativa. Temos que descentralizar. É uma medida de sabedoria que segue as lições da própria natureza. Mas descentralizar não deve significar fragmentar e isolar. Deve significar respeitar cada indivíduo, cada membro do sistema maior e estimular para que ele ou ela se articulem de maneira coerente com os princípios do sistema, portanto de maneira cooperativa e solidária com os outros membros do sistema, formando um organismo parecido com o corpo humano, no qual cada membro tem a sua função. É aquele mistério que a Biologia não conseguiu desvendar até hoje: como um ser unicelular, o óvulo, ao ser fertilizado, se transforma em duas células, que se tornam uma e, aos poucos, começam a se subdividir, e, gradualmente, cada nova célula ganha uma nova especialidade. Algumas células viram ossos; outras, nervos; outras, braços, mãos, olhos. Quem mandou isso acontecer? Como é que alguma coisa que era uma só se transformou em várias, virou diversidade?

É isso que precisamos: respeitar essa diversidade que somos. Não há dois gêmeos univitelinos iguais no mundo. Eles são parecidos, mas iguais, não, porque são dois seres diferentes, duas almas diferentes, dois caminhos de experiência e de prática diferentes.

Temos que criar um sistema em que cada ser que é diferente é acolhido como bem-vindo e dizer: "Caramba, está aí um diferente. Ele traz uma coisa nova com a qual posso aprender, posso me beneficiar. E, trocando com ele o que ele não tem, nós dois nos beneficiamos".

A minha lógica vai no sentido de se construírem grandes sistemas cooperativos - e o meu sonho maior é a globalização cooperativa e solidária, e não competitiva e predatória - que partam da valorização de cada pessoa, de cada comunidade, de cada cooperativa, sem ver só aquele mar de cooperativas. O importante é que cada ser humano, cada homem, cada mulher, cada criança tem um valor único nesta vida. E só o cooperativismo, o associativismo autogerido e solidário é capaz de valorizar essa diversidade humana e, ao mesmo tempo, criar unanimidades, espíritos e almas em comum, capazes de fazer com que o sistema inteiro tenha uma só alma, ainda que cada um tenha a sua função, o seu pensamento, o seu modo de funcionar. E o meio de fazer isso acontecer é o diálogo, e não a imposição. É o debate. Isso toma tempo, e o tempo não é parte do projeto competitivo, que quer arrecadar cada vez mais, no menor tempo possível. Temos que romper com a ditadura do tempo, das máquinas e dos computadores que estão sendo imputados ao ser humano. Temos que reconquistar o ritmo humano de existência, e ela tem que contaminar a nossa nova ordem econômica - uma economia no ritmo humano -, em que possamos nos sentir felizes por estar fazendo economia, e não angustiados, matando-nos porque perdemos a competição, perdemos a licitação, ou porque vamos à bancarrota, ninguém vai nos apoiar, já não temos emprego, já não temos dignidade diante da nossa família. Isso tudo tem que acabar, e o cooperativismo, nessa perspectiva de autogestão e solidariedade, tem esse potencial.

Acredito que é por aí - combater o gigantismo, criar instituições, inclusive globais, mas profunda e totalmente apoiadas no local, e o local não é só comunitário, mas também pessoal. Cada pessoa é importante.

O Sr. Presidente - Estamos com o tempo dos debates um pouco vencido, mas temos um agradecimento de Judite Viegas, falando da exclusão social: "Agradecemos à OCEMG e à SESCOOP o empenho na construção da Cooperativa Ação pela Vida, dando uma perspectiva da vida, em contrapartida à cultura da morte, normal e socialmente atribuídos, em especial, aos portadores de HIV. A Cooperativa contemplará mulheres vítimas de violência, mulheres de presos, prostitutas e travestis portadores de HIV e moradores de ruas da região de Nova Contagem, uma das mais violentas do Estado, e do baixo meretrício do Bonfim".

Temos várias perguntas, algumas dirigidas a mim. E, para que possamos passar para a próxima fase, vamos ler a pergunta de Eugênio Guimarães, que é advogado: "Como a Frente Parlamentar do Cooperativismo de Minas Gerais e o ilustre Deputado se posicionam frente à proibição do Tribunal de Contas quanto à contratação, pelo Estado de Minas, de cooperativas, especialmente as cooperativas de trabalho?".

Na verdade, isso é exclusivo de Minas Gerais. Isso faz parte de um parecer de um Consultor do Tribunal de Contas, que, num momento de infelicidade, disse que as cooperativas não poderiam participar, em igualdade de condições, com as demais empresas. Isso equivale a dizer que não só as de trabalho, mas também uma cooperativa de leite não pode participar de uma licitação da compra de leite para merenda escolar por uma Prefeitura. Isso é um verdadeiro absurdo. As cooperativas estão entrando em licitação às custas de liminar judicial, e evidentemente é um problema mal resolvido, que ainda temos em Minas Gerais, mas, com certeza, deveremos resolvê-lo rapidamente.

Não tenham dúvida de que isso é uma pressão do mundo econômico e - por que não dizer? - dos grandes, em cima das cooperativas. Esse é o meu posicionamento, e não desistimos dessa luta, junto com o Presidente da OCEMG, o Alfeu.

Pergunta do Antônio Arnaldo de Melo, da Cooperativa de Crédito Urbano de Santo Antônio do Monte: "Como foram selecionados os líderes das FRESCOOPs municipais, sendo que as lideranças políticas não são necessariamente cooperativistas?".

Acho que não é necessário termos pessoas cooperativadas num sistema político. Mas temos que identificar pessoas - como foi dito na exposição dos Drs. Roberto Rodrigues e Marcos Arruda - que se sintam engajadas nesse processo solidário de buscar alternativa de produção, de serviços e produtos para a comunidade. Isso é democrático. Essa busca de identidade é um trabalho de mão dupla - é um trabalho das cooperativas e dos cooperados e, evidentemente, do Legislativo, como disse o Deputado do Pernambuco, para buscarmos a solução para os problemas do País. Portanto, é uma via de mão dupla: democracia é o melhor sistema que há, mas é difícil colocá-la em prática.

Quero pedir desculpas a todos. Acho que todos os questionamentos orais foram atendidos e ainda temos várias perguntas que gostaríamos de passar ao Dr. Marcos Arruda, mas, infelizmente, o nosso tempo se esgotou. Temos perguntas da Fundação João Pinheiro, de Daniel de Miranda; da Coopercontábil, de Wilson Augusto de Faria; de Edson Nunes, da Câmara de Passo Fundo; de Emerson Demétrio; de Cida Gontijo.

Antes de passar à assinatura do convênio que será explicado pelo Dr. Alfeu, gostaríamos de ouvir as considerações finais do Dr. Marcos Arruda.

O Sr. Marcos Arruda - Diria, como mensagem final, essa dupla mensagem - por um lado, a necessidade de ter coragem de confrontar as instituições e as relações de injustiça e opressão que o Brasil vive há 500 anos.

É lamentável a idéia de que vamos festejar esses 500 anos com grandes eventos, junto com o governo brasileiro, que foi o nosso colonizador durante três séculos - pelo menos, responsável pela escravização e pelo genocídio de 100 milhões de negros e índios. Esse é um dado para todas as Américas. A comemoração alternativa está sendo feita pelos povos indígenas, em marcha para Brasília e depois para a Bahia, onde eles vão rejeitar os 500 anos de opressão e morte e farão um gesto de perdão por todo esse processo, numa afirmação de que a raça branca é irmã dos índios e dos negros.

Daí, o clamor por outros 500 anos. De agora até o ano 2500, que sejam cinco séculos de reconstrução de um Brasil irmanado, cooperativo e solidário entre raças e etnias. Que participemos desse clamor e desse gesto de pedir e dar o perdão para que assumamos o compromisso de fazer a nossa parte, para que esses próximos 500 anos sejam de libertação, justiça e construção do que foi chamado de utopia, mas chamo de utopia cada vez mais tópica, isto é, que cada um de nós possa transformar em realidade aquilo que dizem que nunca vai acontecer em lugar nenhum. A utopia não se torna realidade num passe de mágica. É na prática cotidiana dos novos valores, dos quais falamos antes e se resumem naquela palavra mágica - amor -, uma palavra banida e abolida da economia, mas que uma economia social solidária tem de resgatar como o valor central definidor do ser humano. Construir uma economia amorosa, em que os atores econômicos fazem gestos amorosos um em relação ao outro, e não mais gestos de guerra: só assim chegaremos à verdadeira paz, que será construída com base em uma socioeconomia solidária e amorosa. Essa é a segunda mensagem. Obrigado.

Assinatura de Termo de Doação

O Sr. Presidente - Neste momento, será assinado o termo de doação entre a Assembléia Legislativa e a Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais para a transferência do acervo de 1.125 títulos sobre cooperativismo para a biblioteca desta Casa Legislativa. Convidamos o Sr. Alfeu Silva Mendes, Presidente da OCEMG, para firmar o termo de

doação. Convido também o Deputado Ivo José para assinar o convênio, como testemunha. Ganhamos também, para o acervo desta Casa, as publicações do Dr. Marcos Arruda, a quem agradecemos com uma salva de palmas. (- Palmas.)

Gostaria de fazer uma observação que estava programada para amanhã, mas vou antecipá-la, porque falou-se a respeito da cooperação entre cooperativas e Vereadores. Assim, gostaria de registrar um fato importante, que é a busca de cooperação entre a OCEMG e a Assembléia Legislativa. O Alfeu entendeu perfeitamente o que é democracia, porque aqui se resolve a vida da comunidade, das empresas, das cooperativas, enfim, de toda a sociedade. Vimos por muito tempo - fruto da repressão, da ditadura - um afastamento entre o poder econômico, o poder social e o meio político, como se política fosse algo repugnável. Portanto, o Alfeu Silva Mendes entendeu que, ao invés de afastar-se do poder político, de afastar-se da Assembléia Legislativa, deveria misturar-se com esta Casa, a fim de influenciar a cabeça dos Deputados, que poderiam decidir em favor das ações econômicas, sociais e cooperativistas. Essa é a nova mentalidade, ou seja, entender a democracia como um fato difícil, mas importante. Esse é o registro que gostaria de fazer antes das palavras do Dr. Alfeu Silva Mendes.

Palavras do Sr. Alfeu Silva Mendes

Caro Deputado Paulo Piau, Presidente da FRENCOOP de Minas Gerais; Deputado Ivo José, Coordenador da FRENCOOP; companheiros da Mesa; Marcos Arruda; coordenadores de segmentos do Estado de Minas Gerais; Deputada Maria Olívia, Coordenadora da Área do Trabalho; demais presentes; Deputados componentes da FRENCOOP de Minas; Vereadores das FRENCOOPs de todo o País; é uma alegria recebê-los em Minas Gerais, nesse dia em que esperamos dar um novo arranco à constituição de FRENCOOPs em todo o País, especialmente nos municípios de maior expressão, pois é começando da base que construiremos, ao longo dos próximos anos, representantes comprometidos, que tenham íntima ligação com o cooperativismo. Gostaria também de cumprimentar os Presidentes das organizações estaduais, pedindo-lhes que se identifiquem. O Roberto Marase, Presidente da OCF, ainda está presente? Acho que saiu com o Deputado Nário Rodrigues, pois foram à CEMIG. O Roberto Coelho está? (- Pausa.) Os dois que apresentei estão lá fora. Então, gostaria que conhecessem o de terno azul, Roberto Marase, do Distrito Federal, e, em seguida, o Roberto Coelho, representante das cooperativas do Rio Grande do Norte. Também estão presentes o nosso amigo Agostinho, da Paraíba; o nosso amigo Agamenon, do Ceará, que representa, no Conselho da OCB, as cooperativas do Nordeste; e o Flodoaldo, do Mato Grosso do Sul, que também representa, no Conselho, as cooperativas do Centro-Oeste. Obrigado pela presença de vocês, que enobrecer e enriqueceu muito o nosso encontro.

Gostaria também de apresentar para a platéia os nossos Presidentes de federações e centrais: o Fabiano, da FETRABALHO; o Fábio, que vi, lá, em cima, mas não sei se ainda está presente, que representa a FETRAMINAS; o Eli, da CREDIMINAS, que está conosco desde o início; não vi o Geraldo, da UNICRED, mas deve ter alguém dessa entidade por aí; o Luis, que, além de ser Presidente da Central das Cooperativas de Crédito Urbano - CECREMG - , é Vice-Presidente da OCEMG; o Pereira, da Itambé, que estava naquele cantinho e, se não me engano, saiu com o Roberto Rodrigues; o João Batista, da UNIMED; não sei se ainda há da UNIODONTO. Mas o importante é que todos estejam participando conosco deste evento.

Gostaria de apresentar também os conselheiros da OCEMG: o Matusalém, Presidente da COOSUM(?), a maior cooperativa de consumo de Minas Gerais; o Ronaldo Scucato(?), Superintendente do SESCOOP de Minas Gerais; o Paulo Bernardes, da CNA e ex-Presidente da OCEMG; o José Antônio, que já foi embora, de Bom Despacho; ainda está conosco o Antônio Gouveia, representante das cooperativas do Triângulo Mineiro e do sistema de crédito rural em nosso Conselho.

Esse encontro de hoje foi preparado com muito carinho, com muito critério, porque desejávamos exatamente o que está acontecendo, ou seja, entrosamento, aproximação dos cooperativistas com os Deputados Estaduais e Federais. Também é uma oportunidade para sabermos o que está acontecendo no cooperativismo mundial, por meio do Roberto Rodrigues, que não poderá estar conosco até o final, porque viaja amanhã para outros países da América. Amanhã teremos a oportunidade de debater com o Senador Francelino Pereira a nova lei do cooperativismo. Estarão presentes também o Odacir Klein, da OCB, e representantes da FRENCOOP nacional. O importante é que haja entre nós essa conversa, é importante que haja opiniões diferentes e discordantes. Ouvimos a opinião do Dr. Marcos Arruda, que nos falou sobre a unicidade do cooperativismo. Estamos lutando por isso há muitos anos. No entanto, parece que quanto mais falamos menos as pessoas entendem. Não falamos em filiação, Marcos Arruda. A lei é muito clara. O art. 107 diz que a cooperativa tem de ser registrada. Só porque a lei é de 1970, da época da ditadura, não quer dizer que seja ruim. Nem tudo que foi feito durante o período da ditadura é ruim. A lei é muito clara e sábia, fala sobre o registro. Todos os advogados do Brasil têm a sua OAB nacional, a sua OAB estadual e a sua OAB local. Todos os médicos têm a sua associação médica nacional, a sua associação médica estadual e a local. Todos os grupos organizados têm as suas associações nacionais, estaduais, regionais e locais. Nada impede, Marcos Arruda, que as cooperativas - e aí está o nosso atrito - se unam em associações. Apresentei o Toninho, do Triângulo Mineiro, que também representa no Conselho a Associação das Cooperativas do Triângulo Mineiro. As cooperativas podem associar-se livremente. Temos a Organização das Cooperativas do Eixo Rio-Bahia - OCERB. Isso é associação. Associam-se aquelas que acham que devem. Nenhuma cooperativa é obrigada a filiar-se a uma central, tanto que para as cooperativas de trabalho existem duas centrais. Elas podem escolher a qual se filiar. Aí é filiação. O que desejamos, com a unicidade do sistema, é manter os princípios, evitando o que está acontecendo, ou seja, as pessoas constituírem cooperativas por todo lado, sem nenhum controle, prejudicando o cooperativismo. Conforme o Ministério Público, todas as cooperativas de trabalho são uma fraude, porque estão sendo constituídas sem organização. Não queremos que as cooperativas se filiem, mas queremos ter o registro de todas elas. É preciso que haja um organismo para controlar, zelar pelos princípios, senão iremos acabar com a ACI também.

Então é importante entendermos isso. A nova lei do cooperativismo está no Congresso há praticamente 11 anos. O que impede que essa lei caminhe, que vá a Plenário, é exatamente isso. É um fato interessante, porque não conseguimos passar para as pessoas contrárias à unicidade que não estamos falando de filiação. É diferente. A filiação é livre. Queremos um órgão que mantenha o registro, o controle, senão o cooperativismo vai virar uma baguena, como já está virando. Algumas centrais sindicais estão fazendo as suas cooperativas diferentes, o próprio MST está fazendo suas cooperativas afastadas do sistema. Isso vai criando um tumulto tão grande que não sabemos mais o que é cooperativa e o que não é. Queremos que haja na lei uma unicidade legal e um registro. Quantas cooperativas existem no Brasil? Existe um órgão que dará essa informação. Quantas cooperativas existem em Minas Gerais? O que fazem? O que fazem? Estão fazendo as suas assembleias gerais? Estão fazendo as suas prestações de contas? Elas são obrigadas a mandar isso para nós, para o controle. Se não o fizerem, perderão o registro. Não falamos em filiação. Aí está a grande confusão.

Outra controvérsia, meu caro Marcos Arruda, diz respeito às fusões. Concordo quando o senhor fala que na sociedade cooperativa não pode haver competição, mas complementaridade. Correto. Mas as cooperativas devem ser complementares para poder competir. Gostaria de fazer-lhe uma pergunta, Dr. Marcos Arruda: será que o senhor, indo a um supermercado amanhã, pagará R\$1,00 por um litro de leite se ao lado existir um leite de R\$0,80, vindo da Argentina, e um outro de R\$0,70, vindo da Europa? O mercado é assim. Quem faz o mercado é o povo, são as pessoas que forçam, querem comprar cada vez mais barato e com melhor qualidade. Então não adianta termos a ilusão de que o consumidor pagará mais por um produto vindo, por exemplo, de uma cooperativa de pequenos produtores ou de uma cooperativa do MST. Não pagará, pois irá comprar o produto que estiver com o menor preço e a garantia da melhor qualidade. Isso acontece no mundo inteiro.

Então, quando falamos em fusão, queremos tornar as cooperativas competitivas, mas através de uma fusão de negócios, uma fusão no fim da linha. Temos, em Minas, uma Central Cooperativa de Leite, com 32 cooperativas que hoje, com o processo de centralização, podem, no mercado, vender o seu produto disputando com as grandes multinacionais que aí estão. E isso porque a cooperativa permanece na base, mas cuida da assistência técnica do produtor, orienta-o em sua produção, trazendo-lhe as melhores tecnologias. Mas a centralização tem que haver na comercialização, senão ficaremos brigando entre nós.

Cito, aqui, novamente o Toninho. Tentamos, no Triângulo Mineiro, fazer um processo de fusão, de incorporação das cooperativas numa central. O processo não deu certo, e hoje cada cooperativa montou um sistema de empacotamento de leite longa vida. E ficam as cooperativas se matando, oferecendo leite no mercado. Hoje é a cooperativa de Uberlândia que vai vender, amanhã vem a cooperativa de Tupaciguara e vende mais barato, daí a pouco vem a de Araguari e oferece menor preço. Vamos manter a cooperativa, sim, mas vamos nos unir nesse processo de integração, de fusão comercial, porque essa é uma realidade da qual não podemos fugir. Esse processo que aí se encontra não vai parar. Estamos vendo a AMBEV, a Brahma se juntando à Antártica. Isso valerá, também, para o nosso sistema de crédito. Os Bancos estão crescendo.

Podemos ter as pequenas cooperativas, mas em forma de postos de atendimento que funcionam como cooperativa. O que o cooperado do crédito quer? Quer juros mais baixos quando vai tomar emprestado e melhor aplicação, com taxa maior. Se isso é por via da cooperativa ou por via do posto de atendimento, não importa para o cooperado. Também não importa se é da cooperativa da cidade "a" ou da cidade "b". O que importa é que esteja sendo beneficiado pela cooperativa e que a cooperativa, para ele, além de necessária, esteja dando retorno.

Nesse ponto da fusão, temos que pensar bastante até onde vamos levar nossa discussão. Pensar que temos que preservar as pequenas cooperativas, tudo bem, vale a pena preservar se for economicamente viável, porque sempre pregamos que para a cooperativa sobreviver tem que estar assentada sobre quatro pilares, dos quais não adianta fugir. Primeiro, ela tem que ser necessária, útil. Segundo, tem que ser viável economicamente falando. Temos, hoje, as cooperativas sociais e nelas vamos investir, mas esse é um tipo de cooperativa diferente. As cooperativas das quais estamos acostumados a falar necessitam da viabilidade econômica. É a cooperativa social, para permanecer através dos tempos, terá de encontrar um caminho para sobreviver às suas próprias custas. A OCEMG vai ajudar, o mesmo fará a Secretária Ângela Pace, o Governo do Estado ajudará durante certo tempo. Depois disso terá de ter vida própria, viabilidade econômica, porque não compraremos seus produtos no mercado mais caros do que outros porque são produzidos por mulheres de presos, ex-

prostitutas, etc. Tem que haver viabilidade, qualidade e preço.

O primeiro pilar é ser necessária e o segundo é ter viabilidade econômica. Depois temos o grande instrumento para manter o terceiro pilar, que é o espírito cooperativo. Não adianta criar cooperativa por criar, como várias que estão funcionando, sem nenhuma orientação. Isso não funciona porque carece do espírito cooperativo. E o quarto ponto, que é também muito importante, é que toda cooperativa tem que ter um bom líder, que seja uma pessoa boa, de bons princípios. Caso preencha esses dois requisitos, certamente a cooperativa vai sobreviver. Podemos encontrar, em todas as cooperativas, esses bons líderes, pessoas boas, honestas e trabalhadoras que vão dirigir a cooperativa não com interesse próprio, mas com interesse comunitário, com o interesse de fazer o grupo crescer, respeitando o direito de todos e visualizando, no futuro, o que o Roberto Rodrigues falou hoje, a felicidade de todas as pessoas. São dois pontos sobre os quais existe algum conflito. Precisamos conversar mais sobre isso. Conversamos durante 11 anos sobre o processo da unicidade e não conseguimos separar filiação e registro. Está na hora de acertarmos isso. Espero, Paulo Piau e Ivo José, que este encontro seja uma oportunidade de separarmos o registro da filiação. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa, já dizia o nosso velho Dario. Temos que separar isso.

Naturalmente, precisamos falar também um pouco sobre as nossas FRENCOOPs. Esta é a oportunidade que tenho de me dirigir a vocês para falar sobre a FRENCOOP de Minas Gerais. Foi criada quando o Deputado Romeu Queiroz era o Presidente da Assembléia. É uma FRENCOOP leve, que tem uma convivência muito tranquila entre os dois segmentos, entre todos os Deputados que dela fazem parte e entre as cooperativas, principalmente a OCEMG. Queremos continuar sendo, junto com a Assembléia, esse instrumento das cooperativas para promover o seu crescimento. Não adianta quereremos fazer poesia. As coisas só mudam se houver uma lei. Só fazemos uma lei se tivermos Deputados que nos compreendam, que nos defendam. Para isso já conseguimos, há alguns anos, tirar das cooperativas aquele medo que tinham de falar de política. Antigamente não podíamos falar em política da cooperativa. Hoje continuamos não falando de política partidária, mas temos que falar de política como um mecanismo que a sociedade tem para transformar e crescer. Para isso, a FRENCOOP é importante. Estamos vendo, nas reportagens que a televisão vem mostrando, que o sistema de financiamento de campanha de Deputados vai, aos poucos, se acabando. O que vai valer a partir de agora na campanha dos candidatos a Deputado é a força de voto. Nós não temos a força econômica. Não temos, na cooperativa, mecanismos para financiar campanhas. Tentamos criar alguns fundos, mas são muito tímidos. Se juntarmos todos os nossos fundos, não dá para financiarmos a campanha de um só Deputado, mas temos uma coisa muito importante, que é o voto. Somos, em Minas, 800 mil associados em cooperativas. Se pudermos ter mais três envolvidos com esses cooperados, teremos mais de 3 milhões de pessoas envolvidas com o cooperativismo. Esses votos são dispersos? São, mas é um trabalho nosso de conscientização do nosso cooperado de que é preciso trabalharmos juntos, de que é preciso que o cooperativismo tenha, em todas as Casas Legislativas, seus representantes legítimos. Para isso temos, na Assembléia, representantes de grupos. Crédito, saúde, educação, agropecuária, cada grupo com seu representante. Para isso temos que nos organizar na base, temos que perder o medo. Nós, Presidentes de cooperativas, temos que chamar os associados e lembrar que precisamos de um tal Deputado que está assumindo o compromisso de nos defender ou que já tenha demonstrado, no passado, que tem intimidade e afinidade conosco, que está pronto para nos defender. Essa força que temos é importante. Nós, cooperativas, dirigentes de organização, nós que aqui estamos, o Agostinho, o Flodoaldo, temos que nos juntar e perder esse medo. Temos que chamar as cooperativas para discutir o assunto. Estamos vendo os outros segmentos com seus "lobbies" fortíssimos. As cooperativas americanas têm um percentual não apenas para eleger seus Deputados, mas também para mantê-los informados e assessorados ao longo do seu mandato. Se não fazemos isso, nossos concorrentes fazem. Temos que nos organizar para isso de uma maneira aberta e explícita. Não estamos querendo corromper ninguém, mas queremos compromissos com quem tem compromissos. É essa nossa luta. Nossa força é criar FRENCOOPs em todo o Brasil. Depois de criadas em todo o Brasil, temos que criar nos municípios de maior expressão. Vamos criar em todos os municípios brasileiros, até chegarmos ao Congresso Nacional, parlamentares que tenham intimidade com o sistema. No Congresso Nacional é difícil. O Congresso só funciona às terças, quartas e quintas-feiras. O Deputado já chega lá com vários Prefeitos e outras pessoas esperando por ele. Eu posso chegar com uma apostila desse tamanho que ele dá uma olhada, dá um rabisco e passa para a frente. Ele não tem tempo de ler. Temos que formar esse grupo de parlamentares aqui, na base, no município. Aqui nós conversamos por telefone com o Paulo e com o Ivo. Eles estão sempre presentes nos nossos eventos. Quando um desses Deputados for para o Congresso Nacional, o envolvimento deles será normal, tranquilo e salutar. É esse o nosso esforço e uma das razões desse nosso encontro.

Eu gostaria, mais uma vez, de agradecer a presença de todos os cooperativistas mineiros que aqui estão; à Assembléia, pela oportunidade de participarmos desse encontro e, ao mesmo tempo, pedir que todos estejam firmes e fortes. Este é um ano eleitoral em que vamos eleger Vereadores. Vamos começar este ano pela base.

Recebi aqui alguns recados. Está aqui um representante do Vicente Bogo, Presidente da Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul, o Jucenir Borges. O Bogo nos ligou falando que hoje teria uma reunião muito importante e que não poderia vir. Estava aqui também o Raimundo Mariano, Presidente do BANCOOB. Erivaldo de Jesus Araújo, Presidente da OCEPA, eu não o identifiquei antes porque não tivemos oportunidade de conversar.

Agora vamos ter uma parte mais leve do nosso evento, com um pequeno coquetel. Encerrando, gostaria de insistir em um ponto que é fundamental para nós. Temos, a partir de agora, não um comprometimento político partidário, o cooperativismo nunca vai ter um partido, mas queremos estar presentes em todos os partidos, com representantes do cooperativismo em todas as Casas Legislativas. Obrigado a todos pela presença.

O Sr. Marcos Arruda - É muita gentileza esse direito de réplica que o Sr. Presidente me concede. Vou usar simplesmente para agradecer os questionamentos do nosso companheiro Alfeu e dizer que no Fórum de Cooperativismo do Rio de Janeiro temos sempre animado e incentivado nossos membros a se filiarem à OCERJ, do Rio de Janeiro. Uma resistência que eles sempre apresentam é que, além de registrar, têm que estar pagando uma contribuição financeira, o que caracteriza uma certa filiação, quebrando o espírito que mencionamos antes como o mais democrático.

À parte disso, gostaria de ter outro espaço de conversa, debate e troca. Fica aqui o nosso convite para quem quiser ver algumas publicações que temos, ocasião em que podemos discutir mais nossa visão, em substituição a uns comentários que eu poderia fazer sobre as falas do Alfeu, mas a esta altura ficaria tardíssimo.

O Sr. Presidente - Gostaria que a Deputada Maria Olívia, que está aqui presente e que coordena o setor da área de Trabalho da nossa FRENCOOP, por favor, ficasse de pé, porque gostaríamos de aplaudir a mulher presente no cooperativismo. (- Palmas.) Na sua pessoa, agradecemos também ao coordenador da área de crédito, Deputado José Henrique, ali presente. (- Palmas.); o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que esteve presente até há pouco; o Deputado Marco Régis, que também esteve presente aqui; ao Deputado Eduardo Daladier.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos aos ilustres expositores, às demais autoridades e aos participantes, bem como ao público em geral, pela honrosa presença, e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião de debates de logo mais, às 20 horas. Levanta-se a reunião.

ATA DA 70ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 4/4/2000

Presidência dos Deputados José Braga e Miguel Martini

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Deputado Federal Nário Rodrigues - Palavras do Deputado Federal Carlos Melles - Palavras do Sr. Odacir Klein - Palavras do Senador Francelino Pereira - Palavras do Sr. Virgílio Perius - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Braga - Dilzon Melo - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Ambrósio Pinto - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Bené Guedes - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Doutor Viana - Eduardo Hermeto - Ermanno Batista - Fábio Avelar - Ivair Nogueira - Ivo José - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Pastor George - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Ronaldo Canabrava - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

#### Atas

- O Deputado Miguel Martini, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Senador Francelino Pereira, relator do projeto de lei sobre o cooperativismo; Deputado Miguel Martini, Presidente da UNALE; Odacir Klein, Consultor Jurídico da Organização das Cooperativas do Brasil; Virgílio Perius, Professor da Universidade do Vale dos Sinos e Auditor do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul; Deputado Federal Nárccio Rodrigues, Vice-Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo Nacional; Deputado Federal Carlos Melles, Presidente de Honra da Frente Parlamentar do Cooperativismo Nacional; e Deputado Paulo Piau, Presidente da FRENCOOP - MG.

#### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião ao prosseguimento do II Encontro Nacional das Frentes Parlamentares do Cooperativismo, que tem por objetivo discutir a legislação cooperativista e fomentar a criação de frentes parlamentares do cooperativismo em Estados e municípios.

#### Palavras do Deputado Federal Nárccio Rodrigues

Sr. Presidente dos trabalhos, Deputado José Braga; Deputado Paulo Piau, coordenador; querido amigo e sempre Governador deste Estado, Senador Francelino Pereira; querido amigo fundador e Presidente de Honra da FRENCOOP, Deputado Carlos Melles, meu colega da bancada federal de Minas Gerais; querido Ministro Odacir Klein, hoje Assessor da OCB; amigo Deputado Miguel Martini, Presidente da UNALE; senhores componentes da Mesa, Srs. Deputados Estaduais, Presidentes de FRENCOOPs estaduais, Srs. Presidentes de organizações estaduais de cooperativas, dirigentes cooperativistas aqui presentes; representantes de organismos do Governo; meus senhores e minhas senhoras, falo aqui em nome da Frente Parlamentar do Cooperativismo no Congresso Nacional, a qual tive a honra de fundar, como Secretário-Geral que fui do Presidente Carlos Melles. Chegamos ao Congresso Nacional em 1996 e encontramos já estruturada uma frente parlamentar, dirigida com competência, talento e dedicação por esse exemplo do cooperativismo nacional, esse homem que veio das bases do cooperativismo de Minas Gerais para o Congresso e que é hoje uma das maiores contribuições do cooperativismo àquela Casa, que é o Deputado Carlos Melles, que conclui esta semana uma das missões mais espinhosas no Congresso Nacional: a conclusão do trabalho como relator-geral do Orçamento Geral da União. E se desincumbi dessa tarefa mais uma vez com talento, com a sensibilidade de bom mineiro e com a competência daqueles que servem com dedicação à sua pátria. Por isso tenho a alegria de poder, nessa manhã, falar em nome da FRENCOOP, que vem perseguindo o objetivo de ser, no Congresso Nacional, a voz e a vez que o cooperativismo brasileiro merece.

O Deputado Silas Brasileiro, nosso Presidente, encontra-se em viagem a Londres e nos delegou essa tarefa. Gostaria de pontuar algumas questões que considero oportunas neste tempo em que buscamos alternativas para consolidar um espaço político à altura da representação do cooperativismo nacional.

Ontem o Presidente Roberto Rodrigues falava a respeito da inserção do cooperativismo no mundo, e me veio a lembrança de que nós, até por rotina, costumamos falar muito bem do cooperativismo brasileiro, da sua origem, do que ele representa no esforço de construção desta Nação, e gostamos de citar que somos uma organização em crescimento, o que é verdade. Mas não falamos o quanto estamos crescendo lentamente em relação ao mundo. É verdade que temos hoje 5.300 cooperativas no Brasil; somos mais de 5 milhões de cooperados; respondemos por 5% do PIB nacional; prestamos serviços ou vendemos produtos para mais de 20 milhões de brasileiros. Isso, naturalmente, deve ser para nós, que militamos na área, motivo de orgulho. Sentimos que, de alguma forma, estamos dando a nossa contribuição para a construção da nação com a qual tanto sonhamos.

Nós, do cooperativismo brasileiro, pra falar aqui em casa, temos o melhor "marketing" de umbigo de que se tem conhecimento. Conseguimos sempre nos reunir para falar de nós, para discutir os nossos caminhos, mas não conseguimos, ao fazer esse exercício, passar dos limites da nossa própria atuação. A verdade é que o cooperativismo no Brasil está timidamente posto em relação ao restante do mundo. Quando olhamos para o mundo é que vemos o quanto ainda estamos engatinhando.

Enquanto, no Brasil, pouco mais de 3% da população forma a leva dos cooperados, em todos os segmentos do cooperativismo, vamos encontrar em alguns países um nível de engajamento que chega a assustar, se comparado conosco. Nos Estados Unidos, onde há 260 milhões de habitantes, 100 milhões de pessoas pertencem ao sistema cooperativista, ou seja, é mais de 1/3, é quase 1/2 da população integrado ao sistema cooperativista. No Canadá, dos 30 milhões de habitantes, 10 milhões estão integrados ao sistema.

Só para citar outro exemplo, europeu, a Espanha, com 40 milhões de habitantes, tem 40 mil cooperativas, enquanto que, com quatro vezes mais habitantes, só temos 5 mil e já nos sentimos orgulhosos. Essa é uma verdade que está presente na discussão que originou a FRENCOOP, uma verdade que o Deputado Carlos Melles trouxe para o Congresso Nacional, juntamente com os dirigentes do cooperativismo brasileiro que lá formam conosco a FRENCOOP: o cooperativismo brasileiro padece de dois males estruturais. Falta uma estratégia de "marketing" e falta uma representação política à altura da dimensão do seu movimento e, sobretudo, à altura do seu enorme potencial de crescimento. Falta "marketing" para que o cooperativismo possa se vender como solução, possa conquistar mercados, possa se impor como solução para os graves problemas econômicos e financeiros da sociedade brasileira.

É inadmissível, por exemplo, que o cooperativismo detenha hoje 55% da produção de leite no País, mas não consiga responder por 55% da comercialização desse mesmo leite. A falta de profissionalismo, de "empresariamento" e de uma estratégia de "marketing" de unificação de sua atuação comercial fazem com que o cooperativismo de leite fique nas mãos das multinacionais.

A filosofia, os resultados, nada que diga respeito ao cooperativismo é do conhecimento profundo da sociedade brasileira. Ela só tem um conhecimento superficial do que somos e do que representamos. A sociedade não nos conhece, por isso não nos respeita.

A pesquisa feita pela FRENCOOP, na fase de estruturação, em 1997, no Congresso Nacional, que é o extrato da sociedade brasileira, mostra dados absolutamente chocantes em relação a essa realidade. Vou citar apenas três. No Congresso Nacional, onde estão, no mínimo, formadores de opinião, entre os 513 Deputados Federais e os 81 Senadores, em 1997, 82% não sabiam o que é OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras). Mas 98% sabiam dizer o que é CUT (Central Única dos Trabalhadores). Em 1997, 87% do Congresso Nacional sabiam que o Presidente da CUT chamava-se Vicentinho, e 97% não sabiam dizer o nome do Presidente da OCB.

Por isso, meus amigos, temos que encarar a realidade de que lutamos contra um adversário grande, que é a falta de conhecimento da sociedade, das autoridades, do poder constituído em relação ao que representa o cooperativismo no Brasil. É por isso que nos debatemos com a necessidade de que o cooperativismo brasileiro adote uma postura diferente na questão do "marketing" e na da representação política. Só com representação política autêntica é que podemos efetivamente fazer valer os nossos direitos na discussão das decisões mais importantes que ocorrem em Brasília, nas Assembléias Legislativas ou nas Câmaras Municipais.

O setor cooperativista tem medo de ter posicionamento político, porque confunde posicionamento político com postura partidária, e isso é um equívoco.

Quanto de nós, entre aqueles que se dizem membros da FRENCOOP, foram eleitos, efetivamente, com votos do cooperativismo brasileiro? Quanto, efetivamente, chegaram ao Congresso Nacional pelas mãos dos seus cooperados? Falta, por isso mesmo, da parte daqueles que integram as FRENCOOPs, seja no nível estadual, seja no nacional, motivação e engajamento. A FRENCOOP, em sua primeira etapa - e hoje estamos tentando mudar isso no nível nacional -, é formada muito mais por simpatizantes que por engajados, muito mais por pessoas que querem o bônus eleitoral ao dizer, simpaticamente, que integram o movimento cooperativista e que, por isso, merecem votos. Mas eles não querem o ônus de ir ao Plenário da Câmara dos Deputados e votar, mesmo que seja contra o Governo, a favor da sociedade brasileira, ou seja, a favor da organização do cooperativismo.

Na hora de legislar, estamos sempre na defensiva. Ontem, o Deputado Paulo Piau fazia referência a uma lei que temos que corrigir no plano federal. Por que essa lei saiu? É porque estamos sempre correndo atrás do prejuízo. Nunca temos uma ação preventiva capaz de fazer com que, antes de o Governo se posicionar, ofereçamos soluções legislativas que criem

o ambiente para o crescimento do cooperativismo nacional. Não há um assessoramento técnico capaz de instrumentalizar os legisladores que estão integrados ao movimento, de forma que, com antecedência, negociemos as soluções que todos nós perseguimos. O ambiente legislativo, por isso mesmo, é sempre uma dificuldade para o crescimento do cooperativismo.

Está aí o BANCOOP, vivendo as dificuldades de crescimento. O cooperativismo de crédito está vivendo as dificuldades das amarras de uma legislação superada pelo mundo. No entanto, nem mesmo agora, quando vamos discutir o novo sistema financeiro, já definimos o que queremos e quais as metas que queremos perseguir, para fazer com que o cooperativismo do Brasil seja com o da França, do Canadá, dos Estados Unidos, da Alemanha, da Inglaterra, da Itália. Estamos a reboque do processo legislativo.

Sei que falo aqui para um público distinto: de um lado, dirigentes, de outro, políticos, mas sei que todos aqui têm o mesmo objetivo, que é fazer com que o cooperativismo avance. Por isso, quero falar aos dirigentes do cooperativismo brasileiro: assumam atitude política, organizem apoios, lancem candidatos, façam campanhas eleitorais, financiem candidaturas, apoiem políticos, façam um "lobby" a favor do cooperativismo brasileiro, porque vocês estarão prestando serviços a esta Nação. (- Palmas.) Aos Deputados que aqui estão quero dizer que, da minha pouca experiência, extraí algumas lições, por exemplo, que é possível construir um espaço próprio para o cooperativismo e que o Governo está sensível a isso. É preciso quebrar amarras, é preciso, sobretudo, estabelecer novos parâmetros. Isso só se faz de um jeito: com propostas concretas, oferecendo a possibilidade de resultados concretos.

Durante o período em que estamos lá, na FRENCOOP, já tivemos muitas conquistas, poucas delas foram comemoradas, porque, muitas vezes, as conquistas não são levadas em conta, mas o cooperativismo brasileiro cresceu dentro do Congresso Nacional nos últimos anos. Cresceu de forma efetiva, ganhou respeito, ganhou espaço. Na primeira etapa da FRENCOOP, tínhamos uma preocupação muito grande com a quantidade, queríamos ser a maior frente do Congresso Nacional. Hoje, depois de termos 237 Deputados, vamos descobrindo, a cada votação, a cada desafio de Plenário, que o importante não é ter a maior frente do Congresso Nacional, é ter a mais atuante, a mais engajada, a mais comprometida com as causas do cooperativismo. Não interessa se isso soma 1, 2, 10, 15 ou 20 companheiros.

O importante é que aqueles que são representantes do cooperativismo carreguem os dois pinheiros na testa e assumam a defesa do cooperativismo, em qualquer circunstância, até para, contrariando o Governo, ajudá-lo a governar. É assim que temos procurado atuar, é assim que o Deputado Carlos Melles nos ensinou, é assim que o Deputado Sílas Brasileiro tem atuado na presidência da FRENCOOP, é assim que o Ministro Odacir Klein atuou, quando esteve no Congresso Nacional, é assim que o Senador Francelino Pereira nos ensina todos os dias. E tenho certeza: é assim que atua o meu amigo Paulo Piau e é assim que atuam os companheiros que vieram de tão longe para aqui estar, em Minas Gerais, neste encontro importante, que marca um novo tempo na história da representação política do cooperativismo brasileiro.

Vejo o cooperativismo brasileiro com muito otimismo. Há amplo horizonte à nossa disposição. Precisamos estar prontos para conquistá-lo, estar vigilantes, preparando as propostas que farão com que conquistem esse espaço. Há um espaço enorme no País para a construção de um novo tempo para o cooperativismo de habitação, para o cooperativismo de eletrificação rural. Na semana passada, eu e o Deputado Carlos Melles negociamos com a ELETROBRÁS a primeira parcela que assegura os recursos necessários à reinscrição do cooperativismo de eletrificação rural no Programa Luz no Campo.

Há um espaço enorme para o cooperativismo de crédito, agora, com a reforma do sistema financeiro, para a reestruturação do setor agropecuário, para a área de saúde. O que precisamos ter? Precisamos ter a consciência de que o desafio exige engajamento de todos. Então, ao estar aqui hoje, quero deixar a mensagem da FRENCOOP nacional, cumprimentando aqueles que tomaram para si a tarefa de organizar a FRENCOOP, nas Assembléias Legislativas. Quero cumprimentar cada Deputado Estadual que abraçou essa causa e dizer que contem com a nossa solidariedade, contem com a nossa cooperação. O Brasil será muito melhor, tenho certeza, se um dia, entre todos os seus habitantes, tivermos a maioria não só de brasileiros, mas também, sobretudo, de cooperadores. O Brasil e o mundo precisam de cooperadores para se desenvolver. Muito obrigado.

#### Palavras do Deputado Federal Carlos Melles

Exmo. Sr. Presidente da Mesa, Deputado José Braga, meu padrinho político, eminente homem público de Minas Gerais e deste País, exemplo de homem público que diríamos que quase não tem lado pela unanimidade e pela forma com que faz política ao longo de sua vida, meu querido amigo Senador Francelino Pereira; caro Miguel Martini, amigo, companheiro; meu prezado ex-Ministro e companheiro de cooperativismo, Odacir Klein, que faz da sua vida um sacerdócio do cooperativismo, quer dizer, em todas as posições que Odacir já passou, continua sempre com a bandeira da cooperação, que é um exemplo para nós de como viver a cooperação; meu caro Virgílio Perius, companheiro do nosso Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul; amigo e colega Deputado Nárceo Rodrigues, que tem trazido uma contribuição muito grande ao nosso setor, eu não só quero cumprimentá-lo como também agradecer suas generosas palavras e a forma como fez a sua exposição. Quero dizer que o Nárceo é uma grande contribuição para o nosso setor, uma grande aquisição, por vários motivos. Primeiro, porque é um Deputado da roça, do interior, como nós, que sente e exala o espírito da cooperação, que participa, como um Deputado distrital, da vida, da organização das comunidades. Ele tem uma vantagem: é um Deputado que tem formação jornalística e de "marketing". Isso tem contribuído muito para o crescimento e para a dinâmica da nossa organização. Meus caros Deputados Estaduais de Minas e de todos os outros Estados; Presidentes das frentes de cooperativismo estaduais e municipais; meu amigo Presidente e irmão de fé, de trabalho, colega Deputado Paulo Piau; quero cumprimentar o Lajozio, o Eli, meus companheiros do cooperativismo de crédito que estão sempre batalhando por esse importante setor, e todos os outros setores, segmentos, cooperativismo de produção, de trabalho, de eletrificação, aqui presentes, enfim, todos os senhores e as senhoras, gostaria, primeiro, como mineiro e cooperativista, de trazer aqui a nossa posição, a nossa vontade de continuar contribuindo com esse setor. Às vezes passo um pouco das medidas no nosso Congresso, porque estou igual àquele menino que nunca come melado e quando come se lambuzava, ao saber a força que a política tem hoje, o que conseguimos crescer, dando a visibilidade ao sistema cooperativo no Congresso, a organização desse sistema, a imantação que fizemos.

Pela facilidade com que o cooperativismo, na prática, é sentido, criamos, com uma certa rapidez, a maior frente parlamentar do Congresso. Há os problemas que o Deputado Nárceo levantou. Na hora do aperto, sobram poucos, mas hoje o cooperativismo é visto e é tido como uma organização e tem uma aceitação muito forte, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado. Isso é absolutamente importante para nós, porque não existia no passado. As conquistas foram muito grandes, não foram poucas. Por isso, fiz aquela primeira colocação, do êxtase em que vivemos, pelo seguinte: criamos o banco cooperativo com o apoio do setor quase que em um passe de mágica. Fizemos a essência da recuperação do setor, que era o cooperativismo de produção com as principais cadeias. Quando se pensa que RECOOP é o final, foi o começo, porque foi a organização cooperativa que sustentou a frente parlamentar da agricultura e deu a securitização, o PESA e hoje o RECOOP; entusiasmou e sustentou esse crescimento das cooperativas de crédito aliadas ao BANCOOP. Foi ele quem fez esse programa do Deputado Nárceo. Parabéns a ele pelo Luz no Campo, que é um dos maiores programas, se não o melhor do Brasil, na área da eletrificação rural.

Se for enumerar, temos "n" coisas. Graças a Deus, temos muitas para enumerar. Foram grandes as conquistas, mas os desafios são maiores ainda. Ontem vocês devem ter ouvido o que o Roberto Rodrigues disse e qual é a nossa preocupação. Hoje temos o dever e, além do dever, a felicidade de ter o Senador Francelino como relator da lei cooperativista. Se fosse uma lei fácil, não estaria desde 1967 batendo cabeça no Congresso. Hoje ela está nas mãos de um Senador experiente, de um homem público do quilate de Francelino Pereira.

Por isso, seguramente, estará favorável ao que desejamos e consoante com a modernidade, com a globalização, de acordo com a importância que o cooperativismo precisa ter no mundo. O Deputado Nárceo comenta sobre o número de cooperativas na Espanha. Se compararmos com o mundo todo, vamos ter perto de 5 mil cooperativas.

O cooperativismo vai proliferar de uma maneira quase incontrolável, nos serviços e no trabalho, porque é compatível com o regime capitalista, em que todos defendem a idéia de trabalhar, a hora e o tempo que quiserem, com a produtividade e qualidade que quiserem e com essa remuneração. Não há nenhum instrumento no Brasil, a não ser à luz do cooperativismo, que pode dar essa sustentação ao povo e às organizações. Por isso, cooperativas de costureiras, de alfaiates, enfim, de tudo, proliferam no Brasil. Estas terão crescimento absolutamente fantástico. Ainda que não tenhamos a visão de parceria com muitos por parte do Governo Federal, isso vai acontecer.

Eles sabem da necessidade, mas não têm a coragem de assumir o que temos assumido. Tentam mascarar, não deixar as cooperativas de trabalho à luz do que representam. Fala-se em condomínio de trabalhadores, que é uma burla. Condomínios são cooperativas. Há o medo de dizer que o cooperativismo está crescendo, que a cooperação está crescendo. Dessa forma, temos ainda muita coisa a fazer, não somente a legislação. Temos de deixar que esse cooperativismo tenha os erros e os acertos, como em qualquer outra situação. Querem que o cooperativismo de trabalho no Brasil nasça adulto, não passe pela interferência da organização, que é natural. Não querem reconhecer que a grande vantagem da cooperação e do cooperativismo está na facilidade da organização. A maneira mais fácil de nos organizarmos é por meio da cooperação. Isso, muitas vezes, é visto e tido, no sistema sindical, como uma ameaça. Mas isso é um engano.

Além de todos esses aspectos problemáticos, temos ainda uma outra visão sobre o segmento que mais cresceu e se desenvolveu no País, devido à sua necessidade. Estou falando do cooperativismo de produção, de transformação, sobretudo na cadeia do leite, do café, da soja, na cadeia dos grãos, de modo geral. Não falaria de Minas, porque estou aqui, mas cooperativismo é ainda o esqueleto e a sustentação da produção agropecuária no Brasil. Deste, nós temos de ter uma visão invertida, ou seja, nele precisamos reduzir o número de cooperativas. Aí precisamos não só da coragem para falar, mas também de ser racionais para exercitar isso.

Não se pode mais hoje ter, dentro da cadeia do leite, do café, de grãos, a pulverização do sistema cooperativo que temos. A nossa escala não permite mais isso, cooperativas de 20 mil litros, 30 mil litros de leite estão fadadas a desaparecer. Têm de virar uma cadeia, um consórcio de cooperativas, têm de ser fundidas. Quando, do mesmo lado, temos a expansão, do outro, temos de correr com a fusão. E esse, talvez, seja o grande pecado que estamos cometendo no RECOOP e ainda no nosso querido e novo SESCOOP, que já nasceu grande. Não avaliem os senhores a luta para criarmos o sistema de educação no cooperativismo. Ele veio tarde, passamos despercebidos. Foi uma loucura o Congresso aceitar essa idéia, ainda não conseguimos a votação lá dentro.

Há resistências lá dentro. Conseguimos isso por meio de medida provisória. O Governo criou isso por meio de medida provisória. Entendo que isso é irreversível, não depende mais de nós. Depende da sociedade mantê-lo ou não, da pressão que faremos com as cadeias ou representantes de outros setores no Congresso, que não querem o SESCOOP. Mas diria que, no RECOOP, é importantíssimo sabermos o seguinte: o RECOOP não foi criado para alongar dívidas de cooperativas, mas para oferecer ao sistema cooperativo uma maneira interessante, inteligente e criativa de propor fusão, incorporação, fechamento, melhoria do sistema e das cadeias produtivas. E parece que não queremos enxergar isso. Parece que os dirigentes não querem entender que alongar dívidas não é mais a solução.

Às vezes, tenho tido o dissabor de dizer que tenho 15 anos de vida na direção da segunda maior cooperativa de café deste País. Fui dirigente, com muito orgulho, de cooperativas de crédito. Vivo o sistema no dia-a-dia. É importante que tenhamos sempre em mente que não podemos mais, num momento de globalização, e isso aconteceu no mundo inteiro, fazer com essas cooperativas, por meio de suas cadeias, façam sua fusão, sua incorporação. Estamos trabalhando nisso de uma forma assídua, determinada, para oferecer aos nossos companheiros uma saída para um momento extremamente difícil, a fim de que nossas cooperativas não sejam fechadas, pois hoje não bastam produtividade e qualidade. Há um componente que o mercado exige, que é a escala. Com escala pequena, não caminhamos. Esse é um detalhe de um setor que é específico no cooperativismo de produção.

Mas gostaria de dizer aos companheiros da minha alegria em ver hoje frentes municipais de cooperativismo, frentes estaduais já consolidadas, iniciadas em nossa Santa Catarina, tendo como criador o Secretário de Agricultura. A Assembléia de Minas, com o competente Deputado Paulo Piau, organiza e fomenta esse trabalho. Tenho a impressão de que, se soubermos usar o SESCOOP, com os recursos que temos, mais de R\$25.000.000,00, para dar a dinâmica necessária, não só nessa área de "marketing", como o Nário falou, mas também fazer aquilo que estamos fazendo com a Fundação Dom Cabral, com a Universidade de São Paulo e outros organismos, vamos poder oferecer um horizonte de competitividade ao nosso setor.

Insisto e falo, sobretudo, no cooperativismo de produção, que é a mola mestra dos outros setores. No cooperativismo de crédito rural, vamos ter de ser um pouco desobediente. Estamos insistindo com o Governo Federal para que libere as amarras do setor. E ele, de forma incoerente, diz: "Há o Banco do Povo. Pode-se pagar conta nos Correios e Telégrafos e nos supermercados". Mas ele se esquece daquilo que o cooperativismo faz de melhor, que é dar ao ser humano aquilo que ele precisa, dignidade. Qualquer cidade, por menor que seja, precisa ter um Banco, um agente financeiro. E o Governo demora a reconhecer isso, insiste em que o sistema cooperativo de crédito seja segmentado somente por produtores rurais e por empresários do comércio do setor urbano.

Vamos ter de abrir um pouco o caminho, ainda que o Governo não o acompanhe na legislação. Se ele não quer entender, tenho dito que temos de fazer como as rádios comunitárias, ou seja, abre-se o espaço para as rádios comunitárias, e nunca mais serão fechadas. É muito mais lógico regulamentá-los à luz daquilo de que a sociedade necessita. E o nosso cooperativismo de crédito tem de ter o público como cliente. Dessa maneira, é que vamos caminhar; repito: às vezes, se necessário, desobedecendo um pouco ou criando situações para que o Governo tenha a coragem de tomar as atitudes necessárias para um setor que vai ajudar muito o País. Os nossos Bancos cooperativos hoje são saudáveis, limpos e podem dar apoio ao Governo em políticas de desenvolvimento econômico e social, sem dizer do setor de produção agrícola.

Dessa forma, quero cumprimentar os organizadores deste evento e dizer da minha felicidade em estar aqui, como mineiro. Quero dedicar esse segundo mandato à causa da cooperação, à causa da solidariedade. Organizados naquela Casa, de uma maneira forte, amiga, podendo criar um sistema que possa dar sustentação a todos nós, o SESCOOP podendo dar suporte para a melhoria técnica e a qualificação dos nossos usuários, seguramente vamos ter um desempenho que aborde o crescimento dos serviços. E isso não vai ter mais parada, vai crescer de maneira indeterminada. Organizando esse setor, que realmente precisa ser enxugado e se esmerar naquilo que é da produção, vamos fazer um cooperativismo nos moldes que o mundo todo tem, que seja orgulho de todos.

Finalizando, essa desconfiança do setor tem de ser quebrada por nós. O Governo não vai falar que o cooperativismo é sério e que a cooperação é boa. Nós é que vamos falar. Nossos dirigentes é que vão fazer isso. O nosso testemunho é que vai dar a coerência, a visão e a segurança de que o setor tanto precisa. Muito obrigado.

#### Palavras do Sr. Odacir Klein

Exm<sup>os</sup> Srs. Deputados José Braga, representante da Presidência da Assembléia Legislativa de Minas; Paulo Piau, Presidente da FRENCOOP de Minas Gerais; Miguel Martini; Srs. Deputados Federais, saúdo-os cumprimentando os dois integrantes da Mesa, Deputados Carlos Melles e Márcio Rodrigues; Deputados Estaduais de Minas Gerais e de outros Estados; Srs. Vereadores; senhores dirigentes cooperativistas, saúdo-os cumprimentando o Superintendente da Organização das Cooperativas do Brasil - OCB -, Dr. Valdir Colato; Ilm<sup>o</sup> Presidente das Cooperativas de Minas Gerais, nosso companheiro de cooperativismo Alfeu Silva Mendes; meu prezado companheiro de painel, Dr. Virgílio Perius; ao lado de Dr. Virgílio, eu já mantive muitas lutas, ele é um especialista em legislação cooperativista e, embora seja hoje um assessor qualificado do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, não deixa de lado o cooperativismo, e está aqui, conosco; assessorou a OCB durante a Constituinte; quando eu estive na Presidência da FRECOTRIGO, no Rio Grande do Sul, ele nos ajudou muito com seu conhecimento, e é um grande prazer tê-lo aqui, nesta Mesa. Deixei por último, quebrando a hierarquia, em razão da posição que ocupa, para dizer da minha satisfação de estar ao lado do Senador Francelino Pereira. O Senador Francelino Pereira era Vice-Presidente do Banco do Brasil, da área administrativa, e eu era Diretor de Recursos Humanos. Essa diretoria era subordinada à Vice-Presidência administrativa, e tive a oportunidade de conviver com o Senador Francelino Pereira, de aprender a conhecê-lo, de saber de seu espírito público; já o conhecia da atividade parlamentar, mas, no Banco do Brasil, convivi com ele e o coloquei entre os amigos pessoais, pessoa por quem tenho muito respeito político; por isso tenho tranquilidade ao saber que é o relator do projeto de lei relativo à legislação cooperativista. É uma grande satisfação, Senador, estar com V. Exa.

Eu estava falando com o Senador, pouco antes do início dos trabalhos, e ele estava me dizendo que encarava este trabalho como uma primeira audiência pública para efeito da elaboração de seu trabalho. Peço, então, licença aos Deputados Federais e Estaduais, aos Vereadores, para que, numa primeira parte da minha intervenção, eu esteja me dirigindo especificamente ao Senador Francelino Pereira, para dar a minha visão ao relator do projeto no Senado, a respeito do problema de nossa legislação cooperativista.

Temos uma legislação de 1971 e uma Constituição Federal que revogou, em grande parte, aquela legislação, recepcionou, em grande parte, aquela legislação. Tudo aquilo que a Lei nº 5.764, de 1971, tem de contrário à Constituição de 1988 foi automaticamente revogado pela Constituição, e tudo que a lei tem que não contraria a Constituição foi recepcionada em nossa Carta Magna de 1988. Nós tínhamos antes um modelo intervencionista e temos hoje um modelo sem intervencionismo. O art. 5º da Constituição Federal, em seu inciso XVIII, diz o seguinte: "A criação de associações e, na forma da lei, de cooperativas independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento." Essa vírgula depois do "e" que vem depois da palavra "associações", para colocar" e, na forma da lei", quer dizer que, para formar associações, não há necessidade de autorização. Para formar cooperativa, na forma da lei, não há necessidade de autorização, mas na forma da lei, porque tem que ter uma lei dizendo o que é cooperativa e qual o organismo que vai dizer se ela é cooperativa ou não. Não se trata de autorização para funcionamento, trata-se de a lei regular o que é cooperativa e dizer qual a forma para ser visto se ela preenche os requisitos e quem examina essa situação. E, no final, o dispositivo diz: "... sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento". Isso quer dizer que o Estado não pode interferir no funcionamento das cooperativas.

Aí temos a seguinte situação: a Lei nº 5.764, nos seus arts. 3º e 4º, estabelece o que é uma sociedade cooperativa; e, depois do art. 4º, diz quais são as características da sociedade cooperativa, que são adesões voluntárias, cada associado tem direito a um voto, não é sociedade de capital, não se vota em razão do capital, as sobras são distribuídas na proporção das operações, as despesas são rateadas nas proporções das operações, são sociedades destinadas à prestação de serviços a seus associados, seja qual for o ramo em que atuem. Isso está contemplado na Lei nº 5.764, tinha vigência antes da Constituição Federal e continua tendo, mesmo agora, sob a égide da Constituição Federal de 1988. São dispositivos não revogados, o que significa que há uma legislação estabelecendo que cooperativa é isso, tem que ter tais características, senão não é cooperativa.

Quando estava em vigor a Constituição anterior, o pedido para autorização - porque, naquela época, era necessário pedir autorização - era feito junto ao órgão federal de controle nos Estados e no Distrito Federal, ou seja, o INCRA, salvo algumas exceções, de alguns ramos de cooperativismo; e, se fosse negado ou indeferido, havia possibilidade de recurso ao Conselho Nacional de Cooperativismo, que era um órgão estatal, embora com a presença de entes privados, mas era um órgão estatal; se não fosse examinado em 60 dias, poderia ser considerado que houve autorização automática. Então, havia necessidade de autorização por ente público. Dada a autorização, era feito o arquivamento da documentação na Junta Comercial, para efeito de aquisição de personalidade jurídica. A personalidade jurídica só era adquirida no momento em que essa documentação era arquivada na Junta Comercial. A Junta Comercial não examinava nada, não examinava se realmente tinha todas as características de uma cooperativa, ela recebia o deferimento de uma autorização feita por um poder público e arquivava os documentos. A lei também previa que a cooperativa autorizada a funcionar se registrasse junto ao órgão de representação do cooperativismo nos Estados ou



no Distrito Federal, ou seja, junto a organizações estaduais que são vinculadas a OCB, e é óbvio que, em havendo a possibilidade de interferência estatal, havia toda a possibilidade de fiscalização, por parte do poder público, do cumprimento de obrigações fiscais tributárias, previdenciárias, trabalhistas, sanitárias e ambientais, intervenção estatal esta que considero que continua em vigor, mesmo sob a égide da nova Constituição, porque não se trata de uma interferência específica na ação da cooperativa, mas, ao contrário, do exercício de um poder de polícia do Estado relativo a todas as atividades.

Então, embora essa seja uma interferência estatal, é exercício de um poder de polícia, não coibido, que eu considero que não tenha sido revogado com a vigência da Constituição Federal. Atualmente, ocorre o seguinte: os arts. 3º e 4º, estabelecendo as condições para a criação de uma cooperativa e dizendo quais são as características de uma cooperativa, continuam em vigor. O arquivamento na Junta Comercial continua em vigor, para efeito da aquisição de personalidade jurídica - a Junta Comercial não vai examinar se é uma cooperativa ou se não é, se está preenchendo aqueles requisitos ou não -, e o registro junto a entidade de representação estadual, no meu entendimento, continua em vigor. Existem tratadistas do cooperativismo que dizem que não, que não há mais interferência, e isso era uma espécie de interferência, mas essa interferência não é do poder público, é presença da entidade representativa do cooperativismo. Só que nós criamos uma situação que hoje corresponde a um hiato legal: fala-se em registro, e entendo que, depois que se retirou a presença do Estado, através do INCRA e do Conselho Nacional de Cooperativismo, as organizações estaduais passaram a ter a incumbência de examinar se realmente a cooperativa preenche os requisitos para ser efetivamente uma sociedade cooperativa. No entanto, havia uma distorção, e esse registro pode ser requerido depois do arquivamento na Junta Comercial e da aquisição da personalidade jurídica, pelo que é necessária uma lei estabelecendo claramente essa questão do registro.

Eu sei que ontem se discutiu muito aqui a questão da unicidade ou não-unicidade. Essa questão, para mim, além de aspectos doutrinários, tem um aspecto formal fundamental. Antes da Constituição de 1988, eu nunca tinha ouvido falar em cooperativa fantasma, e agora, quando se fala, em área pública, de não-incidência tributária ou até de algumas isenções, a reação é sempre a de se dizer que existem cooperativas que não são cooperativas - temos de coibir isso - e que, sob o manto da cooperativa, há pessoas que não querem pagar impostos; eu nunca tinha ouvido falar nisso.

Não quero o retorno da intervenção estatal, mas entendo que é fundamental que haja uma entidade dizendo se a cooperativa que se forma é ou não é cooperativa. Sou advogado e técnico em contabilidade e, para exercer minha atividade de técnico em contabilidade, tive de inscrever-me no Conselho Regional de Contabilidade; o Conselho examinou se eu tinha diploma, examinou minha qualificação e me inscreveu. Como advogado, sou inscrito na OAB, que examinou se eu tinha diploma; agora, inclusive, ela vê se a pessoa tem condições de exercício profissional por meio de um exame. Para conseguir a minha sociedade de advocacia, eu fiz um contrato social e fui submetido à OAB, que autorizou, porque viu que os requisitos estavam preenchidos, e isso não é intervenção estatal, isso é impedir que quem não é técnico em contabilidade atue como técnico em contabilidade, que quem não é engenheiro atue como engenheiro, que quem não é advogado atue como advogado, que haja uma sociedade de advogados com sócios não-advogados - tem que haver um organismo para verificar isso. No caso do cooperativismo, já que as cooperativas têm características próprias que as levam a ter, inclusive, não-incidências tributárias que outras entidades têm, é preciso que alguém diga se realmente ela é cooperativa.

Vou examinar mais aqui, com ordem do Senador Francelino Pereira, o projeto do Senador Osmar Dias. Existe também um bom projeto do Senador José Fogaça, o projeto do Senador Suplicy, mas parece-me que o projeto do Senador Osmar Dias resolve esse problema. Ele prevê o seguinte: criada a cooperativa, há o encaminhamento da documentação no prazo de 30 dias, que consta na Constituição, ao órgão estadual ou do Distrito Federal, ou seja, à organização estadual de cooperativas, para que ela declare a compatibilidade com a legislação ou então fixe exigência necessária à compatibilização, se for o caso. Se houver o indeferimento, há possibilidade de recurso ao órgão nacional do cooperativismo, que é a OCB.

É claro que as cooperativas fantasmas poderão constituir-se em um fantasma guarda-chuva, sob a forma de federação ou de confederação. Então, a federação, a confederação específica poderá não ter condições de avaliar se ela é efetivamente uma cooperativa ou não. Por isso, é fundamental que haja órgãos estaduais e órgão federal que, unificadamente, examinem e vejam se é o caso de sociedade cooperativa ou não.

Prevê o projeto que, declarada a compatibilidade, os documentos serão encaminhados à Junta Comercial, para efeito de arquivamento. Esse arquivamento, tornado público, fará com que a cooperativa adquira personalidade jurídica. Quer dizer, já houve o ente da sociedade civil, o ente privado que examinou a documentação; isso corresponde ao exame do sistema. Daí, vai para a Junta Comercial, que faz o arquivamento e concede a personalidade jurídica. E as cooperativas ficam obrigadas a remeter ao órgão de representação documentos referentes a reforma estatutária - se não, podem mudar, e tudo se complica - e atas de assembleias gerais de prestação de contas e eleições, para que se veja se está sendo cumprida a legislação cooperativista, os estatutos, no que diz respeito a eleições e à divisão das sobras. Entendo que esse projeto não coíbe a fiscalização pelo poder público, exatamente no exercício da atividade do poder de polícia, das questões trabalhistas, previdenciárias, sanitárias, tributárias e outras do gênero.

Então, meu nobre amigo e caro Senador Francelino Pereira, há um hiato na legislação. Há necessidade de correção, e é de fundamental importância que essa correção possa ocorrer com brevidade. Conhecendo seu espírito público e sua forma correta de agir, sei que V. Exa. irá se debruçar com todo cuidado sobre esse assunto. Quando eu era parlamentar, gostava de discutir e de recolher sugestões, mas não gostava muito de ser pressionado. Assim, sem querer influenciar, este seu amigo estará à disposição para discutir o que for necessário na redação desse parecer.

Sinto que meu tempo está-se esgotando, mas, rapidamente, quero chamar atenção para duas questões. Agora deixo de falar para o Senador Francelino Pereira e falo à FRENCOOP. A Constituição prevê que o cooperativismo tem de ser estimulado. E o que ocorreu recentemente, com a Lei nº 9.876, em seu art. 22, inciso IV, foi um desestímulo, porque as cooperativas de trabalho passaram a ter situação diferenciada em relação às outras entidades não cooperativas, com a necessidade daquele recolhimento de 15% sobre o valor total do faturamento. Isso foi, na verdade, uma situação diferenciada, prejudicial às cooperativas de trabalho, em descumprimento total do que prevê a Constituição Federal, que é exatamente o estímulo a elas.

Por último, apenas para concluir, permitam-me que fale sobre uma outra questão à FRENCOOP. A Constituição prevê que só lei complementar pode mudar ou estabelecer tratamento adequado ao ato cooperativo. Bem, por meio de uma medida provisória o Governo pretendeu tributar as cooperativas, cometendo um equívoco, porque há uma não-incidência: a cooperativa não tem renda, quem tem são os associados, pessoas físicas, e PIS e COFINS não incidem sobre pessoas físicas. Afora isso, a mudança foi por medida provisória, o que é inconstitucional. E a FRENCOOP pode mudar isso na votação da medida provisória e deve insistir nessa modificação. Já falei pessoalmente com o relator, que está disposto a, em seu parecer, escrever que, feita por meio de medida provisória e não de lei complementar, essa modificação é inconstitucional.

Perdoem-me se me estendi um pouco. Quero agradecer a oportunidade que tive e dizer ao nobre Senador Francelino Pereira que conte com este seu amigo para, dentro da visão que temos do que seja o interesse público, colaborar, com informações de que venha a necessitar, para a elaboração desse parecer a respeito da legislação cooperativista. Muito obrigado.

Palavras do Senador Francelino Pereira

Exmos. Srs. Deputado José Braga, Presidente em exercício desta Casa; Deputado Miguel Martini, Presidente da UNALE; Odacir Klein, Consultor Jurídico da Organização das Cooperativas do Brasil; Virgílio Perius, Professor da Universidade do Vale dos Sinos e Auditor do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul; Nércio Rodrigues, Vice-Presidente da FRENCOOP Nacional; Carlos Melles, Presidente de Honra da FRENCOOP Nacional, quero deixar o meu abraço fraternal aos representantes de 15 Estados do Brasil - os 17 Deputados Estaduais que participam deste acontecimento histórico - e desejo transmitir ao Deputado Estadual Gustavo Conde Medeiros, da Assembléia Legislativa do Piauí, o abraço e a emoção de lhe falar, em nome de 18 milhões de mineiros - dizem que o mundo é grande, mas Minas é muito mais -, saudando a terra e o povo do meu chão de nascimento - sou mineiro há 55 anos; essa é minha idade.

Quero saudar também, com o sentimento da amizade, da admiração e do respeito, uma figura encantadora, a quem, desde o primeiro dia em que chegou ao Congresso Nacional, a meu lado, disse sempre que teria de ser mineiro na extensão das múltiplas identidades da terra dos libertadores do Brasil. Meu estimado amigo, a quem agradeço até a cama para dormir em minha São Sebastião do Paraíso, Deputado Carlos Melles, que hoje é uma das lideranças mais importantes do cenário nacional, dominando não apenas a atividade agropecuária ou cafeeira, mas também um sentimento de Minas, que ninguém viola impunemente.

Quero também fazer uma saudação rápida a um amigo que está à minha direita, embora não seja da direita nem da esquerda, Odacir Klein, gaúcho, tenaz, competente e possuidor de uma característica que está desaparecendo da vida pública brasileira - a mídia que o diga: ele padece de algo fantástico, que é a honradez, e, mais do que isso, de inteligência, lucidez e talento. A você, meu caro Odacir Klein, o abraço também de 18 milhões de mineiros. Quero transmitir a todos o meu abraço, dizendo que, ao lado dos 17 Deputados Estaduais de 15 Estados, participam deste acontecimento, no Plenário desta Casa, nada menos que 31 Deputados representantes do povo mineiro nesta Casa legislativa.

Quero saudar também a outro Deputado Federal que está ao lado de Carlinho Melles - embora a vida pública não comporte a intimidade, permita-me esse tratamento -, Nércio

Rodrigues, dizendo-lhes apenas que não concordo com ele, porque Minas não concorda, em uma coisa: que os senhores financiem as campanhas eleitorais de quem quer que seja, nem daqueles que representem o cooperativismo no Brasil - o financiamento de campanha é um sentimento de corrupção. Quero, finalmente, meus amigos, dizer-lhes que tenho o dever da brevidade; tenho de sair deste Plenário exatamente à 1h30min, porque, sobretudo às quartas e quintas-feiras, Francelino Pereira, Nário Rodrigues e Carlos Melles, somos escravos, na pior das hipóteses, do painel, sem o que não recebemos nossos vencimentos, nossos salários.

Quero dizer que não solicitei, como não solicito, direta ou indiretamente, para relatar esse ou aquele projeto no Congresso Nacional. Ele me veio às mãos pela decisão da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e, em determinado momento, fui informado de que era relator da matéria. Desde logo, confesso que não sou um especialista em cooperativismo, mas, desde minhas origens, em terra distante, convivi com os sonhos, as expectativas e as experiências frustradas ou não de cooperativas que rolaram no caminho da pobreza e da indigência e de outras que se deram bem. Fiz algumas anotações e quero comentá-las rapidamente.

Em primeiro lugar, desejo parabenizar os organizadores do II Encontro Nacional das Frentes Parlamentares do Cooperativismo, em especial a Assembléia Legislativa e a FRENCOOP do meu Estado. O êxito da iniciativa é expresso nos debates que envolvem temas cruciais como o cooperativismo e o desenvolvimento social. A troca de experiência entre instituições cooperativistas de vários níveis bem atesta o interesse que essa secular forma de organização econômica desperta entre nós.

Cabe-me expor as ações que se desenvolvem no Congresso, em especial no Senado, destinadas a dar ao cooperativismo uma moderna estrutura institucional, ajustada às disposições de nossa Carta Magna. De fato, a legislação que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, a Lei nº 5.764, de 1971, e a Lei nº 6.981, de 1982, carecem de atualização, pois muitos de seus aspectos não foram recepcionados pela Constituição de 1988. Por essa razão, estão em vigor apenas parcialmente. Como sabem, a Constituição de 1988 veio depois de um regime de base militar, em que a centralização era a tônica dominante. Quando a exceção (...) foi revogada, o Brasil se abriu, as cabeças se levantaram, e fez-se uma longa Constituição, que está sendo modificada, quase todo mês, pelo Congresso Nacional, porque é excessivamente detalhista - e foi detalhista porque, naquele momento, ela seria o oposto ao centralismo da Constituição anterior. Tramitam no Senado, como sabem, três projetos de iniciativa de Senadores, todos dispondo sobre as sociedades cooperativas. São seis autores; somos 81 Senadores e, na pior das hipóteses, nenhum deles é bobo - todos são competentes e dedicados, até porque têm grande experiência, pois quase a metade deles ocupou o cargo de governador, como fui em minha terra mineira. Mas, no caso, são três Senadores que merecem o respeito e a admiração de seus próprios colegas, pois isso é o mais importante em uma instituição parlamentar.

O primeiro respeito que se deve ter é exatamente para com os colegas, porque são eles que informam ao seu Estado e ao Brasil quem é quem no Congresso Nacional. O primeiro é Osmar Dias, do PSDB do Paraná. O segundo, José Fogaça, do PMDB do Rio Grande do Sul. O terceiro é Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo. São três figuras efetivamente exponenciais. São meus amigos; atuamos em conjunto e somos dominados pelos mesmos sentimentos de credibilidade no destino desta Nação.

Coube-me a honra de ser o relator dos três projetos que estão tramitando em conjunto, por tratarem da mesma matéria, conforme dispõe o Regimento do Senado. Uma característica comum aos três projetos que desejo ressaltar é que eles resultaram, em grande parte, de sugestões apresentadas às mais diversas instituições cooperativas. Muitas dessas sugestões foram colhidas em eventos envolvendo cooperativas de diversos ramos de atividade que juntaram suas experiências em favor de um texto capaz de expressar de forma mais realista e criativa possível as necessidades e os anseios do cooperativismo brasileiro. O primeiro projeto a chegar ao Senado, de autoria do Senador Osmar Dias, que foi Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, acolheu sugestões da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB -, resultantes de debates realizados nas bases do sistema cooperativista. O segundo projeto, de autoria do Senador José Fogaça, utilizou propostas aprovadas em seminário do setor cooperativista do Rio Grande do Sul e considerou também conclusões do 10º Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em março de 1998. Já o terceiro e último projeto, cujo autor é o Senador Eduardo Suplicy, absorveu um conjunto de sugestões de diversas entidades de cooperativismo, como o Instituto de Cooperativismo e Associativismo de São Paulo, a CPT, a CONCRAB, a COTRIMAIO (...), a COTEC, de Minas, a PAEB, da Bahia, e a Vianey, de Santa Catarina. Foram também recolhidas contribuições de especialistas como Daniel Hoechst, de Dinart (...), da Universidade de (...) e Virgílio Perius, da UNI-SINOS, que nos honra com a sua presença nesta Mesa. Conversei com ele há pouco e tive uma magnífica impressão, quase que uma convicção, a seu respeito.

Não é minha intenção cansar o auditório apresentando um detalhado quadro comparativo dos três projetos, até porque, no essencial, eles são semelhantes. E não poderá ser de outra forma: seguem, em muitos aspectos, o roteiro instituído pela Lei nº 5.764, de 1971. Há, contudo, três dispositivos importantes. Ouçam, por favor. Direi até que são polêmicos. Estão incluídos no projeto do Senador Osmar Dias e não constam nos projetos dos Senadores Fogaça e Suplicy. Sobre esses dispositivos desejo fazer alguns comentários, ainda que não conclusivos, pois a matéria ainda está em fase de exame mais aprofundado do ponto de vista constitucional e legal, e também da sua materialidade. O primeiro diz respeito à ampliação do conceito de ato cooperativo, definido pelo art. 79 da Lei nº 5.764, de 1971, que diz: "...os atos praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas em si, quando associadas para a consecução dos objetivos sociais...". O Projeto Osmar Dias inova ao equiparar ao ato cooperativo assim definido: "os negócios auxiliares ou meios indispensáveis à consecução dos objetivos sociais", ou seja, as transações e os demais atos comerciais realizados entre as cooperativas e terceiros passariam a ter a característica legal de ato cooperativo.

Há distinção relevante, que tem efeito possivelmente direto na receita tributária, tanto em nível federal quanto estadual e municipal, uma vez que a Constituição, em seu art. 146, inciso III, letra "c", garante o tratamento tributário adequado ao ato cooperativo, prevenindo sua regulamentação em lei complementar. A esse respeito devo salientar que o Projeto de Lei nº 24/89, de autoria do então Senador Ruy Bacellar - ele era Senador e eu, Deputado -, já aprovado pelo Senado e ora em tramitação na Câmara dos Deputados, estabelece que o ato cooperativo não é passível de tributação. O segundo dispositivo estende à cooperativa a possibilidade de abrir seu capital de forma tal como faz qualquer outra empresa mediante emissão, autorizada por assembleia geral, de certificado de aporte de capital. Cabe salientar que os adquirentes desses certificados não se tornariam associados, mas fariam jus apenas a uma remuneração fixa ou por percentual dos eventuais ganhos provindos do negócio objeto da emissão. O projeto do Senador paranaense contempla também outra hipótese de participação de não associados nas atividades de interesse da cooperativa. Seria mediante contratos de parceria nos quais as formas de gestão e rateio dos resultados seriam previamente acordados entre a cooperativa e seus parceiros. Finalmente, o terceiro dispositivo, exclusivo do Projeto Osmar Dias, reafirma o princípio da unicidade no que diz respeito à representação do cooperativismo, ao prever apenas uma organização nacional para representar o sistema e somente uma em cada Estado e em Brasília, Distrito Federal.

O autor argumenta, na justificativa do projeto, que "a experiência acumulada pelo sistema ensina que a interlocução com o Estado e a definição de diretrizes que mantenham o sistema competitivo em face da concorrência das empresas capitalistas ganham eficácia com a representação única. A dispersão, pelo contrário, debilita o movimento". Temo, no entanto, que a manutenção do princípio da unicidade - apenas temo - entre em conflito com dispositivos constitucionais que assegurem plena liberdade de associação, uma das conquistas democráticas da Carta de 1988. De fato, o inciso XVIII do art. 5º da Constituição estabelece que "a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento". Essa regra é completada pelo inciso XX do mesmo artigo que diz: "Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado". E mais, quando a Constituição quis preservar o princípio da unicidade, como em relação à associação profissional e sindical, o fez claramente. O art. VIII do inciso II admite a existência compulsória de apenas uma entidade de representação profissional ou sindical nos planos municipal, estadual e nacional. Dessa forma, para que a unicidade seja estendida à organização das cooperativas, será necessário que uma emenda à Constituição o declare explicitamente, penso eu. Compreendo as razões aduzidas pelos defensores da unicidade, em especial à crucial questão da interlocução. Muita atenção para esta expressão: interlocução com o poder público. Certamente ela seria fragilizada com a dispersão das entidades de representação e com a natural dificuldade que essa dispersão causaria para a tomada de decisões consensuais da esfera do sistema.

Não desejo, contudo, na condição de relator, manifestar-me, neste instante, de forma definitiva, sobre esse assunto. Todos sabemos quão complexa é a matéria constitucional e como as divergências, as mais das vezes, acabam sendo dirimidas na esfera judicial. Há outras divergências menos significativas envolvendo os três projetos nos quais estamos trabalhando com a intenção de encontrar uma alternativa que contemple, da melhor forma possível, os legítimos interesses do cooperativismo brasileiro. Senhores, é nossa intenção concluir a elaboração do parecer único sobre os três projetos o mais breve possível e submetê-lo à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania no Senado e, posteriormente, ao Plenário da Casa, para que a votação da matéria seja abreviada e, em seguida, enviada à apreciação da Câmara dos Deputados.

Fiz aqui umas anotações finais para dizer-lhes que o debate não ficará limitado apenas à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania do Senado da República. Irá, com certeza, à Comissão de Assuntos Sociais, cujo Presidente é o Senador Osmar Dias, e também à Comissão de Assuntos Econômicos, cujo Presidente é o Senador pela Paraíba, Ney Suassuna. A CCJ pode examinar, não conclusivamente, outros assuntos fundamentais à materialidade dos projetos. E vamos fazê-lo. Enumerei aqui 1, 2 e 3, à mão. Colocarei, com a maior brevidade possível, os três projetos, seus textos integrais, na Internet, no "site" do meu gabinete em Brasília. 4 - Ouvirei, logo, os consultores técnicos legislativos do Senado, especialmente em matéria constitucional. 5 - Solicitarei, sem demora, a realização de audiências públicas no Senado, para um debate, o mais amplo possível - adoro debates -, com as participações, é claro, das entidades empenhadas em definições claras sobre o assunto, sua constitucionalidade ou não, e sobre a materialidade de cada assunto, de cada tema.

Meus amigos, aí está a democracia plena. Através dela, pela polêmica, pelo debate, pela controvérsia, é que esperamos encontrar soluções, tanto quanto possível, consensuais. Aí estarão o meu parecer e os de outras Comissões, que serão absolutamente discutidas no Plenário do Senado. A colocação na Internet significa fazê-lo com 303 artigos: o Projeto de Lei nº 171, do Senador Osmar Dias, que foi o primeiro a ser apresentado, em 25/3/98, tem 111 artigos; o Projeto de Lei nº 428, do Senador José Fogaça, apresentado em 17/6/99, tem 105 artigos; o Projeto de Lei nº 605, do Senador Eduardo Suplicy, apresentado em 5/11/99, tem 87 artigos. Ao todo, são, portanto, 303 artigos. De certa forma, estou lembrando o Código de Trânsito Brasileiro, cuja Comissão presidi por cerca de 3 anos. Confesso que viabilizei a sua aprovação, funcionando quase como relator adjunto. E aí está o Código de Trânsito para todos os brasileiros.

Quero dizer-lhes que viajo, logo mais. Peço ao Deputado Paulo Piau, figura que admiro pela clareza, pela simplicidade e pelo amor que devota ao cooperativismo no Brasil, que me mande, com urgência, as peças principais desses debates.

Desde logo, quero dizer que não sou só eu quem decide, mas que sou eu quem mais há de influir nas audiências públicas, nas quais farei questão de ouvir o ex-Ministro e ex-Deputado, meu amigo do Rio Grande do Sul, Odacir Klein. Quero que ele leve para lá não apenas o "r" gaúcho, mas também todo o ardor, toda a capacidade e todo o brilho da honradez, da inteligência e do talento que possui. Ele disse que é meu amigo político, mas não é só isso. Sou seu amigo pessoal. Coisa de DNA, que se revela em exame.

Convido também para participar das audiências públicas um cidadão que ontem aqui falou encantadoramente, apaixonado que é pela palavra, pelo raciocínio. Refiro-me a Roberto Rodrigues, Presidente da Aliança Cooperativa Internacional, que percorre, com desprendimento, o mundo inteiro em sua pregação. Esses dois já estão com pré-aviso para comparecerem à audiência pública.

Desejo e peço a todos vocês que transformem essa luta em polêmica nacional. Ninguém pode ficar indiferente à causa do cooperativismo brasileiro. Todos têm que se definir e ingressar na atividade política, porque a democracia é exercitada, excluídos, naturalmente, aqueles que roubam e furtam, porque esses não são brasileiros, assim como não são mineiros os que exercem a mesma prática.

Meus amigos, muito obrigado pela presença de Minas Gerais. Tomem conta de Minas Gerais. Este Estado tem 853 municípios. Aqui estão as maiores altitudes do Brasil; daqui partiu a maioria dos gestos heróicos da construção da nacionalidade; aqui reside não apenas a coragem, mas também o murmúrio e o enigma de Minas que ninguém desvenda. Nem eu, com 55 anos de mineiridade, desvendei-o ainda. Muito obrigado e até a volta.

#### Palavras do Sr. Virgílio Perius

Saúdo a Mesa e digo que fiquei extremamente confortado ao saber que o Deputado Paulo Piau vai encaminhar todas as sugestões da Casa ao relator, para que ele tome conhecimento da matéria e das propostas que vocês irão discutir ou já discutiram. Tudo isso fará parte do documento que vai servir de alicerce para o seu trabalho no Senado e que vai garantir a feitura de uma nova lei cooperativista.

Cumprimento a Mesa e o Plenário, sem nominar ninguém: alguns são Deputados cooperativistas, cooperativistas Deputados, Vereadores, Senadores, dirigentes de cooperativas e de organizações estaduais e do SESCOOP. Todos são cooperativistas, portanto, é aos cooperativistas que dirijo minha saudação.

Inicialmente, temos duas boas notícias em relação à lei cooperativa. Uma acabamos de ouvir agora: pela primeira vez, o Senado Federal, depois de cansativos 11 anos de discussão em torno de uma nova lei cooperativa, conseguiu, em 20/2/2000, aprovar a resolução conjunta de que três projetos sobre o assunto que tramitam naquela Casa tenham um único relator.

A segunda boa notícia é que esse relator é um mineiro. E por que mineiro? Porque o mineiro sabe costurar. Se não houver um "costurador", um conciliador, jamais teremos uma lei cooperativista no Brasil.

Tancredo Neves já nos ensinava que a política é a arte da costura. Tenho certeza de que essa será a postura do Senador Francelino Pereira, como ele próprio afirmou aqui. E, curiosamente, foi do memorável congresso cooperativista realizado neste Estado, em 1970, que saiu a atual lei cooperativista que está em vigor.

O Ministro da Agricultura à época, na tentativa de unificar a OCB, que estava dividida em duas, desafiou o cooperativismo brasileiro a apresentar um projeto de representação única. Um ano após o Congresso, surgiu a Lei nº 5764, que está em vigor até hoje, com as alterações impostas pela Constituição Federal.

Temos muito para comemorar, porque nossa legislação cooperativista já tem 11 anos de caminhada, apesar de, ao longo desse tempo, terem sido apresentados 14 projetos de lei cooperativa, o que demonstra a dificuldade com que a matéria tem sido tratada no Congresso Nacional.

Estamos vivendo agora a efervescência do cooperativismo brasileiro. Porém, como o Senado agora vai unificar os projetos, e esta unificação vai entender necessariamente acordo dos partidos, podemos ter quase certeza de que a Câmara vai ratificar o que o Senado aprovar.

Entendo que, depois da Constituinte Federal de 1988, só agora se avizinha a tão necessária nova lei cooperativa para o País.

Antes de entrar numa pequena análise da diferença entre os três projetos, quero lembrar às FRENCOOPs, nas esferas federal, estadual e municipal, que é importante termos não só a lei cooperativista, como também a legislação afim, que cerca a matéria cooperativa.

Começo por dizer da importância da legislação trabalhista sobre as cooperativas de trabalho. A FRENCOOP gaúcha da Assembléia Legislativa, cujos representantes estão presentes - os Deputados Giovani Cherini e Postal -, foi a primeira a ir às Câmaras Municipais de nosso Estado para dizer que temos que ter leis municipais que, pelo menos, no nível municipal, isentem do SSQN as cooperativas de trabalho. Graças a isso, há atualmente, no Estado, uma centena de municípios que incentivam a criação de cooperativas municipais.

Temos que ser abnegados defensores em todas as esferas para a manutenção do art. 442, parágrafo único, da CLT. Não é possível negociar esse artigo. Desculpem minha posição pessoal como técnico: esse artigo é inegociável. Ele deve ser mantido, porque vai favorecer o afastamento das más cooperativas.

Retirando-se o art. 442, parágrafo único, todas as cooperativas - as fantasmas e as irregulares - vão se nivelar com as regulares. Repito: é fundamental a manutenção do art. 442, parágrafo único.

As legislações previdenciária e tributária têm que ser bem trabalhadas. O Código Tributário Nacional terá que afinar o ato cooperativo pela legislação complementar. Vejam bem: o ato cooperativo é tão importante quanto a futura lei cooperativista. Não havendo a defesa do ato cooperativo no sistema tributário brasileiro, nossa lei ordinária perderá vigor. Tanto é assim que ela está pendendo no momento com as leis que se sucedem, principalmente na alteração do COFINS, do PIS e de outras legislações. E por que tudo isso? Só há uma causa: o ato cooperativo ainda não tem a defesa da lei complementar do sistema tributário. E nós precisamos desse sistema tributário - a lei bancária depende de nosso sistema financeiro que está crescendo fortíssimo, alicerçado, bem organizado -; precisamos da legislação sobre a habitação - as cooperativas habitacionais são resposta concreta à falta de moradia no País, e isso tem que ser protegido com créditos especiais. Temos que alterar a Lei nº 4.380 naquilo que concerne especialmente ao sistema cooperativista.

É preciso garantir a proteção do sistema médico, do sistema odontológico e, principalmente, do usuário da saúde. Necessidade de proteção à área agrícola e agrária nem se comenta, porque a lei agrícola que, infelizmente, foi censurada em 55 artigos, transformou-se, como disse o Roberto Rodrigues, numa colcha de retalhos. Precisamos de uma nova lei agrícola, precisamos de uma nova lei agrária.

Havia me proposto a apresentar sinteticamente a diferença entre os três projetos que estão no Senado, e vou fazê-lo.

Coloco à disposição do Deputado Paulo Piau e da Mesa o "site" que criei, em que aponto essas diferenças. Mas o interessante é que, depois de 11 anos, há mais semelhanças entre eles que diferenças.

Os três Senadores, que, de certa forma, representam correntes no Congresso Nacional, cederam, e muito, nas suas posições arraigadas até 1998 em direção a um projeto que se avizinha e que mostra a possibilidade de se chegar a um consenso.

Há apenas 12 diferenças, 12 temas polêmicos, que não estão arrumados e que aparecem visivelmente nos três projetos, mas que, ao final, podem ser resumidos em 2 temas essenciais.

A natureza da cooperativa é a primeira diferença, e chamo a atenção para a gravidade do assunto. Osmar Dias fala em sociedade civil de pessoas, mas não diz se são físicas ou jurídicas; O Fogaça fala em cooperativa civil de pessoas físicas, o que é corretíssimo, e o Suplicy fala em pessoas naturais.

Temos, então, a primeira grande questão a debater: qual é o conceito de sociedade cooperativa?

Sou conservador e defendo o atual conceito de sociedade cooperativa, porque os constituintes de 1988, ao consagrarem o ato cooperativo, tiveram em mente o tipo de cooperativa existente à época. Qual era o tipo de cooperativa que existia em 1988? Era o descrito na Lei nº 5.764, que é a que está ainda em vigor. Não devemos inovar o conceito de cooperativa, mas transcrever literalmente o conceito atual da Lei nº 5.764.

A outra diferença diz respeito às formalidades da Constituição. O Senador Dias remete a organização das cooperativas à compatibilização legal, antes de os documentos constitutivos irem à junta comercial. O Senador Suplicy deu um salto de 90°. Antes era exigido um órgão do Estado para controlar isso. Ele abriu mão disso no seu projeto; vai tudo direto para a junta. O Fogaça se omitiu. Só pede, no início, que, quando a cooperativa se constitui, o estatuto defina o órgão de representação que deseja: se é a OCB, se é a OCE ou se é uma confederação cooperativa. O Senador Suplicy omitiu a representação.

Essas formalidades complementares decorrem exatamente do tipo de representação que teremos. Então permanece o problema da representação.

Os agentes de comércio - essa é uma complicação muito grande - o Senador Osmar Dias inova demais. Ele permite o ingresso de pessoas jurídicas na cooperativa desde que elas não atuem no mesmo campo das cooperativas. A Atuale Cooperativa tem outra redação: pessoas jurídicas poderão ser sócias em cinco hipóteses, sem fim lucrativo.

Outros tipos de sociedades cooperativas: as de eletrificação rural, irrigação e telecomunicações na área de operações em si, as cooperativas de pesca e de produtores rurais, em que as pessoas jurídicas pratiquem as mesmas atividades ou atividades correlatas às das pessoas físicas associadas. Essas são as regras que se estabeleceram com a atual lei. Não dá para inovar.

A abertura do Senador Osmar Dias é extremamente perigosa. Posso até dizer que, se permanecermos com essa redação, os grandes conglomerados econômicos poderão formar cooperativas com testas-de-ferro de pessoas físicas e, depois, formar as suas cooperativas, porque não atuam na mesma atividade econômica.

Acho que a redação é infeliz, porque na justificativa o Senador Osmar diz o contrário, Dr. Odacir Klein. Ele quer a pessoa jurídica apenas na atual lei cooperativa. Acho que houve um erro de redação. Se for isso, melhor.

Com relação à convocação de assembléias gerais, a inovação do Deputado Osmar é coerente com a representação. Ele entende que o sistema representativo pode, em determinadas circunstâncias, convocar assembléia geral para a liquidação e para o saneamento de irregularidades. Ele entende isso dentro de um contexto de autogestão. É uma matéria que será extremamente complicada, porque muitos entendem que se o Estado não pode exercer controle na cooperativa, muito menos outro ente jurídico poderia. De qualquer modo, é um tema que está em aberto. De certa maneira, um caminho de transição para a auto-regulamentação do sistema cooperativista.

Não será permitido o voto por procuração. Esse é o projeto do Fogaça, em homenagem ao Deputado Odacir Klein, que, em 1982, encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei, que foi convertido em lei, proibindo o voto por procuração. Em homenagem ao Dr. Odacir, temos de fechar questão com o Senador Fogaça, e não com o Senador Suplicy ou com o Senador Osmar Dias.

Sobre a dissolução de sociedades cooperativas, o Senador Osmar Dias quer que a OCB e a OCE também convoquem assembléia de dissolução. Evidentemente, isso é muito complicado. O direito argentino, por exemplo, prevê que alguém que tenha interesse pode provocar o pedido de liquidação judicial. Nesse caso, o Juiz decidiria a matéria.

Em relação à destinação do remanescente, por equívoco, tinha colocado esse como um tema polêmico. Revisando a matéria, vejo que os três se entendem sobre aonde deve ir o remanescente de uma cooperativa em liquidação.

O oitavo ponto é o nó crucial da falta de entendimento dessa mesa-redonda sobre como o cooperativismo deverá ser entendido no Congresso Nacional, a questão da representação cooperativista.

É evidente que o Senador Osmar Dias repete o projeto do Ivo Vanderli na Câmara dos Deputados e o projeto anterior do Jonas Pinheiro, do Inácio Ferreira e de outros Senadores que apresentaram projetos com vistas a fazer prevalecer a unicidade do sistema de representação do cooperativismo brasileiro. Porém, o Senador Fogaça, sensível à realidade do cooperativismo gaúcho - e o Dr. Odacir Klein conhece bem que federações e centrais nasceram antes da OCERGS -, entende que é possível constituir representação, e essa escolha seria de cada cooperativa. Ou a OCB ou a OCERGS ou federação ou confederação de cooperativas, sendo opção livre de cada cooperativa.

Ele tenta costurar diferenças e cria um quarto grau de cooperativismo, que seria a OCB, que poderia ser amanhã a OCB. Esse quarto grau seria a união das confederações, que acabaria se acertando no chapéu de cúpula do cooperativismo e que poderia ser a OCB. Isso ele diz na sua justificativa. Ele procura um caminho do meio, não tanto pela total unicidade, por via da OCB. Pelo que o Senador nos apresentou agora, na opinião dele, isso careceria de uma emenda constitucional. Acho que o Senador Fogaça deu um passo, na medida em que permite à organização a opção por via da confederação de cooperativas.

O Senador Suplicy afasta toda forma de organização cooperativa. Ele deletou esse capítulo da representação. No texto ele diz que é livre a organização do sistema de representação das cooperativas, tanto em nível local quanto estadual e nacional. Essa é a posição do projeto do Senador.

A contribuição decorre de quem defende uma representação ou não. O Senador Fogaça e o Senador Osmar Dias renovam 0,2% sobre o capital e fundos, desde que o destino seja dado pela opção livre da cooperativa. O Senador Fogaça diz que aquela cooperativa que optar pela representação cooperativista e pagá-la fica isenta da contribuição sindical e termina com a velha bitributação que as cooperativas sofrem hoje; 0,2% sobre o capital e fundos para a OCB e 0,2% para o sindicato patronal. O Senador Fogaça termina com a representação sindical.

Quanto à participação dos empregados, há algumas legislações. Em relação à participação em operações com terceiros, a diferença é apenas no valor; o Senador Suplicy defende 30%, e os outros dois, 50% das operações dos últimos anos. Em relação ao prazo de adaptação da lei, o Senador Fogaça pede seis meses, e os outros dois, um ano. Essas são as diferenças.

Definida a questão da representação do cooperativismo e definida a questão do papel do Estado sobre o cooperativismo, resolveremos a possibilidade desses projetos.

Os três projetos apresentaram novidades. O Senador Dias cria a possibilidade de aporte de capital, com até 80% do capital sobre o investimento. Não lhe dá o poder de voto; pelo menos, a lei não estabelece, mas diz que a Assembléia vai definir juros, modo de gestão, co-gestão ou não. É uma nova forma de captação de recursos do sistema, através de certificação.

O Senador Suplicy determina que as cooperativas de trabalho façam o seu registro no Ministério do Trabalho, copiando a Lei nº 6.019, do serviço temporário, porque também se registram as empresas de terceirização.

O texto está à disposição. Concluo dizendo que, como técnico, depois da Constituição de 1988, acompanho as vírgulas e os pontos dos projetos que tramitam no Congresso Nacional, e estou vendo, pela primeira vez, o ano 2000 como o ano da luz. Desejo que novamente, em Minas Gerais, aponte a grande luminosidade, para que tenhamos uma lei cooperativista. Basta boa-vontade, basta sentar-se para discutir que vai criar-se, dessa vez, um projeto tão necessário para um novo ordenamento do cooperativismo brasileiro. Obrigado.

#### Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente (Deputado Miguel Martini) - Iniciando o nosso debate, solicito que as perguntas sejam objetivas, feitas por escrito ou no microfone. Estão dispensadas as saudações. Se a pergunta for feita por escrito, a linguagem deve ser clara, e deve-se indicar a quem está sendo dirigida. O tempo para cada pergunta é de 3 minutos. Isso é importante para que o maior número possível de pessoas possa participar.

#### Debates

O Sr. Presidente - Vou ler a questão de ordem feita pelo Sr. Guarani: "Precisamos estabelecer uma linha de comunicação direta para abastecer entidades de comunidades de base de informações sobre cooperativas e implementar uma estrutura de apoio logístico, de informática, jurídica e administrativa para fazer parcerias com as comissões de organização de cooperativas e entidades de comunidades de base".

O Sr. Guarani - Fiz essa colocação porque sou Diretor de Planejamento da Cooperativa do Transporte Alternativo de Belo Horizonte, na região Noroeste, e convenci 51 líderes comunitários sobre a necessidade de nos organizarmos para ter um transporte alternativo de qualidade. Em fevereiro, quando busquei um órgão maior para obter informações sobre a organização, liguei 18 vezes para a OCEMG e não consegui agendar. Na última semana, liguei para o gabinete do Deputado Paulo Piau e fui convidado para participar deste debate. Quero dizer que estou pronto para levar para as vilas, favelas e periferias o resultado deste debate.

O nosso Prefeito, baseado no art. 195 do Capítulo II da Lei Municipal, está favorecendo as 42 empresas de transporte que cuidam de Belo Horizonte, mas nossos líderes comunitários não têm cultura para entender que, por meio das cooperativas e das associações comunitárias, temos condições de nos organizar para implantar um serviço administrado por nós, com a participação de todos os líderes comunitários e moradores. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Encaminharemos a sua sugestão ao Dr. Alfeu, Presidente da OCEMG, que, certamente, fará contato.

O Deputado Renato Rainha - Dr. Odacir, sou relator da Comissão Parlamentar de Inquérito para Apurar Irregularidades em Programa Habitacional para Cooperativas Habitacionais, conhecida na imprensa como CPI das Cooperativas Habitacionais, infelizmente.

Quero fazer uma observação - peço ao senhor que analise - sobre o ponto que o senhor salientou em relação à necessidade do registro e de a lei prever exigências e formalidades para que uma entidade seja considerada uma cooperativa.

Cento e sessenta e oito entidades com nome de cooperativa: foram 50 mil lotes entregues para essas entidades. Desses lotes, 90% foram entregues a pessoas não associadas a essas cooperativas, e 100% das cooperativas não registradas na OCDF, que tem o Dr. Marazi como Presidente. Todas as vezes que apuramos, ligo para o Dr. Marazi. Ele diz: "Não tenho o registro, não tenho conhecimento". São cooperativas fantasmas, que se utilizam desse nome. E ações como essas, sem controle e formalidades legais, passam para a população uma imagem totalmente distorcida do que são o objetivo e as atividades das cooperativas.

O Sr. Odacir Klein - Deputado Renato Rainha, entendo que é fundamental um organismo que examine a compatibilização do estatuto da cooperativa, seus balanços, suas atas, as alterações estatutárias, para ver se efetivamente aquela entidade é uma cooperativa. Antes tínhamos o intervencionismo estatal, e isso era feito por meio dos entes públicos. A Constituição previu que não haverá interferência estatal, mas que a lei estabelecerá as condições das cooperativas e a imprescindibilidade de autorização. Essa lei pode normalmente - vejo que o Dr. Virgílio Perius concorda comigo nesse sentido - estabelecer que alguém examine se é ou não cooperativa.

O cooperativismo visa à defesa de determinados interesses. Em razão disso, há até um tratamento tributário peculiar. Não é um privilégio ou concessão, mas um tratamento tributário peculiar: cooperativa não paga Imposto de Renda nas operações com os associados, porque não há lucro; cooperativa tem a não-incidência tributária em determinados tributos, porque o ato cooperativo não gera incidência naqueles tributos. Se qualquer um se registrar como cooperativa sem o ser, vamos ter um comprometimento do verdadeiro cooperativismo, com sérios prejuízos, havendo a proliferação de cooperativas fantasmas.

Distingo unicidade: isso foi dito no meu depoimento na Comissão de Constituição e Justiça, convidado pelo Senador Francelino. A Constituição prevê unicidade no caso de sindicalismo, e não de cooperativismo. Distingo unicidade da necessidade de haver determinadas entidades - não cúpulas fantasmas - que tenham condições de defender o interesse do conjunto do cooperativismo, examinando a compatibilização legal.

Concordo inteiramente que há necessidade desse exame de compatibilização com a lei, por meio de associações unificadas, a meu juízo, dos Estados e da União. Caso contrário, teremos a visão de uma personalidade jurídica adquirida, por meio de registro na Junta Comercial. O Senador Fogaça é meu amigo. Sou Presidente, no Rio Grande do Sul, do partido político de que participa, tenho o maior respeito pela sua atuação patriótica, mas, nesse sentido, o seu projeto deixa uma falta de cobertura e uma vulnerabilidade muito grandes no momento em que prevê apenas o arquivamento de documentos na Junta Comercial. Entendo que precisa haver alguém que anteriormente os examine nos Estados e na União, unificadamente, para dizer se é cooperativa, se pode funcionar e se tem condições de funcionar como uma. Ai se coibiria a atuação das cooperativas fantasmas.

O Sr. Carlos Fabiano Braga - Falo pela Confederação das Cooperativas de Trabalho do Brasil e pela Federação de Cooperativas de Minas Gerais, especificamente quanto ao ramo do trabalho.

Dr. Odacir Klein, quero solicitar que o senhor seja o nosso porta-voz junto ao Senador Francelino Pereira. Gostaria que ele estivesse presente. Como ele considera esta reunião uma audiência pública, que isso lhe seja levado.

A quem se chama de cooperativa que não é? Isso já foi abordado na área habitacional. Na área do trabalho ou dos serviços, conforme falou o Dr. Carlos Melles, isso é mais crucial ainda. Existe um grande número de problemas a respeito desse tipo de cooperativas.

O senhor também falou em hiato da lei. Nós, do lado de cá, consideramos que a lei nem existe. No hiato da lei de considerações de que o cooperativismo de serviços não está sendo considerado, o Poder Executivo, o Ministério do Trabalho, o Poder Judiciário, por meio dos Procuradores do Trabalho, estão com uma ação predatória em cima das cooperativas de serviços, sem separar absolutamente o que é uma coisa da outra. Bem mineiramente falando: estão matando a vaca para acabar com os carrapatos ou jogando fora a criança junto com a água. Somos a vaca e a criança.

Quero apresentar um desafio junto à legislação de cooperativismo básica: que não cuidemos de fazer remendos à CLT para caber o cooperativismo. Que, na lei cooperativista ou numa anexa à lei de cooperativismo específica, se cite claramente a diferença entre o trabalho efetuado por pessoas, por meio de cooperativas, e o trabalho de emprego de carteira assinada. Eles são bastante diferentes. Muitíssimo grato.

O Sr. Odacir Klein - Concordo inteiramente que está havendo uma ação predatória de áreas do Executivo e do Ministério Público do Trabalho relativamente às cooperativas de trabalho. Essa atitude predatória provém da visão de que muitas ditas cooperativas não são cooperativas. Em vez de uma fiscalização específica - se é ou não cooperativa -, está havendo essa restrição de ordem geral. Isso tem se refletido em diversos assuntos, atualmente.

Com relação ao PIS-COFINS, questão que acompanhei profundamente, quando se ia discutir a questão da não-incidência do PIS-COFINS na atividade cooperativa, passaram a

admitir, na área da Receita, retirar da base de cálculo ou deduzir da base de cálculo determinadas operações na área das cooperativas agropecuárias. E com uma visão de que há um cooperativismo, hoje, em outros setores. Até mencionavam muito o setor de trabalho, que não é formado de verdadeiras cooperativas. Por isso precisamos, com urgência, de uma lei que estabeleça que uma entidade dirá se está compatibilizada ou não com a legislação. O Ministério do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, nesse sentido, teriam um exame prévio das organizações estaduais e da OCB, com relação ao cumprimento da legislação, da existência da cooperativa: se a entidade é ou não uma cooperativa.

Volto a repetir: posso até ter mudado um pouco com relação à visão que tinha há alguns anos. Não sabia que esse hiato legal criaria essa situação, prejudicando o verdadeiro cooperativismo. Entendi até que poderia haver outras entidades de representação. A lei não impede que haja outras entidades de representação. As cooperativas de crédito têm sua associação nacional e têm de estar dentro do sistema cooperativista. As cooperativas médicas têm a sua organização nacional e sua atuação nacional, mas precisam estar dentro do sistema cooperativista. Se pegarmos uma confederação e ela disser quem é ou não cooperativa, inventam um nome e vamos ter uma confederação fantasma maior, para dar proteção aos fantasmas menores.

Por isso, no meu entendimento, será coibida essa ação um pouco raivosa do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho quando tivermos na lei alguém para dizer se é ou não cooperativa.

O Sr. Matusalém Dias Sampaio - Estamos representando o segmento de consumo. Como Diretor do Conselho Consultivo da OCEMG, somos dirigentes da Cooperativa de Consumo dos Empregados da USIMINAS, em Ipatinga. Essa cooperativa tem 28 mil associados, conta com 450 empregados, teve uma receita, em 1999, de R\$41.000.000,00, pagou R\$4.200.000,00 de impostos e amargou um prejuízo de R\$412.000,00 no mesmo exercício. Portanto, gostaria de saber do relator da nova lei cooperativista, que não está presente, dos representantes da FRESCOOP e do nosso ex-Ministro como estão vendo a Lei nº 9.532, que equipara a cooperativa de consumo a qualquer outra pessoa jurídica, desconsiderando efetivamente o ato cooperativo e nos penalizando com tributos do PIS-COFINS, que representam 3,65% da receita bruta. Como somos fiéis ao pagamento de todos os tributos, essa lei, fruto de um "lobby" político no setor supermercadista brasileiro, veio para liquidar de vez com o cooperativismo de consumo no Brasil, como mostrarei em uma única transparência, baseada em dados oficiais.

Nós, como cooperativa, representamos 25% do consumo de gêneros alimentícios e de primeira necessidade em Ipatinga, cidade de 210 mil habitantes. Como representante desses 25% do mercado de gêneros alimentícios, arrecadamos 75% do ICMS daquela cidade, ou seja, de um total de R\$2.432.910,00 arrecadados pelo setor de supermercados em Ipatinga, a CÔNSUL, com apenas 25% desse mercado, recolheu R\$1.817.000,00, e os outros 75% supermercadistas da cidade recolheram apenas 25%, ou seja, R\$615.000,00 de ICMS. Esses são dados oficiais da Receita.

Só para complementar, queríamos reforçar a conversa que tivemos com um supermercadista forte no nosso Estado, que disse: a cooperativa do consumo está na contramão, e, na contramão, será massacrada; o Brasil são aqueles 25% que estão recolhendo impostos e, na verdade, representam 75% do mercado de consumo na nossa cidade.

Queríamos sensibilidade do Governo e comprometimento da Frente Parlamentar, para que possamos permanecer vivos e dar a nossa contribuição àquelas pessoas que necessitam desse sistema de cooperativa de consumo. Muito obrigado.

O Sr. Odacir Klein - Na verdade, o que nosso amigo Matusalém levantou comporta três tipos de considerações. Primeiro, relativamente à Lei nº 9.532, entendo que essa cobrança é indevida, não tem amparo constitucional, não tem amparo na legislação que prevê a não-incidência de determinados tributos no ato cooperativo. Em consequência disso, é uma legislação que vem sendo questionada, discutida judicialmente. No meu entendimento, tem de haver esforços dos Legislativos para que haja modificação disso.

Quanto à questão do consumo e a pressão da área supermercadista, está ocorrendo uma coisa muito interessante agora, no RECOOP, que é um programa de recuperação das cooperativas agropecuárias. Aparentemente, não tem nada a ver com consumo. Sabe qual é uma das exigências, e não é da Casa Civil? A Casa Civil entende que isso é superficial e que não deve haver insistência nesse sentido. Também não é do Banco do Brasil, que quer que essas cooperativas rendam muito mais, e os seus supermercados, seções de consumo nas agropecuárias, têm dado resultado positivo e ajudado a tornar rentáveis as outras atividades da cooperativa.

Há uma exigência: para participar e ter acesso aos recursos do RECOOP, as cooperativas agropecuárias têm de fechar as suas seções de consumo e os postos que fornecem combustível para seus associados. Dr. Colatto faz parte de uma comissão que, pela OCB, discute a questão da RECOOP. Temos sido muito incisivos, dizendo que não há o menor sentido nisso. Não faço acusação específica a ninguém, porque as pessoas da área do Governo vêm trabalhando no RECOOP com vontade de acertar. Mas há pessoas que estão com a cabeça feita por arrecadadores de tributos que acham que cooperativa não paga. Com a cabeça feita, talvez, por setores supermercadistas, de que esses supermercados de cooperativas agropecuárias têm de fechar, esses postos têm de fechar.

Os Deputados do Rio Grande do Sul que estão aqui, o Postal e o Cherini, sabem o que representa, em determinados municípios, o supermercado da cooperativa. Em determinados municípios, é o que tem de fornecimento aos associados cooperados.

Na verdade, é preciso que haja insistência para demonstrar que o cooperativismo de consumo é salutar e não é o que dizem. Qualquer discussão que vá se manter na área, principalmente da Receita, me disseram: "Pô, mas o senhor foi Ministro, Deputado, tem a fama de um sujeito que procura fazer as coisas na vida pública corretamente e está aqui defendendo a Cooper Rodhia (?), que é uma grande cooperativa, mas a visão é de que há uma distorção".

Numa reunião, disseram-me: "Você está maluco, meu caro Matusalém, com esses dados aqui, com 25% da movimentação nessa área de fornecimento de produtos do setor supermercadista, pagar 74,69% de tributo, enquanto os que detêm os 75% pagam 25,31%, tinha de ter uma atitude política, tinha de ter um documento na imprensa dizendo o seguinte: As cooperativas, por meio de suas direções, estão comunicando, nesse momento em que se discute muito o direito constitucional de quebra do sigilo bancário e sigilo fiscal, que abrem para a Receita Federal e para os órgãos públicos o seu sigilo bancário e desafiam as entidades do mesmo setor que o façam". Acho que uma atitude como essa tiraria o discurso oficial de que o setor cooperativista é prejudicial em razão da questão tributária. Essa é uma prova de que não é.

O Sr. Presidente - Devido ao adiantado da hora, não vamos aceitar mais perguntas, pois já temos bastantes e vamos ver se conseguimos que todas sejam respondidas. Vamos tentar agrupar algumas perguntas ao Prof. Virgílio Perius. A primeira é da Câmara Municipal de Ituiutaba, da Vereadora Neuza Domingues: "O senhor propõe mudanças em vários setores da legislação. Não seria viável também haver mudanças na LDB, instituindo mudanças na grade curricular, relacionadas à educação cooperativista nas escolas?"

A segunda pergunta é do COOPERFINDES, de Alberto Gavini: "Para nós, do ramo de crédito urbano, é fundamental a manutenção da estabilidade da Lei nº 5.764. Como está hoje a discussão desse tema?"

A terceira pergunta vem das cooperativas de trabalho: "Acredito ser um retrocesso a autogestão amparada constitucionalmente ao sugerir o registro das cooperativas de trabalho junto ao Ministério do Trabalho, sob pena de nulidade de seus atos. Essa situação, se for aprovada, causará o fim das cooperativas de trabalho, uma vez que o Ministério do Trabalho, nesse caso, representado pelas Delegacias Regionais de Trabalho e Procuradoria do Trabalho, é terminantemente contra quaisquer cooperativas de trabalho. Portanto, se deve haver o devido registro, o que é fundamental, deverão os registros ser feitos no órgão de representação, ou seja, nas OCEs, respeitando-se sempre a unicidade para o fortalecimento e a não-extinção das cooperativas por falta de formalismo, normatização e, principalmente, organização política. Essa é uma posição dos advogados que assessoram as cooperativas de trabalho e da Confederação das Cooperativas de Trabalho do Brasil". Espero que tenha sido entendido.

Há uma outra semelhante, vamos agrupar aqui, é de Jocenir Borges: "Como as pseudocooperativas, especialmente as de trabalho (fraudulentas), não têm compromissos legais, como fixação de endereços, e somente as cooperativas legais são atingidas por fiscais do Ministério do Trabalho, etc., os fiscais, mesmo informados das falsas, informam nada poder fazer. Qual a saída? Qual a solução?"

O Sr. Virgílio Perius - Sobre a questão do ensino e do cooperativismo, creio que uma experiência inédita que se realiza no Rio Grande do Sul, por meio do CICREV(?) e a Universidade, UNI-SINOS, com cinco anos em andamento, está provando que não se deve ensinar mais o cooperativismo de forma bancária, ou seja, por meio de uma disciplina nos estabelecimentos de ensino. É preciso motivação de todo o estabelecimento para uma proposta de criação de valores diferenciados do sistema capitalista desde cedo nas crianças do ensino fundamental. Valores de justiça, de equidade, de equilíbrio, de bom-senso, essas são as práticas cooperativas do meu sistema de ensino.

A MDV, nossa legislação que regulamentou a questão do ensino, dificulta um pouco a existência de ação dos professores do ensino público, porquanto o professor terá de ser, necessariamente, concursado. Com isso, há poucas chances na área pública, mas existe muita chance na área de ensino privado.

Chamo a atenção para o SESCOOP do Ceará, que já acordou para isso, mostrando que dá para ensinar o cooperativismo. Esse é o melhor investimento que se fará, e haverá recurso para isso. Só temos agora de começar com essa geração nas escolas, mas envolvendo todos os professores, não como uma disciplina autônoma. Todos os professores com uma motivação para um projeto global nas escolas. Isso significa dizer que vamos ter uma geração futura mais cooperativista que a geração de hoje, que é essencialmente concorrencial e capitalista.

Sobre a estabilidade dos dirigentes das cooperativas de crédito, fiquem tranquilos: há três projetos que resgatem a estabilidade do dirigente. Se a pergunta feita é sobre a estabilidade, os três projetos a consagram. Acredito que isso vai ser mantido.

O registro de cooperativas de trabalho no Ministério do Trabalho é proposta do Suplicy. Vi a justificação do Senador, dizendo que, se o Ministério do Trabalho, hoje, de certo modo, nivela todo mundo, cooperativas boas e ruins, e se a Lei nº 6.019, do serviço temporário, obriga ao registro das empresas de prestação de serviços também naquele órgão, é mais favorável que as cooperativas façam o registro lá, porque, uma vez registradas, o Ministério não pode mais dizer que são fantasmas. Agora, creio que a lei deverá criar mecanismos claros com relação aos requisitos para esse registro, sob pena de que o Ministério do Trabalho crie alguns requisitos inatingíveis para o registro das boas cooperativas. Pessoalmente, creio que é uma medida transitória que poderá, na minha avaliação, ajudar as cooperativas.

Outro ponto são as cooperativas fraudulentas, nas quais os fiscais não agem. Isso é problema da fiscalização. Entendo que, como o Dr. Odacir disse, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho estão desinformados sobre a questão da cooperativa de trabalho. O cooperativismo de trabalho é novo no Brasil. Tínhamos, nos dados estatísticos da OCB até 1987, 200 cooperativas de trabalho. Hoje, sabem quantas são? São 1.600, mais que as agropecuárias, que são 1.400. Em mais 2 anos, vamos ter 10 mil cooperativas de trabalho no Brasil, porque são uma resposta ao desemprego, à situação que estamos vivendo. O cooperativismo de trabalho explodiu, ninguém mais segura. Evidentemente, o Ministério, o pessoal do Governo nesse campo e, pior ainda, os fiscais do INSS, muitas vezes, em visitas de fiscalização às cooperativas, se fazem defensores dos direitos trabalhistas e pedem vínculos trabalhistas. Isso é competência da Justiça do Trabalho, do Ministério do Trabalho, que também erra nesse aspecto, porque, se o fiscal do INSS exige que um funcionário meio da cooperativa tenha carteira assinada, criam-se dois problemas: primeiro, o paradigma salarial para a cooperativa e, segundo, o fiscal comete crime de sonegação ao Fisco, porque ele abre mão do Fisco, e não há no Brasil nenhum setor que pague mais à Previdência que as cooperativas de trabalho. São 20% de autônomos, mais os 15% que ele recolhia até 1º de março. Mas, agora, vai haver uma negociação com o tomador e quem vai pagar essa conta. As cooperativas estão em dificuldade para negociar isso. De modo que as cooperativas de trabalho não são sonegadas da Previdência.

Não temos de nos preocupar, porque, no Brasil, ainda não chegamos a 1 milhão de trabalhadores organizados em cooperativas de trabalho. Com relação à alternativa concreta de trabalho e renda, neste modelo de economia que temos, chegaremos a 5 milhões em pouco tempo, fundamentalmente para fazer frente à terceirização voraz que se impunha. Graças às cooperativas, consegue-se aumentar a renda do trabalhador, melhor fisco e cidadania para o cidadão pagar a Previdência Social, que estará garantida pelo menos nesse aspecto.

Acho que o que vier de regulamento, até poderemos discordar se isso é estatal ou não, se levar o registro para o Ministério do Trabalho vai ser bom para as cooperativas de trabalho. As boas cooperativas de trabalho não terão dificuldade. A dificuldade é só ver se a lei não vai colocar obstáculos para esse registro.

Quanto ao registro geral de cooperativas, quero lembrar a todos os cooperativistas que a Lei nº 5.764, nesse particular, não está revogada pela Constituição Federal. O registro continua vigorando. Toda cooperativa que não tem registro em organização de cooperativas, seja estadual ou nacional, está irregular. A Constituição Federal vedou apenas a filiação, que é um ato voluntário. O registro continua obrigatório. A OCB, a OCERB, a OCEMG deverão cancelar o registro de cooperativa que tenha procedimentos irregulares. Não tendo o registro, ela é uma cooperativa irregular. Essa é a penalização, porque não adianta estabelecer isso em lei sem pena. As penas, no projeto do Fogaça, são estabelecidas. São três penas severas: cooperativa que não tem registro e é irregular não tem crédito público, perde o ato cooperativo para efeito tributário e vai à falência como qualquer empresa particular, ou seja, amanhã, não pode pedir a moratória, que é a figura da concordata preventiva para as sociedades cooperativas.

O Sr. Presidente - Pergunta do Sr. Paulo Vasconcelos, da Cooperativa Nacional de Profissionais Autônomos - CNAP -, dirigida ao Sr. Odacir Klein: "Vivemos um ataque em duas frentes: primeiro, o aumento brutal da carga tributária; segundo, a atuação arbitrária do Ministério Público do Trabalho junto aos clientes, obrigando-os a assinar acordo em que se comprometem a não mais contratar cooperativas de trabalho. O que se poderia fazer, de imediato, para interromper essa ação orquestrada, judicial ou política?"

Pergunta de Maria Aparecida Soares Domingueti, Presidente da Cooperativa de Ensino Cultural de Varginha: "É possível que as cooperativas mais fortes, com sobras de caixa, invistam financeiramente em outras, para fortalecer-las? Por exemplo, na educação, qual seria o caminho?"

A outra pergunta será feita oralmente por Deiró Moreira Marra, de Patrocínio, a quem passamos a palavra neste momento.

O Sr. Deiró Moreira Marra - Dr. Odacir, por sermos advogados, somos colegas. Gostaria de fazer um comentário sobre a unicidade, que está sendo tão debatida desde ontem. Na visão do ato cooperativo, temos a necessidade da proteção, da unicidade, pelas próprias condições que as cooperativas recebem, que, como o senhor disse, não são favores, não são privilégios, mas, no fundo, são benesses concedidas pela própria formação dela.

Gostáramos que o senhor discorresse dentro dessa linha do ato cooperativo, protegido pela unicidade, e do que a OCB tem feito de concreto com relação a essa movimentação em cima do ato cooperativo, da desarticulação do ato cooperativo, instituindo-se tributos como o PIS e o COFINS, causa de várias ações tributárias. No fundo, as cooperativas têm recolhido esse imposto; no mínimo, têm-no depositado judicialmente, e isso tem-lhes acarretado despesas extras.

O Sr. Odacir Klein - Primeiro, gostaria de falar rapidamente sobre a questão da unicidade. Podemos nos perder numa questão semântica. O Senador Francelino Pereira antecipou que, na visão constitucional, a unicidade é só para sindicatos e que, em decorrência disso, haveria dificuldade de adaptação constitucional de unicidade para o sistema cooperativista, e isso necessitaria de uma modificação. Acho que, se deixarmos de insistir semanticamente no termo unicidade, mas demonstrarmos que há necessidade de uma organização estadual que represente todo o sistema e uma organização nacional, examinando a compatibilização de estatuto, de funcionamento, para dizer se é cooperativa ou não, estaremos saindo fora dessa discussão semântica e ficaremos na discussão real. A discussão real é a de que a forma de combater o cooperativismo-fantasma é com a presença forte de representações do cooperativismo, examinando-se o funcionamento e a documentação. Não insisto muito no termo unicidade. Se insistirmos, poderemos estar dando motivo para que se pince da Constituição o argumento de que unicidade é só na área sindical. É outra situação bem diferente, sou advogado. Será que o fato de eu ser obrigado a me inscrever na Ordem dos Advogados contraria a Constituição, que diz que há unicidade? Eu me inscrevo numa seção estadual, que é centralizada. Sou inscrito em duas, no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. Não me submeti à inscrição em outras áreas, não foi criada uma confederação de advogados, um sindicato de advogados para saber se poderia advogar ou não. Pode até ter sindicato, mas não é ele que vai dizer se sou advogado ou não. A defesa de que essa decisão a respeito da adequação seja feita por entidades estaduais e nacionais, parece-me não deve ser pelo rótulo unicidade. O rótulo unicidade é o rótulo do sindicalismo. Daqui a pouco vão estar dizendo que estão querendo unicidade, e isso está vedado pela Constituição. Temos mil exemplos em todas as áreas.

Relativamente ao ato cooperativo e mais especificamente ao PIS-COFINS, quando foi reeditada a medida provisória - se não me engano a Medida Provisória nº 1.851 - retirando a isenção do ato cooperativo, a OCB mobilizou-se imediatamente, até o Presidente Dejanir me procurou-me. Aqui está constando que sou consultor jurídico da OCB, mas não sou. Tenho um contrato de assessoria da OCB. Devido ao meu trânsito político, ela me procurou para que sensibilizasse a área governamental. Sou uma coisa que ninguém sabe que existe, sou Conselheiro da República, eleito pela Câmara dos Deputados. Escrevi para o Presidente da República uma carta pessoal, como Conselheiro da República, demonstrando que o PIS-COFINS incidente em cooperativas por medida provisória era totalmente inconstitucional. O Presidente telefonou-me para dizer que concordava comigo, que isso seria modificado. Na reedição seguinte, tiraram uma parcela, quer dizer, criaram deduções de base de cálculo para uma parcela das operações das cooperativas agropecuárias, quando o problema é outro. Primeiro é a não-incidência de COFINS, principalmente no ato cooperativo, porque a renda na cooperativa é da pessoa física. A despesa é rateada entre todos para que depois a receita seja rateada. A cooperativa não tem renda especificamente. Como a renda é da pessoa física associada, e COFINS é uma contribuição incidente sobre a receita de pessoa jurídica, vem o primeiro problema de compatibilização com a lei. O segundo problema é que a Constituição prevê claramente que o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo tem de ser feito por lei complementar. O Supremo já julgou que contribuições sociais que não sejam impostos podem ser estabelecidas ou majoradas nas suas alíquotas por lei ordinária, até mesmo por medida provisória, mas nunca examinou a questão do ato cooperativo. Não vejo como o Supremo possa fugir num recurso extraordinário e dizer que a Constituição tem um tratamento específico para o ato cooperativo. Todas as tentativas junto ao Executivo foram feitas, e não houve modificação. O Ministro Pedro Parente, que concordava conosco, ligou-me no Rio Grande do Sul e disse-me: "Olha, Odacir, como você trata de reedição de medida provisória, não podemos fazer nada que não venha da Fazenda e da Receita, porque é reedição, e o Ministério específico tem de sugerir". Então, ampliaram um pouco mais as deduções de base de cálculo para as cooperativas

agropecuárias. A OCB empenhou-se nessa área do Executivo. Eu também estou pessoalmente empenhado. O Presidente da OCB já fez contato com o Deputado Euler Moraes, de Goiás, que é o relator da medida provisória no Congresso, para que ele, no exame da medida provisória, declare expressamente que é inconstitucional alterar-se ato cooperativo por meio de medida provisória e revogue aquele dispositivo que retire a isenção, embora entenda que não se trata de isenção, e sim de não-incidência. A OCB também tem orientado para o ingresso em juízo. Em alguns Estados, tem-se conseguido liminares; em outros, não. Mas, na 4ª Região, que é a Região Sul, o Tribunal já vem cassando as liminares. Temos dado a seguinte orientação: quando houver ponto obscuro na negativa da liminar ou na concessão do mérito, haja que se interponha recurso, que se agrave, no caso da liminar, e que se entre com embargos declaratórios, no caso do julgamento do mérito, pré-questionando, desde já, a questão da não-incidência e a questão constitucional para terminar no STJ, em recurso especial essa parte que é de lei, que é a de não-incidência, e para terminar no Supremo em recurso extraordinário essa parte, que é constitucional, qual seja a necessidade de lei complementar. Ainda estamos trabalhando nisso. Eu, sinceramente, não acredito mais em mudança na área do Executivo, mas está-se trabalhando além do Judiciário, junto ao Legislativo, para que o relator da medida provisória declare a inconstitucionalidade daquele dispositivo que deveria ter sido objeto de lei complementar e foi objeto de lei ordinária.

Sobre a pergunta se cooperativa maior poderia ajudar cooperativa menor com recursos para educação, gostaria de dizer que cada cooperativa tem, em seu estatuto, a previsão legal de que parcela das sobras seja destinada à determinados fundos, para emprego até mesmo na área da educação. No meu entendimento, para uma cooperativa maior destinar parcela de seus recursos a uma menor, teria de haver uma decisão da assembléia de seus associados, que decidiriam fazer uma doação. Ao meu juízo, isso é algo muito complicado. Sugiro que seja procurado o SESCOOP. Hoje há um recurso geral e específico para ser adotado nessa área. O SESCOOP vem administrando cada caso por meio das organizações estaduais. A cooperativa teria extrema dificuldade em pegar uma parcela do seu resultado, aprovada em assembléia, e repassá-la dessa forma.

Quanto à pergunta do Sr. Paulo Vasconcelos sobre as cooperativas de trabalho, não querendo deixar de respondê-la, quando respondi à pergunta de Carlos Fabiano Braga, abordei exatamente esses tópicos referentes às cooperativas de trabalho, levantados aqui pelo Paulo.

O Sr. Presidente - Temos uma pergunta de Aramis Passuelo, Prefeito da cidade de Fronteira, dirigida ao Sr. Virgílio Perius: "Gostaria de saber o que poderá acontecer aos associados e aos dirigentes das cooperativas que fecharam com dívidas?".

A outra pergunta é de Roberto Marazi, da Organização de Cooperativas do Distrito Federal - OCDF - : "O MEC modificou a Lei de Diretrizes e Bases para permitir opção de 14 temas, entre os quais o cooperativismo, para matéria curricular do ensino fundamental no Distrito Federal. A OCDF e a SESCOOP estão dando início ao Programa Cooper Jovem, com esse objetivo. O senhor, como defensor do ensino cooperativo em nível acadêmico, o que poderia nos dizer sobre o ensino da cooperação a nossos jovens?".

O Sr. Virgílio Perius - Qual é o limite de responsabilidade, no caso de dissolução de uma sociedade cooperativa? Esse é um tema muito atual e que precisa ficar bem esclarecido. A lei estabelece, no art. 11, que a responsabilidade entre terceiros vai até o valor do capital subscrito pelo sócio. Só que há uma exceção a essa regra geral, no art. 49, que determina que os dirigentes eleitos e contratados, que nas suas gestões cooperativas praticarem a má gestão, seja culposa ou dolosa, devidamente comprovada, serão solidários pelos prejuízos que causarem à cooperativa. Então, a exceção é essa.

Os três projetos da nova lei, por sinal, repetem a mesma questão quando responsabilizam os futuros conselheiros fiscais por omissão em seus atos de fiscalização na cooperativa; se esse ato de omissão causou prejuízo para a cooperativa, ele também responde solidariamente. E os três autores dos projetos falam no mesmo sentido. Essa é a questão fundamental. A regra geral, portanto, para os sócios é até o valor do capital por ele subscrito. Subscrito não é igual àquele valor pago, é o total com que ele se comprometeu na cooperativa. Não o total da cooperativa, é a cota dele, até o valor do capital que subscreveu.

Quanto à questão do ensino, que bom que estamos acordando para isso. E o SESCOOP vem em tão boa hora para ajudar a criar tudo que é necessário para o ensino do cooperativismo. Tomara que entendamos que quanto mais se investir em educação cooperativa, melhores cooperativas teremos no futuro. Porque, hoje, o jovem, quando é que adquire valor, pela cooperação e pelo cooperativismo? Quando ele é jovem.

A Assembléia Legislativa gaúcha já criou normas, pressionou o Conselho Estadual de Educação no sentido de que também houvesse essa opção já, de cooperativismo e associativismo nas escolas. Só que, pessoalmente, entendo que não se deve criar disciplina cooperativa. Deve-se criar práticas pedagógicas sobre cooperativismo. O professor de Matemática, o de História, o de Português devem ensinar cooperativismo enquanto professores de Matemática, de História e de Português. E aí vamos envolver todo o estabelecimento de ensino para uma proposta cooperativista. E isso vem em boa hora, com o SESCOOP para impulsionar.

Se o Dr. Odacir me permite, a única forma de uma cooperativa maior poder ajudar uma menor, quanto aos recursos do FAT, seria que aquela menor se associasse também, e, como sócia, pudesse obter essa verba. Somente nessas circunstâncias, ou melhor lembrando, acredito que agora o Brasil tem uma saída melhor, que são os recursos do SESCOOP, que são fundamentais para o ensino do cooperativismo.

O Deputado Henrique Pacheco - A minha intervenção é mais um comentário do que uma pergunta. Primeiro, quero cumprimentar os organizadores do encontro e fazer uma sugestão para, talvez no próximo encontro, organizarmos grupos de trabalho para que os Deputados e dirigentes cooperativistas debatam e depois venham ao Plenário, senão a participação fica muito por conta da Mesa, e nós ouvimos mais do que participamos.

O meu colega colocou aqui a questão das cooperativas habitacionais de Brasília. Venho do movimento de moradia em São Paulo, e esse movimento de que participo construiu mais de 30 mil casas, mas sem a denominação "cooperativa", com o nome de "associação de moradores", mas utilizando os princípios cooperativistas, a autogestão. No entanto, convivemos com cooperativas de fachada, que estão recebendo recursos da CEF e que não têm espírito de cooperativa. Primeiro, não há adesão voluntária. As pessoas são, na linguagem popular, "catadas a laço" para se integrar a um quadro associativo. Então, deveria haver uma fiscalização sobre isso.

Falou-se aqui também sobre as cooperativas de leite. No meu Estado, entendo que também perderam a característica de cooperativa. Dada a sua grandiosidade, tratam o pequeno cooperado como se fosse o último dos últimos. Então, também há que se repensar, nesse modelo que estamos discutindo, essas cooperativas que, para mim, deixaram de ser cooperativas no espírito dos princípios cooperativistas.

Quanto às cooperativas de crédito, que não abordamos, penso que não deveriam ficar restritas às empresas, que poderíamos voltar a ter cooperativas de crédito por bairros e por cidades ou por qualquer outro tipo de organização.

Por fim, queria pedir licença para dizer o seguinte: em São Paulo, o ex-Prefeito Paulo Maluf criou um sistema de saúde chamado PAS. Combati aquilo que chamou de cooperativismo: cooperativa de saúde. E deu o nome de cooperativa de médicos, que usava equipamentos públicos, ganhava dinheiro e obrigava os funcionários públicos municipais a entrar na cooperativa. Isso era totalmente absurdo, porque um princípio cooperativista estava sendo violado: o princípio da livre adesão, da adesão voluntária. Ali a adesão estava sendo obrigatória, e quem não quisesse ficar estava fora do programa, marginalizado. Aqueles que entravam no programa e não prestavam saíam e voltavam para o sistema público. O sistema público ficava, então, como caudatário, para receber aqueles que não serviam. Então fiz uma série de denúncias, mas a Organização das Cooperativas Brasileiras, vendo a dimensão que tinha esse programa, não manifestou a sua contrariedade, pelo menos que eu soubesse. E está provado que esse sistema acabou se transformando num antro de corrupção com o dinheiro público. É o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Fica, então, a sua sugestão para o próximo Encontro Nacional das Frentes Cooperativistas, para que sejam repensadas as dinâmicas.

Quero chamar a atenção de todos os senhores e senhoras para os trabalhos que se realizarão à tarde, de extrema importância. Ouviremos uma mensagem do Presidente da OCB, Sr. Dejanir Dalpasquale, e alguns relatos. Talvez seja o momento para atender ao que o Henrique solicitou, que é o relato das experiências da FRENCOOP no Distrito Federal, em Mato Grosso, Minas, Pernambuco, no Rio Grande do Norte, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Será um momento de partilha extremamente importante.

Agora passo a palavra ao Deputado Paulo Piau, que apresentará uma moção a ser deliberada pelo Plenário e encaminhada a quem de direito.

O Deputado Paulo Piau - Essa moção que iremos apresentar é fruto de um entendimento entre os Deputados Estaduais, já que a lei das cooperativas é uma preocupação geral. Até pediríamos que, em sendo aprovada, fosse repetida nas Câmaras de Vereadores e nas demais Assembléias Legislativas, para que pudéssemos efetivamente fazer uma pressão - essa é



a palavra correta - junto ao Governo Federal, ao Congresso e mesmo ao Executivo Federal, para que o projeto de lei tramite mais rapidamente.

Gostáramos que o Sr. Presidente colocasse em votação a moção logo que acabar de lê-la. É o seguinte o seu teor. (- Lê:)

"Os participantes do II Encontro Nacional das Frentes Parlamentares do Cooperativismo vêm manifestar ao Presidente da República, ao Presidente do Senado e ao Presidente da Câmara dos Deputados a sua posição de que é necessário agilizar os trabalhos de discussão e votação da nova lei cooperativista, em tramitação no Congresso.

A legislação que rege as atividades do setor, aprovada em 1971, foi elaborada para atender a uma realidade inteiramente diferente da que se apresenta nos dias atuais. O cooperativismo brasileiro daquele tempo limitava-se ao segmento agropecuário. Hoje ele abrange variados ramos da economia - como os de crédito, trabalho, educação, serviços, consumo, habitação e outros -, tem um peso muito maior no PIB nacional, e seu papel é reconhecido tanto pelos órgãos governamentais quanto pela iniciativa privada.

De alternativa para ajudar a resolver problemas de áreas e situações específicas, o cooperativismo passou a ser visto como solução para grandes questões econômicas e sociais com que convivemos.

É urgente, portanto, que tenhamos uma legislação que corresponda às transformações ocorridas nesse campo e que possibilite à sociedade brasileira organizar-se em cooperativas, capazes de dar uma grande contribuição ao desenvolvimento nacional.

Belo Horizonte, 4 de abril de 2000".

O Sr. Presidente - Está em votação a moção. Todos que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos aos ilustres expositores e às demais autoridades participantes, bem como ao público em geral, pela honrosa presença, e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA do evento realizado na 126ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 4/4/2000

Presidência do Deputado Ivo José

Sumário: Composição da Mesa - Destinação da interrupção - Palavras do Sr. Valdir Collato - Relato de experiências das FRENCOOPs estaduais - Palavras do Sr. Jaime D'Bastiani - Relato de experiências cooperativistas - Assinatura de termo de compromisso - Palavras da Sra. Arlete Nogueira - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Definição do Estado anfitrião do III Encontro - Palavras do Deputado Paulo Piau.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa a Exma. Sra. Vereadora Arlete Nogueira, Presidente da União dos Vereadores do Estado de Minas Gerais - UVEMIG -; e os Exmos. Srs. Valdir Collato, Superintendente da Organização das Cooperativas do Brasil; Renato Rainha, Deputado à Câmara Legislativa do Distrito Federal; Deputado Paulo Piau, Presidente da FRENCOOP MG; Roberto Liberato, Deputado à Assembléia Legislativa de Pernambuco; Sandra Rosado, Deputada à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte; Giovanni Cherini, Deputado à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul; Joarez Ponticelli, Deputado à Assembléia Legislativa de Santa Catarina, e Jaime D'Bastiani, Presidente da FRENCOOP Municipal de Passo Fundo.

#### Destinação da Interrupção

O Sr. Presidente - Destina-se esta parte da reunião ao encerramento do II Encontro Nacional das Frentes Parlamentares do Cooperativismo. Entendemos que este é um momento privilegiado para as FRENCOOPs estaduais e municipais, que estão se encontrando, manifestando suas posições, expondo as experiências e preparando-se para o desenvolvimento dos seus trabalhos.

#### Palavras do Sr. Valdir Collato

Gostaria de cumprimentar o Deputado Ivo José, Presidente da Mesa; o Deputado Paulo Piau, Presidente da FRENCOOP de Minas Gerais, na pessoa de quem cumprimento todos os Deputados e componentes da Mesa; os Deputados das FRENCOOPs estaduais; as Sras. e os Srs. Vereadores das FRENCOOPs municipais; o Deputado Odacir Klein, meu companheiro de caminhada, que nos brindou com brilhantes esclarecimentos a respeito da questão jurídica e de outros assuntos que estamos discutindo; o Presidente da OCEMG, Dr. Alfeu Silva Mendes; enfim, a todos os cooperativistas que estão participando do II Encontro das FRENCOOPs.

Como ex-membro e criador da FRENCOOP nacional, Deputado que passou por duas legislaturas, agora em uma nova missão como Superintendente da OCB, represento o Presidente da nossa entidade, Dejandir Dalpasquale, que se encontra em viagem à China com as cooperativas de cafeicultores, desenvolvendo um projeto de "marketing", fazendo com que o nosso café seja conhecido e talvez venha a ser consumido pelos chineses, prevendo uma grande abertura para o mercado do café na Ásia.

Ele solicitou que viéssemos representar a OCB neste grande encontro do cooperativismo, principalmente na área política, um dos temas que vamos discutir no XII Congresso Brasileiro do Cooperativismo, de 4 a 8 de dezembro, no Rio de Janeiro.

Aproveito a oportunidade para, em nome do nosso Presidente, Dejandir Dalpasquale, convidar todos para esse congresso, bem como para os seminários estaduais preparatórios para o XII Congresso, chamado Rio Cooperativa 2000. Teremos 27 seminários, 1 em cada Estado, para discutir a temática do XII Congresso Brasileiro, com o tema "Identidade Cooperativa para o Novo Milênio".

Oportuna também é esta ocasião para que possamos contar com a presença maciça da área política nesse encontro, Deputado Paulo Piau, e para que possamos discutir esse assunto em nível estadual. Por isso, convocamos os Srs. Deputados a participar desses seminários. Esperamos que os subsídios saiam dessa discussão para o Congresso Nacional, porque o cooperativismo precisa disto: discutir, levar propostas, aprovar essas propostas no XII Congresso e partir para uma nova etapa no milênio que se aproxima. E nada melhor do que discutirmos, no ano 2000, todas as propostas do cooperativismo.

Existem 12 ramos no cooperativismo, e a OCB, como órgão de representação nacional, faz o seu papel em defesa de todos os ramos do cooperativismo brasileiro. Que fique bem claro aqui que, embora haja, às vezes, algumas discussões em que se privilegia um ramo cooperativo ou outro, a OCB nacional defende os 12 ramos, que, aliás, são também tema de discussão nos seminários, a fim de que possamos saber exatamente quais os ramos que o cooperativismo vai levar para discussão e quais os novos ramos que deverão chegar, como, por exemplo, o ramo do cooperativismo de turismo, que já cresce e que ainda não está legalizado, mas que poderá ser no XII Congresso Brasileiro do Cooperativismo.

Gostaria de passar para os senhores alguns números do cooperativismo brasileiro, que se alteram a todo instante. A OCB, através do núcleo de dados, registrou, em 1999, um crescimento de 10,78% no número de cooperativas em atividade no País, em relação a 1988. Em termos absolutos, isso significa que 550 novas cooperativas entraram no sistema

OCB.

Quero deixar claro aqui que a nossa estatística refere-se somente às cooperativas que estão dentro do sistema, que estão filiadas às OCEs e, por conseguinte, cadastradas na OCB.

Até o final de 1999, a OCB tinha registradas 5.662 cooperativas, contra 5.102 no ano anterior. Essa evolução deve-se principalmente aos ramos de trabalho e de saúde, que tiveram crescimento de 24,5% e 19,3%. Em contrapartida, o ramo de consumo encolheu 2%, passando de 193 cooperativas para 191. Isso deveu-se, é claro, à tributação do ato cooperativo para as cooperativas de consumo, o que foi abordado aqui anteriormente. Estamos tentando voltar ao que era antes.

O crescimento da cooperativa é explicado pela política econômica do Governo Federal, que elevou o índice de desemprego. A implantação de cooperativas é a solução para a crise. É o que observamos, principalmente no ramo de trabalho: um crescimento vertiginoso nos últimos três anos, de 62%, passando de 1.025 para 1.661 o número de cooperativas cadastradas na OCB.

Pelos estudos feitos e algumas pesquisas extra-oficiais tem-se a notícia de que hoje temos mais de 3.000 cooperativas de trabalho no País e que não passam pelo sistema e pelas discussões do sistema cooperativo. Não temos o controle desses números.

Nos 27 Estados, temos 5.652 cooperativas, com 6.014.000 cooperados e 167.378 empregados. Isso quer dizer que os empregados das cooperativas nos diversos ramos somam praticamente uma vez e meia o número de empregados da indústria automobilística brasileira.

Sem fazer muito barulho e com pouco reconhecimento, se compararmos a indústria automobilística brasileira, cuja força e poder político não preciso comentar, o diferencial é que esses empregados estão espalhados em todos os cantos do País, trazendo emprego, desenvolvimento social, atividades múltiplas, e vemos bem de perto a sua importância.

Os ramos das demais cooperativas já ultrapassaram os das cooperativas agropecuárias, que são 1.661, embora o número de cooperados seja menor que o das cooperativas de consumo, crédito e agropecuária.

Dos 13 ramos, os maiores são: cooperativa de trabalho, 1.661, com 2.093.000 cooperados e 6.400 funcionários; cooperativas agropecuárias, 1.437, com 856.000 cooperados e 106.000 funcionários; cooperativas de crédito, 920, com 1.407.000 cooperados e 16.000 funcionários; cooperativas de consumo, 191, com o maior número de cooperados, 1.473.000, e 7.962 funcionários.

Temos um quadro geral das estatísticas da OCB e vamos entregá-lo à Mesa, para que fique registrado nos anais desta Casa o II Encontro da FRENCOOP, mostrando também, por ramo, as atividades cadastradas que fazem o trabalho de cooperativismo.

Só para dar um exemplo, as 1.437 cooperativas agropecuárias têm 856.000 agricultores, 106.000 empregos diretos, 962.000 pessoas diretamente vinculadas às cooperativas, 4.814.000 pessoas indiretamente vinculadas, num total de 5.770.000 pessoas vinculadas às cooperativas agropecuárias.

Tenho outros dados que mostram a importância do cooperativismo na economia brasileira: a OCB procura fazer a sua parte, buscando com as 27 OCEs fazer um trabalho integrado.

Agora estamos começando vida nova, com a criação do SESCOOP, o nosso "S" do cooperativismo. Há tanto tempo se buscava uma solução, e temos ainda uma resistência pendente numa medida provisória contra a qual a CNI entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, dizendo que o cooperativismo não é representação econômica e, portanto, não poderia ter o "S".

Na verdade, é falta de conhecimento dos números, pois a arrecadação do SESCOOP representa em torno de 1,5% do que arrecadam todos os "S" do País. Esses recursos são de suma importância para o cooperativismo, para que possamos fazer com que a gestão das nossas cooperativas, tanto na área administrativa como dos nossos funcionários e a doutrinação dos cooperados, seja uma realidade.

A implantação do SESCOOP não fez nem um ano. Agora praticamente está se deferindo a implantação nos 27 Estados, e já vemos os resultados. Já temos um braço executivo, que é o SESCOOP no trabalho que a OCB pode fazer. Os recursos praticamente vinham da área pública, porém, nos últimos dois anos, a OCB não recebeu nenhum centavo sequer do DENACOOOP do Governo, o que a impediu de fazer muitos trabalhos, principalmente de treinamento nos Estados. Aí entra a discussão da auto-gestão, que foi decisão do X Congresso Brasileiro do Cooperativismo, no sentido de que o cooperativismo brasileiro se auto-sustentaria, saindo da tutela do Governo. Com esses recursos, a OCB, na verdade, não representa e não tem condições estruturais de ser do tamanho do cooperativismo brasileiro. É por isso que temos que divulgar aquilo que estamos fazendo. Se fôssemos fazer um projeto de comunicação da OCB, os recursos totais arrecadados não seriam suficientes para fazer uma comunicação mínima. Na verdade, esse é um ponto falho. Todos falamos que realmente o cooperativismo é o ovo da pata. Dizem que o ovo da galinha é mais valorizado porque ela bota o ovo e canta, a pata bota o ovo e fica quieta. O cooperativismo é o ovo da pata. Fazemos um trabalho fantástico no Brasil, substituindo o próprio Governo em muitas ações, e ninguém fica sabendo porque, na verdade, não há recursos para essa comunicação e temos muita dificuldade em trabalhar nisso.

O SESCOOP veio para tratar desses assuntos. O monitoramento através do RECOOP é um projeto que estamos tentando implantar neste País há três anos. Por enquanto, o resultado do RECOOP, que é a reestruturação, a revitalização das cooperativas, trouxe o SESCOOP, que já está implantado. Temos o RECOOP, com 322 cooperativas, recursos aprovados de R\$2.100.000.000,00, mas que até agora teve apenas seis cooperativas assinadas, das 322. Essas brigas e discussões com o Governo projetam para o mês de abril, até o dia 15, a assinatura de 75 projetos. Até o final de abril, mais 75, totalizando 150. Tenho notícias de que foi emitido um decreto no dia de ontem em que o RECOOP foi prorrogado para 30 de junho, novamente, porque não se conseguiu acertar os ajustes dos contratos até 30 de março. Esperamos que isso aconteça. Foi criada uma comissão especial de acompanhamento, com a Presidência do Ministro Pedro Parente, o Odacir Klein, o Said Miguel, o Presidente Jandir, uma equipe de Deputados, o Presidente da FRENCOOP, Silas Brasileiro; Moacir Micheleto, Abelardo Lupion, Hugo Biehl, Chico Graziano, para que isso possa acontecer de uma vez por todas. Atrás do RECOOP, na verdade, vem todo um programa de revitalização das cooperativas. No dia 28 deste mês, vamos fazer a Assembléia Geral da OCB, para colocar a proposta do monitoramento das cooperativas no Brasil, atendendo à medida provisória do RECOOP.

E vemos que vai se estender não só para as cooperativas agropecuárias, mas também para os outros ramos de cooperativas.

Esse é um novo momento que a cooperativa vive. É preciso que, por meio do SESCOOP, possamos colocar material, em nível de Brasil. Existia a grande reclamação de que não havia material didático da OCB, mas não existiam recursos. Essa é a grande verdade. Por meio do SESCOOP, pensa-se em implantar um sistema de educação cooperativa e, com isso, ter-se material para que possamos divulgar a legislação cooperativa e também um sistema de educação.

Essa implantação está começando agora em Brasília, com um sistema de educação inicial, primária, com cartilhas, figurinhas didáticas, a fim de que as crianças comecem a estudar o cooperativismo. A idéia do Presidente da OCB, Dejandir Dalpasquale, é que, até a metade do ano, implantemos esse sistema no Brasil e que tenhamos material pelo menos para a doutrinação cooperativa. De fato, temos divulgado muito pouco o nosso trabalho, como também o que é o cooperativismo.

Recentemente, discutindo a questão do PIS-COFINS, do INSS, da Lei nº 9.876, que foi implantada nas cooperativas de trabalho; do 442, enfim, de toda a legislação sobre cooperativismo, verificamos que há uma falta de conhecimento. Desde a Presidência da República até o último escalão do Governo não se conhece o cooperativismo, e também dentro do Congresso Nacional. Temos de mostrar o cooperativismo e falar do que se trata, porque muitas pessoas não o conhecem. Esse não é um trabalho só da OCB, mas das OCEs e, principalmente, das cooperativas, na base.

Hoje, como estamos falando de FRENCOOP, queríamos colocar algumas situações. Foi falado aqui do tamanho da nossa FRENCOOP, 234 Deputados Federais e 27 Senadores. Na verdade, são simpatizantes, como foi falado aqui, e não pessoas que militam diretamente na área do cooperativismo. Eu, que já fui parlamentar, como também o Odacir e outros Deputados, sabemos que Deputado não convence Deputado. Pede-se o voto, mas é difícil convencer. Mas a base convence o Deputado a votar pelas bandeiras do cooperativismo. E

esse trabalho tem de ser feito pelo associado, pelo Presidente da cooperativa de onde o Deputado tem a sua base eleitoral.

É claro que o compromisso tem de ser antes e depois. Normalmente, nós, cooperativistas, fazemos um trabalho para que os Deputados assumam compromissos conosco primeiro, mas nem sempre quando o Deputado está pedindo apoio político ou voto - seja de que partido for - ele o recebe. Fica muito difícil depois ter esse apoio fechado do Deputado, porque ele tem as suas prioridades.

O que precisamos colocar no Congresso Nacional? Lembro-me de que, no 11º Congresso Brasileiro do Cooperativismo, numa reunião com Deputados - e eu estava na Câmara, então -, foi dito o que o cooperativismo brasileiro precisava fazer para que os Deputados assumissem a bandeira do cooperativismo e também o que o cooperativismo precisava fazer para sensibilizar o Governo e o Congresso Nacional das suas necessidades. Houve propostas de todo tipo, inclusive de se fazer uma marcha a Brasília, fechar a Capital, levar suínos, aves e largar na frente do Palácio, mobilizações, enfim, muitas idéias. Lembro-me - e alguém já me falou aqui - de que fiz uma proposta para o cooperativismo no 11º Congresso: elejam três Deputados Federais por Estado e deixem o resto para o Congresso resolver; três Deputados que realmente tenham compromisso com o cooperativismo, que sejam eleitos por vocês e que vão para lá trabalhar exatamente por essas bandeiras, que assumam como bandeira primeira o cooperativismo.

Os Deputados Estaduais que estão aqui sabem que todo político tem compromisso com o seu partido, com a sua liderança e outros mais. Mas se ele não tiver esse compromisso primeiro, é difícil fazer com que assumam essa linha de ação, independente das pressões que sofra, para defender os interesses do cooperativismo.

Acho que é a hora da aproximação. Um dos temas do 12º Congresso Brasileiro de Cooperativismo é o Cooperativismo e suas Relações com a Área Pública, seja no Executivo, seja no Legislativo. Precisamos discutir isso profundamente. No Brasil, a palavra "lobby" é suspeita, mas, de alguma forma, é feito, de maneira escusa ou não. Nos Estados Unidos, Japão, na Europa, é institucionalizado, legalizado. Todos sabem que há pessoas que defendem aquelas bandeiras. No Congresso Nacional, as pessoas falam dos lobistas das cooperativas, dizem que a Frente Parlamentar é lobista das cooperativas. Acho que pode haver isso. Por que não? Tenho dito que é uma causa justa; portanto, pode ser defendida abertamente. Vejo muitos Deputados que são eleitos pelos Bancos, mas não têm coragem de defendê-los. Fazem uma política de bastidores, ninguém sabe quem são, mas não defendem os Bancos. E conseguem o que querem. Então, fazer "lobby" para o cooperativismo é defender uma grande bandeira. Acho que isso vale a pena. É preciso que nós, do cooperativismo, tenhamos essa aproximação e essa consciência. É preciso que tenhamos, nas Assembléias, Deputados que defendam a doutrina cooperativista, que a conheçam e que digam que o cooperativismo é uma saída para o momento político, institucional, econômico, enfim, para o momento que o Brasil está passando. Nas Câmaras de Vereadores, isso também deve ser defendido, porque hoje o que se ouve, dentro do sistema cooperativo, é o seguinte: olhem, quebrou uma cooperativa. Os multiplicadores dessas notícias são inúmeros. Por quê? O supermercado quer que a cooperativa de consumo quebre; o Banco quer que a cooperativa de crédito quebre, e o cerealista que compra o produto do agricultor quer que a cooperativa quebre, porque vai ficar sozinho no mercado, enfim todos aqueles que não têm interesse em que haja cooperativismo forte, sadio e vivo, que possa fazer o contraponto. Mas não podemos nos esquecer de que a sociedade precisa, nesse meio globalizado, nesse confronto de poderes, se juntar. Muitas vezes, o próprio cooperativismo não dá esse exemplo. Vemos aí diferenças nas OCES, nas cooperativas, as pessoas não abrindo democraticamente ao debate, ao voto. Isso dificulta o sistema cooperativo. Mas é preciso que nos voltemos para as origens doutrinárias do nosso cooperativismo, fazendo com que sejam claras, transparentes, para que a sociedade saiba que as únicas empresas que são genuinamente nacionais no Brasil são as cooperativas, que são economias, nichos de mercado, economias de produtos, em bairros, em cidades, em que a viabilidade para a economia é uma cooperativa. Veja o exemplo das cooperativas de crédito. Hoje a metade dos municípios mineiros, cerca de 2.500, não têm uma agência bancária. Muitos municípios têm agência bancária, mas são Bancos internacionais, que pegam o dinheiro e o levam embora. Temos dificuldade de aprovar a legislação cooperativa para sermos iguais aos Bancos, ao menos iguais. E ainda dizem: "Não, só podemos ter cooperativas com segmento". Não pode haver cooperativas abertas, tipo Luzzati. Pelo contrário, o Banco Central baixou uma determinação e, em dois anos, quer fechar as cooperativas Luzzati, que são cooperativas abertas, que poderiam fazer as operações que os Bancos fizeram. O Banco Central baixa uma determinação agora, dizendo que impostos podem ser cobrados em casas lotéricas e farmácias. Nós, do cooperativismo, não tivemos força política e temos 234 Deputados e 27 Senadores para dizer ao Banco Central que não dava para fazer isso. E não foi por falta de reuniões com o Arminio Fraga, com o Ministro da Fazenda e com todas as autoridades governamentais, para que isso pudesse ser mudado.

Então, parece que esse trabalho não é tão forte, tão poderoso que possamos dizer: "Temos 234 votos. É para valer". Essa dificuldade a OCB enfrenta, mas nem por isso deixou de lutar em todos os projetos em que a FRENCOOP tem atuado.

Agora, estamos travando uma luta árdua com o INSS. No final do ano passado, no apagar das luzes, o Congresso aprovou a Lei nº 9.876. O projeto de lei, depois, foi transformado em lei, criando essa tributação de 15% sobre a receita bruta das cooperativas de trabalho. Essa lei entrou em vigor no dia 1º de abril - dia da mentira, mas é verdade - e, simplesmente, inviabilizou as cooperativas. Estamos com demandas jurídicas, para resolver essa situação.

No momento, tivemos que contratar uma consultoria especializada, para mostrar, na área tributária, quanto essa lei vai custar para as cooperativas e provar que a cooperativa de trabalho ficou inviabilizada, se comparada à microempresa, no que tem que recolher. O próprio Governo, pelo Ministério da Integração Nacional, enviou-nos uma carta, perguntando qual a diferença entre uma cooperativa e uma microempresa, as vantagens de se criarem cooperativas para gerar trabalho ou produção. Fizemos esse cálculo e vimos que, na legislação atual, realmente, as microempresas têm uma vantagem enorme, em termos de tributação, sobre as cooperativas. Portanto, essa questão da legislação tem que ser trabalhada.

A questão do PIS-COFINS também foi falada aqui. O RECOOP está trabalhando. A lei cooperativista já foi discutida. Tiveram o privilégio de ouvir o Senador Francelino Pereira. Estamos há muito tempo nessa luta, que não se resolve, não se sabe por quê. Assim, pedimos o apoio dos seus Deputados, das suas bancadas, das suas bases.

Quero ainda dizer que a FRENCOOP está estruturada em Brasília. Há um escritório mantido pela OCB, onde se realizam reuniões diárias com Deputados e assessorias, para podermos municiar os Deputados de matérias de interesse para o cooperativismo, para que possam trabalhar no Congresso Nacional.

Esse Projeto Luz no Campo - está aqui o Roberto Coelho, Presidente do CONBRAC - foi um avanço muito grande para o cooperativismo. As cooperativas de energia elétrica, agora, poderão ser concessionárias, ser atendidas dentro das suas áreas de atuação e concorrer com as concessionárias de energia elétrica. O cooperativismo nessa área, como na de comunicação, vai explodir, vai aumentar. O patrimônio valorizou muito. Esse foi um trabalho da OCB, da FRENCOOP, da CONBRAC, da INFRACOOP. Enfim, todos trabalharam.

Criamos uma nova logomarca para a OCB, que foi aprovada no 11º Congresso Brasileiro. E o trabalho que queremos será proposto no 12º Congresso: criar uma OCB nacional, como existe a OAB e o CREA, por exemplo. Então, existiria a OCB de Minas Gerais, a OCB do Rio de Janeiro, para que pudéssemos ter a força política necessária e uma representação junto aos órgãos em que precisamos atuar.

A OCB está construindo sede própria, a Casa do Cooperativismo, em Brasília, que é necessária para se manter uma estrutura do tamanho do sistema cooperativista brasileiro e deverá ser concluída em novembro deste ano. Lá estarão instalados o SESCOOP, a FRENCOOP e a OCB, para que possamos atuar com condições.

Como meu tempo já está estourando, gostaria de deixar um abraço, em nome do nosso Presidente, Dejandir Dalpasquale, que não pôde vir, e fazer uma convocação ao cooperativismo brasileiro: que, neste ano, possamos discutir concretamente não só os problemas institucionais, legais, mas os problemas de gestão, de atividade, de abrir a discussão para o cooperativismo, a fim de saber qual é a sua função na sociedade, e, principalmente, de trabalhar politicamente as questões do cooperativismo. Não podemos culpar os políticos, dizendo que não estão ajudando o cooperativismo, pois, muitas vezes, trata-se de omissão nossa, dos líderes cooperativistas, que não se dão ao trabalho de conversar com Deputados, Vereadores e Senadores, mostrando-lhes as dificuldades existentes e tendo a coragem de defender a bandeira do cooperativismo. Não devemos ser cooperativistas apenas por adesão, mas por convicção, por doutrina, por ideologia. Vamos adotar a bandeira cooperativista, que é a cara social da economia brasileira e que, assim entendemos, será a grande saída para o próximo milênio.

Quero renovar o convite aos Srs. Deputados para que estejam no Rio Cooperativa 2000, de 4 a 8 de dezembro. Será o maior evento cooperativista do mundo neste ano, juntamente com a ACI, ACI-Américas. Teremos, também a exposição e feira de cooperativismo, de amostras de serviços e produtos cooperativos, onde levaremos o que existe de bom no cooperativismo brasileiro e internacional. Temos certeza de que mais de 100 países estarão presentes, e lá poderemos trocar experiências com nossos companheiros do Brasil e com os representantes do mundo inteiro. Temos experiências muito boas em todas as áreas do cooperativismo, mas temos ainda a aprender com aqueles que têm 100, 200 anos de cooperativismo. Todos nós ganharemos com o XII Congresso Brasileiro de Cooperativismo. Apelo a todos para que nos ajudem a promover um grande seminário em cada Estado, a fim de nos prepararmos para esse grande evento. O Congresso terá início no dia 2 de maio e vai até 30 de junho. Faremos 27 seminários regionais, com a presença da OCB, dos Deputados, das lideranças e das OCES, para que o debate aconteça e possamos levar as propostas para serem discutidas e aprovadas no XII Congresso Brasileiro de Cooperativismo. Obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Ivo José) - Obrigado, Sr. Valdir Colatto, que falou em nome do Presidente da OCB, Dejandir Dalpasquale.

Vamos convidar a Vereadora Arlete Nogueira para integrar a Mesa dos nossos trabalhos, representando a União dos Vereadores de Minas Gerais - UVEMIG.

#### Relatos de Experiências das FRESCOOPs Estaduais

O Deputado Renato Rainha - Dispensando as formalidades, meu boa-tarde a todos. Falando de cooperativismo no Distrito Federal, de algumas experiências e, em seguida, da experiência da FRESCOOP, que se encontra em fase de constituição, não poderia deixar de citar, primeiramente, a experiência de Brasília no tocante à área de habitação. Encontramos em construção, em Brasília, uma cidade feita pelas cooperativas. Foi feito um desafio, no ano de 1993, às cooperativas para que construíssem uma cidade de 160 mil habitantes. As cooperativas aceitaram o desafio, porém o Governo voltou atrás, abandonando praticamente todo o trabalho com o qual estava comprometido.

Mas as cooperativas não desistiram, continuaram com o projeto, sem ter apoio ou financiamento oficial, e hoje estamos em fase de implantação dessa cidade chamada Águas Claras, que já é uma realidade.

Trouxe alguns dados. Foram adquiridos 301 lotes de projeção de apartamentos, com média de preço de R\$350.000,00 a R\$400.000,00 por lote, sendo que 90% desses lotes já estão quitados. Já foram totalmente construídos e entregues aos seus moradores 43 prédios. Hoje, temos em torno de 2.200 famílias residindo nessa cidade, que é conhecida como a Cidade das Cooperativas. Temos, hoje, 120 prédios em andamento, e a média do custo dos prédios é de R\$4.000.000,00. Temos 89 cooperativas envolvidas e, desde 1993, quando se iniciou esse programa, temos de 5 a 6 mil empregos criados. São prédios feitos para a classe média, e o preço dos apartamentos está 40% abaixo do preço do mercado. Foi um grande desafio que as cooperativas do Distrito Federal aceitaram. No primeiro momento, foi oferecido todo tipo de parceria do Estado, que não se concretizou. Graças a Deus, as cooperativas acreditaram no sonho e fizeram a cidade das Águas Claras, que hoje é uma realidade.

Temos, também, no Distrito Federal, 26 cooperativas na área de crédito, que movimentam em torno de R\$70.000.000,00 por mês. E o que é interessante é que isso, para Brasília, é muito importante, porque a cidade tem muitos servidores públicos, os tão famosos "barnabês", e é necessário ter cooperativas de crédito, nas quais podemos verificar empréstimos com até três pontos percentuais abaixo das taxas oferecidas no mercado.

As cooperativas de trabalho, uma realidade no Distrito Federal, são muito fortes. Estão presentes na área da construção civil, na de informática, e temos professores que montaram cooperativa na área educacional. Temos cerca de 30 cooperativas na área de trabalho, com 3 mil postos de trabalho criados no Distrito Federal.

Temos, também, duas cooperativas rurais de médio porte, a da região do PADEF e a da região do rio Preto, que são responsáveis pela produção de 100.000t de grãos. É a maior produção de grãos do Centro-Oeste, exatamente por intermédio dessas duas cooperativas.

A cooperativa de saúde UNIMED é realidade no Distrito Federal, com 3 hospitais excelentes, 800 funcionários e, aproximadamente, 800 pontos médicos de atendimento para a população. Isso acontece porque temos, na Organização das Cooperativas do Distrito Federal - OCDF -, sempre um lote bem definido, de forma muito organizada e competente. O Dr. Roberto Marasi é o Presidente da OCDF, está aqui e tem colocado como prioridade a questão da educação, a formação para o cooperativismo, tanto é que estamos realizando, com muito sucesso, uma pós-graduação em convênio com a Universidade de Brasília, a UNB. E, também, estamos começando, nos próximos 15 dias, o ensino do cooperativismo básico à distância, experiência muito importante e que tem o Dr. Marasi à frente.

No tocante à FRESCOOP do Distrito Federal, estamos em fase de implantação. O Dr. Marasi e eu estamos discutindo e procurando os parlamentares, mas com o cuidado de não buscar apenas quantidade, queremos essa orientação que nos foi dada aqui, de que as pessoas venham participar da FRESCOOP, mas engajadas, colocando o cooperativismo como prioridade.

Caso tiverem de trabalhar para obstruir votação, para votar contra o Governo e para votar contra a orientação partidária, têm de ter, como posicionamento prioritário, a defesa do cooperativismo. Buscaremos isso. Realizei uma experiência interessante na OCDF, uma sessão solene para homenagear o cooperativismo. Levei a sede da Câmara Legislativa para a sede da OCDF. Estavam lá os nossos Deputados distritais. Muitos deles nunca tinham ouvido falar em cooperativas, e alguns nem sabiam da existência do sistema de cooperativismo. Essa atitude foi importante. Estamos em fase de constituição da FRESCOOP. Dos 24 parlamentares, 9 estão devidamente engajados e comprometidos. Esperamos que esse número aumente, mas buscaremos quantidade com qualidade, compromisso e engajamento. Do Distrito Federal, trago uma mensagem do Senador José Roberto Arruda, que é o Líder do Governo no Senado e se comprometeu com a OCDF, dizendo que está na FRESCOOP nacional e está comprometido com a prioridade na área do cooperativismo.

Era essa a mensagem que, rapidamente, gostaria de trazer com relação ao quadro do Distrito Federal. Acredito que, depois de uns 30 dias, teremos concluída a FRESCOOP do Distrito Federal, se Deus quiser. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Piau - Gostaria de deixar uma mensagem no que diz respeito à formação da FRESCOOP na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Inicialmente, gostaria de falar das motivações que levaram à formação da FRESCOOP estadual. Primeiro, foi devido à formação da FRESCOOP nacional, pois devemos isso a dois mineiros, Carlos Meles, que esteve aqui, hoje, e Silas Brasileiro, além de outros, como Osmano Pereira, Nárício e Deputados do Paraná, do Rio Grande do Sul e de outros Estados, que, realmente, estão se empenhando nessa idéia, que precisa ir avante, mais do que já está no Congresso Nacional.

Há um ingrediente importantíssimo, que é a vontade política. Primeiramente, tem de haver vontade política na Assembléia Legislativa, por ser a FRESCOOP composta por Deputados. Na legislatura passada, o Deputado Romeu Queiroz, que é um cooperativista, entendeu essa mensagem importante de formar a FRESCOOP. Gostaria de repetir o que disse ontem: se não fosse a cabeça aberta do Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais - OCEMG -, Alceu Silva Mendes, que entendeu que as cooperativas não devem se afastar do processo político, mas, sim, aproximar-se dele, porque, por meio dele, decide-se a vida da sociedade, essa ação não seria concluída.

A FRESCOOP do Estado de Minas Gerais já é um sucesso. Fizemos, inicialmente, uma pesquisa com todos os 77 Deputados para saber o perfil de cada um, ou seja, para saber quais participavam de alguma cooperativa. Há 15 médicos, e quase todos são ligados à UNIMED. Outros são produtores rurais que são ligados a cooperativas de crédito. Há comerciantes que estão ligados a cooperativas de consumo. Enfim, há várias pessoas que estão ligadas ao cooperativismo. Nem um Deputado apresentou resistência à criação da FRESCOOP. Se passássemos uma lista para adesão livre, todos assinariam, mas não é esse o nosso objetivo. Desejamos pessoas que queiram, realmente, assumir a bandeira do cooperativismo. Somos, hoje, 50 Deputados abraçando essa causa. Ela foi lançada em outubro de 1997, em um seminário, na Universidade Federal de Lavras. Houve a assinatura de um termo de cooperação entre a Assembléia Legislativa e a OCEMG.

A forma de organização da nossa FRESCOOP é interessante. Temos diferentes formas de implantação das FRESCOOPs. Em Pernambuco, se não me engano, é uma estrutura formal da Assembléia Legislativa. A nossa não é assim, é apenas um movimento, tem todo o apoio da Casa, tanto da Mesa Diretora quanto da assessoria, mas não passa de um movimento. Defendo que seja um movimento, porque assim ficamos mais livres. E, como movimento, com adesão livre, ficaremos sabendo se será para valer ou não. Na estrutura formal, há o risco de virar uma obrigação de as Mesas indicarem os seus representantes e assim por diante. Existem as duas experiências e os outros Estados, ou mesmo as Câmaras de Vereadores, poderão optar por um ou outro modelo. Evidentemente, isso é coisa nova, e estamos ainda aferindo.

Quero destacar que são vários os Deputados que vestem, de fato, a camisa e não apenas subscrevem a FRESCOOP. Quero, também, dizer que nós, Deputados, somos muito ocupados, mas a assessoria da Assembléia Legislativa é peça importantíssima para sustentar a nossa FRESCOOP. E temos o Wagner Dias, que, além de estudioso, é um apaixonado pela causa. Para tudo dar certo na vida, temos que ter um apaixonado. Cito o seu nome, mas quero cumprimentar toda a assessoria da Casa.

Já fizemos alguns seminários sobre cooperativismo, alguns fóruns técnicos, audiências públicas, para resolver algum problema específico, e também alguns discursos já foram feitos da tribuna, portanto a comunicação da Assembléia Legislativa, que é muito ativa, está jogando a mensagem do cooperativismo para todo o Estado de Minas Gerais. Vejam que devem estar, neste momento, nos assistindo quase 600 municípios no Estado, porque é transmissão direta. Ontem e hoje, estamos jogando a mensagem do cooperativismo para toda a população do Estado de Minas Gerais.

Sobre a criação das FRESCOOPs municipais, já começamos e aqui temos uma referência, a Neusa, que era Presidente da Câmara Municipal de Ituiutaba, e o Toninho, que é Presidente da cooperativa. Ituiutaba foi a primeira cidade. Depois, constituímos também em Uberaba, Cássia e Gurinhatã - inclusive, Vereadores de Cássia e Uberaba se encontram presentes. Fomos ao Rio Grande do Sul no primeiro encontro e encontramos lá uma idéia fantástica: em vez de, simplesmente, estimular a criação de frentes municipais, já avançamos. Pegaram dos Vereadores o compromisso de formar uma comissão especial na Câmara para estudar a montagem da FRESCOOP municipal. Como a idéia não tem rejeição e, simplesmente, é uma adesão, depois pode não haver o entusiasmo dos Vereadores. Portanto, recuamos e, a partir de hoje, estamos novamente incentivando as Câmaras de Vereadores a montarem. Já existem vários pedidos, mas tudo tem que ser feito segundo esse compromisso de montar a comissão especial para estudar a possibilidade de implantação da FRESCOOP. Já mudamos alguma coisa também em termos de legislação cooperativista no Estado de Minas Gerais. Para terem uma noção, foi feita uma pergunta ontem com relação ao processo licitatório. Minas Gerais é o único Estado em que o poder público proíbe as cooperativas de participar de uma licitação pública. Essa é uma briga inacabada, mas haveremos de vencê-la. Por causa do posicionamento de um Conselheiro do Tribunal de Contas, as Prefeituras e os órgãos públicos ficam com medo da rejeição das contas e estão deixando as cooperativas nesse processo. Mas a Assembléia comprou essa briga, e, certamente, chegaremos lá.

As cooperativas de crédito, para receberem tributos do Estado também contam com a participação da FRESCOOP. Já está em final de acerto entre as cooperativas de crédito e o Governo do Estado até mesmo para recebimento de pagamento de aposentados, porque existem cidades de Minas Gerais que só têm o Banco de Crédito Cooperativo. As pessoas têm que se deslocar para outras cidades, para receberem seus proventos.

Quanto ao parcelamento de dívidas do ICMS, também já conseguimos coisas extras para as cooperativas, como o parcelamento em 100 meses, enquanto as empresas comuns têm parcelamento de apenas 60 meses.

Estou dando apenas pequenos exemplos de nosso trabalho e de quanto podemos avançar com relação ao cooperativismo.

Como está o relacionamento da Assembléia com o OCEMG? O relacionamento é perfeito. Começamos certo. Essas duas colunas são absolutamente imprescindíveis. Nunca uma Câmara de Vereadores deve montar FRESCOOP sem o apoio das cooperativas, ou uma Assembléia Legislativa montar uma FRESCOOP sem o apoio da Organização das Cooperativas do Estado, pois eles cuidam da parte técnica e operacional, e nós, da política. Essa é uma divisão que tem dado muito certo em Minas Gerais.

Temos vários desafios, principalmente porque as cooperativas, no momento, estão incomodando. Essa é a verdade. Falei sobre a licitação pública, porque isso não interessa às empresas. Sempre dou a Assembléia de Minas como exemplo. Aqui, há uma empresa terceirizada para fazer a limpeza dos prédios. Ela tem um dono, que usa vários empregados para fazer o trabalho, normalmente com uma baixa remuneração. Entretanto, se houvesse uma cooperativa, com 40 ou 50 empregados fazendo a limpeza, diminuiríamos a intermediação, podendo minimizar custos para a Assembléia Legislativa e aumentar os ganhos para os cooperados, atuais empregados. Podemos avançar em casos como esse. Evidentemente, as empresas fazem pressão para que isso não aconteça, pois, do contrário, perderão sua reserva de mercado. Sabemos da pressão da FEBRABAN sobre as cooperativas de crédito; das empresas sobre as cooperativas de trabalho e consumo; das multinacionais sobre as cooperativas agropecuárias; dos planos de saúde sobre as cooperativas de saúde, etc.

Para finalizar, ressalto que não devemos esperar muito do Governo, que só decide sob pressão, principalmente em uma democracia frágil como a nossa. O argumento é importante, mas, no Brasil, a pressão é muito mais. Por isso, devemos nos organizar em FRESCOOPs municipais e estaduais, desaguando no Congresso Nacional, quando poderemos ter uma voz ativa da base até Brasília. Só assim poderemos mudar as leis e fortalecer o cooperativismo.

Com relação às experiências de Minas, após o pronunciamento, iremos passar para os senhores dois ou três exemplos fantásticos. Muito obrigado.

A Deputada Sandra Maria Rosado - Deputado Ivo José, em seu nome cumprimento todos os membros da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, cooperativistas, senhores e senhoras, depois das brilhantes experiências apresentadas pelos Deputados Renato Rainha e Paulo Piau, sinto-me com a grande responsabilidade de apresentar a experiência de um pequeno Estado nordestino, o Rio Grande do Norte, que tem, na consciência do povo, a responsabilidade de lutar por melhores dias. Mesmo atuando há menos de um ano e ainda em fase de implantação, a FRESCOOP do Rio Grande do Norte já dispõe de experiências a compartilhar, reconhecendo que não em nível de igualdade com alguns Estados, mas com a determinação de ser exemplar em todos os momentos.

Esse movimento surgiu em nosso Estado, onde existem cerca de 80 mil cooperativistas e 120 mil usuários, graças à vontade política de um grupo de parlamentares articulados com a Organização das Cooperativas do Rio Grande do Norte - OCERN -, objetivando dar a sustentação política necessária ao setor.

Enquanto discutimos o estatuto da FRESCOOP no Rio Grande do Norte, tornando-a institucional, oficializando, portanto, o trabalho de fomento ao cooperativismo, realizamos, paralelamente, a luta pela criação do Fundo de Desenvolvimento do Cooperativismo do Rio Grande do Norte, formado pela devolução de 50% do ICMS arrecadado pelo sistema, por meio de um projeto a ser reapresentado à Assembléia Legislativa. Esse projeto foi apresentado em outro governo e rejeitado. Já estamos elaborando um novo, com uma nova visão, para que seja aprovado.

Pela nossa expectativa, em 2005, a reaplicação dos recursos suplantará o valor das fontes regulamentares, permitindo a transformação do FUNDECOOP em Banco de Desenvolvimento, com, no mínimo, duas carteiras de crédito. Além do FUNDECOOP, encampamos outras proposições assumidas pela OCERN, por considerá-las justas e extremamente necessárias, tais como a revitalização do Conselho Estadual do Cooperativismo; o fortalecimento das cooperativas; a busca de atualização da legislação, de modo a torná-la compatível com as necessidades do momento; o estímulo dos membros das FRESCOOPs a participar de todos os fóruns pertinentes ao cooperativismo; o aumento do intercâmbio - o que considero muito importante - entre as FRESCOOPs e o estímulo à criação de novas frentes, mas, acima de tudo, a absorção das experiências umas das outras.

É importante a normatização jurídica da FRESCOOP do Rio Grande do Norte, aumentando ainda mais o compromisso mútuo entre parlamentares e cooperativistas. Gostaria de chamar a atenção para um ponto enfocado ontem pelo Dr. Alfeu Silva Mendes, Presidente da Organização das Cooperativas de Minas Gerais, em que ressaltou a importância dos compromissos que os cooperativistas devem ter com os políticos, com o braço político, vamos assim dizer, das cooperativas. Gostaria de dizer que não só os cooperativistas devem ter esse compromisso com os políticos, mas, acima de tudo, nós, políticos e parlamentares, devemos ter um compromisso correto, honesto, de cumprir a palavra com o movimento cooperativista. É importante que cada parlamentar, cada político faça uma autocrítica, a fim de saber se estamos realmente comprometidos com o movimento, com as nossas FRESCOOPs, com a mudança que poderá ocorrer na vida das pessoas por meio do cooperativismo. Peço aos parlamentares estaduais presentes - não sei se existe algum Deputado Federal - que cobremos das bancadas federais dos nossos Estados um posicionamento forte em favor do SESCOOP, que, hoje, ainda é apenas uma medida provisória, a fim de que seja um instrumento para a profissionalização e o incremento desse trabalho, que é tão bonito e, com certeza, fortalecerá, cada vez mais, o cooperativismo.

Além de apresentar as nossas experiências ainda iniciais do Rio Grande do Norte, quero convocar as mulheres do País, as mulheres que aqui vieram, ainda que em minoria - apesar de sermos a maioria deste País e termos nas mãos a vontade de decidir os rumos do Brasil -, para que, nas suas cidades, nos seus Estados, nas suas comunidades, chamem a atenção das nossas companheiras que ainda não estão entrosadas, que ainda não têm consciência da importância da nossa participação nos movimentos cooperativistas, a fim de que venham participar ativamente, venham acreditar, fazendo com que as mulheres deste País, mais uma vez, com sua força de vontade, junto com os homens, numa parceria de igualdade, possam fazer com que o cooperativismo se consolide ainda mais no Brasil. Conclamamos também os jovens, que formam uma parte importante da nossa Pátria, a fim de que nós, que já chegamos a uma idade mais madura, possamos transmitir-lhes a importância da participação de cada um. Estou no meu primeiro mandato como Deputada Estadual e quero fazer a ressalva de que ainda não cheguei à Presidência da Casa Legislativa do meu Estado, mas posso um dia chegar, quem sabe.

Quero fazer essa ressalva. Posso até um dia chegar lá, mas quero dizer que, no meu primeiro mandato como Deputada Estadual, tenho a honra de, como mulher - uma mulher que vivenciei todos os momentos da vida na sua região, no interior do Estado, a região Oeste, na cidade de Mossoró -, ter sido escolhida pelos meus pares Presidente da FRESCOOP, o que muito me orgulha.

Finalizando, quero agradecer o carinho de Minas Gerais. Quero agradecer o carinho e a solidariedade de todos os cooperativistas. Parece-me que, neste momento, todos já nos conhecemos há muito tempo. Quero agradecer, de todo o coração, a cada um de vocês e dizer que o Rio Grande do Norte não só por suas belezas naturais, por suas belas praias, mas também pela força de vontade, pela determinação e pelo calor humano do seu povo, espera por todos vocês. Muito obrigada.

O Deputado Roberto Liberato - Exmos. Srs. Deputado Ivo José, Presidente destes trabalhos; Deputado Paulo Piau; demais componentes da Mesa; companheiro Vice-Presidente da FRESCOOP de Pernambuco, Deputado Paulo Rubem; Deputados presentes; Vereadores; minhas senhoras e meus senhores; nesta oportunidade, antes de mais nada, queremos

agradecer o convite que nos fez o ilustre Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais, Sr. Alfeu Silva Mendes, e o Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo de Minas Gerais, Deputado Paulo Piau, para participar deste evento. Como é do conhecimento de todos, o Estado de Pernambuco pertence a uma região onde existem dramáticos desafios: a dramática pobreza, a estiagem, a doença, o analfabetismo e, ainda, baixo uso de tecnologia. No entanto, é nesse cenário de desafios e de dificuldades, acreditando no cooperativismo como uma terceira via de desenvolvimento na capacidade de gerar e distribuir equitativamente as riquezas, que estamos construindo propostas de cooperação e de construção de um novo cooperativismo em Pernambuco e em todo o Brasil.

Estamos participando efetivamente do fortalecimento do cooperativismo em Pernambuco, sob a firme liderança da Organização das Cooperativas do Estado de Pernambuco - OCEPE -, por meio de seu Presidente, o Sr. Malaquias Ancelmo. Esse fortalecimento traz o cooperativismo pernambucano para o cenário do mundo globalizado, ou seja, competitivo, eficaz, de qualidade, participativo e democrático.

A OCEPE e as lideranças cooperativistas de Pernambuco, conscientes da vigência de novos paradigmas, vêm procurando coordenar e orientar o cooperativismo pernambucano no sentido de estabelecer com o setor público um novo relacionamento, que contemple a parceria, em detrimento do paternalismo que prevaleceu no passado.

A FRENCOOP-PE tem se mantido em contato com todos os ramos do cooperativismo, quais sejam agropecuário, crédito educacional, energia e telecomunicações, habitacional, produção, saúde e trabalho.

No setor de energia, participamos ativamente, junto com o companheiro Paulo Rubem, ao lado da Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural para que fosse garantida a continuidade da atuação das cooperativas de eletrificação junto à Companhia Energética de Pernambuco - CELPE -, a qual foi privatizada recentemente.

Um segmento que muito tem crescido no nosso Estado e ao qual temos dado apoio é o das cooperativas de economia e crédito mútuo. Um exemplo de sucesso nesse setor é a Cooperativa de Crédito dos Professores do Estado de Pernambuco.

Outro setor do cooperativismo que tem se fortalecido muito é o do trabalho. No dia 13 de abril, estaremos promovendo, no auditório da Assembléia Legislativa de Pernambuco, um importante encontro com a Federação das Cooperativas de Trabalho do Estado, em que serão discutidos os principais entraves no setor e serão traçadas metas de ação para que as cooperativas desse segmento possam ser fortalecidas.

Assumimos, também, como Presidente da FRENCOOP-PE, o compromisso de incrementar o cooperativismo nos municípios, incentivando a criação de frentes parlamentares municipais. Para isto, encaminhamos a todos os Presidentes de Câmaras do Estado um convite para que se juntassem a nós neste movimento solidário, participativo e democrático. Recebemos respostas positivas de muitas Câmaras, cujos Presidentes demonstraram interesse em conhecer mais profundamente o cooperativismo como via de crescimento para todos, bem como proceder à criação de uma frente parlamentar de apoio ao cooperativismo naqueles municípios.

Esperamos que no nosso próximo encontro anual possamos dizer a vocês que Pernambuco tem frentes parlamentares constituídas em um sem-número de municípios.

Por fim, conclamamos a todos os companheiros, os quais se filiaram às FRENCOOPs dos seus Estados e municípios porque acreditam na força do cooperativismo, para que, como legisladores, trabalhem para fazer leis que assegurem a todos os cidadãos o direito de participar da gestão da sociedade, da economia e do Estado, dando-lhes os meios para a sua atuação no campo social, econômico, cultural e político, em todos os níveis da sociedade.

Encerrando, quero neste momento parabenizar o Deputado Paulo Piau, por este encontro tão benéfico para mim e para todos aqui presentes. Muito obrigado.

O Deputado Giovani Cherini - Senhoras e senhores, quero iniciar mostrando a todos os participantes deste segundo encontro nacional o compromisso que assumimos quando criamos a nossa FRENCOOP e colocamos neste "folder" a imagem de um vôo de gansos. É comprovado pela física que eles voam em "V", o que significa um aumento de 70% da capacidade do vôo.

Através deste símbolo, quero dizer que precisamos cada vez mais voar em "V". Para isso é importante estar nesta Mesa, com o Deputado Paulo Piau, o Deputado Ivo José, a FRENCOOP de Minas Gerais, com o meu amigo Valdir Colatto, da OCB, com nossos colegas parlamentares que estão criando essa figura nova nos Estados, a Frente Parlamentar de Apoio ao Cooperativismo. Estamos aqui acompanhados de um grupo de Vereadores do Município de Passo Fundo, os Vereadores Edson Nunes, Luiz Miguel e o que está na Mesa, Jaime D'Bastiani, juntamente com representantes de cooperativas de trabalho de Passo Fundo e de Não me Toque, o Jocenir e o Roy. Venho aqui também com o Deputado Alexandre Postal, da Bancada do PMDB, que tem nos apoiado muito nesse trabalho de desbravar. Na Assembléia Legislativa, não sei se é bom ou ruim criar estrutura própria. É claro que, quando temos uma Assembléia Legislativa como a de Minas Gerais, fica bem mais fácil. Parabeno a Assembléia de Minas Gerais por ter assumido, no seu corpo, essa ação em defesa do cooperativismo. Ao menos pelo que conheço, é a única Assembléia Legislativa do Brasil que, como um todo, assumiu e faz no seu Plenário sagrado esse II Encontro Nacional. Precisamos conquistar isso. São caminhadas que precisamos fazer.

Sou um apaixonado pelo cooperativismo. Faço acima de tudo por paixão. Sou sócio de quatro cooperativas: uma de produção, uma de crédito, uma de eletrificação rural e, paralelo ao trabalho da Assembléia, criei uma cooperativa educacional para trabalhar com jovens. Criamos uma universidade de líderes, administrada pela COOPLÍDER. Profissionais que, gratuitamente, realizam trabalhos com jovens do novo milênio, ensinando desde a questão da cooperação, o que se pode fazer como líder, entrando nas áreas do novo milênio, da numerologia, da astrologia, dos novos paradigmas e assim por diante.

Na Assembléia, tenho o prazer de presidir a Comissão de Educação. No primeiro mandato, presidi a Comissão de Agricultura. Tenho, Colatto, conseguido desenvolver um trabalho em defesa do pão e da educação. Sem pão não há vida, e sem educação não temos, certamente, jeito para lidar com ela.

Fiz uma faculdade de cooperativismo. Sou pós-graduado em cooperativismo. Meu professor está aqui, o Virgílio Perius. Digo isso porque penso que a melhor parceria é aquela que fazemos com as pessoas que militam na área ou que têm vontade de militar. Vamos construindo isso lentamente.

Para entrar no trabalho da nossa FRENCOOP, quero fazer uma relação daquilo que o nosso querido amigo Roberto Rodrigues disse aqui. O cooperativismo tem que fazer a ponte entre o mercado e a felicidade. Penso que há, no momento, um certo abismo entre o corpo e a mente do ser humano. Se formos um pouco mais longe, veremos que a energia da Terra está diferente. As pessoas estão mais agitadas, estamos em uma correria enlouquecedora, separações de casamentos, crimes muito maiores do que antigamente. Temos até grandes dificuldades de convivência. Quero dizer, com isso, que o cooperativismo não só precisa fazer a ponte entre o mercado e a felicidade como tem que fazer a ponte entre o corpo e a mente. Tem que fazer a ponte entre os elementos da vida - a terra, a água, o ar e a luz, criando uma nova palavra, que é o amor. Quando a Deputada Sandra falava aqui que nos conhecemos, é verdade. O cooperativista olha de forma diferente. O cooperativista vê o mundo de forma diferente.

É nesse sentido que temos, na nossa Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul, o ex-Vice-Governador Vicente Bogo, grande figura cooperativista, e o cooperativismo certamente está e estará ganhando muito em nível de Rio Grande do Sul. Tivemos grandes líderes, como o nosso querido Odacir Klein, presente nesta reunião. É um grande líder do nosso Estado e hoje também de nosso País. A OCB fez uma grande aquisição, ao ter no seu quadro um consultor desse nível.

A nossa FRENCOOP estadual foi criada em 2/2/97, e hoje temos 13 Deputados. E a adesão à nossa FRENCOOP é por participação, não por assinatura em um papel, um livro. Essa é uma das grandes dificuldades do parlamentar. Não temos, na nossa FRENCOOP, a preocupação de contar com muitos nomes só para dizer que temos, dos 55, 20 ou 30. Os 55 assinaram o documento quando fomos criá-la, e até agora tivemos 13 adesões. Certamente iremos aumentando esse número gradativamente, à medida que consigamos realmente mobilizar as pessoas. Dizem que existem duas áreas muito difíceis de liderarmos: liderar ovelhas, porque vão para qualquer lado, e liderar líderes. A FRENCOOP é um grande teste em nossa vida, porque realmente temos que mostrar que isso é bom. Os Deputados têm de ver resultados políticos e também comunitários, pois também vivemos de votos. Por isso, acho que essa adesão é muito importante nas nossas FRENCOOPs.

As ações que realizamos consistem em participar de todos os momentos, digamos assim, do sistema cooperativo do Estado, em universidades, entidades, levando sempre a idéia da FRENCOOP, da cooperação e do cooperativismo.

Nesse encontro, gostaria de falar algo mais claro. Temos uma resolução, que apresentamos esse ano e que está tramitando na Assembléia, para criar a figura das frentes parlamentares. Confesso que tenho algumas dúvidas se devemos aprovar uma resolução assim ou se, criando uma figura nova dentro do parlamento, não começaríamos a dificultar o próprio funcionamento da FRENCOOP.

Realizamos ainda os cafés da manhã. Em nossa Assembléia, temos reuniões das comissões todas as manhãs, e são dez comissões. E é difícil funcionarem outras, além das nossas comissões técnicas. Então, realizamos cafés da manhã. Começamos as nossas reuniões por volta das 8 horas e terminamos até as 9 horas, ou seja, 1 hora de reunião com o sistema cooperativo, tratando de diferentes assuntos do cooperativismo, como, por exemplo, essa questão a que o Deputado Paulo Piau se referia, de fazer com que as cooperativas possam receber tributos do Estado. Estamos já em fase de implantação.

Participamos das ações da FRENCOOP nacional também. Fizemos esse cartaz promocional, que está espalhado em todas as cooperativas. Estamos criando as FRENCOOPs municipais. Enviamos uma pasta grande para todos os municípios, contendo os princípios do cooperativismo, os seus símbolos, o regimento, que pode ser modificado nas Câmaras de Vereadores, criando a figura das FRENCOOPs; enfim, mandamos o ABC do cooperativismo para todas as Câmaras do Estado. Já temos oito FRENCOOPs criadas e 24 em fase de formação.

Realizamos o I Encontro das FRENCOOPs estaduais. Confesso que não foi bom e que não tivemos, digamos assim, o apoio da Casa para fazer algo que os nossos parlamentares mereciam.

Tivemos o apoio dos Deputados Roberto Liberato e Paulo Piau. Foi a primeira sementinha. A Deputada Sandra Rosado disse que nos espera no Estado do Rio Grande do Norte, mas não completou a frase. Posso dizer, agora, que a nossa vontade e a nossa torcida é que o terceiro encontro se realize no Rio Grande do Norte, no ano que vem, mais ou menos na mesma data deste segundo encontro.

Estamos em fase, como disse antes, do recebimento dos tributos do Estado.

Estamos também incentivando as escolas. Pela nova LDB, criar uma disciplina de cooperativismo é muito complicado. Até tenho esse projeto na Assembléia. Então, estamos trabalhando em duas frentes, ou seja, tramita um projeto na Assembléia, em que o assunto é discutido seguidamente, e trabalhamos a base. Estamos indo às escolas. Sou Presidente da Comissão de Educação, e isso me é facilitado. Incentivamos as escolas a colocarem, em seus currículos, o cooperativismo. A própria SICRED do nosso Estado tem um programa chamado A União Faz a Vida, atingindo já 70 municípios. Temos ainda um projeto de criação de uma universidade cooperativada e 30 municípios novos em que há o incentivo de que pelo menos 1 seja cooperativado, quebrando aí um paradigma de muitos anos. Participamos também do Congresso Mundial de Cooperativismo no Canadá.

Quero deixar, para encerrar, algumas sugestões. Ontem, no jornal "Correio do Povo", saiu uma matéria incentivando a canonização do primeiro santo do cooperativismo, Pe. Teodoro Amsta, que criou, em 1902, a primeira cooperativa, na linha imperial em Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul. Estamos fazendo um abaixo-assinado para termos um ponto de referência, em nível de cooperativismo, num homem que teve a coragem, em 1902, num lombo de uma mula, de falar da participação dos jovens, das mulheres, das explorações que, naquele tempo, o agricultor já sofria no meio rural. Estamos colhendo assinaturas. Àqueles que nos quiserem ajudar, poderemos dar maiores informações sobre o assunto. Primeiro, temos de pedir a beatificação. Logo em seguida, há o processo de canonização. Certamente, vai ser o primeiro santo cooperativista do Brasil. São ações importantes. Podemos citar a unificação do logotipo da FRENCOOP estadual, baseado na FRENCOOP nacional. Essa foi uma sugestão do segundo encontro. Ainda há a criação do tribunal de contas das cooperativas, com outro nome, é lógico. É preciso que haja um órgão fiscalizador. Hoje as Prefeituras têm uma fiscalização nas licitações, mas como as cooperativas licitam quando vão comprar e vender? A criação de FRENCOOPs em todo o Brasil é outro ponto importante, bem como a colocação, nos estatutos das cooperativas, de somente uma reeleição para o mesmo cargo, a construção de um sistema cooperativo em todos os níveis, no sentido de "faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço" e faça o que eu digo, faça o que eu faço sempre. Há muitas cooperativas sendo criadas no Brasil e que não colocam mais "coop." Temos de padronizar isso. Se é cooperativa, tem que constar "coop." e depois o nome. E, por último, os símbolos do cooperativismo. Há cooperativas sem o pinheirinho. Isso é importante para a padronização do sistema nacional. Fechando a questão, há que se formar uma comissão de alto nível para elaborar um projeto de lei ideal.

Encerro minhas palavras, deixando uma mensagem dos meus livrinhos do amor e que serve muito para o cooperativista.

"Age de maneira a usares a humanidade na tua própria presença ou na de outra, mas sempre tendo a pessoa como um fim, e não como um meio". Muito obrigado.

O Deputado Joarez Ponticelli - É preciso ter cuidado em um ponto nessa proposta do Cherini sobre o Tribunal de Contas: penso que o Deputado não pode ser candidato. Se para definir uma vaga para o Tribunal de Contas do Estado já há dificuldade na Assembléia, imagine, Cherini, se os Deputados de todo o País pudessem ser candidatos: a dificuldade seria muito maior.

Quero saudar os Deputados Ivo José e Paulo Piau, o nosso conterrâneo Sr. Colatto, os demais integrantes da Mesa, os Deputados Neodi Saretta, da região do Colatto, e Clésio Salvaro, da nossa região.

Nós três estamos aqui representando o Estado de Santa Catarina, e a nossa responsabilidade é muito grande, porque o Presidente da OCB é desse Estado, o Superintendente da OCB é catarinense e também é de lá que veio a pessoa que está no comando da organização no Rio Grande do Sul, o ex-Governador Vicente Bogo. E, para mim, o orgulho é maior, porque é da minha região: sou natural de Pouso Redondo, e ele, de Rio do Oeste, município vizinho.

Mas, Deputado Paulo Piau, aqui estamos motivados por esse encontro promovido por V. Exa., pela Frente Parlamentar de Minas Gerais, com o apoio da Assembléia Legislativa. A Frente Parlamentar de Santa Catarina foi instituída em 1997, mas, infelizmente, neste momento, não está em atividade. O Deputado Odacir Zonta, pessoa que coordenava as ações da Frente Parlamentar, reelegeu-se Deputado, mas foi chamado para uma missão no Governo - é o atual Secretário da Agricultura.

Quero aproveitar a oportunidade para apresentar uma sugestão: estamos a pouco menos de 6 meses do pleito eleitoral. Vamos ter a renovação das Câmaras Municipais. Penso que, neste momento, em Santa Catarina, teríamos dificuldade em promover uma mobilização para criar as frentes municipais, mas podemos comprometer candidatos, promover as organizações. Nós, parlamentares, devemos buscar o comprometimento daqueles que vão colocar seus nomes à disposição, fazer com que se crie vínculo entre as organizações em cada Estado e as cooperativas. A partir da renovação das Câmaras, sim, teremos novo time comprometido, respaldado pelas urnas e identificado com o movimento no próprio período de campanha, que vai se iniciar daqui a pouco.

No Estado de Santa Catarina, o Sr. Colatto conhece muito bem o sistema; integra, inclusive, a nossa organização estadual e sabe que, no segmento agropecuário, há uma consolidação do movimento cooperativista, com a presença muito forte da agroindústria.

As cooperativas estão se associando na Região Sul, grande produtora de arroz, buscando a industrialização de forma conjunta, porque já não é possível a competição, que se tornou muito acirrada. Está sendo, agora, concebida, no grande Sul catarinense, uma unidade única de beneficiamento, e, certamente, teremos muito mais rentabilidade para cada uma das associadas. Estamos na iminência de ter implantada em Santa Catarina uma indústria de fertilizantes do sistema cooperativista, mais especificamente do segmento agropecuário, a FECOAGRO. Nossa federação está coordenando essa ação. Para as safras de 2000 e 2001, as cooperativas terão disponibilizados os fertilizantes produzidos pelo próprio sistema. E, com isso, certamente, conseguiremos maior rentabilidade. Existe, hoje, uma forte parceria do Governo do Estado com o sistema, uma vez que o Secretário é originário do meio cooperativista, tendo, inclusive, presidido cooperativas em federações. Vários programas da Secretaria da Agricultura estão sendo implantados na forma de parceria, tais como os programas de reflorestamento, de distribuição de calcário às pequenas propriedades, de distribuição de mudas de árvores frutíferas. São programas do Governo do Estado totalmente coordenados pelas cooperativas do segmento agropecuário.

No segmento de eletrificação rural, também temos presença muito forte, especialmente no Sul do Estado. Entre as 21 cooperativas de eletrificação rural existentes, 18 estão no Sul do Estado. Confesso, Deputado Colatto e demais companheiros, que estou muito preocupado com as novas regras que a ANEEL está impondo a todas as concessionárias e, conseqüentemente, às cooperativas de eletrificação rural. Acompanhei, há duas semanas, uma assembléia na minha região e percebi as alterações estatutárias promovidas devido à orientação que a ANEEL está repassando a cada uma das cooperativas. Confesso que, naquele momento, fiquei preocupado com a ingerência que possa haver no segmento, uma vez que regras rígidas estão sendo impostas. O fato da cooperativa de eletrificação rural ser obrigada a fornecer energia elétrica ao cidadão que não queira se associar representa um risco

muito forte. Acho que a empresa Cooperativa de Eletrificação Rural correrá grande risco, pois, sobre a energia fornecida para esse consumidor, haverá tributação, porque não é sócio.

Sentimos, no quadro social, essa preocupação, e não há outra saída para esse segmento senão a produção própria de energia. Penso que esse segmento, devido às regras rígidas que lhe estão sendo impostas, viverá momentos difíceis, e necessitamos estar atentos a essas imposições. No segmento de trabalho, temos, no Estado, um cooperativismo muito forte. No meu município, está surgindo uma cooperativa apelidada de Cooperativa dos Desempregados, que, na verdade, reúne vários profissionais desempregados, que estão, por meio da empresa, colocando seus serviços à disposição da comunidade local e regional. Entre os vários grupos de segmento de trabalho, temos a UNIMED, muito forte em nosso Estado, como em todo o Brasil. E, hoje, também em parceria com o Governo do Estado, a UNIMED é a responsável pela assistência médica aos funcionários públicos de Santa Catarina.

O Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina a contratou em caráter temporário. Estamos no processo licitatório e espero que a UNIMED seja vencedora, por sua presença em todo o Estado e pelo bom serviço que executou nesses seis meses de contrato temporário. Penso que, para o Governo e para o servidor público catarinense, além de ser bom para o sistema, seria muito importante que a UNIMED fosse vencedora dessa concorrência e continuasse atendendo aos 150 mil servidores e beneficiários. Temos a meta de, até o final, estar atendendo, pelo plano, a algo em torno de 500 mil pessoas, entre servidores e beneficiários.

No segmento educacional, que represento, temos crescimento vertiginoso. Em 1989, tive a oportunidade de constituir uma cooperativa de escola de ensino profissionalizante no Sul do Estado. Alguém dizia aqui que não podemos esperar pelo Governo. É verdade, muitas vezes o Governo atrapalha. Em Santa Catarina, tínhamos um modelo de ensino profissionalizante que, equivocadamente, foi extinto no começo da década de 90, e as cooperativas educacionais mantiveram a qualidade das escolas agrotécnicas, industriais e comerciais. Hoje, temos 18 unidades muito bem articuladas com a comunidade, muito bem equipadas, oferecendo um ensino que compete com as escolas particulares a um preço bastante acessível, com mensalidade média de R\$20,00 a R\$30,00, enquanto, na escola particular, esses valores chegam à casa dos R\$200,00 por aluno. Esse ensino é de qualidade, está produzindo resultado, e ali a cooperativa surgiu como nova alternativa. Na ocasião, o Governo prejudicou, e a cooperativa manteve aquela qualidade.

Com essa oportunidade que tivemos, Deputados Ivo José e Paulo Piau, com esse intercâmbio que pudemos promover agora, com essas experiências que pudemos ouvir aqui, teremos condições de voltar à nossa Assembléia Legislativa e motivar nossos Deputados. Temos 40 Deputados e creio que mais de 20 estão vinculados a segmentos diversos do cooperativismo. Penso que, brevemente, daremos notícia da implantação das atividades da Frente Parlamentar Cooperativista da Assembléia de Santa Catarina. Muito obrigado.

Palavras do Vereador Jaime D'Bastiani

Sr. Presidente desses trabalhos, Deputado Ivo José; nosso estimado amigo Deputado Paulo Piau, que nos recepciona hoje com esse brilhante encontro; meu querido amigo, idealizador, pai e professor das FRESCOOPS do Rio Grande do Sul Deputado Giovanni Cherini, que engrandece e valoriza o grupo do Rio Grande do Sul nessa Mesa e nesse encontro; Deputado Postal, nosso prezado amigo; ao citar-lhe o nome, quero abraçar todo o Plenário, Deputados, Vereadores; Vereadora Arlete Nogueira, Presidente da UNVERGS, que faz parte da Mesa; em citando-lhe o nome, gostaria de abraçar e saudar o povo mineiro, que tão bem nos recebeu, ontem e hoje; meu querido amigo ex-Deputado e sempre Deputado Odacy Klein, hoje consultor nacional do cooperativismo; componentes da Mesa; e todo o Plenário, em Passo Fundo, Rio Grande do Sul, abraçamos a bandeira de formar uma frente, incentivados pelo Deputado Giovanni Cherini. Por isso, chamei-o de idealizador e de pai.

Tivemos de fazer algumas modificações no pensamento original, porque entendíamos e entendemos que uma frente, sem apoio institucional, não passa de uma frente. Como desejávamos apoio institucional, transformamos a idéia da frente em uma Comissão Parlamentar Especial de Apoio ao Cooperativismo e ao Sociativismo, com todo o aparato regimental e institucional que a Câmara Municipal de Passo Fundo poderia nos dar, mas não isoladamente. Fomos buscar apoio, antes de tudo, em todas as singulares cooperativas instaladas no município. Formamos, também, um Fórum Permanente de Cooperativas de Passo Fundo, que, mensalmente, reúne-se, de forma ordinária, com os Vereadores membros dessa comissão e, extraordinariamente, quando necessário, para debater os problemas do cooperativismo municipal e, por ilação, estadual e nacional. A nossa comissão, incentivada pelas cooperativas, compõe um grupo de estudo, ou seja, um intercâmbio entre os recursos que o município arrecada, para que passe pelo sistema cooperativo, no mínimo, 30%, para que o lucro desse movimento, que são os impostos dos municípios, reverta em fomento para a formação de novas cooperativas e de novas frentes de trabalho no município, principalmente com relação à área agrícola. Junto com a SICRED do município, chegamos à conclusão de que, se 30% do orçamento do município passar pela CECRED, a Secretaria da Agricultura, praticamente, perderia a razão de existir, porque o dinheiro do retorno daria para fazer todos os investimentos que faz no município.

Temos o amparo, também, de um especialista, o Prof. Ginez, da Universidade de Passo Fundo, que, rotineiramente, reúne-se conosco para debater e orientar-nos sobre as questões ideológicas e legais do cooperativismo. Estamos em um avançado grau de negociação com a Secretaria de Agricultura, para que, no próximo ano, haja uma rubrica específica, com verba específica, para que a Secretaria fomenta, de forma educacional e prática, a constituição de cooperativas no município, principalmente agrícolas. Fizemos já algum contato com a Universidade de Passo Fundo, para que se estude uma forma de se criar um grupo de estudantes, com formação de 2º grau, a fim de dar-lhe formação administrativa, para que auxilie os Diretores, os Presidentes e os organizadores das cooperativas do município e da região com o seu trabalho, voltado tecnicamente para o trabalho cooperativista. Essas são, portanto, algumas das ações, entre tantas, que estamos levando adiante.

Sr. Presidente, componentes da Mesa, caros amigos do Plenário, antes de sair de Passo Fundo, reunimos as cooperativas e fizemos um documento que espelha as angústias, as necessidades e a vontade dos cooperativistas instalados em Passo Fundo e entregamos uma cópia ao nosso amigo Deputado Giovanni Cherini, para que a Assembléia faça as pressões políticas necessárias para que as angústias dos cooperativistas cheguem ao coração do Governo Federal e, principalmente, do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, caro amigo Paulo Piau, gostaríamos de transformar esse documento em moção, para que chegue às mãos dos parlamentares em Brasília e do Governo Federal, mostrando as angústias que o sistema sofre por causa de medidas, até certo ponto, desconhecidas e mal-intencionadas do Governo Federal com relação ao cooperativismo.

Deputado Ivo José, não tenho boa dicção, tenho dificuldade de ler, apesar de ser médico e cirurgião, acostumado a resolver grandes problemas em pequenos campos. Por isso, gostaria de convidar o Vereador Édison Nunes, professor da Universidade de Passo Fundo, que tem ótima dicção, para que leia a moção e depois a entregue à Mesa.

Agradeço a oportunidade de ter conversado com esta Assembléia, com o povo de Minas e com o Brasil. Muito obrigado.

O Vereador Édison Nunes - Exmo. Sr. Paulo Piau, Presidente da FRESCOOP-MG; a Comissão Especial para Estudo e Apoio ao Cooperativismo e ao Associativismo, da Câmara Municipal de Passo Fundo, foi criada para verificar os inúmeros problemas que o cooperativismo vem enfrentando, assim como para estimular a formação de novas cooperativas; baseada na cooperação e na solidariedade, realiza bom trabalho e contribui para o desenvolvimento da comunidade.

Tendo recebido honroso convite para que seus membros se fizessem presentes no encontro que a FRESCOOP-MG realiza em Belo Horizonte, essa Comissão promoveu reunião com representantes de todas as cooperativas do município, tendo, na oportunidade, decidido encaminhar à Mesa deste evento este documento, apontando os problemas que enfrentam os diversos segmentos cooperativistas, pleiteando seja incluído na agenda de discussão do encontro das FRESCOOPs brasileiras.

COFINS, PIS E INSS - ao contrário do que reza a Constituição Federal, determinando seja estimulado o cooperativismo, o que se tem verificado, por meio da edição de novas leis (muitas delas inconstitucionais), é o aumento, para os diversos segmentos cooperativistas, da carga de tributos, quer com a revogação da isenção da COFINS, quer com o aumento da contribuição para o PIS e o INSS.

Entende-se que, em continuando a verificação de medidas dessa natureza, o cooperativismo no Brasil acabará inviabilizado, fulminando conquistas de uma luta que já atinge quase 100 anos.

Enquanto nos países desenvolvidos e, até mesmo, em países subdesenvolvidos, o cooperativismo vem crescendo, estimulado por ações governamentais, verifica-se que, em nosso País, a ótica daqueles que poderiam - e deveriam - colaborar com o engrandecimento das sociedades cooperativas é deturpada, uma vez que muitos dos últimos atos governamentais têm se mostrado nocivos para o sistema.

RECOOP: estimuladas por promessas de revitalização das cooperativas, muitas delas encaminharam, há longo tempo, pedidos para serem contempladas com benefícios do RECOOP, porém, até agora, praticamente, nenhum resultado positivo verificou-se, sendo lamentável a constatação de que muitos outros programas governamentais sejam



processados mais rapidamente, como o PROER e outros. Verifica-se, então, que a discriminação com o sistema cooperativo brasileiro, por parte do Governo, tem-se mostrado bastante saliente.

Revogação do parágrafo único do art. 442 da CLT: como é do conhecimento de todos, tramita no Congresso Nacional, já tendo sido aprovado na Câmara dos Deputados, um projeto visando à revogação, na CLT, do parágrafo único do seu art. 442, que reza o seguinte: "Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquelas."

Essa norma jurídica - apesar da equivocada interpretação que muitos tentam fazer dela - tem constituído o alicerce de amparo para a existência, com o mínimo de segurança, das cooperativas de trabalho no Brasil, pois é regra excludente da possibilidade de reconhecimento do liame de emprego entre os cooperados e a cooperativa, assim como entre aqueles e os tomadores de serviços desta.

Como a discussão encontra-se em nível de Senado Federal, urge sejam os Senadores conscientizados, por via da FRENCOOP nacional, da importância da manutenção dessa norma jurídica, inserida na CLT, pelo menos até que seja editada uma nova lei de natureza civil, normatizando especificamente as cooperativas de trabalho e trazendo o mesmo regramento de exclusão de vínculo empregatício.

Nova lei para as cooperativas de trabalho: atualmente elas, como as demais, são disciplinadas, de forma genérica, pela Lei nº 5.764, de 1971, que traça a política nacional do cooperativismo.

Como existem muitas divergências interpretativas dessa lei, especialmente quanto ao segmento do trabalho, entende-se que a edição de um novo conjunto de regras, específico, normatizando a constituição e o funcionamento das cooperativas de trabalho, é medida que não pode ser protelada, quer por meio de lei do Congresso Nacional, quer por meio de medida provisória.

Cita-se como exemplo o fato de que fiscais e agentes do Ministério do Trabalho - o que já foi falado várias vezes, aqui - estão permanentemente atuando e ajuizando ações contra tomadores de serviços das cooperativas de trabalho, demonstrando a fragilidade da legislação atual e causando inúmeras dificuldades - pois são ações inibidoras - para a formalização de novos contratos visando à obtenção de postos de trabalho para os seus associados.

Salienta-se que várias propostas - e até anteprojetos - já foram encaminhadas ao Presidente da República e a parlamentares federais cooperativistas, tudo, porém, ao que aparenta, representou um esforço estéril, pois, até agora, nenhum resultado benéfico fez-se sentir.

Esse é tema que, como os demais, entende-se de suma importância para ser encaminhado ao encontro das FRENCOOPs brasileiras, pois, na ocasião da realização do evento, estarão presentes praticamente todos os parlamentares federais aliados ao cooperativismo.

Sr. Presidente, líderes cooperativistas, parlamentares, senhoras e senhores, uma novidade apresentamos: depósitos federais no sistema de crédito cooperativo. Sabem todos quão significativa é a atuação das cooperativas de crédito junto às comunidades brasileiras. Porém são poucos os órgãos governamentais que mantêm contas de depósitos nas sociedades componentes do sistema; inclusive, isso se estende às próprias Prefeituras e Câmaras Municipais.

Seria de grande importância que as FRENCOOPs, em todos os níveis - municipal, estadual e federal -, envidassem esforços para que o poder público destinasse, no mínimo, 30% das disponibilidades para depósito no sistema de crédito cooperativo, com isto fortalecendo o segmento e, por consequência, auxiliando ainda mais no desenvolvimento das comunidades em que atua.

Assim, a Comissão Especial para Estudo e Apoio ao Cooperativismo e ao Associativismo da Câmara Municipal de Passo Fundo espera que o germe revitalizante plantado por meio da criação da FRENCOOP do Rio Grande do Sul, procurando dar vida e manter a saúde das cooperativas, seja transmitido a todos os senhores que participam deste evento, levando também a exposição dos problemas narrados e, junto com os representantes dos demais Estados, buscar as suas soluções: Vereador Jaime Debastiani - Presidente; Vereador Édison Nunes - Vice-Presidente; Vereadores Luciano Azevedo, Luís Miguel Scheiss e Eni Hannauer.

O Sr. Presidente - Agradecemos o documento, a manifestação do nosso companheiro da cidade de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Considerando a importância da questão abordada, gostaríamos de consultar o Plenário se podemos transformar esse documento em uma moção do nosso encontro. Aqueles que estiverem de acordo queiram levantar a mão. (- Pausa.) Está aprovada essa moção apresentada pelos companheiros do Rio Grande do Sul.

#### Relato de Experiências Cooperativistas

O Sr. Elton Freitas - Boa-tarde, Sr. Presidente, Deputado Ivo José, não vou nominar os demais ocupantes da Mesa tendo em vista a exiguidade do tempo. Pretendo falar durante 5 minutos e, nos outros 5 minutos, apresentar um vídeo que foi elaborado em razão deste evento. Falaremos sobre a experiência de intercooperação. Estou vendo que o tema da I Convenção Mineira do Cooperativismo, cuja data já está marcada, é sobre a intercooperação.

Falarei sobre a intercooperação entre as cooperativas de trabalho e uma cooperativa de crédito. A respeito desse nosso tão combatido movimento do cooperativismo de trabalho, em Minas Gerais, especialmente em Belo Horizonte, encontramos uma experiência singular no País, já que não temos outras experiências com a forma como se estruturou o cooperativismo de trabalho médico no Estado de Minas Gerais e, especialmente, em Belo Horizonte. Temos a Federação Mineira de Cooperativas Médicas. Para entendermos a sua história, é importante que entendamos inicialmente a transformação da prática médica. A medicina foi concebida como uma profissão liberal, mas, com o tempo, passou a ser intermediada de várias formas, especialmente por meio de convênios médicos. Temos uma cooperativa, a UNIMED, que nos dá respaldo. Fora da UNIMED, relacionamo-nos com empresas mercantilistas que, normalmente, relacionam-se enquanto pessoa jurídica com o médico, que é pessoa física, o que torna essa relação muito desleal, muito desigual. Daí, surge, em Belo Horizonte, uma experiência ligada às especialidades médicas, mas, sobretudo, aos locais de trabalho dos médicos, que são os hospitais, em que os médicos organizam-se em cooperativas, formando, a partir daí, uma pessoa jurídica que os representa na relação com os hospitais e com os convênios. Esse movimento começou com a Cooperativa dos Anestesiologistas, que tem um caráter nacional. Depois foram formadas as Cooperativas do Hospital das Clínicas, das Santas Casas e outras. Hoje, temos 36 cooperativas na Federação. Entre elas, temos a UNIMED de Belo Horizonte e a CREDICOM, que é a cooperativa dos médicos, congregando 5.500 médicos.

E qual é o segredo desse funcionamento e dessa questão que vamos estar apresentando aqui no vídeo? Os médicos passam a ter na cooperativa de trabalho alguém que os represente e os organize. O médico que atende a 40 convênios não tem capacidade de exercer a cobrança quanto a seus direitos; então, a partir do momento em que se constitui a cooperativa, ela cobra de todos os médicos da instituição e os representa diante dos convênios, cobrando os seus direitos pelo trabalho realizado através dos convênios.

Na hora de pagar ao médico, essas cooperativas usam uma cooperativa de crédito, ou seja, através de um convênio com cooperativa de crédito, colocam os recursos na conta dos cooperados. O resultado desse trabalho é que hoje, anualmente, são repassados, através da cooperativa da FEMCOM, cerca de R\$130.000.000,00 para os médicos de Belo Horizonte. Essas cooperativas têm hoje cerca de 7.500 médicos. Temos certa dificuldade em estabelecer esses números, porque existem médicos que são cooperados em mais de uma cooperativa, mas esse número pode até ser maior, porque estamos considerando pela metade. Na verdade, se somarmos, temos mais de 15 mil cooperados, mas, como sabemos que existem colegas que pertencem a mais de uma cooperativa, damos os números pela metade para não correremos o risco de errar.

A cooperativa de crédito, como já disse, tem 6.500 cooperados, e, além desses R\$130.000.000,00 que são repassados pelas cooperativas, temos o repasse da UNIMED, que também pode ser feito através das cooperativas de crédito - CREDICOM e UNICRED -, que são as duas cooperativas que, em Belo Horizonte, repassam recursos do Sistema UNIMED, uma das maiores UNIMEDs do Brasil.

Basicamente, dentro do tempo que me foi concedido aqui, é o que gostaria de apresentar. Temos um endereço na Internet, que gostaria de divulgar: [www.CREDICOM.com.br](http://www.CREDICOM.com.br). É o endereço que tem o "site" da CREDICOM e da FEMCOM, ou seja, nesse endereço, todas as informações que estou dando aqui podem ser obtidas, assim como experiências de "homebank" e tudo o mais que já faz parte do sistema de funcionamento da cooperativa de crédito.

Para pontuar o funcionamento da cooperativa de crédito, gostaria de mencionar que esse sistema resultou na maior cooperativa de crédito do Estado de Minas Gerais, a CREDICOM, formada há apenas oito anos, que está completando agora em abril e que começou do zero absoluto, através de uma experiência de cooperação, sem nenhuma grande instituição por trás, fomentando. Começou em parceria com essas cooperativas, conseguiu crescer e se estruturar e hoje compõe a CECREMGE, que é a Central de Cooperativas do Estado. É a maior cooperativa da CECREMGE, a maior do Estado e tem participado de maneira destacada na inovação, especialmente na área tecnológica, para o sistema cooperativista. Por quê? Trabalhando com médicos, categoria muito disputada pelos Bancos, a cooperativa teve de se especializar e se capacitar para dar a eles atendimento melhor que o que teriam na rede bancária. E foi a partir dessa experiência que a cooperativa implantou a experiência do "homebank" e do "VIP service", através dos quais o médico é atendido no local de trabalho. São 11 postos de atendimento. Já temos postos no interior, a partir, exatamente, dessa experiência que estamos relatando aqui.

Gostaria de fazer a apresentação do vídeo e encerro a minha exposição. Muito obrigado.

- Procede-se à apresentação de vídeo.

A Sra. Aparecida Rocha Rossi - Sr. Presidente, senhoras e senhores, boa tarde. Primeiramente, gostaríamos de parabenizar a equipe que promoveu o II Encontro de FRENCOOPS, principalmente o meu conterrâneo, Deputado Paulo Piau, e o Dr. Alfeu, Presidente da Organização das Cooperativas de Minas Gerais.

Vou apresentar a vocês minha experiência na minha cooperativa. Sou sua fundadora. A constituição da minha cooperativa começou com uma brincadeira de dois amigos - um mineiro e um baiano. Um mineiro que aceitou o desafio de colocar em prática a constituição da minha cooperativa. Há 11 anos ela atua no mercado. Seu objetivo principal e especial são os cooperados deficientes auditivos. Foi um desafio muito valioso. Hoje temos 200 cooperados trabalhando, principalmente na área da informática. Em serviços gerais, nossos maiores clientes são as secretarias municipais e a federação das UNIMEDS.

Como vocês sabem, em nossa sociedade, há dez anos, o preconceito contra os portadores de deficiência era muito maior. As maiores dificuldades que encontramos na constituição da nossa cooperativa foram a falta de credibilidade, principalmente dos empresários e das famílias, e, mais ainda, o que muito prejudicou o nosso crescimento foram os altos tributos e a perseguição do Ministério do Trabalho, por causa da filosofia cooperativista. Hoje existe muita resistência. Espero que deste encontro possa surgir uma luz, uma harmonia entre a lei cooperativista e a lei trabalhista.

Hoje temos mais duas cooperativas que levam o mesmo nome: uma cooperativa em Uberlândia, com 160 cooperados, e uma em São Paulo, com 180 cooperados, com o mesmo objetivo da minha cooperativa.

Um dos pontos positivos da nossa cooperativa é que a considero não uma alternativa, mas uma solução, principalmente com relação à auto-estima e a uma qualidade de vida melhor. Os pontos negativos ainda prevalecem, como falei antes. Altos tributos, perseguição do Ministério do Trabalho e falta de credibilidade.

Vou finalizar deixando meus agradecimentos às pessoas que acreditaram no nosso trabalho. Minha cooperativa é toda administrada por deficientes auditivos. Acredito que, a partir de hoje, neste encontro, surgirá um caminho bem melhor para a nossa filosofia.

Quero agradecer a uma pessoa, que foi a primeira a nos transmitir, no início da constituição da minha cooperativa, a filosofia pela qual me apaixonei. É o Dr. Niveo, representante da UNIMED na época. Agradeço também ao Dr. Paulo Bernardes, que foi Presidente da OCEMG, ao Alfeu e aos companheiros cooperativistas. Parabéns aos representantes da FRENCOOP estadual, municipal e federal, pelo trabalho lindo que estão realizando. Muito obrigada. (- Palmas.)

O Sr. José Vitório - Senhoras e senhores, boa tarde. Nosso trabalho é com a Incubadora de Cooperativas Populares do Vale do Aço - INCOOP. O Vale do Aço está situado a 200km de Belo Horizonte, na região Leste, e nele há cidades como Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timóteo.

O objetivo da incubadora, como o próprio nome diz, é incubar as cooperativas. Esse trabalho se inicia com a formação dos grupos de cooperados, através do ensino e da sensibilização para o cooperativismo, apoiando os grupos até a constituição da cooperativa, na fase inicial de seu funcionamento, no apoio à comercialização dos seus produtos, sem se esquecer de que a cooperativa deve ser soberana e independente. O objetivo é que se tornem independentes. É um trabalho sem nenhum fim lucrativo, a finalidade é social.

A incubadora foi iniciativa das Prefeituras de Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timóteo e do Instituto Católico de Minas Gerais, que está se tornando um centro universitário onde funcionam dez cursos universitários e técnicos. O objetivo da universidade é fornecer a sua infra-estrutura de ensino, a sua estrutura dos corpos docente e discente. O Instituto Católico está gerindo essa incubadora. As Prefeituras dão suporte à formação não só da incubadora, como também das cooperativas. E há ainda a participação da SETASCAD regional de Timóteo, que iniciou o trabalho, e da SETASCAD como um todo.

Essa incubadora funciona há menos de dois anos, já tem alguma experiência, e estamos cada vez mais tomando contato com a realidade. Esse é um trabalho difícil e árduo, porque estamos observando que as cooperativas, mais do que nunca, têm de funcionar como empresas eficazes, porque o espírito é cooperativo, mas o mercado é competitivo.

Quando se constitui um grupo, geralmente formamos uma comissão para trabalhar na formação do negócio. É quando surge a preocupação em saber se o negócio é viável, para que não se forme uma cooperativa que não vai sair do papel. Outro grupo trabalha na parte de estrutura da cooperativa.

Estamos tendo dificuldades, como é o caso, por exemplo, de uma cooperativa que se formou em Coronel Fabriciano - e não foi nem com o nosso apoio -, cujo objetivo era prestar serviços à Prefeitura daquela cidade. Ela foi formada, registrada, mas, no momento de prestar o serviço, observou-se que há um impedimento por parte do Tribunal de Contas, e a Prefeitura está impossibilitada de contratar serviços.

Então, essa cooperativa não está saindo do papel. Há várias dificuldades, mas estamos com todo o entusiasmo. Digo ainda mais: estamos nos incubando, crescendo, aprendendo. Atualmente, estamos trabalhando com cinco grupos de cooperados, que se tornarão futuras cooperativas. Mostrando-se viáveis, muito em breve teremos essas cooperativas funcionando na região do vale do Aço.

Estamos observando a necessidade de que haja esse apoio para obtenção de recursos não só financeiros, mas também para os desembargos jurídicos. Esse encontro vem ajudar muito, porque, se não tivermos esse apoio, o cooperativismo não vai sair da idealização. Ele tem que se tornar prático e realístico. Estou me recordando das palavras do Dr. Alfeu ontem, falando dos quatro pilares, ressaltando que a cooperativa tem de ser necessária e, para funcionar, tem de ser viável. Isso é uma realidade. Acredito que conseguiremos essa viabilidade e competitividade com o espírito cooperativo, não com esse espírito da competição feroz. Acredito nessa possibilidade. Penso que vai haver uma luta grande para que isso se torne realidade.

Assinatura de Termo de Compromisso

O Sr. Presidente - Convidamos os Deputados das Assembléias que não possuem Frentes Parlamentares de Cooperativismo para assinarem o termo de compromisso de implantação das respectivas FRENCOOPS estaduais. Os que desejarem firmar o termo de compromisso queiram se identificar nos microfones disponíveis. Posteriormente, queiram se dirigir à Mesa para a assinatura. Convidamos também os Vereadores cujas Câmaras Municipais ainda não possuem a Frente Parlamentar de Cooperativismo a terem o mesmo procedimento.

O Deputado José das Virgens - Vou começar pela Bahia. Faço questão de registrar que, na Bahia, realizamos uma sessão especial, no primeiro semestre de 1999, quando foi constituída a FRENCOOP. Ela não foi instalada, não foi definida sua estrutura organizacional, funcional. Por isso, não quis assumir aqui a titularidade, até porque tentei trazer a Minas a pluralidade das forças políticas da Assembléia Legislativa. Não o consegui infelizmente. Sou o único representante da Bahia aqui, mas vou assinar o termo de compromisso. Quero deixar registrado que a FRENCOOP já foi constituída, falta somente ser instalada. Espero chegar à Bahia e mobilizar o conjunto dos Deputados. Dos 63 Deputados, 44 já oficializaram a intenção de participar. Vamos ver quem realmente vai comprar essa briga e apoiar o cooperativismo no Estado da Bahia.

Quero, finalmente, parabenizar a Assembléia de Minas, a FRENCOOP mineira, as pessoas dos Deputados Ivo José e Paulo Piau, bem como agradecer o convite, dizendo-lhes que foi um grande encontro, muito bem organizado e muito proveitoso.

Tenho certeza de que não só a Bahia, mas também todos os Estados presentes vão ser contemplados com a motivação, com as idéias aqui produzidas, que serão sistematizadas e escritas, para que todos possamos acessar.

Parabéns a Minas. Parabéns a todos os participantes. Até o nosso próximo evento do cooperativismo. Obrigado.

O Deputado Oester Nunes - Deputado Estadual de Mato Grosso do Sul, pelo PDT. Estou aqui representando aquela Casa de leis. Sem dúvida, quero assinar o compromisso, porque queremos levar a Frente dentro do espírito do que foi proposto aqui: qualidade, e não quantidade. Vamos procurar Deputados que realmente tenham interesse em participar, de levar à frente a FRENCOOP-MS. Se Deus quiser, vai dar certo. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Informamos que vários Deputados tiveram que sair antes, mas essas assinaturas são muito representativas.

Para os Deputados que estão se manifestando, é uma grande satisfação ouvir que vão levar para seus respectivos Estados o pensamento e a força do cooperativismo.

O Sr. Erivaldo de Jesus Araújo - Sou Erivaldo de Jesus Araújo. Não sou Deputado, mas Presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Pará. Tendo já plantado na cabeça dos nossos Deputados a idéia de formar uma FRENCOOP, consegui, por intermédio do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, trazer aqui um Deputado, que, infelizmente, já viajou de volta para Belém, o Deputado Pio Décimo, Líder do PTB, um dos maiores partidos daquela Assembléia Legislativa, ao qual pertence o Vice-Governador. Por isso tem todo apoio. Trouxe-o aqui para constatar a situação, e ele já saiu muito entusiasmado para nos reunirmos em Belém. Além disso, autorizou-me a assinar, em seu nome, o termo de compromisso pelo Estado do Pará. Muito obrigado. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Perfeitamente. O senhor pode assinar e encaminhar o termo de compromisso.

O Deputado Rubens Otoni - Rubens Otoni, Deputado Estadual de Goiás, pelo PT. Como Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, trago o abraço dos Deputados e do povo de Goiás. Vamos deixar a nossa assinatura, o nosso compromisso da formação da Frente de Cooperativismo no Estado de Goiás. (- Palmas.)

O Deputado Ronald Ribeiro - Ronald Ribeiro, Deputado Estadual do Acre, pelo PT. Apesar de trabalhar muito tempo com associativismo e cooperativismo, não conhecia a frente parlamentar que existe nos Legislativos Federal, Estaduais e Municipais. Vamos assinar o compromisso. O nosso gabinete de lá trabalha exclusivamente com esse segmento. A partir de agora, vamos articular com as Prefeituras, as Câmaras Municipais e a Assembléia Legislativa do Acre, para lá instalarmos a frente. Parabéns!

A Vereadora Arlete Nogueira - Vou assinar, como Vereadora, o compromisso do nosso município, da Câmara Municipal de Jabuticatubas, de criar a FRENCOOP municipal. (- Palmas.)

A Vereadora Branca de Castilho - Sou da cidade de Ouro Branco, distante 100km de Belo Horizonte. Assino o termo pela Câmara de Vereadores. E deixo ainda um convite aos organizadores do evento: caso queiram promover um encontro na região do Alto Paraopeba, coloque-me à disposição para ajudar nessa tarefa. Obrigada. (- Palmas.)

O Vereador Benedito Gomes - Sou Vereador de Timóteo, pelo PT. Eu mais alguns Vereadores formamos uma comissão e visitamos vários locais. Sem dúvida, levaremos o compromisso de fomentar esse trabalho na nossa cidade. Parabéns a todos.

O Vereador Gustavo Henrique - Represento a Câmara Municipal de Passa-Quatro, no extremo Sul de Minas, e também a AUTACRED, nossa cooperativa, que tem um ano e dois meses e conta com quatro agências.

O Sr. Presidente - Participaram deste evento 33 Vereadores e 26 Deputados de outros Estados, num total de 17 Estados representados. Esse termo de compromisso será encaminhado a todas as Câmaras de Vereadores de Minas Gerais, aos 853 municípios e a todas as Assembléias Legislativas.

Entendemos perfeitamente que o final do encontro fica um pouco prejudicado devido aos horários de deslocamento programados pelos participantes. Percebo que outro companheiro deseje falar.

O Prefeito Aramis Passuelo - Sou Prefeito da cidade de Fronteira. Quero parabenizar o Deputado Paulo Piau e os demais organizadores. Também assinarei o documento, dando meu apoio para que o cooperativismo se instale no Brasil inteiro, a fim de que, cada vez mais, possamos melhorar nosso País. Obrigado.

#### Palavras da Sra. Arlete Nogueira

Exmo. Sr. Deputado Ivo José, Coordenador da FRENCOOP e Presidente da Mesa; Exmo. Sr. Deputado Paulo Piau, Presidente da FRENCOOP de Minas Gerais, na pessoa de quem cumprimento os demais integrantes da Mesa, os Deputados Estaduais de Minas e dos outros Estados aqui presentes; companheiros Vereadores das nossas Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, que nos honram com sua presença; senhores e senhoras dirigentes e integrantes do Movimento Cooperativista, não ousaria fazer explanação maior sobre cooperativismo, uma vez que tivemos, durante este encontro, a oportunidade de ouvir grandes lideranças e autoridades no assunto.

Gostaria, sim, Deputado Paulo Piau, de dar aqui o depoimento de uma Vereadora que desconhecia o movimento das Frentes Parlamentares de Cooperativismo. Confesso publicamente minha ignorância no assunto até o momento em que recebi um convite da Assembléia Legislativa de Minas Gerais para comparecer a uma reunião onde seriam discutidos temas referentes à Frente Parlamentar de Cooperativismo. Como não sabia do que se tratava, meu referencial foram dois nomes pelos quais nutrimos o maior respeito: Deputado Paulo Piau e Deputado Ivo José. Foi assim que participamos deste encontro e pudemos conhecer um pouquinho da história das FRENCOOPS. E nos empolgamos com o assunto, passando a refletir sobre a nossa vivência dentro do associativismo, o que até então nos passava despercebido.

Descobrimos que desde a infância fomos criadas ligadas ao associativismo, uma vez que nosso pai, como produtor rural, integra as cooperativas de nossa Jabuticatubas. E também, em tantos outros momentos, formal ou informalmente, deparávamos com movimentos associativistas, cooperativistas, e sempre atribuíamos a eles grande importância nas nossas vidas. Foi aí que começamos a analisar que, dentro da nossa própria Câmara Municipal, Vereadores também tinham a mesma afinidade, integravam cooperativas e defendiam essa bandeira. Na Câmara de Jabuticatubas, propusemos a criação de nossa FRENCOOP e resolvemos, dentro do movimento dos legislativos municipais de Minas Gerais, da União de Vereadores, colocar também como uma de nossas bandeiras, uma vez que a atual diretoria da ALVIMIG - licenciada quase que em sua totalidade para disputar as próximas eleições - defende visão mais ampla do Legislativo Municipal, que não se ativesse às questões meramente de fiscalização e de legislação, mas queríamos abrir fronteiras, discutir questões que falassem da vida do povo do nosso município e, por extensão, do povo de Minas Gerais e do Brasil. Achamos que, por intermédio do movimento cooperativista, poderemos estar alargando essas fronteiras, podemos estar combatendo essa concentração de riqueza, essa exclusão, que leva, conseqüentemente, à exclusão social. Essa deve ser, sim, uma bandeira de todo aquele que quer defender e representar a população do seu município. Sabemos que o momento não é muito propício, como já foi dito aqui por outros oradores que nos antecederam, por ser pré-eleitoral, e os colegas das Câmaras Municipais estarem, em quase sua totalidade, voltados para o processo de reeleição e renovação das Câmaras. Por isso gostaríamos, Deputados Paulo Piau e Ivo José, que, dentro do cronograma de atividades da União de Vereadores de Minas, ao final do período pós-eleição e pós-diplomação dos eleitos, tivéssemos um encontro programado com os novos Vereadores, porque achamos que seria propício atraí-los para o nosso movimento, que é a União dos Vereadores. Estaríamos fazendo um treinamento, fazendo com que os Vereadores se familiarizassem com o processo legislativo, com as Câmaras Municipais e com tudo que é afim a eles. Colocamo-nos à disposição para difundir os ideais das Frentes Parlamentares de Cooperativismo. De antemão, convidamos os dois parlamentares e os demais integrantes dos movimentos cooperativistas para estar conosco neste momento em que poderíamos dar uma grande arrancada, para que, no próximo quadriênio, tenhamos, em todas as Câmaras Municipais dos 853 municípios de Minas Gerais, uma FRENCOOP instalada. Esse é um compromisso que podemos firmar, porque, após a eleição, ainda nos restará um tempo de mandato na União dos Vereadores, quando estaremos plantando essa semente com aqueles que terão condições de, por quatro anos, dar continuidade ao plano.

Quero deixar aqui um cumprimento aos Deputados que integram a FRENCOOP de Minas Gerais e, em especial, aos Deputados Paulo Piau e Ivo José, agradecendo a forma carinhosa com que recebem os Vereadores desse movimento. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Vereadora Arlete Nogueira, nós é que agradecemos sua disposição, luta e determinação de levar adiante, ainda nesta gestão da UVEMIG, o trabalho para que os próximos Vereadores, eleitos no dia 1º de outubro, dêem prosseguimento a essa divulgação e ao trabalho das FRENCOOPs municipais.

#### Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, damos início à fase de debates. A Presidência informa aos presentes que poderão formular perguntas ao expositor. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente. Para que possamos agilizar o debate, os participantes que desejarem fazer uso do microfone deverão se inscrever previamente e se identificar. Cada participante disporá de até 3 minutos para sua intervenção. Solicitamos aqueles que desejarem fazer uso da palavra que sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais.

#### Debates

O Sr. Presidente - Há algumas questões que foram encaminhadas aos Deputados que tiveram de viajar, mas as apresentaremos. Uma delas é dirigida ao Deputado Giovanni Cherini. Ele deixou a sua resposta. Maria do Rosário Rabelo, representando a Cooperativa de Desenvolvimento e de Promoção Humana, parabeniza o Deputado Giovanni Cherini por sua exposição e quer saber onde fez o curso de pós-graduação em Cooperativismo. Ele informou que foi na Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS -, em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, única Universidade que tem o curso de doutorado em Cooperativismo.

O Deputado Valdir Colatto recebeu algumas sugestões. Gostaria que fizesse um comentário a respeito. Em seguida, passaremos a palavra ao Deputado Paulo Piau, para que faça um comentário, agrupando as questões que foram encaminhadas a ele e aos Deputados que tiveram de se ausentar.

O Sr. Valdir Colatto - Recebi três solicitações. Parece-me que foi o Deputado Estadual de Pernambuco, Paulo Rubem, que fez duas questões por escrito. "Sugiro que a OCB desenvolva um programa nacional de formação, junto às OCEs e cooperativas diversas, na área de orçamento e finanças públicas, para capacitar o cooperativismo a intervir junto às Câmaras Municipais e Assembléias no momento da discussão e votação das prioridades nos gastos e nos investimentos governamentais." É uma proposta. Se essas questões forem mesmo do Deputado Paulo Rubem, sugiro que procure a OCE do Estado e faça-lhe essa proposta. Na verdade, a partir de sua implantação nos Estados e em nível nacional, o SESCOOP está de acordo com uma diretriz: não se constroem estruturas físicas, mas, sim, formam-se pessoas. Esta é a filosofia do SESCOOP: educação, educação e educação. De acordo com esse espírito, tanto o SESCOOP nacional quanto os estaduais estão abertos para receber as propostas das cooperativas, dos cursos e dos programas e para discutir essas prioridades, fazendo os cursos que forem solicitados e atendendo às demandas recebidas.

A outra questão é de um universitário da UFLA, de Lavras. Ele diz que, desde ontem, tem acompanhado as palestras, mas não tem ouvido falar da adoção do estilo da gestão estratégica, para que as cooperativas possam ser mais competitivas no cenário sócio-econômico nacional e até mundial. Essa questão está sendo muito discutida. Com relação às cooperativas agropecuárias, há o RECOOP, que discute o monitoramento, as auditorias e a reestruturação do sistema cooperativo. Nessa área, como foi exposto em palestras anteriores, busca-se a fusão das cooperativas, em um sistema que visa a conseguir escala para o negócio cooperativo, já que elas têm de fazer frente a grandes empresas multinacionais, de grãos, de carnes e outras. Nessa área, está sendo trabalhada uma questão estratégica, até porque temos de cumprir as determinações da medida provisória que criou o RECOOP e o SESCOOP. Através disso, entendemos que o planejamento estratégico para as cooperativas ocorrerá.

A OCB busca implantar, dentro das limitações da legislação, a criação do selo de qualidade cooperativa. Um certificado que, em se fazendo o treinamento para obtê-lo, tanto da gestão quanto dos funcionários, isso levaria as cooperativas a terem certa condição de trabalhar para competir. Temos a doutrina cooperativista, mas, se tivermos muitas doutrinas e não tivermos resultado no bolso do cooperado, ele não permanecerá nas cooperativas. Isso é uma realidade. Temos que tratar das duas questões. No ano passado, a OCB fez um trabalho em todos os ramos do cooperativismo, reunindo pessoas ligadas a cada um desses ramos, juntamente com a FRENCOOP, e buscou as propostas de cada ramo. A FRENCOOP nomeou um coordenador para cada ramo do cooperativismo, e elaboramos um documento final, que foi entregue ao Governo Federal como proposta de resultado, em que o cooperativismo pede que se resolvam muitas questões, inclusive legislativas, como a lei do cooperativismo, que não está muito clara. Também perguntamos ao Governo o que quer com o cooperativismo, qual é a sua linha. Será que quer simplesmente transformar as cooperativas em empresas iguais às outras? A tendência que estamos vendo é essa, com COFINS, PIS-COFINS, INSS, 442, etc. O Governo está nivelando as cooperativas com outras empresas quaisquer. É uma legislação totalmente diferente. Então, o Governo tem que dizer o que quer com o cooperativismo, para que se possa fazer um trabalho dentro de uma linha que determine. Vamos propor uma agenda positiva, dizendo ao Governo que se forem dadas às cooperativas condições de trabalhar, dentro de um planejamento estratégico, vamos gerar empregos, vamos gerar produção, vamos trazer soluções para questões que o próprio Governo não consegue resolver na área social. Pensamos que esse é o caminho a ser desenvolvido, mas, antes, precisamos resolver claramente a questão legislativa. Chamamos a atenção de nossos políticos para que busquem uma solução. Queremos deixar bem claro que essa é uma baita bandeira, como dizem os gaúchos, para os políticos que querem fazer carreira, porque, na verdade, essa é uma proposta principalmente para a área legislativa. Quem não tem a caneta dos Deputados e Vereadores tem a maneira de levar uma proposta de doutrina de filosofia de vida, que não é criada agora - já tem mais de 150 anos - e que pode vir como solução e trazer o apoio político aqueles que defendem essa bandeira. É nessa linha que estamos trabalhando, mas a discussão da estratégia política e de ação para o cooperativismo neste ano é a grande provocação que a OCB está trazendo à sociedade cooperativista brasileira e internacional, que é o nosso Congresso Brasileiro de Cooperativismo, cujo tema é "Identidade e Cooperativa para o Novo Milênio". O que queremos? Qual é o nosso rumo? Está certo? Não está certo? Temos que buscar essa identidade para o cooperativismo brasileiro e atuarmos em benefício dessa bandeira cooperativista.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Deputado Valdir Colatto. Pergunta da Sra. Maria Rita, da COPEM: "Que caminhos a OCB aponta para o segmento educacional?"

Também para o Deputado Cherini há um pedido de que fale sobre as cooperativas de trabalho educacional.

Aproveito a oportunidade para passar ao Deputado Colatto essas questões.

O Sr. Valdir Colatto - Aproveito a oportunidade para lembrar que somos incipientes na área habitacional, e o Beto Marasi, Presidente da OCDF, iria falar sobre a questão, que nos preocupa muito. Apenas em Brasília temos experiência nessa área e precisamos trazer esse ramo, ainda desgarrado, para dentro do Cooperativismo, quer dizer, o pessoal ainda não trabalha o sistema OCB e OCEs.

Na área da educação, estamos incentivando esse processo. Fizemos um trabalho agora com a Deputada Marisa Serrano, do Mato Grosso do Sul, a qual é coordenadora do ramo educação, na Frente Parlamentar do Cooperativismo. Ela trouxe um projeto para nosso Presidente, Dejandir Dalpasquale, e o primeiro passo será a implantação do sistema de educação cooperativa nas escolas, principalmente com relação às crianças. Estamos acertando com a COOPERGRÁFICA, uma cooperativa gráfica de Brasília, a criação e multiplicação de cartilhas da turma da cooperação. Esse é um projeto piloto do Distrito Federal, que já foi iniciado e está dando muito certo. Pretendemos levá-lo para todo o Brasil, para as OCEs, em sistema de cooperação, ou seja, de acordo com a demanda, essas cartilhas serão multiplicadas e levadas para todo o País. São revistas que, em um sistema de figurinhas, mostram para as crianças o que é o sistema cooperativo em seus 12 ramos. Queremos jogar a semente da divulgação do cooperativismo.

Temos, também, através do SESCOOP, a elaboração de bastante material sobre a legislação cooperativista e outros assuntos. Estamos abertos a sugestões, para que possamos multiplicar esse material em nível estadual e federal.

O Sr. Presidente - Obrigado, Deputado Valdir Colatto. Passo a palavra ao Deputado Paulo Piau, pois temos aqui várias questões encaminhadas a ele e a outros debatedores. Pedimos-lhe que faça uma síntese.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, serei breve. Tenho aqui um pedido de registro da presença do Presidente da Cooperativa Agropecuária de Dores de Indaiá, o Sr. Odair Tonaco. Muito obrigado.

Questão de José Luiz Barbosa, da COOPEMG: "Sabemos da grande influência do poder econômico através do sistema bancário, o que vem dificultando as atividades das cooperativas de crédito. Um projeto encaminhado para facultar ao cooperado associado (servidor público) o recebimento de seus proventos, vencimentos, pensões, por sua cooperativa, encontrará dificuldades para ser aprovado, uma vez que esse projeto de lei beneficiará todos os servidores públicos?". De fato, nesta Casa, existe um projeto do Deputado Durval Ângelo que tenta liberar esse serviço para as cooperativas de crédito. Portanto, vem aí a nossa responsabilidade de defender esse projeto, evidentemente contando com o apoio das cooperativas e de todos os interessados.

Iraci Dias de Lacerda, Presidente da Cooperativa de Crédito do vale do Jequitinhonha, pergunta: "Existe previsão de conclusão dos entendimentos com o Governo de Minas para recebimento dos tributos estaduais pelas CREDIS? No vale, existem várias cidades que não têm agências bancárias. Poderia falar mais um pouco sobre o assunto?". Está no final a negociação entre a CREDIMINAS, a CECREMG e o Governo do Estado, para que esse serviço possa ser prestado também pelas cooperativas de crédito.

Acácio Fonseca, da COONAI, faz a seguinte pergunta: "Com a ameaça de uma devassa fiscal, o Ministério Público vem obrigando as grandes empresas privadas a assinarem um termo de acordo, em que essas empresas se comprometem a não contratar cooperativas de serviços. Que alternativa podemos encontrar dentro do cenário atual apresentado?". Nossa bandeira consiste em tentar remover esse parecer do Tribunal de Contas de Minas Gerais, cuja função não é fazer leis, o que compete a esta Casa Legislativa. Trabalharemos para que o Tribunal, pelo menos, não amedronte os órgãos públicos, a fim de que possam contratar as cooperativas.

Pergunta de Nora Lúcia Morais, Vereadora à Câmara Municipal de Passa-Tempo: "Como criar uma cooperativa de crédito em minha cidade, Passa-Tempo?".

Basta que a senhora procure a CECREMG, se for uma cooperativa de crédito urbano, e a CREDIMINAS, se for uma cooperativa de crédito rural. Essas centrais lhe darão todas as orientações necessárias.

Pergunta de Maria Rita, do COOPEN-BH: "Dentro da proposta da nova legislação cooperativista, que mudanças virão para ajudar a resolver os problemas específicos do cooperativismo educacional?".

Gostaria que o Colatto respondesse a esta pergunta.

Pergunta de Elias Gomes da Costa: "É sabido que, além da legislação federal, são necessárias as legislações estadual e municipal para viabilizar o cooperativismo. A esse respeito, gostaria que V. Exa. nos informasse sobre os projetos, aprovados e em tramitação na Assembléia, que trazem benefícios concretos ao cooperativismo mineiro".

Não discorrerei sobre todos os projetos que por aqui passaram ou que estão em vias de ser apresentados. No entanto, comprometo-me a responder por escrito ao Elias. Já avançamos muito, principalmente na área tributária e em alguns projetos da área educacional. A própria Assembléia, conforme a Constituição do Estado, de 1989, também avançou. Evidentemente, como ainda não havia a FRESCOOP, avançou na lei cooperativista. Portanto, este parlamento tem ajudado na consolidação da lei cooperativista no Estado de Minas Gerais.

Gostaria que o Colatto falasse, dentro da nova legislação proposta, sobre o cooperativismo educacional.

O Sr. Valdir Colatto - Estamos tentando fazer com que exista na nova proposta algo determinando que, nos currículos escolares, federais, estaduais ou municipais, exista a educação cooperativista. Não está fácil passar pelo crivo do Ministério da Educação. Na tramitação desse projeto de lei, temos de trabalhar bastante para convencer os nossos Deputados e Senadores e, especialmente, o Governo de que essa questão deve estar incluída na lei. No entanto, nada impede que, nas escolas estaduais e municipais, tenha-se algo dentro das legislações estaduais e municipais sobre a educação. Alguns Estados já conseguiram. Por exemplo, o Distrito Federal já conseguiu abrir um espaço, aprovando uma lei pela qual o ensino do cooperativismo deve fazer parte do currículo escolar. Esse é um desafio que temos de enfrentar, e ainda não há uma definição na legislação nem aceitação, mesmo porque isso irá tramitar. Mas tenho a certeza de que alguns Deputados apresentarão emendas, e vamos defender essa bandeira, porque, no projeto das cartilhas da turma da cooperação, uma das condições é que haja a obrigatoriedade ou a recomendação, na legislação, de que o ensino cooperativo exista nas escolas.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Gostaria de solicitar e sugerir aos representantes das cooperativas presentes neste Plenário que levem o modelo deste termo de compromisso para as cidades que não foram representadas. Aqueles que desejarem podem apanhar os formulários junto à Mesa, ao lado da tribuna, a fim de que sejam entregues aos Vereadores. A partir do contato com as Câmaras, os Vereadores retornariam esse termo de compromisso à FRESCOOP.

#### Definição do Estado Anfitrião do III Encontro

O Sr. Presidente - A Presidência informa também aos participantes deste encontro que, conforme já foi antecipado pela Mesa, o III Encontro das Frentes Parlamentares do Cooperativismo será realizado no Estado do Rio Grande do Norte. Oportunamente, quando houver a definição da data e da programação, todos serão comunicados, a exemplo do que ocorreu durante a preparação para este II Encontro.

Com a palavra, o Presidente da FRESCOOP, Deputado Paulo Piau, para proferir a sua mensagem, já partindo para o encerramento deste nosso II Encontro.

#### Palavras do Deputado Paulo Piau

Sr. Presidente, gostaria simplesmente de agradecer, em primeiro lugar, a presença de todos que vieram nos ajudar e abrilhantar este evento, bem como de agradecer ao Presidente desta Casa, Deputado Anderson Aduato, que teve essa visão de abrir, como bem disse o Cherini, o nosso local sagrado, que é este Plenário, para que este evento pudesse transcorrer com normalidade, como pudemos observar.

Agradeço também a todos que aqui estiveram trazendo a sua mensagem, como a maior autoridade do cooperativismo mundial, Dr. Roberto Rodrigues; ao Marcos Arruda, um técnico excepcional, que nos brindou também com muita mensagem sobre o cooperativismo; ao Alfeu, com o seu recado objetivo; aos representantes da FRESCOOP nacional que estiveram aqui, os Deputados Nárcio Rodrigues, Carlos Melles e Odacir Klein; ao Senador Francelino Pereira, ao Prof. Virgílio Perius, da Universidade do Vale dos Sinos, do Rio Grande do Sul, como também a todos que nos ajudaram a coordenar, Deputados Miguel Martini e Ivo José; ao Valdir Colatto, representando a OCB; e a todos os nossos companheiros Deputados que já têm as suas FRESCOOPs encaminhadas nos seus Estados. Queremos agradecer ainda a todos aqueles que não têm ainda as FRESCOOPs encaminhadas, mas que estiveram aqui para absorver a mensagem. Tivemos a presença de nada menos que 17 Estados aqui, na Assembléia de Minas, e isso, por si só, já mostra que o evento teve sucesso garantido.

Agradeço também aos Vereadores que estiveram presentes, porque o enfoque da nossa FRESCOOP é exatamente junto aos Deputados, para que cada um dos 27 Estados brasileiros possa ter a sua FRESCOOP, para que cada Câmara de Vereadores de Minas e, quem sabe, do Brasil, daqui a algum tempo, possa ter também a sua FRESCOOP.

Agradeço, ainda, à Vereadora Arlete, pela sua mensagem, e, enfim, a todos que colaboraram previamente e durante este evento. Deixo ainda o meu agradecimento aos meus colaboradores da FRESCOOP, Deputado Ivo José, que coordena a Frente, Deputada Maria Olívia e Deputados Marco Régis, Dalmo Ribeiro Silva, José Henrique e Eduardo Daladier, que nos ajudam, cada um na sua área de trabalho dentro das cooperativas, e cuja participação foi muito importante para o sucesso deste evento.

Para terminar, Sr. Presidente, estamos precisando de um tripé neste País: primeiro, precisamos buscar uma simplificação. A complexidade faz com que a auto-estima do brasileiro, com bem dito aqui, diminua. A nossa vida é muito complicada pelas leis e burocracias que se criam. Portanto, havemos de buscar medidas simplificadoras da vida da sociedade e que, sobretudo, o poder público possa agir com mais transparência.

O segundo ponto do tripé é distribuição de oportunidades. Falou-se muito aqui na educação, que, evidentemente, é um ponto importante.

O terceiro ponto é a valorização do setor produtivo nacional. O nosso mercado interno é o nosso tesouro, e é nesse contexto que colocamos as nossas cooperativas. Não sou contra multinacional nenhuma. As multinacionais são bem-vindas, mas não podemos admitir que cheguem aqui as Nestlés, as Parmalats, absorvam o nosso mercado interno e não exportem um litro de leite sequer. Isso decorre de uma competência deles e uma incompetência nossa, mas decorre, sobretudo, da falta de visão de governo quanto à valorização do que é nosso, do que é brasileiro. E isso, estamos enxergando também nas áreas de serviços: as multinacionais tomam o nosso mercado interno, mas temos de reagir. O sistema cooperativista é uma alternativa, melhor dizendo, uma solução para que o nosso mercado interno seja preservado e seja dos brasileiros, evitando, evidentemente, a remessa de lucros para o exterior, que mantém a pobreza e a injustiça para com o povo brasileiro.

Portanto, quero deixar esta mensagem: que o cooperativismo deixe de ser uma alternativa e passe a ser uma solução para que o nosso mercado interno seja preservado e seja de fato nosso.

Quero agradecer, em especial, ao Alfeu Silva Mendes, Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais. Sem a sua direção, sem a sua participação, certamente este encontro não teria o sucesso alcançado. Parabéns, Alfeu. A Assembléia Legislativa fica feliz em tê-lo como parceiro.

Agradeço também a Deus por nos ter dado estes momentos de engrandecimento, aprimoramento e conhecimento. E que Deus acompanhe a todos no retorno aos seus lares. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Deputado Paulo Piau, Presidente da FRENCOOP-MG. Antes de encerrarmos oficialmente o nosso encontro, gostaríamos de convidar o Dr. Luiz Mauro, Presidente da Câmara Municipal de Jaboticatubas, para assinar o termo de compromisso para a criação da Frente Parlamentar do Cooperativismo dessa cidade. É um prazer recebê-lo nesta Mesa. (- Pausa.) O Dr. Luiz Mauro é Vereador e companheiro de Câmara da Vereadora Arlete Nogueira.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta os seus agradecimentos aos ilustres expositores e a todas as demais autoridades e participantes pela honrosa presença. Está encerrado o II Encontro Nacional das Frentes Parlamentares do Cooperativismo do nosso País. Boa tarde e muito obrigado.

## ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 38ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 10 horas do dia 9/5/2000

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 36ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 10 horas do dia 9/5/2000

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 737/99, do Deputado Anderson Aduato; 784/99, do Deputado Pastor George; 810/2000, do Deputado Chico Rafael; 813/2000, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 815/2000, do Deputado Ambrósio Pinto; 823/2000, do Deputado Dilzon Melo; 826/2000, do Deputado Chico Rafael; 827/2000, do Deputado Chico Rafael; 829/2000, do Deputado Durval Ângelo; 835/2000, do Deputado Eduardo Brandão; 836/2000, do Deputado José Henrique; 842/2000, do Deputado Sebastião Navarro Vieira.

Requerimentos nºs 1.281/2000, do Deputado Ronaldo Canabrava; 1.282/2000, do Deputado Ronaldo Canabrava; 1.284 e 1.285/2000, da Deputada Maria Olívia; 1.298/2000, da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da CPI das Construtoras, a realizar-se às 15 horas do dia 9/5/2000

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 32ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 9/5/2000

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 841/2000, do Deputado Dilzon Melo.

Requerimento nºs 1.286/2000, da Deputada Maria Olívia; 1.288/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.289/2000, do Deputado Márcio Cunha; 1.290/2000, do Deputado Márcio Cunha; 1.291/2000, do Deputado Márcio Cunha; 1.292/2000, do Deputado Márcio Cunha; 1.308/2000, da Deputada Maria Olívia; 1.322/2000, da Deputada Maria Olívia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da Comissão Especial do Rio São Francisco, a realizar-se às 16 horas do dia 10/5/2000

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: dar posse ao Presidente e ao Vice-Presidente e programar os trabalhos da Comissão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### Edital de Convocação

#### Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 8/5/2000, com a finalidade de se dar posse à diretoria do CEPO eleita para o biênio 2000-2002.

Palácio da Inconfidência, 5 de maio de 2000.

Anderson Aduino, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Especial da Comissão Especial dos Programas de Combate à Prostituição Infantil

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Cristiano Canêdo, Luiz Tadeu Leite e Pastor George, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/5/2000, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2000.

Antônio Genaro, Presidente "ad hoc".

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Titular da FHEMIG

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dinis Pinheiro, Alberto Bejani, Carlos Pimenta e Marcelo Gonçalves, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/5/2000, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se proceder à arguição pública do Sr. Jorge Raimundo Nahas, indicado para Superintendente-Geral da FHEMIG, e de se apreciar o parecer do relator.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2000.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Conjunta das Comissões de Turismo, Indústria e Comércio e de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fábio Avelar, Alberto Bejani, Elbe Brandão, João Pinto Ribeiro e Márcio Cunha, membros da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio; Cabo Morais, Maria José Hauelsen, Adelino de Carvalho, Carlos Pimenta e Glycon Terra Pinto, membros da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, para a reunião a ser realizada em 9/5/2000, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debater o Projeto de Lei nº 799/2000, que dispõe sobre a Política de Desenvolvimento do Ecoturismo Sustentável em Minas Gerais

Sala das Comissões, 5 de maio de 2000.

Fábio Avelar, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da CPI do Narcotráfico

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Piau, Rogério Correia, Carlos Pimenta, José Henrique, Marco Régis e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/5/2000, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvir o depoimento de intimados pela CPI.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2000.

Marcelo Gonçalves, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Arlen Santiago, Bilac Pinto, Dinis Pinheiro e Ivair Nogueira, membros da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas; Cabo Morais, Maria José Hauelsen, Adelino de Carvalho, Carlos Pimenta e Glycon Terra Pinto, membros da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, para a reunião a ser realizada em 10/5/2000, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se realizar debate sobre o ruído excessivo que estaria sendo gerado pelos ônibus intermunicipais, com a presença dos Srs. Flávio Goes Menicucci, Diretor-Geral do DER-MG; Paulo Maciel Júnior, Secretário Municipal de Meio Ambiente, e Jafete Abrahão, Presidente da BHTRANS; e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2000.

Álvaro Antônio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da CPI das Barragens

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Bilac Pinto, Maria José Hauelsen, Carlos Pimenta, Dimas Rodrigues, João Paulo e Pastor George, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/5/2000, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o relatório final.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2000.

Marcelo Gonçalves, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 934/2000

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Sargento Rodrigues, o projeto de lei em tela objetiva seja declarada de utilidade pública a Ação Social Obreiros Mirins, com sede no Município de Belo Horizonte.

Publicada em 7/4/2000, vem a matéria a esta Comissão para exame preliminar, conforme dispõe o art. 188, c/c o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A entidade examinada é pessoa jurídica, conforme comprova a documentação juntada ao processo e, de acordo com o atestado da autoridade competente, funciona há mais de dois anos, contando com diretoria idônea, cujos membros não são remunerados pelos cargos que exercem.

Por preencher os requisitos estabelecidos na Lei nº 12.972, de 27/7/98, torna-se habilitada ao título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões aludidas, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 934/2000 na forma original.

Sala das Comissões, 4 de maio de 2000.

Ermano Batista, Presidente - Paulo Piau, relator - Agostinho Silveira - Bené Guedes.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 650/99

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

A proposição em apreço, de autoria da Deputada Maria Olívia, pretende alterar o art. 12 da Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado.

Publicado em 5/11/99, foi o projeto distribuído a esta Comissão, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, III, "a", do Regimento Interno, para receber parecer quanto aos aspectos de sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.



## Fundamentação

A proposição em análise objetiva, mediante a inclusão de parágrafo no art. 12 da Lei nº 6.763, possibilitar a redução da carga tributária incidente sobre as operações internas com papel, papelão e cortiça. Para tanto, o projeto faculta ao Poder Executivo, na forma, no prazo e nas condições previstos no regulamento próprio, permitir que o tributo incidente sobre as mercadorias anteriormente mencionadas tenha como limite inferior a alíquota de 12%.

Conforme consta em sua fundamentação, a proposição visa a criar condições mais favoráveis de competitividade para a indústria de papel, papelão e cortiça no Estado, evitando a evasão de divisas para as demais entidades federadas, que estabelecem percentual reduzido para o recolhimento do ICMS incidente sobre os produtos dessa natureza.

Não cabe a esta Comissão avaliar a pertinência da proposta quanto ao seu mérito, notadamente no que diz respeito à diminuição da arrecadação do ICMS e ao comprometimento da receita para execução dos programas e dos projetos em andamento.

Lembre-se que o ICMS é um imposto instituído pelo Estado, em virtude da prerrogativa constante no art. 155, I, "b", da Constituição da República, e encontra-se disciplinado pela Lei nº 6.763, que consolida a legislação tributária do Estado.

Inexistindo um patamar de alíquota inferior àquele que é estabelecido para as operações interestaduais, entendemos que a proposta não viola o texto constitucional.

Com efeito, a Carta da República é clara ao dispor, em seu art. 155, VI, que, "salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do disposto no inciso XII, "g", as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais".

Por outro lado, as matérias de natureza tributária não se inserem entre as constantes no art. 66, III, da Constituição mineira, estando facultada ao parlamentar a instauração do processo legislativo, como ocorre no caso em tela.

Por último, trata-se de proposição que deve ser apreciada por esta Casa Legislativa, tendo em vista a existência do comando explicitado no art. 61, III, da Constituição mineira.

## Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 650/99.

Sala das Comissões, 4 de maio 2000.

Ermano Batista, Presidente - Agostinho Silveira, relator - Bené Guedes - Jorge Eduardo de Oliveira - Paulo Piau.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 830/2000

Comissão de Constituição e Justiça

## Relatório

A proposição em apreço, de autoria do Deputado Alberto Bejani, dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal.

Publicado em 25/2/2000, foi o projeto distribuído a esta Comissão, nos termos do art. 188, c/c o art 102, III, "a", do Regimento Interno, para receber parecer.

## Fundamentação

A Constituição da República, ao instituir o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, determinou, em seu art. 158, parágrafo único, que 3/4, no mínimo, da parcela do tributo pertencente aos municípios deverão ser distribuídos na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus próprios territórios. O percentual remanescente, que poderá atingir até 1/4 do imposto arrecadado, deve ser rateado conforme dispuser lei estadual.

No Estado de Minas Gerais, o dispositivo constitucional veio a ser disciplinado mediante a edição da chamada Lei Robin Hood, que adotou, entre outros, critérios que levam em conta a população dos municípios, seus gastos com saúde, educação, meio ambiente, entre outros.

O projeto em apreço pretende estabelecer novos parâmetros para a repartição da quota do ICMS pertencente aos municípios o que, por certo, será avaliado pela Comissão de mérito que analisar a proposta. Cabe-nos, nesta oportunidade, analisar exclusivamente os aspectos jurídico-constitucionais da proposição.

A proposta deve ser objeto de apreciação pela Assembléia Legislativa, uma vez que a Carta Magna foi clara ao dispor que lei deve disciplinar a matéria, e o preceito constante no art. 61, III, da Constituição do Estado, insere na órbita de competência desta Casa todas as propostas que dizem respeito ao sistema tributário estadual, à arrecadação e à distribuição de rendas. Inexiste, por outro lado, qualquer vedação constitucional no que tange à instauração do processo legislativo por parlamentar, pois o constituinte mineiro, procurando aumentar o leque de prerrogativas desta Assembléia, não inseriu matéria de natureza tributária entre as previstas no art. 66, III, da Carta mineira, que são da iniciativa privativa do Governador do Estado. Não vislumbramos, pois, vedação de ordem jurídica, constitucional ou legal que possa inviabilizar a tramitação da proposta, salvo quanto a algumas questões que estão a merecer reparo. Primeiramente, o inciso IV do art. 1º contém medida discriminatória, ao privilegiar os municípios mais populosos, em detrimento dos menores, que já são bastante desfavorecidos em relação à repartição da parcela do tributo de que ora cogitamos. Não se pode desconhecer o fato de que os municípios mais populosos são justamente os que detêm maior volume de recursos, em face de suas intensas atividades econômicas. Sendo assim, suprimimos o referido inciso.

Além disso, da leitura do inciso V do mesmo artigo pode-se inferir que o atendimento ao educando no ensino superior é um dos critérios para apuração dos parâmetros relativos à educação, o que fugiria da competência do município, já que esse ente federado deve atender prioritariamente aos ensinos infantil e fundamental. Apresentamos, pois, emenda modificativa desse dispositivo.

Finalmente, a Emenda nº 3 objetiva redistribuir o percentual suprimido do texto em decorrência da exclusão do critério correspondente aos municípios mais populosos.

## Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 830/2000 com as seguintes Emendas nº s 1, 2 e 3.

Suprima-se o inciso IV do art. 1º.

#### EMENDA Nº 2

Dê-se ao inciso V do art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º - .....

V - educação: relação entre o total de alunos da pré-escola, dos ensinos fundamental e médio e a capacidade mínima de atendimento pelo município, na rede pública, publicada pela Secretaria de Estado da Educação até o dia 30 de abril de cada ano, relativamente aos dados do ano civil imediatamente anterior, calculada de acordo com o Anexo II desta lei, observado o disposto no § 1º."

#### EMENDA Nº 3

No Anexo I a que se refere o art. 1º, acrescente-se 0,5% (meio por cento) aos índices atribuídos aos critérios correspondentes à área geográfica, à população, à educação e à produção de alimentos.

Sala das Comissões, 4 de maio de 2000.

Ermano Batista, Presidente e relator - Bené Guedes - Jorge Eduardo de Oliveira - Paulo Piau.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 899/2000

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Paulo Piau, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre o Programa Estadual de Fomento Florestal e dá outras providências.

A proposição foi publicada no "Diário do Legislativo" de 30/3/2000 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Meio Ambiente e Recursos Naturais e de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Cumpra-se examinar os aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 899/2000 cria o Programa Estadual de Fomento Florestal, destinado a estimular a implantação de florestas de produção sustentada de biomassa e de proteção dos mananciais e do solo.

Com esse fim, o programa deverá incentivar a atividade florestal nas propriedades rurais, com vistas à diversificação da produção e ao aumento da renda dos produtos; proteger os remanescentes de florestas nativas, a fauna, as nascentes e demais cursos de água e os solos das regiões abrangidas, bem como promover a melhoria da qualidade da madeira e outros produtos florestais do Estado. Caberá ao Executivo identificar áreas propícias para implantação de florestas de produção e de proteção, prestar assistência técnica e gerencial, desenvolver ações de extensão florestal para os produtores envolvidos e criar mecanismos que garantam os meios de financiamento total ou parcial dos projetos florestais.

Para custear o Programa Estadual de Fomento Florestal, são previstos recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento do Estado, empréstimos, transferência de verbas de fundos já existentes e parcela da taxa de reposição florestal, a que se refere a Lei nº 10.561, de 27/12/91.

Outrossim, o projeto dá nova redação ao § 2º do art. 1º da Lei nº 11.398, de 6/1/94, determinando a aplicação de parcela do Fundo Pró-Floresta na implantação do Programa Pró-Floresta e de programas similares que vierem a ser criados, o que permite seja beneficiado o Programa Estadual de Fomento Florestal, de que trata a proposição em exame.

Portanto, o projeto atua em prol do meio ambiente ecologicamente equilibrado e no incremento da geração de renda e emprego pela exploração florestal, com vistas a suprir a demanda de matéria-prima proveniente de florestas plantadas e a melhorar a qualidade da madeira e de outros produtos florestais do Estado.

Segundo dispõe o art. 216, inserto na seção dedicada ao meio ambiente pela Constituição mineira, o Estado deverá criar mecanismos de fomento ao reflorestamento, para suprir a demanda de produtos lenhosos e minimizar o impacto da exploração dos adensamentos vegetais nativos; implementar projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico para a utilização de espécies nativas nos programas de reflorestamento e desenvolver mecanismos de conservação de solos, com vistas a diminuir a erosão e o assoreamento de corpos de água interiores naturais ou artificiais.

Já no capítulo dedicado à ordem econômica, o constituinte decorrente estabeleceu, no art. 247 do mencionado Diploma, que o Estado deverá adotar programas de desenvolvimento rural destinados a fomentar a produção agropecuária, por meio de vários instrumentos, entre os quais destacamos os creditícios e fiscais, a assistência técnica, a extensão rural e o incentivo à pesquisa tecnológica e científica e à difusão de seus resultados. Além disso, o inciso VIII do art. 248 da Constituição Estadual prevê, por parte do poder público, a adoção de treinamento de técnicas de exploração e de reposição florestal, compatibilizadas com a exploração do solo e a preservação do meio ambiente.

Verifica-se, portanto, a existência de uma gama de normas constitucionais determinando que o Estado dê todo o suporte institucional e legal à proteção do meio ambiente e à exploração econômica dos recursos naturais, notadamente aqueles provenientes da flora, nativa e plantada. Assim sendo, o projeto está em consonância com os dispositivos constitucionais que regem a matéria.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 899/2000.

Sala das Comissões, 4 de maio de 2000.

Ermano Batista, Presidente - Agostinho Silveira, relator - Bené Guedes - Paulo Piau.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 901/2000

Relatório

De autoria dos Deputados João Batista de Oliveira e Paulo Piau, o Projeto de Lei nº 901/2000 dispõe sobre os custos de análise de pedidos de licenciamento ambiental da atividade de suinocultura no Estado.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 30/3/2000, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Política Agropecuária e Agroindustrial e de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Cabe-nos examinar os aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria.

Fundamentação

O projeto em epígrafe determina que os valores de indenização dos custos de análise de pedidos de licenciamento ambiental da atividade de suinocultura corresponderão a 50% do valor estabelecido para as demais atividades agropecuárias.

O licenciamento ambiental, instrumento da política nacional do meio ambiente, nos termos do inciso IV do art. 9º da Lei Federal nº 6.938, de 1981, é exigido para todas as atividades públicas ou privadas consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como para aquelas capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

De acordo com o art. 10 da mencionada lei, o licenciamento é concedido pelo órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente, bem como pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA -, este em caráter supletivo. Portanto, a redução dos valores como pretende a proposição somente alcança os licenciamentos concedidos pelo Estado.

Atualmente, o licenciamento ambiental, no âmbito da legislação infraconstitucional, está disciplinado na Lei nº 12.585, de 1998, que dispõe sobre a reorganização do COPAM e dá outras providências, e na Lei nº 9.525, de 1987, que institui a FEAM.

Segundo essas leis, os órgãos seccionais de apoio ao COPAM instituirão os emolumentos e outros valores pecuniários necessários à aplicação da legislação do meio ambiente e de gestão dos recursos hídricos, incluídos os custos operacionais relacionados com as atividades de licenciamento ambiental, cabendo à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável fixar, por meio de resolução, os valores correspondentes às etapas de vistoria e análise para o licenciamento ambiental, observados os parâmetros estabelecidos pelo art. 15 da Lei nº 9.525, de 1987, ficando mantidos, até a publicação da mencionada resolução, os valores fixados pelo COPAM, vigentes na data de publicação da Lei nº 12.585, de 1998.

Como se verifica, os custos de análises de licenciamento ambiental têm caráter indenizatório e são estabelecidos em normas infralegais.

Não obstante, os balizamentos para a fixação desses valores ou mesmo a fixação dos valores de licenciamento ambiental podem ser disciplinados em lei. No caso, o legislador entendeu conveniente fossem tais valores fixados em normas infralegais, de sorte a dar maior agilidade e flexibilidade ao tema. Com efeito, a rigidez da lei bem como o processo complexo e muitas vezes demorado para a sua alteração dificultam sobremaneira a revisão e a adequação dos valores às diversas atividades ensejadoras de licenciamento ambiental.

Cumpramos advertir, no entanto, que o projeto não está modificando a sistemática do licenciamento ambiental em vigor. Procura, apenas, dar um tratamento privilegiado para a atividade de suinocultura, tendo em vista que Minas Gerais possui o 4º maior rebanho nacional de suínos e os valores de licenciamento ambiental atualmente estabelecidos são bastante elevados, o que torna o empreendimento, muitas vezes, inviável.

Por fim, observamos a inexistência de óbice à iniciativa parlamentar.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 901/2000.

Sala das Comissões, 4 de maio de 2000.

Ermano Batista, Presidente - Bené Guedes, relator - Agostinho Silveira - Paulo Piau.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 930/2000

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Paulo Piau, o projeto de lei em epígrafe cria o Certificado Ambiental da Propriedade Agrícola - ISO-Agrícola.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 6/4/2000, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Política Agropecuária e Agroindustrial e de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Cumpramos examinar a matéria nos seus aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 930/2000 cria o Certificado Ambiental da Propriedade Agrícola - ISO-Agrícola, com a finalidade de incentivar, educar e orientar o agricultor a utilizar e conciliar técnicas de conservação ambiental com a produção agropecuária de qualidade e competitividade, dentro das normas da globalização; aperfeiçoar os mecanismos de desenvolvimento sustentável e incrementar a participação da sociedade no orçamento participativo.

Os agricultores, pessoas físicas e jurídicas, cuja propriedade esteja cumprindo sua função social e que observem a legislação ambiental, selecionados e aprovados pelo Conselho de Administração do IEF, receberão financiamento para investimento ou custeio, com carência de até quatro anos e pagamento do saldo devedor, corrigido à base de 50% do IGP-M-FGV, em até cinco anos.

Para custeio do programa, o Poder Executivo poderá abrir crédito especial no orçamento do Estado, firmar convênios com o poder público e com entidades não governamentais, bem como inserir o Programa no plano de aplicação do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais, instituído pela Lei nº 13.194, de 29/1/99.

O projeto determina, ainda, o depósito, no mencionado Fundo, de 50% dos recursos decorrentes de multas por infrações à legislação ambiental rural, para ajudar na composição financeira do Programa ISO-Agrícola.

São essas, em resumo, as medidas previstas na proposição em exame.

Com efeito, o projeto estabelece um mecanismo bastante sofisticado para proteger o meio ambiente e incentivar o cumprimento da função social da propriedade, tornando-a produtiva e em condições de competir, no mercado globalizado, com mercadorias e produtos de qualidade, dentro dos padrões e técnicas ambientalmente adequados.

Alçada à condição de norma constitucional, o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado pressupõe e exige o desenvolvimento de tecnologias limpas e planos de manejo de recursos naturais, com a finalidade de se evitar seu esgotamento ou reduzir ao mínimo a degradação ou poluição causada pela atividade econômica.

Esse equilíbrio do aproveitamento econômico dos recursos naturais com a preservação e a conservação ambientais foi cunhado pela doutrina do desenvolvimento sustentável, a qual veio a incorporar-se, de forma expressa, na Lei Federal nº 6.938, de 31/8/81, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, com fundamento nos incisos VI e VII do art. 23 e no art. 225 da Lei Fundamental.

Sem sombra de dúvida, o poder público está autorizado a intervir tanto preventiva como repressivamente nas condutas lesivas ao meio ambiente, devendo também promover a educação ambiental em todos os níveis, seja por meio do ensino escolar, seja criando estímulos financeiros ou prêmios, como propõe o projeto.

Por seu turno, o cumprimento da função social da propriedade rural constitui exigência constitucional.

Nos termos do art. 186 da Carta Magna, a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: aproveitamento racional e adequado; utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Se não forem observados esses requisitos, a União poderá promover a desapropriação da área rural para fins de reforma agrária, excetuadas a pequena ou média propriedade rural, assim definidas em lei, desde que o seu proprietário não possua outra.

Portanto, é prevista uma sanção de natureza constitucional para as propriedades rurais que não cumprirem a sua função social.

O Certificado Ambiental da Propriedade Agrícola - ISO-Agrícola - será conferido pelo Estado de Minas Gerais aos agropecuaristas cuja propriedade esteja cumprindo a sua função social. Ocorre, entretanto, que o exame do cumprimento dos mencionados requisitos cabe à União, por intermédio do INCRA. Assim sendo, o reconhecimento da função social da propriedade por parte do Estado, com base nos critérios estabelecidos na legislação federal, constitui invasão indevida da competência da União, a quem cabe, também, privativamente, o poder de polícia decorrente das relações de trabalho.

Não obstante esses impedimentos constitucionais, cremos ser possível ao Estado adotar outra metodologia para avaliar a produtividade e o aproveitamento da gleba rural, para fins de enquadramento no Programa ISO-Agrícola. A propósito, vale lembrar o disposto nos §§ 4º e 6º do art. 247 da Constituição do Estado, "in verbis":

"Art. 247 - .....

§ 4º - Será outorgado título de domínio ou de concessão de uso, inalienável pelo prazo de dez anos, ao beneficiário do disposto no inciso IX do § 1º que comprovar exploração efetiva e vinculação pessoal à terra, nos termos e condições previstos em lei.

.....

§ 6º - Quem tornar economicamente produtiva terra devoluta estadual e comprovar sua vinculação pessoal a ela terá preferência para adquirir-lhe o domínio, até a área de duzentos e cinquenta hectares, contra o pagamento do seu valor, acrescido dos emolumentos".

Esses dispositivos têm em mira as terras públicas, em especial as terras devolutas. E os termos e condições para comprovação da exploração efetiva da área são os estabelecidos na legislação estadual, que poderia, em tese, adotar alguns parâmetros de produtividade da legislação federal, porém jamais exercer o controle sobre as relações de trabalho regidas pela CLT, matéria de competência legislativa privativa da União, nos termos do art. 22, I, da Carta Magna.

É preciso deixar bastante claro que a titulação, por parte do Estado, reconhecendo uma determinada propriedade rural como produtiva não vincula a União. Cria, com certeza, alguns embaraços e dificuldades para a União, no exercício de suas atribuições constitucionais de verificação do cumprimento da função social da propriedade. Não temos a menor dúvida quanto a isso. Afinal de contas, subjacente à titulação pública está uma valoração, uma fé pública de reconhecimento dos benefícios que aquela propriedade presta à sociedade, no caso específico, à comunidade mineira.

Por esses motivos, apresentamos a Emenda nº 1 para adotar como critério de produtividade aquele estabelecido na legislação de terras devolutas do Estado. Apresentamos, também, a Emenda nº 2 para contornar o vício de inconstitucionalidade constatado no art. 8º da proposição. Com efeito, a autorização conferida ao Executivo para abrir crédito especial no orçamento do Estado, sem mensuração de valor, contraria o art. 167, V, da Carta Magna. Por fim, apresentamos a Emenda nº 3, estabelecendo competência conjunta das Secretarias de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Agricultura, Pecuária e Abastecimento para fiscalizar o cumprimento da lei. Deixar a fiscalização da lei apenas por conta da SEMAD constitui um equívoco, uma vez que o exame de critérios de produtividade da propriedade é atribuição de outra Pasta.

#### Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 930/2000 com as Emendas nºs 1 a 3, a seguir apresentadas.

#### EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 2º a seguinte redação:

"Art. 2º - Para consecução dos objetivos previstos nesta lei, o Estado incentivará os agropecuaristas cuja propriedade seja produtiva e que estejam cumprindo a legislação ambiental.

Parágrafo único - Considera-se produtiva a propriedade que atenda aos critérios de produção estabelecidos na legislação de terras devolutas."

EMENDA Nº 2

Suprimam-se o inciso I do art. 8º e a palavra "rural" no parágrafo único do mesmo artigo.

EMENDA Nº 3

Dê-se ao primeiro parágrafo dos arts. 4º e 7º a seguinte redação:

"Art. 4º - .....

§ 1º - Compete à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento fiscalizar o cumprimento desta lei."

"Art. 7º - .....

§ 1º - Os agricultores agraciados receberão o Certificado Ambiental da Propriedade Agrícola - ISO-Agrícola -, conferido, conjuntamente, pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento."

Sala das Comissões, 4 de maio de 2000.

Ermano Batista, Presidente e relator - Bené Guedes - Agostinho Silveira - Paulo Piau.

## COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

### COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 4/5/2000, a seguinte comunicação:

Do Deputado Marco Régis, dando ciência à Casa do falecimento da Sra. Maria José Pontes Gomide, ocorrido em 29/4/2000, em Viçosa. (- Ciente. Oficie-se.)

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### Aviso de Licitação

Convite nº 29/2000 – Objeto: aquisição de pastas suspensas vetro-laterais – Licitante vencedora: Oásis Distribuidora Ltda.